



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

JANAYNNA DE MOURA FERRAZ

**PARA ALÉM DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO NO CAPITALISMO
BRASILEIRO**

**Belo Horizonte
2019**

JANAYNNA DE MOURA FERRAZ

**PARA ALÉM DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO NO CAPITALISMO
BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutora em Administração. Área de concentração: Estudos Organizacionais, Sociedade e Trabalho.
Orientadora: Prof. Dra. Deise Luiza da Silva Ferraz

**Belo Horizonte
2019**

Ficha Catalográfica

F381p
2019 Ferraz, Janaynna de Moura.
Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro [manuscrito] / Janaynna de Moura Ferraz. – 2019.
217 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Deise Luiza da Silva Ferraz.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas.
Inclui bibliografia (f. 201-210).

1. Empreendedorismo – Brasil – Teses. 2. Brasil – Condições econômicas – Teses. 3. Conflito social – Brasil – Teses I. Ferraz, Deise Luiza da Silva . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas. III. Título.

CDD: 658.403

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – RSS93/2019



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **JANAYNNA DE MOURA FERRAZ**, REGISTRO N° 230/2019. No dia 28 de junho de 2019, às 09:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 11 de junho de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof. Dr. Deise Luiza da Silva Ferraz, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVAÇÃO:

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 28 de junho de 2019.

NOMES

ASSINATURAS

Profª. Drª. Deise Luiza da Silva Ferraz.....
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Pedro Augusto Gravatá Nicoli.....
(Faculdade de Direito/UFMG)

Prof. Dr. Caio Sgarbi Antunes.....
(FEFD/UFG)

Profª. Drª. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas.....
(PROPADM/USF)

Profª. Drª. Mônica Hallak Martins da Costa.....
(Escola de Serviço Social/PUC)

Para Fabíola, a Companheira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Deise Luiza da Silva Ferraz, orientadora exigente e amiga tão querida, pelas provocações necessárias e pelo apoio desde a minha chegada em Belo Horizonte. Temos histórias ótimas para contar de reunião de orientação mundo afora, pergunte-nos como.

Agradeço ao professor Caio Antunes que me acompanha desde o ensaio teórico, dialogando e ensinando na prática. Agradeço à professora Florence Heber por ter me mostrado que a academia poderia ser muito mais que os manuais ensinam. Agradeço à professora Mônica Hallak por ter aceitado o nosso convite e pelas valiosas contribuições na banca de qualificação. Agradeço ao professor Pedro Nicoli, cujas discussões foram e são fonte de inspiração e de reflexões.

Agradeço ao meu grupo de pesquisa, ao Nec-TraMa, do primeiro ao último membro, os que permanecem e os que deixaram, ou aqueles que, assim como eu, deixam o grupo para integrar a Rede TraMa. Essas pessoas não são apenas pesquisadorxs competentes, encontrei nelas amizade e sentido para manter a disposição diante das contradições da vida. Em especial, agradeço ao Sense3, pois vivemos tudo lado a lado.

Agradeço a minha companheira Fabíola que me ajudou nas reflexões e também em algumas fugas para a vida social. Igualmente, agradeço ao apoio da minha família, especialmente de minhas irmãs e sobrinhos.

Agradeço aos meus amigos e às minhas amigas, em Belo Horizonte, em Recife, em Aracaju, em Serra Talhada, em Bom Jesus da Lapa, enfim, tanta gente querida que caía na besteira de perguntar sobre minha tese, que me fizeram rir, que me trouxeram café ou apenas disseram que estava tudo caminhando como deveria ser.

Agradeço à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Oeste da Bahia de Bom Jesus da Lapa pela torcida e pelo apoio. Agradeço aos professores da Universidade Federal de Sergipe pela sólida contribuição na minha formação como pesquisadora, especialmente ao professor Jefferson Sales, por seguir me direcionando e inspirando a ser melhor.

Agradeço a Capes pela bolsa que foi o que possibilitou as condições materiais para que eu me dedicasse integralmente à pesquisa durante dois anos. Agradeço ao CEPEAD e à UFMG pela oportunidade de estudar em um centro de excelência.

Por fim, agradeço à classe trabalhadora, que, com sua luta, conseguiu ensino público, democrático e socialmente referenciado na forma de Universidade para que eu, uma filha do sertão nordestino, pudesse me tornar doutora.

“Essas criaturas pertenciam a essa classe de pessoas composta de gente rústica enriquecida e de pessoas inteligentes decaídas, que está entre a chamada classe média e a chamada classe baixa, combinando alguns dos defeitos da segunda com quase todos os vícios da primeira, sem possuir nem os impulsos generosos do operário, nem a honestidade ordeira do burguês.”
(Victor Hugo, na obra “Os miseráveis”)

“A primeira impressão nos encontra mais favorável à receptibilidade, e o homem é constituído de tal sorte que o podemos persuadir a aceitar o próprio inverossímil. Este lança âncora firme em nossa natureza, e aí daquele que propuser a obliterá-lo.”
(J. W. Goethe, na obra “Os sofrimentos do jovem Werther”)

*“Vossa excelência, nossas felicitações
É muito avanço, viva as instituições!
Melhor ainda com retorno de milhões
Meu Deus do céu, quem é que não queria?
Só um detalhe quase insignificante:
Embora o plano seja muito edificante
Tem sempre a chance de alguma estrela irritante
Amanhecer irradiando dia!”*
(Siba, na canção Marcha Macia)

RESUMO

A necessidade contínua de inovação atrelada às atividades laborais individualizadas e precarizadas, embora socialmente dependentes, é possibilitada pela automatização da gestão do processo produtivo e pela capacidade de atração do mais-valor gerado pela ampliação do mercado (cada vez mais mundial) em todo o ciclo do capital, da produção à realização do mais-valor na esfera da circulação. Partimos da discussão do processo de trabalho e processo de valorização elaborados a partir da crítica da economia política para demonstrar o papel do novo na autoprodução humana e, mais especificamente, na produção especificamente capitalista, em que o processo de inovação encontra-se subordinado aos valores de troca em detrimento da utilidade do produto do trabalho. Tal processo atende à lei geral de acumulação capitalista cuja inovação é condição *sine qua non* para os lucros extraordinários no momento da concorrência intracapitalista e, igualmente, elemento primordial para o desenvolvimento das forças produtivas. Nos tempos hodiernos, a inovação é aludida como motor do crescimento econômico, cuja função é atribuída aos empreendedores. Elaboramos a tese de que a prática empreendedora corresponde a um importante desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas que reorganiza produção, distribuição, troca e consumo visando elevar as taxas de extração de mais-valor; seja por meio da inovação, na busca pelo lucro extraordinário intracapitalistas; seja por meio do empreendedorismo precarizado, que tanto contribui com a aceleração do ciclo do capital quanto rebaixa o preço da força de trabalho, intensificando a pauperização da classe trabalhadora. Discorremos acerca dessas justificativas burguesas para a prática empreendedora, demonstrando que não se tratam de meios para redução da miséria, tratam-se, ao revés, de meios para expansão do capital. Expomos a crítica aos apologéticos do novo, demonstrando como se consolidou a ideia de espírito empreendedor, assim como sua função na prática empreendedora e na luta de classes. Na sequência, a particularidade da prática empreendedora brasileira é analisada e discutida tanto a partir de sua formação histórica quanto em comparação com outros países, para evidenciar como a prática empreendedora tanto pode ser voltada para inovação quanto para a precarização do trabalho (empreendedorismo precarizado). Concluimos que essas duas funções da prática empreendedora contribuem com a reprodução do capital atuando em maior medida na esfera da circulação no momento da realização do valor e no rebaixamento da força de trabalho, sem deixar, ao mesmo tempo, de inovar. Por fim, situamos a prática empreendedora na luta de classes, para discutir suas potencialidades e limites de transformação social radical.

Palavras-chave: crítica da economia política; empreendedorismo precarizado; inovação; luta de classes; prática empreendedora.

ABSTRACT

The continuous need for innovation coupled with individualized and precarious work activities, although socially dependent, is made possible by the automation of the management of the productive process and by the attractiveness of the higher value generated by the expansion of the market (increasingly worldwide) throughout the cycle from capital, from production to the realization of more value in the sphere of circulation. We start from the discussion of the process of work and valorization process elaborated from the critique of political economy to demonstrate the role of the new in the human self-production and, more specifically, in the specifically capitalist production, in which the innovation process is subordinated to the values to the detriment of the usefulness of the product of labor. This process complies with the general law of capitalist accumulation whose innovation is a sine qua non for extraordinary profits at the time of intracapitalist competition and, also, a primordial element for the development of the productive forces. In modern times, innovation is alluded to as the engine of economic growth, whose role is attributed to entrepreneurs. We elaborate the thesis that the entrepreneurial practice corresponds to an important unfolding of the development of the productive forces that reorganizes production, distribution, circulation and consumption in order to raise the rates of extraction of more value; whether through innovation, in the quest for extraordinary profit intracapitalist; be it through precarious entrepreneurship, which contributes so much to the acceleration of the cycle of capital as it lowers the price of the labor force, intensifying the pauperization of the working class. We talk about these bourgeois justifications for entrepreneurial practice, demonstrating that they are not means for the reduction of misery, but are instead the means for the expansion of capital. We expose the critique of the apologetics of the new, demonstrating how the idea of entrepreneurial spirit was consolidated, as well as its function in the practice of entrepreneurship and class struggle. In the sequence, the particularity of the Brazilian entrepreneurial practice is analyzed and discussed both from its historical formation and in comparison with other countries, to show how the entrepreneurial practice can be both for innovation and for precarious work (precarious entrepreneurship). We conclude that these two functions of entrepreneurial practice contribute to the reproduction of capital by acting more in the sphere of circulation at the moment of realization of value and the lowering of the workforce, while at the same time innovating. Finally, we place the entrepreneurial practice in the class struggle to discuss its potentialities and limits of radical social transformation.

Keywords: critical of political economy; precarious entrepreneurship; innovation; class struggle; entrepreneurial practice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução de Artigos Publicados Sobre Educação Empreendedora (1962-2016)	73
Figura 2 – Condições que afetariam a atividade empreendedora e opções de política pública	132
Figura 3 – Orçamento Federal Executado em 2018 (R\$ 2.621 Trilhões)	146
Figura 4 – Composição dos investidores na Dívida Pública da União no Brasil em 2018	147
Figura 5 – Evolução da população brasileira por local de residência 1950-2050	153
Figura 6 – Evolução da taxa de desemprego (2008-2016)	154
Figura 7 – Renda familiar dos empreendedores	174
Figura 8 – Evolução do número de empregos por porte (2006-2016, em milhões)	175
Figura 9 – Evolução da renda média real dos empregados por porte da empresa (2006-2016, em milhões)	176
Figura 10 – Taxa de mortalidade de empresas de anos por porte	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ranking de participação da dívida global (em %)	19
Tabela 2 – Evolução do Percentual do Índices de Desemprego (em milhões)	154
Tabela 3 – População ocupada nas cidades por condição e ramos da atividade (em %) em 1970	155
Tabela 4 – Taxa de Empreendedorismo segundo estágio (em %)	158
Tabela 5 – Os “sonhos” da população brasileira entre 18 e 64 anos (em %)	170
Tabela 6 – Distribuição percentual dos empreendedores estabelecidos (TEE) segundo o setor da atividade econômica – Países selecionados – 2016	171
Tabela 7 – Atividades dos Empreendedores, segundo tempo do negócio	172
Tabela 8 – Faturamento Anual e número de empregados dos empreendedores estabelecidos	174
Tabela 9 – Distribuição percentual do valor adicionado das Micro e Pequenas Empresas	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferentes Enfoques Clássicos Na Conceituação de Empreendedorismo ...	34
Quadro 2 – As Diferentes Circunstâncias do Espírito Empreendedor nas Classes	59
Quadro 3 – Tipos de Inovação e Seus Respective Elementos das Forças Produtivas ..	118
Quadro 4 – Leis Relacionadas à Prática Empreendedora	123
Quadro 5 – Programas, Projetos e Iniciativas Diversas em Apoio Às PME (1960 – 1972)	126
Quadro 6 – Classificação dos países quanto à predominância da atividade produtiva	130
Quadro 7 – Fatores Básicos que Constituem as Classes por Hirano, Iasi e Cupertino	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O NOVO NO PROCESSO DE TRABALHO E A INOVAÇÃO NO PROCESSO DE VALOR	23
1.1 O Novo Subsumido Às Necessidades Do Capital	28
1.2 A Divisão Social do Trabalho	43
2 CRÍTICA AO EMPREENDEDORISMO	51
2.1 Consciência Social e Ideologia na Sociedade Capitalista	53
2.2 O Legado de Schumpeter e a Elaboração de um “Espírito Empreendedor”	59
2.3 O Comportamento Empreendedor	69
2.4 A Prática Empreendedora Segundo a Ciência burguesa	79
3 A PRÁTICA EMPREENDEDORA NA PRODUÇÃO CAPITALISTA	87
3.1 Empreendedorismo e sua Aparência Como Motor do Crescimento Econômico.	106
3.1.1 A função do crescimento econômico e da taxa de desemprego	109
3.1.2 Inovação como motor do crescimento econômico	116
3.2 O Estado como Mediador da Prática Empreendedora	122
3.2.1 O SEBRAE	124
3.2.2 As políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e os capitalismoos	129
3.3 Neoliberalismo e prática empreendedora como expressões do Capitalismo Atual	135
4 DA INOVAÇÃO À PRECARIZAÇÃO: PRÁTICA EMPREENDEDORA NO CAPITALISMO BRASILEIRO	152
4.1 O Brasil do Trabalhador Precarizado: breve história recente	152
4.2 O Brasil Empreendedor (Precarizado) em Comparação com Outros Países	157
4.3 As Principais Funções da Prática Empreendedora na (Re)produção do Capital	161
5 AS CLASSES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: EMPREENDEDORAS E EMPREENDEDORES DO MUNDO, CONECTAI-VOS?	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	202
APÊNDICE A – Pressupostos Categóricos ou Método em Marx	212

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo no qual a riqueza social aparece com uma “enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113). As relações que mantemos na sociabilidade capitalista são relações de troca (de mercadorias) que, por seu caráter fetichizado, escondem o trabalho concreto neles cristalizado. Usando um exemplo do cotidiano, quando compramos pão pela manhã, não nos perguntamos a que hora o padeiro acordou, se ele é o dono da padaria, se é um trabalhador, se ele tem seus direitos trabalhistas assegurados, se escolheu ser padeiro ou foi o que melhor conseguiu, se ele tem família, se sua família nesta manhã teve dinheiro para comprar pão fresco.

A forma mercantil que as relações humanas alcançaram nivela todas as mercadorias – inclusive a mercadoria força de trabalho – pelo seu valor de troca, para isso os valores de uso – no caso do gênero humano, nossa própria capacidade humana de criação – são colocados de forma secundária, e a riqueza passa a ser o potencial de troca das mercadorias sobre a utilidade concreta dos produtos do trabalho humano no mundo.

Nesse mundo de trocas há quem argumente sobre a presença de um “espírito empreendedor” (COSTA, BARROS E CARVALHO, 2011; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; LÓPEZ-RUIZ, 2007), que seria o responsável pela criação das inovações, um inventor de produtos e serviços, e que, portanto, seria a força motriz da produção das riquezas de uma nação. Essa ética criadora muito nos lembra o espírito do capitalismo de Max Weber. Seria uma reencarnação? A questão, contudo, se desenvolve tanto no “espírito” quanto no “corpo” do empreendedorismo que se materializa de tal maneira que nestes dias é elogioso se referir a alguém como “empreendedor”, e assim a ideologia do empreendedorismo cumpre uma função social.

Tem sido crescente o surgimento da referida temática nos discursos das pessoas em suas práticas cotidianas, nas escolas, nos grandes e pequenos negócios, nas livrarias, nos cursos, na vida social de uma forma ampla, como se o empreendedorismo fosse, em si, a própria maneira de produção e reprodução da vida. Desse modo, palavras como capital humano, eficiência, resiliente, *coaching*, entre tantas outras aparecem como os valores destes tempos.

Dentre as justificativas para a importância do empreendedorismo para a reprodução da vida social, os entusiastas – acadêmicos, Estados, órgãos de fomento, ONGs, mídia etc. – defendem que é uma atividade de suma relevância para o desenvolvimento econômico do país, considerando que as micro, pequenas e médias empresas perfazem 50% no Produto Interno

Bruto (PIB) e são responsáveis por cerca de 60% dos postos da força de trabalho (SARFATI, 2013b). Em rota de colisão, nossa investigação demonstra as contradições de um pretensão desenvolvimento econômico, a despeito do que tem sustentado os ganhadores do Nobel de economia Kennet Arrow e Roberto Lucas. Além disso, até mesmo a apreensão de Schumpeter – o principal nome ao se falar de empreendedorismo inovador – tem sido equivocada no Brasil.

Desde já afirmamos que é necessário ir além da justificativa do desenvolvimento econômico e todo reformismo que embasa tais propostas, pois “a economia política ama robinsonadas” (MARX, 2013, p. 151). Ademais:

toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa mas que, de resto, **limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas** (MARX, 2013, p. 156, grifos nossos).

Dentre as (poucas) críticas tecidas ao empreendedorismo, afirma-se que o “empreendedor” é um/a trabalhador/a que, ao mesmo tempo que trabalha, também explora outros/as trabalhadores/as, é um burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo (ANTUNES, 2018); que existe o bom e o mau empreendedorismo e que, portanto, é necessário identificá-lo (BOAVA; MACEDO, 2017); ou mesmo que seria imprescindível superar a dicotomia trabalho-capital, já que o empreendedorismo seria uma necessidade destes tempos e uma potência para o desenvolvimento socioeconômico (DAMIÃO; SANTOS; OLIVEIRA, 2015). O fato é que, como Jesus (2016, p. 20) salienta, “o empreendedorismo tem sido sistematicamente difundido em todos os espaços da vida em sociedade, a começar pelo mundo do trabalho, sem que sejam reveladas as causas e consequências do seu metabolismo na sociedade”.

Fazendo uma analogia com um trecho de O Capital 1 em que Marx afirma que, se é fácil explicar como dinheiro é mercadoria, difícil é explicar como, por que e por quais meios mercadoria é dinheiro, foi essa a nossa tentativa ao tratarmos da prática empreendedora. Se é fácil dizer que ela obstaculiza a luta de classes, a dificuldade que encontramos foi explicar como, por que e por quais meios a luta de classes passa pela prática empreendedora. Foi esse esforço que empreendemos, com o perdão do trocadilho.

Assim, nesta pesquisa, o termo **empreendedorismo** representa o objeto em sua aparência, com suas formulações gnosiológicas e seu sincretismo sem espírito, pois representa o papel que sua ideologia burguesa cumpre, e se manifesta objetivamente e subjetivamente. Enquanto **prática empreendedora**, consistirá na reprodução do movimento real transposto para a mente e explicitado idealmente nas páginas que se seguem.

A prática empreendedora é produto e condiciona as mudanças no desenvolvimento das forças produtivas, especialmente após a crise de 1970, com o fim do *Welfare State*, quando a queda das taxas de mais-valor deslocaram massas de capital para o fundo público. A consequência foi uma mudança qualitativa na mediação do Estado e uma nova dinâmica no ciclo de reprodução do capital dado o papel do capital financeiro na esfera da circulação, pela sua capacidade de atrair para si o mais-valor extraído por outros capitalistas.

Por outro lado, mesmo diante da concentração de capital, pressupõem-se a concorrência como condição necessária para a produção do valor, principalmente para que, por meio da distribuição dos meios de produção, o mais-valor possa ser extraído em “cápsulas de capitalismo”: os micro e pequenos negócios. Já em outros negócios, é engendrado o desenvolvimento das forças produtivas, como no caso das *startups*, que no Brasil ainda são incipientes em relação aos países centrais, embora já existam políticas nacionais de incentivo no FINEP¹.

O atual estágio das forças produtivas pode ser caracterizado, por um lado, como uma ampliação da divisão social do trabalho seja quanto à geopolítica ou ao processo produtivo em geral, cuja prática empreendedora se situa como se fosse um meio independente de produção – indivíduo empreende por seu próprio mérito, não depende do Estado, deve ser superior à concorrência, o mercado deve ser livre para que todos possam competir, etc. – embora, por outro lado, a produção da vida nunca antes esteve tão socializada. Assim, se existe um “espírito empreendedor”; ele corresponde a uma subjetividade oriunda de relações de dependência mutuamente indiferentes e decorre do fato de que os indivíduos não percebem as contradições inerentes à (re)produção da própria existência, visto que sua perspectiva não ultrapassa suas necessidades imediatas, dado o estágio e o modo da divisão social do trabalho capitalista.

Nós sustentamos que é primordial uma ideologia crítica o suficiente para conduzir as intenções de intervenção e que intervenha na realidade social, para que se possa enfrentar os dados objetivos da existência de 36% da população adulta do Brasil envolvida em alguma atividade empreendedora (GEM, 2017), somando 23,1 milhões de “Trabalhadores por conta própria” (PNAD/IBGE, 2017); além da crescente perda de direitos adensada pela contrarreforma trabalhista que culmina na esfera jurídica, mas o que já acontecia na esfera econômica, que possibilita a intensificação da extração da força de trabalho no Brasil enquanto um movimento particular do movimento geral de acumulação. Assim, “com essa moral

¹ Projeto Centelha – Geração de Empreendimentos Inovadores – 01/2018. Disponível em <http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/619>.

empreendedora consolidada e reforçada pelos mesmos mecanismos que a produziram, estão dadas as condições sociais para avançar no processo de aumento da taxa de mais-valor pela consolidação legítima daquela moral” (FERRAZ, 2017, s/p). Nesse sentido, o empreendedorismo, enquanto uma ideologia, é ao mesmo tempo o que os mantém nesta situação e a possibilidade de que essas pessoas enfrentem o real; entretanto, isso só se dá mediante o conflito, por meios dos entraves decorrentes da reprodução da vida.

Nesse caminho, **nossa tese é a de que a prática empreendedora corresponde a um importante desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas que reorganiza produção, distribuição, troca e consumo visando elevar as taxas de extração de mais-valor; seja por meio da inovação, na busca pelo lucro extraordinário intracapitalista; seja por meio do empreendedorismo precarizado, que tanto contribui com a aceleração do ciclo do capital quanto rebaixa o preço da força de trabalho, intensificando a pauperização da classe trabalhadora. A necessidade contínua de inovação atrelada às atividades laborais individualizadas e precarizadas, embora socialmente dependentes, é possibilitada pela automatização da gestão do processo produtivo e pela capacidade de atração do mais-valor gerado pela ampliação do mercado (cada vez mais mundial) em todo o ciclo do capital, da produção à realização do mais-valor na esfera da circulação.**

Marx (2011) nos ensina que, para compreender a natureza do objeto, as categorias precisam ser extraídas dele próprio, investidas na sua materialidade, no real, em sua totalidade, pois apenas dessa maneira podem ser encontradas as particularidades moventes. Para isso, fizemos dois movimentos gerais:

No primeiro movimento, partimos do empreendedorismo em suas representações mais aparentes, na academia nacional e na internacional, nos relatórios governamentais, nos institutos de fomento, para assim conseguir delinear o objeto e suas determinações. No momento do simples para o complexo, percebemos que as raízes do que aparece como empreendedorismo é e está engenhada com a história do capitalismo e com sua lógica imanente, sendo a sua força motriz a lei geral de acumulação e cujo elemento central é a inovação.

Nosso segundo movimento é esta versão da pesquisa, nela buscamos reconstruir a prática empreendedora a partir de sua relação com a inovação, dada a atual composição orgânica do capital e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas cujo marco temporal é a crise de 1970, por ser o período em que se agravam as taxas de acumulação do capital, o endividamento público e privado e o desemprego estrutural.

Assim, se tivermos alguma contribuição aos estudos sobre o capitalismo em seu estágio atual que justifique esta pesquisa, será quanto ao oferecimento de uma investigação do

problema posto em que buscamos historicizar, combinar e comparar dados, provas e fatos relativamente conhecidos pelos(as) pesquisadores(as) da temática em um panorama mais amplo material e dialeticamente.

Na esteira do fenômeno chamado **neoliberalismo** que se trata do capitalismo de sempre, porém adaptado ao Estado burguês demandado pelo capital de hoje, possibilitado em grande medida pelo desenvolvimento das forças produtivas do que tem sido nomeado **indústria 4.0**, sustentamos a necessidade de situarmos as investigações em termos da crítica da economia política, evitando os neologismos que sugerem a existência de um mundo “neo” e/ou “pós”: pós-moderno (BAUMAN, 1999; BOAVENTURA), pós-industrial (DRUCKER, 1993), neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017). Não há nada de novo debaixo do sol do capitalismo, sua contradição essencial permanece sendo capital de um lado e trabalho do outro, riqueza para um lado e miséria para o outro. A diferença (se que é podemos pontuar como algo distinto) é a forma de produzir o valor mais abrangente, tornando tecnologicamente mais sofisticada a maneira de exploração humana, por um lado, e, espreado, por outro, explorações iguais às existentes no século XIX. Advogamos, pois, pelo termo **capitalismo**, como uma busca pelo resgate das categorias genéticas das relações sociais sob o jugo do capital, que abrange, portanto, todos os demais fenômenos isolados aqui mencionados. No curso desta pesquisa, apreendemos que os fenômenos decorrentes das mudanças das forças produtivas após a crise de 1970 têm sido tratados de forma parcelar, o que dificulta a percepção quanto ao movimento totalizante do capital hodiernamente.

Percebemos que o grau de desenvolvimento das forças produtivas (especialmente a inovação tecnológica), neoliberalismo e empreendedorismo são determinações com a mesma origem e que, portanto, precisam ser investigadas em suas mediações. Assim, **empreendedorismo** foi o nome escolhido para o pacto proposto/empurrado goela abaixo pela classe capitalista (que hoje é tão difícil de identificar) aos trabalhadores do mundo. Desse modo, o atual momento da luta de classes pode ser resumido em aceitar as regras desse “acordo” de asseveramento da pauperização ou virar a mesa. Nos termos da crítica da economia política, nós investigamos a prática empreendedora buscando suas determinações e múltiplas mediações, por isso foi necessário discutir Estado (neoliberalismo) e a inovação tecnológica (indústria 4.0), ou seja, o Estado burguês e o desenvolvimento das forças produtivas operando guiado pelo processo de valorização.

É profunda a relação entre prática empreendedora e Estado, embora pareça que um seria a negação do outro (a defesa por menos Estado); na prática, ocorre o oposto. O fenômeno plasmado pela alcunha de neoliberalismo representa o novo papel desempenhado pelo Estado,

um estado forte, diferente do que se pode pensar. Na verdade, a atuação consiste no fortalecimento do Banco Central – responsável pelos indicadores relativos ao capital financeiro, juros, câmbio, depósito compulsório, títulos da dívida pública –, e, ao mesmo tempo, no enfraquecimento do poder político por meio da “austeridade”, isto é, por meio dos dispositivos legais sobre os orçamentos, o que dificulta o controle e a disputa do fundo público, como a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal no Brasil, por exemplo. Streeck (2018, p. 158-159) nos oferece uma descrição acurada dessa situação:

A sociedade necessária para isso terá de contar com uma elevada tolerância às desigualdades econômicas. Sua população excedente e desligada tem de aprender a olhar para a prática política como entretenimento da classe média, do qual não pode esperar nada. Suas interpretações do mundo e suas identificações não têm origem na política, mas nas fábricas de sonhos de uma indústria cultural global e altamente rentável, cujos lucros gigantescos também devem servir para legitimar uma apropriação de valor acrescentado, em rápido crescimento, por parte das estrelas de outros setores, em especial da industrial monetária. A classe média neoprotestante, orientada por uma “justiça baseada no desempenho” e pela concorrência, constituída por proprietários de capital humano, com grande disponibilidade para investir em seu progresso individual e no de seus filhos e com padrões de consumo tão exigentes que não podem, quase por definição, ser satisfeitos com bens coletivos, também funciona como base para libertar o capitalismo de intervenções com motivação democrática.

O autor alemão nos alerta sobre a fragilização da democracia burguesa, como tem sido visto ao redor do mundo. Há um descrédito sobre as instituições públicas como uma reação à piora das condições de vida. E como é mais fácil de visualizar a parte da renda levada pelos impostos do que o mais-valor que é extraído no processo de trabalho, o Estado leva toda a culpa pelo que é promovido, em maior medida, pelas relações capitalistas de produção. O grande problema disso é que a apoliticidade das massas não enfraquece o Estado, tão somente as retira do *front* de batalha, para que os capitalistas as controlem sem maiores intercorrências.

Entretanto, aparentemente, esse modelo de acumulação que liga capital produtivo, fundo público e capital financeiro parece já não ser suficiente. O FMI vem, desde 2016, emitindo pareceres que alertam que “*instead of delivering growth, some neoliberal policies have increased inequality, in turn jeopardizing durable expansion*” (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016, p. 38). Sabemos que, no âmbito da luta de classes, o problema não é a desigualdade, mas a “expansão duradoura”, porque o corolário do Estado banqueiro é o crescimento das dívidas públicas³ para além dos valores das mercadorias produzidas, isto é, deve-se mais que a soma dos PIB.

² “Em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, por sua vez, comprometendo a expansão duradoura.”

³ Vale destacar que esse crescimento da dívida não diz respeito apenas ao aumento dos gastos/investimentos, mas em grande medida às taxas de juros e ao padrão dos empréstimos.

Dados levantados pelo FMI (DESJADINS, 2017) demonstram que cinco países somam 66% da dívida mundial em termos nominais, valores na ordem de US\$ 41,6 trilhões (vide tabela 1).

Tabela 1 – Ranking de participação da dívida global (em %)

Rank	Countries	Debt (\$B)	% of Global Debt	Debt-to-GDP
#1	United States	\$19,947	31.8%	107.1%
#2	Japan	\$11,813	18.8%	239.3%
#3	China	\$4,976	7.9%	44.3%
#4	Italy	\$2,454	3.9%	132.6%
#5	France	\$2,375	3.8%	96.3%

Fonte: Desjardins (2017).

Gravemos bem o nome desses países: Estados Unidos, que devem 107% do seu PIB e representam 32% da dívida mundial; Japão, com 19% da dívida mundial e 240% do PIB em forma de dívida, além da China⁴, da Itália e da França. Os capitais alocados nesses países têm funções de destaque no atual ciclo produtivo global. Enfim, trouxe esses dados para tentar lançar pistas sobre os desdobramentos da luta de classes.

No Brasil, em 2018, a dívida pública representou 40,66% do orçamento (SIAFI⁵, 2019) frente a um PIB com desempenho de 1,1% em 2018, 0,98% em 2017 e -3,59% em 2016. A projeção para 2019 tem sido recorrentemente reduzida, estando cotada pelo governo, em maio de 2019, em 1,6% (ALMEIDA, 2019). Esse cenário se dá junto com o índice de desemprego de 12,8%; 13 milhões de pessoas da população economicamente ativa não tem como vender sua força de trabalho (PNAD/ IBGE (2019)). Esses índices são todos burgueses, isto é, métricas para o capital; se os tomarmos em sua concretude, perceberemos que as condições de produção da vida são bem piores, especialmente para a classe trabalhadora.

Desde a década de 1970, quando as taxas de crescimento do PIB não mais retornaram ao patamar das décadas passadas, o desemprego se tornou um problema a ser administrado enquanto parte da estrutura da produção brasileira. Igualmente, é necessário “gerir” a precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho só comparável com o surgimento das manufaturas (aumentos das jornadas, violência, trabalho infantil, doenças, etc.). A situação caótica não é nova. Por volta de 1850, o grande pensador que embasou nossos estudos neste trabalho já havia descrito algo semelhante.

Nesse momento, a sociedade pareceu ter recuado a um momento anterior ao seu ponto de partida; na verdade, ela ainda precisa criar para si mesma o ponto de partida

⁴ Caberia uma investigação à parte só sobre o caso da China.

⁵ Com base nos dados do SIAFI, elaborado pela Auditoria da Cidadã da Dívida.

revolucionário, a situação, as relações, as condições singulares que façam com que a revolução moderna possa ser levada a sério. (MARX, 2011a, p. 29).

Marx nos ensina que o que parece passado, na verdade, pode não o ser, sob a pena de ser uma farsa. O tempo não retroage. De maneira que, ainda que aparentemente tenhamos a sensação de *déjà vu*, trata-se, pois, do caminho trilhado pelo capital em seu autoenfrentamento diário com suas contradições e como corolário da luta de classes.

Investigamos e discutimos como a imensa fatia dos empreendedores precarizados estão na classe trabalhadora, embora ainda não tenham se dado conta disso. Essa situação coloca a prática empreendedora como pauta da disputa na ordem do dia da luta de classes. As razões são múltiplas: seja por ser uma necessidade objetiva de uma enormidade de indivíduos em condições de pauperização e miséria, seja por afastá-los da disputa pelo fundo público, seja pela necessidade de uma pauta política emancipatória.

Nesse sentido, é insuficiente criticar a ideologia do empreendedorismo. Estamos convencidas que a luta de classes no Brasil necessita passar pelo enfrentamento teórico, porém, também prático no que se refere à prática empreendedora.

O caso cubano é emblemático para compreender como a expansão da prática empreendedora tem sido eficiente no movimento de produção e/ou reprodução do capital, trata-se do crescimento do “*cuentapropismo*” em Cuba. Desde a abertura das fronteiras após a visita de Barack Obama, o governo cubano vem “legalizando” os empreendedores cubanos, que já existiam, mas que eram penalizados. De acordo com uma reportagem recente da BBC (2013):

Según el último informe presentado por la Asamblea Nacional del Poder Popular en Cuba, en julio de este año la cifra de trabajadores por cuenta propia ascendía a 429.000 personas, cifra que, de acuerdo al gobierno cubano, es tres veces superior a la que existía antes de la reforma.

Em 2016, já eram 500 mil (AYUSO, 2016). Montano (2016, s/p) resume a situação na ilha da seguinte forma:

A partir de octubre de 2010, la modalidad de empleo no estatal conocida como cuentapropismo inició un trepidante ascenso, siendo las actividades más representativas la elaboración y venta de alimentos, el transporte de carga y pasajeros, entre otros. Este incremento exponencial ejerció una inusitada presión sobre los mecanismos de control preexistentes. Constituyó desde el comienzo, y se mantiene aún como un elemento desestabilizador en esta ecuación, la penosa ausencia de un mercado mayorista que garantizara la adquisición de insumos, materias primas, medios y equipos, en un marco de legalidad, estabilidad en el suministro, y moderación en los precios, que a su vez evitara la proliferación en la gestión de los referidos recursos hacia el interior del creciente mercado negro. Los casos aquí ofrecidos ilustran el desvío de materias primas y recursos, ilícitamente redirigidos hacia los cuentapropistas, así como la adquisición de otros productos que se venden “a oscuras” sin el más mínimo amparo de las leyes vigentes. A pesar de lo descrito aquí, el problema consta de muchas otras aristas y recovecos por lo que el

*presente artículo es apenas una breve mirada a una problemática mucho más compleja.*⁶

O *cuentapropismo* de Cuba nos leva a refletir sobre as formas que o capital encontra para se expandir, ratificando igualmente nossa suspeita de que o capital tem conseguido mobilizar o que antes era trabalho improdutivo em trabalho produtivo. Da mesma forma, o que antes era acessório, hoje integra o ciclo global de acumulação. A prática empreendedora são cápsulas de capitalismo que devem ser rompidas.

E se Marx e Engels (2007) aclaram que as ideias de uma época são as ideias de sua classe dominante, o que, numa simplificação, poderia justificar o ideal burguês do empreendedor; por outro lado, sua realidade material é bem menos gloriosa do que os ideólogos do capital afirmam. Mais adiante, Marx (2011) explica que o desenvolvimento das produções do espírito nem sempre acompanham o grau de desenvolvimento da produção material, podendo haver um anacronismo. Isso porque a constituição das subjetividades é também produto histórico das relações sociais de produção, de modo que o grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, dada sua abrangência mundial, pode condicionar e influenciar um “espírito” ou uma subjetividade refletida que não corresponde integralmente ao ser da classe da qual os indivíduos fazem parte.

Muitos de nós nos questionamos como as pessoas não percebem que estão fazendo da vida apenas um meio de sobrevivência. Ou, posto de outra maneira, como é possível que uma parte significativa da classe trabalhadora, incluindo aqui os empreendedores, não perceba sua condição de exploração no âmbito de relações capitalistas?

O pôr teleológico no qual se insere a política e a ciência como formas ideológicas necessitam do conhecimento do ser-assim do objeto; sustentamos, pois, que é insuficiente, no que se refere à luta de classes, apontar que o empreendedor é capitalista ou trabalhador no atual estágio da objetividade social em que as condições para uma transformação social se encontram tão distantes do horizonte e enquanto a barbárie bate à porta, como bem alertou Mészáros (2016). Porém, visando a uma nova organização dos(as) trabalhadores(as) em tempos em que

⁶ A partir de outubro de 2010, a forma de emprego não-estatal conhecido como *cuentapropismo* começou uma subida frenética, as atividades mais representativas da preparação e venda de alimentos, transporte de carga e passageiros, entre outros. Esse aumento exponencial exerceu uma pressão sem precedentes sobre os mecanismos de controle pré-existent. É constituído, desde o início, e a estabilidade da oferta continua a ser um elemento desestabilizador nesta equação, a dolorosa ausência de um mercado grossista que garanta a aquisição de insumos, matérias-primas, meios e equipamentos, num quadro de legalidade, e moderação nos preços, o que, por sua vez, evitará a proliferação na gestão dos referidos recursos para o interior do crescente mercado negro. Casos oferecidos aqui ilustram o desvio de matérias-primas e recursos, ilicitamente redirecionados para os trabalhadores independentes, bem como a aquisição de outros produtos vendidos "dark" sem a menor sob as leis existentes. Apesar do que é descrito aqui, o problema consiste em muitas outras arestas e cantos, portanto, o presente artigo é apenas uma breve análise de um problema muito mais complexo.

é tão difícil saber “quem são os/as trabalhadores/as”, nós nos impelimos a expor quais os nexos que explicam e dão base a essas tendências que os mantêm presos ao ideário do capital, mesmo diante da conjuntura.

Para isso, esta tese está organizada da seguinte maneira. Após essa introdução, no capítulo 1, é realizada a discussão acerca do processo de trabalho diante da capacidade humana de engendrar novas necessidades e das formas de atender essas carências. Discutimos também como o processo de criação do novo se apresenta no modo de produção especificamente capitalista, submetido à valorização do valor. No capítulo 2, realizamos a crítica aos apologéticos do novo, isto é, aos ideólogos do empreendedorismo, passando antes pela exposição da formação da consciência e da ideologia.

No capítulo 3, expomos, a partir da crítica da economia política, o papel que a prática empreendedora desempenha com relação às economias nacionais e, com isso, discutimos a mediação do Estado. O Capítulo 4, por sua vez, traz a exposição sobre o movimento que caracteriza o empreendedorismo precarizado brasileiro em sua particularidade, enquanto o capítulo 5 se centra sobre a luta de classes e a posição dos empreendedores no embate.

Por fim, trazemos algumas reflexões e apontamos para o futuro nas considerações finais. Há ainda um apêndice com o método da nossa investigação.

1 O NOVO NO PROCESSO DE TRABALHO E A INOVAÇÃO NO PROCESSO DE VALOR

“Com o tempo, porém, também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas.” (MARX, 2013)

Partimos do pressuposto de que seres humanos são seres sociais que se autoproduzem; nem bom, nem mau, tampouco folha em branco. Ao nascermos, há uma herança humana como resultado da passagem das gerações anteriores, dos antigos aos dias atuais. Marx e Engels (2007, p. 43) descrevem da seguinte maneira:

Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [reale] daquilo que os filósofos representam como “substância” e “essência do homem”, aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como “autoconsciência” e como o “Único”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 43)

Podemos constatar, por suposto, que não há uma predestinação a ser qualquer coisa, como tampouco não há uma autonomia para se tornar o que se quiser. Considerando que, ao nascer, já existe um “mundo estruturado” sob determinadas condições de produção, tais determinantes atuam sobre a nossa formação como seres no mundo, oferecendo possibilidades determinadas de escolha. Aquilo que pensamos, sentimos e desejamos é resultado de séculos de vida humana e, de forma mais imediata, da maneira como uma sociedade (re)produz sua própria existência, das escolhas que fazemos diante das possibilidades postas.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. **Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles.** O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, grifos nossos)

Nesse sentido, Lukács (2010, p. 218, grifos nossos) sustenta:

Que, pois, o ser humano – e propriamente enquanto ser humano – não é algo fixamente dado, univocamente determinado a reagir sobre circunstâncias externas, mas, amplamente produto de sua própria atividade, ele exerce sobre suas possibilidades uma ação qualitativamente transformadora do mesmo modo que transformou o

desenvolvimento do ser e o ser determinado da forma também em um **processo ativo de formação**.

Em outras palavras, não há como sustentar que as relações humanas são fatos dados, lineares, cuja história em seu curso conduziria a humanidade para um lugar preestabelecido, como a ideia de progresso, por exemplo. Mas também não é possível dizer que a vontade humana – o exercício do espírito, digamos – é suficiente para mover o mundo. Assim, não há uma essência (espírito) humana *a priori*, há sim, possibilidades de ação que tanto transformam como são transformadas. A consciência social, portanto, opera em uma relação dialética com a atividade prática no cotidiano.

Os excertos acima nos ajudam a compreender o processo de **autoprodução do gênero humano**. O ser, desde o seu nascimento, depara-se com condições objetivas dadas, a produção da vida é, portanto, o momento preponderante, embora não o único, para a constituição do ser como um ser histórico, portanto, social. Tal preponderância objetiva responde pelas possibilidades concretas de escolhas, que podemos assinalar aqui como o raio de ação singular. Dito de outro modo, a base material (em seu revolucionamento burguês, por exemplo) cria as condições de possibilidades de ação e transformações sociais, mas que só podem efetivamente acontecer caso haja uma subjetividade social igualmente transformadora. Essa relação dialética entre mundo objetivo e ser social é a própria história da humanidade.

E essa autoprodução da humanidade se dá pelo trabalho, tal como explica Marx (2013, p. 255).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Lukács (2013) explica que o ser social é o único ser orgânico com capacidade de projetar na consciência antes de operar na natureza, o que ele chama de prévia-ideação, sendo uma reação à realidade material posta. Isto é, os indivíduos, a partir das necessidades postas na materialidade da vida cotidiana, projetam na consciência as possibilidades de resultado da sua ação antes de a objetivar (construir objetivamente ou materialmente), com a escolha dão-se as práticas e essa objetivação transforma a realidade. Marx (2013) faz a famosa analogia entre o arquiteto e a abelha n' *O capital* 1 para realizar a mesma explanação.

Transformar a natureza por meio do trabalho é um ato humano que nos humaniza. Ademais, tal movimento se dá em constante desenvolvimento, pois considerar a modificação

das condições materiais de vida implica igualmente o engendramento de novas necessidades cada vez mais humanas e sociais, por isso, quando estamos falando de uma alteração ou de desenvolvimento, estamos falando em inovação, ou seja, trata-se da criação de algo com uma intencionalidade. Seres humanos alteram a natureza para que ela lhes sirva, fazem isso por uma necessidade do estômago ou da imaginação (como diria Marx), mas para isso dependem necessariamente de conhecer as causalidades da natureza.

Isso implica a seguinte afirmação, a inovação em um sentido geral – como sendo a criação de algo novo – não é uma particularidade da sociedade capitalista, é, antes, uma condição de possibilidade da autoprodução humana. Adentremos no processo de trabalho para compreender a inovação a que estamos nos referindo.

Há um duplo aspecto do processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 291):

i) o trabalho (e toda atividade social que, em última análise, parte dele e volta a desembocar nele) confronta todo indivíduo com novas tarefas, cuja execução desperta nele novas capacidades.

ii) os produtos do trabalho satisfazem as necessidades humanas de uma maneira nova, que se afastam, cada vez mais socializadas, “da satisfação biológica das necessidades, mas sem jamais dissociar-se totalmente dela”; o trabalho e os produtos do trabalho introduzem na vida necessidades sempre novas e até ali desconhecidas e, com elas, novos modos de satisfazê-las.

No processo de trabalho, não apenas são atendidas as necessidades que geraram a ação como também são produzidas novas necessidades. Por isso, Marx (2013, p. 257) afirma que “mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados”. O novo é tanto uma consequência como uma necessidade da produção humana, e, para isso, demanda-se cada vez mais o domínio sobre as coisas do mundo. Tal processo é mediado pelos meios de trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. (MARX, 2013, p. 256)

Esses meios de trabalho, por sua vez, compõem os meios de produção. Como vimos, quando nascemos, já há uma produção no mundo, uma herança humana com uma história e modo de operar. Nesse sentido:

Se consideramos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, **tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo. Quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de processos de trabalho anteriores.** O mesmo valor de uso que é produto desse trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado,

mas também condição do processo de trabalho. (MARX, 2013, p. 259, GRIFOS NOSSOS).

Portanto, “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2013, p. 255).

Expostos alguns pressupostos, tratemos da inovação a partir da produção especificamente capitalista. No tange ao processo de trabalho como criador de valores de uso, conforme Marx (2013, p. 255):

A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada.

O valor de uso corresponde aos aspectos qualitativos, à utilidade da coisa (física ou social), seu valor está na sua utilidade e se efetiva no seu consumo, por isso, produzir coisas úteis não é uma exclusividade da sociedade capitalista. Este modo de produção, ainda que quisesse, não poderia evitar a produção dos valores de uso. Não obstante, como Marx demonstra, o capitalismo é o sistema social, dentre todos aqueles já produzidos pela humanidade, com a maior capacidade de suprir as necessidades humanas, porém a sua contradição é que **ele cria mais necessidades do que satisfaz**. A ode ao novo não é, portanto, acidental, como exporemos a seguir.

Na medida em que a produção da vida humana (o momento da objetividade que forma subjetividade) se encontra cada vez mais mediada (ou seja, menos imediata), isto é, diante da complexidade engendrada pelo desenvolvimento das forças produtivas, muitas vezes as contradições imanentes da própria realização da existência (física e espiritual) podem ficar ocultas, dadas as inúmeras mediações que conectam as relações humanas.

Lukács (2010, 2013) nos oferece uma explanação acurada para essas mediações, as quais ele nomeou pores de primeira ordem e pores de segunda ordem.

Os pores de primeira ordem ou pores primários, portanto, correspondem à capacidade humana de, por meio da prévia-ideação, transformar a natureza, ou seja, corresponde ao trabalho, por meio do qual nos autoproduzimos enquanto gênero, num movimento contínuo de objetividade-subjetividade-objetividade. Nesse sentido, o idear faz parte da gênese do ser social quando, num primeiro estágio, por meio do trabalho, há uma ideação condicionada pela materialidade, em uma relação em que causalidade e teologia se imbricam, e que, dada à

natureza das determinidades orgânicas do processo da assim chamada “natureza”, haja uma maior possibilidade de que a teleologia e a causalidade se coadunem.

Já os pores de segunda ordem ou pores secundários são formas superiores dessa relação, são mais complexos e ampliam as categorias em relação ao complexo do estágio inicial; nesse segundo momento, o ideal ganha uma autonomia relativa, sem, contudo, perder sua base material. Nesse segundo patamar, teleologia e causalidade ganham uma certa distância, visto que seu elo é também a atuação de convencimento entre os indivíduos por meio de criações teóricas como a religião, a filosofia, a moral, as artes, etc., e, sobretudo, nunca se perde o fundamento da realidade em que homens e mulheres, em sua atividade produtiva, buscam meios para sobreviver, mas que podem estar mais ou menos afastadas do complexo produtivo.

Pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência dos outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados. **Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho.** Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que porém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe. (LUKÁCS, 2013, p. 180, grifos nossos).

Vemos, pois, que: i) a divisão social do trabalho – que por sua vez foi propiciada pela propriedade privada dos meios de produção – vai, no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas, afastando relativamente esses pores de segunda ordem – as produções teóricas decorrentes da capacidade humana de idear previamente, aquilo que nos torna seres sociais – da esfera de produção concreta do trabalho, sobretudo, tornando-se um meio de convencimento e de dominação de uma classe sobre a outra. Mesmo porque o que iguala todos os indivíduos são as relações de troca, de maneira que, na divisão social do trabalho, perde-se a percepção da totalidade, e tão somente no mercado e partir do mercado é que se dão as relações. Decorre disso que ii) essa divisão social do trabalho, produto da sociabilidade capitalista, combinada com a luta de classes faz com que pores de segunda ordem se tornem meios de controle sobre a produção objetiva e subjetiva do ser social.

Dessa maneira, dada as novas necessidades que emanam da satisfação das necessidades anteriores e das relações mediadas pela propriedade privada e pela divisão social do trabalho – relações essas que comprometem o pleno desenvolvimento da consciência do real –, diante do processo de convencimento entre os sujeitos, tais criações podem ser contraditórias, ou seja, a

consciência individual, ou mesmo coletiva, pode guardar uma distância das carestias correspondentes ao grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Sendo assim, se a inovação num sentido amplo é prática humana do gênero independente do modo de produção, na sociabilidade capitalista inovar se restringe a destinar tal capacidade humana à produção do mais-valor, ou seja, o surgimento do novo encontra-se condicionado a sua potência na produção de valorização, como veremos a seguir.

1.1 O Novo Subsumido Às Necessidades Do Capital

Discutimos o processo de trabalho como parte da história da humanidade em sua autoprodução. Além disso, também aludimos ao fato de que não é o produto desse trabalho que possibilita a compreensão de uma época econômica, mas o grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a forma e os meios de trabalho em que se dá o processo de trabalho.

Assim, a primeira observação a ser feita é que, na sociedade capitalista, o processo produtivo se dá vinculado ao processo de valorização, pois não bastam os valores de uso, o que guia a produção, sobretudo, são os valores (de troca). Já não se produzem apenas produtos, produzem-se mercadorias.

Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. **Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca.** E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. **Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.** (MARX, 2013, p.263, grifos nossos)

Nossa exposição a seguir sustentará que a produção do novo (engendrado pelo processo do trabalho), no modo produção capitalista, dá-se guiada pela produção do mais-valor (da exploração do trabalho) visando, em última instância, valorizar o valor. Nesse movimento os valores de uso se restringem ao conteúdo que possibilita que se apresentem como valores de troca. Por isso, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho e o processo de valorização encontram-se intrinsecamente imbricados.

Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. (MARX, 2013, p. 271).

Precisamos agora compreender as implicações do novo modo de produção capitalista, ou seja, como se dá o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade em que vivemos. Partimos da síntese proposta por Marx (2017, p. 305-306, grifos nossos), a discorrer sobre três fatos fundamentais da produção capitalista:

1. Concentração dos meios de produção em poucas mãos, pelo que eles deixam de aparecer como propriedade dos trabalhadores diretos e se convertem em potências sociais da produção, ainda que, num primeiro momento, o façam como propriedade privada dos capitalistas. Estes são trustes [administradores] da sociedade burguesa, porém embolsam todos os frutos dessa função. **2. Organização do próprio trabalho como trabalho social – mediante a cooperação, a divisão do trabalho e a combinação deste último com as ciências naturais.** Tanto no primeiro como no segundo aspecto, o modo de produção capitalista suprime a propriedade privada e o trabalho privado, ainda que o faça sob formas antagônicas. **3. Estabelecimento do mercado mundial.** A enorme força produtiva, em relação à população, que se desenvolve no interior do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma proporção, o crescimento dos valores de capital (não só de seu substrato material) num ritmo muito mais acelerado que o crescimento da população, contradizem a base cada vez mais reduzida – em relação à riqueza crescente – para a qual opera essa enorme força produtiva e as condições de valorização desse capital em expansão. Daí resultam as crises.

Este trecho de O capital 3 perpassa por mediações importantes para compreender o desenvolvimento das forças produtivas. O fato 1, sobre a **concentração dos meios de produção**, leva-nos a refletir acerca da contradição elementar do capital: a relação entre o capitalista e os trabalhadores. Neste ponto, antes de prosseguir, precisamos explicar que, para Marx, o modo de produção capitalista pressupõe quatro elementos: a) a base material é organizada pelo **mercado** e pela **troca**; b) seu fundamento essencial está na **compra e venda da força de trabalho** e na apropriação sem pagamento de trabalho alheio (**mais-valor**); c) seu objetivo principal está na **valorização do valor**; d) seu motor interno de expansão na **concorrência intercapitalista**, cuja produção também gera instabilidade, desemprego⁷ e crises.

A base material é o mercado e a troca, pois, diante da divisão social do trabalho⁸, a produção se dá em um todo complexo (produção, circulação, distribuição e troca) em que os produtores são mutuamente dependentes (e indiferentes). O fundamento encontra-se na compra e venda da força de trabalho, uma vez que a capacidade de trabalho se torna uma mercadoria assim como qualquer outra, tem, por isso, valor de uso e valor – seu valor de troca é a forma salário – e é o único elemento produtivo capaz de adicionar valor às mercadorias. Por conseguinte, Marx o nomeia como capital variável, por ser a fonte da criação do mais-valor.

⁷ Desemprego para nós se refere a quando os trabalhadores não conseguem vender sua força de trabalho, não à categoria burguesia de “força de trabalho desocupada”, visto que também o exército industrial de reserva está incluído (e é uma necessidade) da produção capitalista.

⁸ Conforme veremos com mais detalhes a seguir.

Nesse sentido, no modo de produção capitalista, produz-se para acumular, que a mercadoria tenha um valor de uso é algo que ocorre pois não pode ser eliminado. E, por fim, o motor interno dessa produção, o que dinamiza seu movimento é a concorrência. Assim, de acordo com Marx (2013, p. 667, grifos nossos):

Apenas como capital personificado o capitalista tem um valor histórico e dispõe daquele direito histórico à existência de que, como diz o espirituoso Lichnovski, nenhuma data não dispõe. Somente nesse caso sua própria necessidade transitória está incluída na necessidade transitória do modo de produção capitalista. **Ainda assim, porém, sua força motriz não é o valor de uso e a fruição, mas o valor de troca e seu incremento. Como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade,** cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo. O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. **Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis iminentes do modo de produção capitalista.** Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva.

Vale ressaltar que o que os ideólogos do capital chamam de crise é, na verdade, o próprio movimento do capital. Podemos citar o que tem ocorrido e se intensificado desde a década de 1970 até os dias atuais, quando o desenvolvimento das forças produtivas acontece num ritmo descompassado em relação à sua capacidade de valorizar o valor. Como um desdobramento da questão da composição técnica e orgânica do capital, dada a mudança na proporção entre capital constante e capital variável, vemos as peças se movimentando no tabuleiro da luta de classes com novos arranjos entre os capitalistas e dentro da classe trabalhadora. E essa é uma pista importante para compreendermos que o que tem sido chamado de empreendedorismo é unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações desdobradas desse embate histórico.

Por fim, discutamos o fato 2, “organização do próprio trabalho como trabalho social – mediante a cooperação, a divisão do trabalho e a combinação deste último com as ciências naturais”. Referindo-nos ao papel que a ciência desempenha na produção capitalista, seguindo Marx (2013) ao analisar o processo de industrialização na Inglaterra, chega-se à contradição do desenvolvimento tecnológico da ciência moderna, pois, se por um lado a maquinaria pode tornar o trabalho menos pesado para os indivíduos, por outro lado tal processo se dá “sem consideração com a mão humana”. Isso implica as seguintes constatações:

a) são seres humanos em seus processos de trabalho que percebem (objetivamente e subjetivamente) como transformar a natureza; a ciência, portanto, está intimamente vinculada ao trabalho humano concreto;

b) para conseguir transformar a natureza, é preciso dominar os conhecimentos causais ou físicos. É um movimento que ocorre igualmente no âmbito do ser inorgânico⁹, no ser orgânico e no ser social (nesta forma mais mediada, pores secundários, como vimos), pois, na medida em que os indivíduos modificam a materialidade, estão modificando a si próprios¹⁰;

c) Se a ciência, uma criação humana, não “reconhece” seu criador, que, por sua vez, também não se reconhece em seu trabalho, o que se produz é um conhecimento reificado e alienado¹¹.

Marx (2013) ainda reforça o caráter de revolucionamento técnico da ciência vinculada ao capital, cujos efeitos transformam, a reboque, as funções dos trabalhadores e as relações sociais do processo do trabalho. Exatamente por esse motivo, essas inovações não têm por finalidade última o atendimento das necessidades humanas, trata-se, desse modo, de um meio pelo qual o capital consegue acelerar a valorização do valor.

Nas palavras de Marx “(...) o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador –, é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano” (MARX, 2013, p. 560).

A ciência, ainda que reificada, é um dos principais elementos que compõem as forças produtivas, mas há outras. São múltiplas as circunstâncias que caracterizam a força produtiva (MARX, 2013), entre elas:

- Grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica;
- Grau médio de destreza dos trabalhadores;
- Organização social do processo produtivo;
- Volume e eficácia dos meios de produção;
- Condições naturais.

Ora, como se pode constatar, excetuando-se as condições naturais, todos os demais fatores supramencionados estão profundamente relacionados com o grau do desenvolvimento humano, seja uma prática, uma técnica ou uma ciência. Isso quer dizer que é diante das

⁹ Na biologia, são chamados seres inanimados.

¹⁰ Refere-se ao pôr-teleológico que caracteriza o ser social. Recomendamos a leitura do capítulo sobre o trabalho em “Para uma Ontologia do Ser Social II” (2010) de G. Lukács.

¹¹ Sugerimos a leitura do artigo “Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento” de Ferraz, Chaves e Ferraz (2018).

mudanças econômicas e sociais da transição da manufatura para a industrialização, da demanda por novas tecnologias que elevem a produção e da complexidade da vida, que o desenvolvimento das forças produtivas se torna, na modernidade, o problema científico por excelência da teorização sobre a comunidade humana.

Salientamos uma conhecida robinsonada dos ideólogos do capital, de que seria o ímpeto e o brilhantismo do capitalista que movem as revoluções tecnológicas. Não o é. O capitalista tão somente adianta o capital constante, cabe à força de trabalho realizar toda a tarefa, e mesmo o ato de adiantar capital na produção tem por finalidade a acumulação, podendo ser uma fábrica de salsichas ou uma fábrica de diplomas de ensino superior, desde que dê lucro.

Assim, diante do processo produtivo que culmina com as mercadorias que possibilitam a realização do mais-valor, o valor de uso é algo que não pode ser excluído, portanto, a força motriz do ato é o acréscimo sobre o capital, e não o uso que será feito dele; todos os meios de produção são movidos para que se gere acúmulo de capital.

O processo de trabalho é apropriado pelo capital que visa à produção de valores de uso que podem ser utilizados como valores de troca, dinheiro que vira mercadoria preta de mais-valor e gera dinheiro, entretanto, Marx (2013, p. 268) satiriza, “o caminho para o inferno é pavimentado com boas intenções, e sua intenção poderia ser, igualmente, a de fazer dinheiro sem produzir nada”, a infelicidade do capitalista é que as inovações devem ser úteis.

Vale ressaltar que, na indústria moderna, o revolucionamento da produção se configura em meio de trabalho (MARX, 2013), sendo condição necessária para a reprodução. Ademais, esse revolucionamento não se dá isoladamente, pois “o revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento em outra” (MARX, 2013, p. 457). Isso nos permite inferir que algo que foi criado em um determinado momento do ciclo produtivo ou reprodutivo do capital pode e irá modificar não apenas a si próprio, mas também a cadeia de produção, considerando, mais uma vez, o aspecto totalizante do processo: produção, circulação, distribuição e consumo.

É preciso relatar que tal revolucionamento tem um efeito perverso sobre a classe trabalhadora, pois a máquina que prometeu ao mundo livrar a humanidade do peso do trabalho substitui o trabalhador e joga-o de um lado para o outro do mercado em busca de novos postos cada vez mais pauperizados, sendo a exploração a tônica da relação, “daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (MARX, 2013, p. 495). Ademais, a crescente substituição dos trabalhadores por máquinas e robôs torna supérflua a força de trabalho, que

não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. (MARX, 2013, p. 502-503).

Mas além de tudo, sendo o trabalhador quem cria e desenvolve as forças produtivas por meio do seu trabalho, essa criação, por ser realizada durante a atividade laboral contratada pelo capitalista, é também propriedade deste último, isso quer dizer que “inovação” não custa nada ao capital, tornando-se, portanto, um “*plus*” cada vez mais incentivado pelos gestores. Por isso têm sido crescentes os trabalhos sobre gestão por competências; aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento e outras temáticas nesta mesma linha que visam, no limite, maneiras de sugar o conhecimento tácito do trabalhador para aplicá-lo no processo produtivo (BRITO, 2014). Como foi descrito por Ferraz e Sales (2017, p. 116-117):

Os sujeitos que trabalham nessas organizações estão imersos num cenário capitalista que busca inovação constante como meio para manter a competitividade e as margens de lucro. Essa inovação emana dos conhecimentos dos indivíduos¹². (...) o que tem sido compreendido e aplicado como gestão do conhecimento resulta do emprego de conhecimento técnico, de racionalidade instrumental, usando apenas uma pequena parte da capacidade humana, exatamente aquela que é capaz de fazer conexões para resolver problemas pontuais, específicos e de cunho mercadológico.

Ratificamos assim, acerca do processo de desenvolvimento das forças produtivas no que tange à inovação, que **não é o empreendedor que “inova”, são, antes, os trabalhadores durante o seu processo de trabalho**, na medida em que sua subjetividade é objetivada, e com o seu trabalho vivo, ressuscitam o trabalho morto materializado nos meios de produção – máquinas, matéria-prima e ferramentas, **gerando novas necessidades e, por conseguinte, novos meios de trabalho, novos produtos, etc.** E é na relação recíproca entre a objetividade e subjetividade que são engendradas as alterações e melhorias no próprio processo de trabalho, nos instrumentos, ferramentas, máquinas, enfim. Assim, quando estamos falando de inovação, o que efetivamente está em curso é o desenvolvimento das forças produtivas.

Inovação nos dias atuais encontra-se profundamente relacionada com empreendedorismo, por uma série de fatores que exporemos a seguir. Partindo de como a ode ao novo aparece na literatura burguesa, segundo Costa, Barros e Carvalho (2011, p. 182-183), o empreendedorismo é um conceito guarda-chuva que abarca três tendências:

- a) “uma perspectiva de base behaviorista ou comportamental e concentra-se nas tentativas de definição dos perfis das personalidades do empreendedor e em compreender seu comportamento”;
- b) “estudos sobre as habilidades e competências empreendedoras e sua relação com o espaço organizacional” – isto é, empreendedorismo institucional, social, intraempreendedorismo, etc.

¹² Em última instância, e não apenas. Pois no controle das forças produtivas há aspectos objetivos, mas também subjetivos.

c) “alinhada à perspectiva de base econômica acerca do empreendedorismo – concentra-se nas relações entre o tema e as ideias de inovação, risco calculado e desenvolvimento”.

Esta terceira tendência se subdivide em outras, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Diferentes Enfoques Clássicos Na Conceituação de Empreendedorismo

AUTOR(ES) / ANO	FOCO
Gartner (1985)	Novo Mercado – Nova empresa
Kirzner (1973)	Agentes capazes de reconhecer novas oportunidades
Shane e Ventrakaraman (2000)	Processo dinâmico de interação entre empreendedores e oportunidades potencialmente lucrativas
Schumpeter (1934)	Um agente econômico da inovação

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como sabemos, a ciência burguesa necessita de uma definição para simplificar e difundir suas ideias, assim, uma síntese do conceito de empreendedorismo foi proposta por Hisrich, Peters e Shepherd (2014, p. 30): “empreendedorismo é o processo de criar algo novo, assumindo os riscos e as recompensas”. Mas o que isso representa em sua materialidade?

A primeira observação é a de que “algo novo” não surge da prática empreendedora. Apenas o trabalho, na sociedade capitalista a força de trabalho – em seu trabalho humano concreto socializado –, tem a capacidade de desenvolver novas forças produtivas, meios de produção e, também, produtos, como temos sustentado neste capítulo.

A segunda observação é que “risco” pode ser desmistificado em duas explicações: a) o capital variável só recebe depois de adiantar o trabalho (necessário e excedente), visto que o pagamento dos salários – que diga-se de passagem é o próprio trabalhador quem produz – é posterior à venda da força de trabalho. O risco, portanto, é do trabalhador que depende do capitalista conseguir realizar o mais-valor transmutado na mercadoria para conseguir receber; e b) o capital adiantado (constante e variável) tem por gênese¹³ a expropriação da terra e dos indivíduos, haveria, proudhonianamente falando, risco em perder o fruto de um roubo? A propriedade privada não é uma determinação natural ou metafísica, é obra humana, que assim foi feita e pode também ser superada. Então o que é esse risco aludido?

O processo de acumulação se dá de tal modo que, em sua reprodução, considerando o capital empregado na valorização do valor e a renda do capitalista, em algumas dadas rotações, mesmo esse capital primitivo acaba dando lugar ao mais-valor que retroalimenta o ciclo D-M-D’ (MARX, 2013; 2014). Assim, falar em “risco” na sociedade capitalista consiste em falar na possibilidade de conseguir ou não explorar o trabalho alheio para auferir, no limite, lucro.

¹³ Ver especialmente o capítulo 24 – A assim chamada acumulação primitiva em O Capital 1.

A terceira observação é a de que mais-valor não é recompensa. Mais-valor – fonte do lucro – é trabalho não pago. É fruto de exploração do labor humano. E antes que digam que o salário é pago conforme combinado e que, portanto, merece o capitalista (ou o empreendedor, em alguns casos) a recompensa por arriscar (o que não era dele), é preciso salientar, exatamente como dizem os economistas vulgares, que, onde há igualdade, não há lucro. Assim, se o trabalhador recebesse o equivalente ao seu trabalho, de onde viria o lucro?

Na sociedade capitalista, o indivíduo aparece como parte do sistema produtivo, junto às máquinas e aos demais elementos que compõem os meios de produção. Numa sociedade que se realiza por meio da produção de mercadorias, cujas trocas são mediadas por dinheiro, “o processo de troca da mercadoria se consoma, portanto, em duas metamorfoses contrapostas e mutuamente complementares: conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria” (MARX, 2013, p. 179). Ora, não tendo produtos para trocar, os indivíduos que não possuem os meios de produção precisam conseguir dinheiro vendendo a única mercadoria que possuem: sua força de trabalho.¹⁴

Ou seja, os indivíduos precisam colocar sua capacidade de trabalho a serviço de outro indivíduo que irá se apropriar privadamente de sua força de trabalho e também dos frutos de seu trabalho. Para isso, existem duas condições: I) o vendedor da mercadoria força de trabalho deve ser livre para dispor parte do seu tempo, pois, se o fizesse integralmente, venderia a si próprio, seria um escravo. Vendem-se, portanto, algumas horas do dia para conseguir sustentar as outras horas de vida. II) o vendedor da força de trabalho não deve possuir outra mercadoria para vender a não ser a própria força de trabalho (MARX, 2013).

Diferentemente do processo de troca do lado do trabalhador, que precisa vender a única mercadoria de que dispõe (força de trabalho) em troca de dinheiro para assim adquirir mercadorias que lhe sustentam a vida (M-D-M), o capitalista tem o dinheiro e precisa convertê-lo em mercadoria para fazer mais dinheiro (D-M-D’). Apenas uma possível troca de dinheiro por dinheiro não geraria um valor adicional, é preciso que ocorra uma “bruxaria” produtiva, que faz com que uma mercadoria consiga adicionar novos valores ao dinheiro adiantado, este é exatamente o processo de produção, no momento em que o trabalho vivo consegue sugar trabalho morto e adicionar valor aos produtos e serviços.

¹⁴ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 242).

Por isso, o fato de possuir dinheiro (entesouramento) não faz de alguém capitalista, é preciso que o recurso seja empregado no processo produtivo para gerar valor. Esse capital adiantado pressupõe duplamente capital constante e capital variável¹⁵, contudo apenas o segundo pode gerar novos valores. A parte da maquinaria, matéria-prima, meios de trabalho, é trabalho morto, que tão somente tem a capacidade de transferir seu próprio valor para uma mercadoria, logo, é o capital constante. A força de trabalho, por meio da ação humana, é a única mercadoria capaz de adicionar novos valores e compõe o capital variável (MARX, 2013).

Segue-se que assim, como na aquisição do capital constante, a mercadoria força de trabalho também tem um “custo”, pois precisa estar em condições de contribuir com seus músculos e sua mente para extrair e produzir valor, precisa reproduzir-se.

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. (...) Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, **o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência**, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, 2013, p. 245, grifos nossos).

Alguém poderá dizer, como os economistas vulgares costumam afirmar ratificar numa ode ao capital e que se torna alvo de ironia por Marx (2013, p. 269):

Não é verdade que ele, nosso capitalista, forneceu ao trabalhador os materiais com os quais – e nos quais – ele pode dar corpo a seu trabalho? E considerando-se que a maior parte da sociedade consiste de tais pés-rapados [*Habenichtsen*], não prestou ele um inestimável serviço à sociedade por meio de seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, para não falar do serviço prestado ao próprio trabalhador, a quem ele, além de tudo, ainda garante dos meios de subsistência? E não deve ele cobrar por esse serviço prestado? Além do mais, não se trata, aqui, de serviços. Um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho.

Deixemos que o próprio Marx (2013, p. 262, grifos nossos) responda a sua pergunta:

Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos. O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do

¹⁵ “Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino- a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: **capital constante**. Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: **capital variável**. Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável.” (MARX, 2013, p. 286)

produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. (...) Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. **A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista.** Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem.

Ora, vemos que é o processo de trabalho do indivíduo consumido no ato da produção – que para o capitalista é uma mercadoria tal como qualquer outra, pois ele pagou e lhe pertence – que adiciona o “fermento vivo” capaz de ressuscitar os valores mortos que estão na máquina, na matéria-prima, no banco de dados dos computadores, etc. Percebemos, que, na realidade, não há capitalista sem força de trabalho, pois é esta a mercadoria que tem o poder de transformar dinheiro em mais-dinheiro. No entanto, ao contrário, um indivíduo não precisa de um capitalista para produzir valores de uso, produtos úteis, pois, lembremos:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho (...). A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2013, p. 255).

Mas, de onde vem o mais-valor? Uma vez que foi demonstrado como o trabalho vivo ressuscita o trabalho morto, qual a fonte da exploração?

Vem do trabalho não pago e esse pode ser extraído de forma relativa ou absoluta. Para isso, precisamos ressaltar que o processo de jornada de trabalho é composto de dois momentos: o tempo de trabalho necessário – momento em que o trabalhador produz o próprio salário – e o tempo de trabalho excedente – momento que produz para o capitalista.

Denomino “**tempo de trabalho necessário**” a parte da jornada de trabalho em que se dá essa reprodução, e “trabalho necessário” o trabalho despendido durante esse tempo. Ele é necessário ao trabalhador, porquanto é independente da forma social de seu trabalho, e é necessário ao capital e seu mundo, porquanto a existência contínua do trabalhador forma sua base (MARX, 2013, p. 293).

O trabalho excedente, por sua vez, é o **mais-trabalho**.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*) (MARX, 2013, p. 293).

Para resumir: o terceiro fator, o que ideólogos do capital (e do empreendedorismo) estão chamando de recompensa consiste em exploração humana, trabalho não pago, mais-valor.

Retomando a questão da inovação que, como já vimos, não é uma criação capitalista, entretanto é uma necessidade do modo de produção capitalista diante da **lei geral da acumulação capitalista**. O progresso tecnológico como inovação deve ser (e tem sido) permanente e ininterrupto. Por isso, tem-se a sensação de um mundo cada vez mais dinâmico do ponto vista material e tão frenético em sua lógica de funcionamento. A inovação é uma necessidade posta no processo de acumulação, conforme exporemos a seguir.

A inovação possibilita a apropriação de um lucro extraordinário, pois a produção do valor de uma mercadoria é dada socialmente pelo trabalhador coletivo, e não privadamente pelo capitalista individual. Assim, na concorrência intercapitalista, aquele que assumir a dianteira no processo produtivo apropriar-se-á (ao menos por um tempo) de uma fatia maior do mais-valor gerado.

Isso ocorre pois o progresso tecnológico possibilita a redução do valor das mercadorias, incluindo a mercadoria das mercadorias, a força de trabalho. Com isso, eleva-se ininterruptamente a chamada produtividade do trabalho e, na medida em que ela cresce, decresce-se o valor das mercadorias, por ser necessária uma quantidade menor de trabalho para produzi-las. Assim, por meio da inovação, criam-se meios de produção capazes de extrair mais-valor de forma contínua. Por isso, o capitalista que inova primeiro, por ter encontrado uma forma mais veloz e/ou mais eficiente de produzir um determinado tipo de bem, isto é, que encontra uma forma de produzi-lo gastando menos trabalho que do se gastava antes, acaba obtendo uma taxa de lucro maior do que a taxa de lucro média do setor.

Esse movimento é possibilitado enquanto a inovação for daquele capitalista individual, quando ele recebe um valor superior ao valor efetivo dessas mercadorias em relação ao que elas de fato incorporam em seu processo privado de produção. Enquanto isso, seus concorrentes continuam produzindo mercadorias “à moda antiga”, em que o seu valor social ainda não foi modificado, no mesmo momento em que o capitalista inovador individual já está se valendo privadamente. Por isso, Marx (2013) coloca o desenvolvimento tecnológico como motor do capitalismo, não por ser o seu fim, mas por ser uma forma de obter um mais-valor, que, por sua vez, movimenta-se com a concorrência intercapitalista.

A **concorrência intercapitalista** é base concreta para impulsionar as inovações (subsumidas ao processo de valorização). O próprio movimento de valorização do valor necessita desse processo de desenvolvimento das forças produtivas cuja marca central é a inovação tecnológica como poupadora de trabalho vivo, a expropriação do mais-valor relativo decorre desse processo. Dessa maneira, “uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da

produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2013, p. 698). A inovação intracapitalista torna-se um elemento primordial para a acumulação, que é “a aplicação de mais-valor como capital ou a reconversão de mais-valor em capital (...)” (MARX, 2013, p. 655).

Quando discutimos a produção do mais-trabalho como a fonte do mais-valor, vimos que o processo de valorização se dá intrínseco ao processo de trabalho. Pelo lado do capitalista, tem-se o adiantamento de capital em capital constante e em capital variável, sendo o segundo a expressão da força de trabalho que gera o mais-valor. Ocorre que a proporção e o modo de funcionamento entre meios de produção da força de trabalho condicionam a possibilidade do crescimento de um dado capital. Marx (2013) explica esse processo como a composição do valor; esta, por sua vez, pode ser exposta de três modos:

No que tange ao aspecto do valor, “ela [a composição do capital] se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários” (p. 689).

Composição do capital = capital constante (MP) / capital variável (soma total dos salários ou valor da FT)

Quanto ao seu aspecto da matéria, isto é, a composição técnica do capital, corresponde ao modo como ela funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho.

Composição técnica do capital = MP e FT
--

Por fim, primando pela totalidade, tem-se a composição orgânica do capital ou composição de valor do capital, que é “determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital” (p. 689).

Conforme Marx (2013) apresenta, em um determinado ramo de produção, a média das composições dos capitalistas individuais fornece a composição total de tal ramo de produção, embora individualmente cada capitalista possa ter composições mais ou menos distintas. A média total das composições médias de todos os ramos da produção de um país fornece a composição do capital social do país. Há, então, uma composição média (no ramo e na produção nacionalmente), e, do ponto de vista do capitalista individual, tal composição pode estar acima ou abaixo de tal média.

Entretanto, o desejo do capitalista é cada vez aumentar ainda mais a produtividade do trabalho, por isso a inovação cumpre um papel importante na redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produção do valor e, por conseguinte, na diminuição dos custos do capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas tende a reduzir a necessidade da força de

trabalho, isto é, do capital variável, embora, por outro lado, um crescimento de capital implique necessariamente crescimento do seu componente variável.

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados. (MARX, 2013, p. 690).

Contudo, esse processo deve ser visto não da perspectiva do capitalista individual, mas socialmente.

Seja ele condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta última aparece, portanto, na diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos. Essa alteração na composição técnica do capital, o aumento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que a põe em atividade, **reflete-se na composição de valor do capital, no aumento do componente constante do valor do capital à custa de seu componente variável.** (MARX, 2013, p. 699, grifos nossos).

Sobretudo,

A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas aumenta o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas o valor deles diminui em comparação com seu volume. Seu valor aumenta, portanto, de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. **O aumento da diferença entre capital constante e capital variável é, por conseguinte, muito menor do que o da diferença entre a massa dos meios de produção e a massa da força de trabalho em que são convertidos, respectivamente, o capital constante e o variável. A primeira diferença aumenta com a última, mas em grau menor.** (MARX, 2013, p. 699, grifos nossos).

Vemos, por suposto, que tal movimento inerente ao modo produção especificamente capitalista condiciona a capacidade de acumulação, pois, por um lado, a inovação reduz o valor das mercadorias – isto é, tempo socialmente necessário para sua produção –, por outro lado, tal revolucionamento coloca sob tensão o processo de valorização.

Temos, assim, que a valorização do valor pressupõe a **acumulação**, que se põe de um lado como a concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, de outro lado, como repelência entre os capitalistas individuais. Essa **concentração**, portanto, está diretamente relacionada com a acumulação, Marx chega a colocá-las como idênticas e as caracteriza de duas maneiras: a) como a concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais (limitada pelo grau de crescimento da riqueza social e mantidas inalteradas as demais circunstâncias); b) os capitalistas individuais competem como produtores de mercadorias autônomos com sua cota-parte do capital social em cada esfera particular de produção.

Essa fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua atração. Essa já não é a

concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. **Esse processo se distingue do primeiro pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação.** Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. **Trata-se da centralização** propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração. (MARX, 2013, p. 701-702, grifos nossos).

Ou seja, o segundo aspecto da concentração se dá como uma acumulação gradual que culmina de tempos em tempos no processo de **centralização**, quando os capitalistas maiores derrotam os menores na luta concorrencial pelo barateamento das mercadorias, que, ao seu turno, dependem da produtividade do trabalho. Tal é um dos motivos dos capitais menores se destinarem às esferas da produção ainda não dominadas pelo grande capital. Sobretudo, o desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista ensejam igualmente a concorrência e o crédito, ambos sendo os dois elementos mais importantes da centralização, quando os capitais antes espalhados se juntam na mão de poucos produtores. Para além de apresentar apenas um aumento do poder de competição, a centralização atua como complemento à acumulação, pois proporciona a ampliação da escalada de produção. Com isso:

A extensão aumentada de estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a transformação progressiva de processos de produção isolados e fixados pelo costume em processos de produção socialmente combinados e cientificamente ordenados. (MARX, 2013, p. 703).

O que foi desenvolvido no processo de trabalho e processo de valorização de alguns capitalistas durante algum tempo, com a sua derrota no mercado, culmina com a centralização desse capital que se une a um capital maior e acelera sua acumulação. Eis o risco de inovar na produção capitalista: como o processo de trabalho está subsumido ao processo de valor, corre-se o risco de “investir” em um desenvolvimento tecnológico sem que ele retorne como mais-valor (ou mesmo lucro).

Mas é evidente que a acumulação, o aumento gradual do capital por meio da reprodução que passa da forma circular para a espiral, é um procedimento extremamente lento se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos. E enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, **a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho.** (MARX, 2013, p. 703).

A inovação possibilita um lucro extraordinário no âmbito da concorrência intracapitalista, mas não há garantia de que esse mais-valor será apropriado pelo processo de trabalho que o engendrou, visto que tal relação se dá sobre a tônica da acumulação, que, por sua vez, depende da composição orgânica do capital – capital constante e capital variável. O primeiro necessita ser constantemente revolucionado para seguir acumulando. Em tempos de produção da riqueza social com capacidade de valorização do valor elevada (equalização entre capital constante e variável), tende-se a aumentar a concentração por meio da ampliação dos capitalistas individuais em um dado ramo da produção. Nos momentos de crise de valorização do valor, em que há uma retração do capital, tende-se de a aumentar a centralização, como nos casos das falências (quando as empresas são compradas por capitalistas maiores) e das fusões.

Esse movimento do capital que, por um lado, possibilita a expansão (e a acumulação) da riqueza material, produz, por outro lado e com a mesma intensidade, instabilidades, crises e miséria. Tal movimento, diferente do que é sustentado por alguns estudiosos, não é cíclico, mas uma condição inerente ao capitalismo. Isso ocorre pois o capital necessita da força de trabalho socialmente, mas, no âmbito do capitalista individual, tenta-se livrar-se dela, na ânsia da obtenção de um lucro extra. Como é possível supor, eleva-se a quantidade de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, reforçando as fileiras do exército industrial de reserva, que, por sua vez, atuam – simplificadaamente –, puxando para baixo os salários médios pagos.

Chegamos ao que Marx (2013) nomeou **lei geral da acumulação capitalista**, pois, quanto maior for a riqueza social – o capital em sua força produtiva –, tanto maior será a superpopulação relativa e as camadas pauperizadas da população.

É esse fenômeno típico do capitalismo que fez Marx enunciar sua lei geral da acumulação capitalista: quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funções, a magnitude absoluta da população trabalhadora e de sua força produtiva, tanto maiores também serão a superpopulação relativa e as camadas miseráveis da população.

Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 2013, p. 721).

Por fim, e de modo mais direto, a inovação na sociedade capitalista, em sua gênese custa, no limite, a produção da vida humana.

A seguir, é apresentada uma das condições que possibilitam a expansão da produção e igualmente, do processo de valorização do valor nos últimos séculos, a divisão social do trabalho.

1.2 A Divisão Social do Trabalho

A divisão do trabalho consiste na totalidade de formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade. Produto da história, tal como são as relações humanas, seu processo acompanha os meios de produção de uma dada sociedade. Podemos dividir universalmente agricultura e indústria, por exemplo, ou na sua particularidade de acordo com os gêneros de produção em espécie e subespécie, e ainda como o trabalho no interior de uma fábrica, em sua acepção singular (MARX, 2013). A divisão social do trabalho, portanto, corresponde às esferas de produção originalmente distintas e independentes entre si.

Marx (2013, p. 425-426) explica que:

A divisão do trabalho na sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho na manufatura, a partir de pontos opostos. Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge **uma divisão natural-espontânea do trabalho** fundada nas diferenças de sexo e de idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra. Por outro lado, como observei anteriormente, a troca de produtos surge nos pontos em que diferentes famílias, tribos e comunidades entram mutuamente em contato, pois, nos primórdios da civilização, são famílias, tribos, etc. que se defrontam de forma autônoma, e não pessoas privadas.

O desenvolvimento da divisão social do trabalho se deu gradualmente, estratificando-a em classes de acordo com o papel desempenhado na produção. Assim, o surgimento das classes deu-se ainda no mundo primitivo provavelmente por conta do escasso rendimento do trabalho humano e ocasionada pela substituição da propriedade comum para a propriedade privada, esta divisão – entre os controlavam o processo e os que produziam – não teria ocorrido não fossem as modificações das técnicas de trabalho, como a domesticação de animais e a agricultura, que elevou a produção para além do necessário para o próprio sustento do grupo, gerando assim a produção de excedentes.

Ao analisarmos os modos de produção pretéritos, poderíamos mencionar a polis grega, com seus cidadãos filósofos e “democratas”, de um lado, e naturalização da escravidão, do outro. No medievo, a oposição entre os poderosos da igreja católica em conluio com os senhores feudais e a exploração dos servos por ambos. Não obstante, foi sobre os escombros dessa sociedade feudal que surgiu uma nova classe, a burguesia, ainda que inicialmente não tivessem

tomado consciência disso. Buscamos destacar, com isso, que, no âmbito da luta de classes, as relações humanas foram cindidas partindo da divisão social da produção entre os que trabalham com as mãos e os que “pensam”¹⁶.

A que ponto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de modo mais claro pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Cada nova força produtiva, na medida em que não é a mera extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (por exemplo, o arroteamento de terras), tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

Assim, “cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p. 89). Ou seja, não é a sociedade que, por estar dividida em classes, determina o modo de produção, e, portanto, aquilo que seria o espírito do seu tempo – a consciência social – é o modo de produção, condicionado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Tratando mais especificamente da sociedade capitalista, a divisão do trabalho ocorre tanto da cidade para o campo, divide indústria e agricultura (por exemplo, o que vemos na literatura econômica como setores primários, secundário e o terciário, setor de serviços e comércio):

A maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo. A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais (a *Anti-Corn-Law League*). (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

A divisão se dá também dentro de cada cidade, a partir do setor produtivo e da posição na produção que ocupa um determinado grupo em relação aos outros. A divisão, ocorre, igualmente dentro das fábricas (e afins), uma vez que a sua força individual lhe é subtraída em detrimento do aumento da produtividade. E ainda que novas formas de organizar o trabalho sejam desenvolvidas – taylorismo, fordismo, toyotismo, etc. –, em nenhuma delas a integridade do ser social é preservada. A finalidade maior é sempre o valor de troca e o mais-trabalho para ser realizado.

Devido à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção, à comunicação imensamente facilitada, a burguesia insere todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado. (...) obriga, pois, todas as nações a se apropriarem do modo de produção burguês, caso não desejem perecer; força-as a abraçar a assim chama civilização, ou seja, a se tornarem burguesas. Em resumo, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX; ENGELS, 2012, p. 48).

¹⁶ Pensam está entre as aspas, pois ainda que o trabalho seja manual não é possível separar o indivíduo de sua mente, por mais repetitiva que seja a tarefa. A diferença essencial entre essas duas posições colocadas como opostas dá-se diante da divisão do trabalho, em que alguns poucos controlam o processo de trabalho enquanto a maior parte o executa segundo as normas dos primeiros.

Isto é, o capital avança sobre o globo em busca de continuar vivo. A prática empreendedora é um reflexo disto.

Por um instante, pensemos no mundo como um grande fábrica de produtos para a humanidade. Diz-se, pois, nos dias atuais, que o capital é transnacional, pois é raro pensar em algum produto que contenha alguma tecnologia mais elaborada que não seja projetado em um lugar, as peças produzidas em outro e a montagem realizada em outra parte do globo. Então, tal processo, além de todo o trabalho pretérito envolvido na sua elaboração, contém também trabalho concreto subsumido ao trabalhador coletivo na produção de um veículo, um smartphone ou um tapete, por exemplo. A tecnologia é trabalho morto criado no passado por um trabalhador de carne e osso, apropriado por um capitalista individual e subsumido ao processo de valorização do valor. Alguém pode criar um novo produto na China e sua produção ocorrer na Argentina e ser vendida para o mundo inteiro.

Com isso, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que antes se limitava aos muros da fábrica, ultrapassa os limites geográficos – pouco importa o país – e passa a ser determinado pelas relações de propriedade no que se refere ao controle de tal processo produtivo. Por isso, “a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35). A expansão desse movimento, como podemos ver atualmente, coloca a luta de classes em outro patamar.

A pista que estamos seguindo é a de que, se respondêssemos onde se concentram os “cérebros” que controlam o processo produtivo em sua escala mundial, poderíamos ajudar a compreender quem são os capitalistas, ou quem compõe a classe capitalista, mas isso também não seria uma tarefa fácil, como esclarece Streeck (2018, p. 125).

Sabemos poucos sobre as relações de poder entre povos dos Estados e o povo do mercado e sobre a forma como esses vínculos influenciam a negociação, em curso, dos *terms of trade* (termos de troca) em vigor entre eles. O poder dos investidores alimenta-se, acima de tudo, do avanço de sua integração internacional e da existência de mercados globais eficientes; ambas permitem uma mudança rápida de investimentos ao perderem a “confiança”.

O que o autor chama de “povos dos Estados” é o que restaria do capitalismo em seu flerte democrático (democracia hipostasiada) do período do *Welfare State*. Para Streeck (2018), a relação Estado e capitalismo estaria em modificação (obviamente não significa a superação do Estado, tão somente uma nova fase), em que as medidas macroeconômicas perderam efeito regulador sobre trabalhadores e capitalistas “nacionais” diante da expansão do capital em sua concentração e acumulação proporcionada pela ampliação da divisão social do trabalho, que,

por sua vez, tem por condição de possibilidade o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Streeck (2018, p. 125):

Ao contrário do povo do Estado Fiscal, o povo do mercado do Estado endividado está integrado em nível transnacional. A única ligação que existe entre os membros do povo do mercado e os Estados nacionais é a dos contratos: estão ligados como investidores, não como cidadãos.

Esse modelo de relação estabelecida pelos proprietários dos meios de produção em operações e atividades cada vez complexificadas e mediadas – empresas S/A, investidores-anjo, bolsas de valores, cotas preferenciais, títulos da dívida pública –, de certa forma, torna os indivíduos da classe burguesa invisíveis, mas não oculta sua ação desumanizante no mundo, e isso só foi possível pelo desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à separação entre trabalho comercial e [trabalho] industrial. Ao mesmo tempo, por meio da divisão do trabalho no interior desses diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição dessas diferentes subdivisões umas em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). As mesmas condições mostram-se no desenvolvimento do intercâmbio entre as diferentes nações. (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

O desenvolvimento das forças produtivas traz consigo o revolucionamento necessário para que a burguesia consiga continuar reproduzindo o capital. Como já discutimos, no interior desse processo, a ciência por meio da tecnologia – e a inovação – cumpre um papel decisivo nesse processo.

O característico desse tipo de economia do capital constante, que deriva do desenvolvimento progressivo da indústria, é que a elevação da taxa de lucro em um ramo industrial se deve ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho em outro ramo. **Aqui, o que o capitalista recebe é novamente um ganho, que é o produto do trabalho social, não o produto do trabalhador diretamente explorado por ele mesmo.** Aquele desenvolvimento da força produtiva resulta sempre, em última instância, do caráter social do trabalho posto em ação; **da divisão do trabalho no interior da sociedade; do desenvolvimento do trabalho intelectual, especialmente da ciência da natureza. O que o capitalista utiliza aqui são as vantagens do sistema inteiro da divisão social do trabalho.** É por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho em seu setor externo, no setor que lhe fornece meios de produção, que o valor do capital constante utilizado pelo capitalista diminui relativamente, ou seja, que a taxa de lucro é aumentada. (MARX, 2017, p. 110, grifos nossos).

Com a divisão internacional do trabalho e a concorrência intracapitalista, como já abordamos, a inovação, que é fruto do trabalho concreto de indivíduos que vendem sua força de trabalho, é apropriada privadamente por um capitalista para lhe conceder, ao menos momentaneamente, a possibilidade de reter um taxa de lucro superior à média do setor. Porém, o processo de concentração cuida para que, nos momentos de intensificação da crise, os capitais

maiores – ao comprar as empresas menores – adquiram junto seu conhecimento sobre processos, produtos, enfim, os progressos técnicos que foram realizados privadamente vão paulatinamente se tornando sociais, culminando com o desenvolvimento médio das forças produtivas.

Vale ressaltar que a divisão internacional do trabalho não é dada por questões geográficas, então quando falamos em países, tentamos apenas situar a região em que o capital está concentrado, pois a expansão do capital em seu movimento de acumulação tanto possibilita quanto condiciona os processos inovativos. Portanto, se os centros de inovação estão em país e não em outro, isso não se deve às suas nações e/ou bandeiras, mas ao próprio movimento do capital. Por isso existem centros de inovação em alguns lugares do mundo e por isso a taxa de inovação do Brasil é tão baixa.

O processo de trabalho e também da produção do novo é coletivo, ainda que sua apropriação se dê privadamente. Por isso, o capitalista que tiver a maior capacidade de produção e reprodução do capital tende a puxar para si a inovação produzida alhures. Por isso, tratar de inovação, embora num primeiro momento não pareça, consiste também em tratar de luta de classes, uma vez que os progressos técnicos provenientes da capacidade humana de criar o novo terminam se tornando um meio de manter a classe trabalhadora sob exploração e contínua pauperização.

Uma demonstração de tal movimento é o que tem ocorrido com as *startups*. Mesmo no Brasil, cuja produção baseia-se em maior medida na subsunção formal do trabalho (mais valor absoluto), decorrente da superpopulação relativa e do rebaixamento do valor da força de trabalho, tem-se incentivado, nos últimos anos desta década, a criação de pequenas empresas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias (principalmente as de tecnologia da informação e seus derivados). Ora, se a produção local pouco se apropria dessas inovações geradas pelas *startups*, por que incentivá-las?

Ocorre que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e com a expansão da divisão internacional do trabalho, um pequeno grupo de recém-formados, por exemplo, pode criar um determinado sistema de gestão de processos qualquer e “vender” sua ideia a um investidor-anjo; esses, sim, representam o grande capital. Não é acidental uma crescente mobilização das *holdings* existentes no Brasil em “apoiar” o “espírito inovador” dos “startupeiros”. Na verdade, trata-se apenas de uma forma menos onerosa de sair na frente dos concorrentes na disputa pelo mais-valor gerado e acelerar o processo de acumulação.

Mas voltemos à ideia de fábrica do mundo. Imaginemos que cada país (ou grupo de capitais associados em um processo produtivo) represente um setor. Com o desenvolvimento

da ciência e da maquinaria (atualmente tem sido chamado de indústria 4.0), temos, por um lado, um grupo de indivíduos criadores dessas tecnologias (que também são trabalhadores) em busca de reduzir o trabalho dos que irão operá-la ao mínimo possível; por outro lado, temos um indivíduo que precisará apenas “apertar um botão”.

Como máquina, o meio de trabalho logo se converte num concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores cujas condições de existência ela aniquila. O sistema inteiro da produção capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza tal força, convertendo-a numa habilidade absolutamente particularizada de manusear uma ferramenta parcial. Assim que o manuseio da ferramenta é transferido para a máquina, extingue-se, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador se torna invendável, como o papel-moeda tirado de circulação. A parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrota o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor (MARX, 2013, p. 502-503).

Na indústria, o grande empenho é para o aumento da produtividade (e da taxa de mais-valor), entretanto, no plano social (e não dos capitalistas individuais), os trabalhadores não podem ser dispensados, visto que é do capital variável e não do capital constante que se gera o valor excedente; eis aqui mais uma contradição do capital, equilibrar capital constante e capital variável para elevar o mais-valor. Os trabalhadores substituídos pela máquina ainda necessitam vender sua força de trabalho, por isso migram para outros segmentos em busca de recolocação, o contingente de desempregados forma o exército de reserva, a mercadoria força de trabalho tem seu preço reduzido e os salários são puxados para baixo. Os efeitos do capital avançam sobre a produção, circulação, distribuição e troca, e não apenas sobre a indústria específica que trocou seu maquinário. Por isso Marx (2013, p. 560) explica:

A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. **Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro.**

É como se, na nossa fábrica global, cada setor fosse trocando seus trabalhadores por máquinas e a multidão de desocupados fosse empurrada aleatoriamente entre os cantos da fábrica, buscando alguma atividade que pudesse fazer para se manter “dentro”, embora, por outro lado, o “dono da fábrica” (o capital) não possa mandar a multidão para a rua, visto que

são eles que conseguem, com o toque da mão humana, manter a fábrica operando (reprodução do capital).

Ademais, vale lembrar o seguinte:

A ciência não custa ao capitalista absolutamente nada, o que não o impede de explorá-la. A ciência alheia é incorporada ao capital como trabalho alheio, mas a apropriação capitalista e a apropriação pessoal, seja da ciência ou da riqueza material, são coisas totalmente díspares. (MARX, 2013, p. 460).

Segue:

Se subtraímos de ambas, da maquinaria e da ferramenta, seus custos médios diários ou a porção de valor que agregam ao produto por meio de seu desgaste médio diário e o consumo de matérias acessórias, como óleo, carvão etc., veremos então que elas atuam de graça, exatamente como as forças naturais que preexistem à intervenção do trabalho humano. Quanto maior a esfera de atuação produtiva da maquinaria em relação ao da ferramenta, tanto maior a esfera de seu serviço não remunerado em comparação com o da ferramenta. É somente na grande indústria que o homem aprende a fazer o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar gratuitamente, em larga escala, como uma força da natureza (MARX, 2013, p.461).

Ora, vemos a produção e a reprodução da fragmentação do ser social agudizada pelo fato de os valores criados pelos próprios indivíduos se virarem contra eles, na medida em que a ciência, ao invés de ser meio de realização da vida de quem contribui socialmente com seu trabalho, é apropriada privadamente contra eles. O trabalhador passa a existir apenas como parte da máquina (que ele criou socialmente), quando a máquina deveria existir como meio no processo de produção para o trabalhador, culminando num processo de degeneração física e intelectual, um Frankenstein, como em Mary Shelley, em que a criatura persegue seu criador.

Assim, em tempos de Indústria *Smart*, telefones inteligentes, GPS, redes sociais e apps diversos, extrai-se cada vez mais mais-trabalho da classe trabalhadora por meio dos elementos necessários para o desenvolvimento das forças produtivas, como a ciência, a destreza, as formas de organizar a produção e todo o conhecimento humano utilizado pelo capital para continuar se reproduzindo, enquanto, por outro lado, a multidão de desempregados, desocupados são superexplorados nas regiões do mundo onde a produção ainda depende em maior medida do capital variável – mas não apenas.

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

Todo esse processo suscita e reforça a emergência da prática empreendedora como caminho encontrado para continuar a extrair mais-valor, não obstante toda a tecnologização da produção, como uma forma forçada de equilibrar a composição orgânica do capital, o que só

foi possível com a expansão da divisão social e internacional do trabalho, com a “fábrica do mundo”.

Esse movimento da divisão do trabalho resumida aqui nos ajuda a compreender duplamente a natureza da produção capitalista nos dias hodiernos e, com isso, um dos papéis que a prática empreendedora tem cumprido: o de mediar a inovação entre classe trabalhadora e capitalistas para acelerar ainda mais o ciclo de reprodução do capital.

2 CRÍTICA AO EMPREENDEDORISMO

O termo “espírito empreendedor” aparece com conotações distintas, ora como inventor, ora como pessoa que percebe oportunidades, às vezes como alguém que encontrou uma saída “*smart*” para fugir do desemprego. Mas, afinal, existe um espírito empreendedor? Para que(m) ele serve?

Em um primeiro momento, o espírito empreendedor aparece como um herói global, uma figuração, quase uma entidade religiosa que representa o estágio máximo que qualquer mortal que se esforçar muito poderá atingir um dia. Considerando que nossa sociabilidade é baseada em trocas mercantis, isto é, que nossas relações são capitalistas, não se necessita de um longo caminho até deduzir que “glória”, nesta sociedade, é reconhecimento de que o indivíduo é financeiramente bem-sucedido, ou melhor, que sabe “ganhar dinheiro”. Por essa razão, é tão importante para os ideólogos do capital discutir mobilidade social e “classe média” (POCHMANN, 2015; CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017).

Alguém pode afirmar que é plausível considerar que, diante do desenvolvimento hodierno das forças produtivas, de tanta tecnologia e conhecimento, um trabalhador possa se tornar um capitalista. Ora, possível é, inclusive este é um avanço do modo de produção capitalista em relação aos outros modos, a possibilidade de transitar entre as classes. Sobretudo é imprescindível que isso seja possível para que as pessoas acreditem nisso. Não obstante, a realidade nos mostra que são raríssimos os casos em que isso ocorre. Esta probabilidade pode ser notada a partir dos relatórios que medem a desigualdade social e atestam que 1% da população detém mais riqueza que os outros 99% da população mundial, isso para não mencionar as desigualdades entre países. Cita-se que oito homens (e aqui nos referimos ao gênero masculino) têm o mesmo patrimônio que metade da população pobre do mundo (OXFAM, 2017), apenas para demonstrar os efeitos da concentração e centralização do capital.

Por sua vez, a figura do herói global ajuda na manutenção do sistema, visto que, dada sua condição de pauperização, grande parte da população passa a vida vislumbrando dias melhores, de maneira que é importante que todo o aparato ideológico do capital reforce tanto o *status* da atividade empreendedora como possibilidade de mobilidade social, assim como sua chance de alcançá-lo. Contudo, mobilidade social não altera em nada a relação de exploração, consiste tão somente no atendimento de necessidades contingentes e em alguns casos numa cesta de consumo maior e/ou de melhor qualidade.

Não é acidental que o relatório do GEM (2017, p. 19) estabeleça as seguintes recomendações (para além daquelas sobre políticas públicas que discutiremos mais adiante):

- i. Investimento em capacitação e mentorias, ou seja, programas governamentais que financiem ativos de conhecimento, e não somente estruturas;
- ii. Apoio as instituições que já fomentam o empreendedorismo (SEBRAE, Endeavor, SENAC, etc.), integrando-as a um projeto estruturado;
- iii. Incentivo ao empreendedorismo nas mídias de massa: compartilhamento de experiências e de casos sucesso e insucesso por meio de programas televisões, propagandas, entre outros;
- iv. Aproximação da atividade empreendedora praticada intuitivamente com ambientes escolares, com a universidade, com a academia. Isso é fundamental para a qualificação do empreendedorismo no Brasil. O mesmo vale para aproximação entre pesquisa e boas tecnologias com quem se interessa em abrir um novo negócio;
- v. Inserção da educação empreendedora desde a escola fundamental. Quanto mais cedo o espírito empreendedor for disseminado, maior será a chance de se ter jovens empreendedores no futuro, com uma boa base de conhecimento sobre plano de negócios, estudo de mercado, fatores econômicos que afetam o negócio, dentre outros aspectos essenciais para se ter êxito.

Dedicaremos atenção especial aos itens i e ii quando apresentarmos o SEBRAE, mais adiante, visto que, no Brasil, trata-se da principal entidade de fomentos ao empreendedorismo. Vamos perscrutar agora os itens iii, iv e v, que resumimos aqui, como o reforço da mídia e a da educação sobre a manutenção da prática empreendedora. Partiremos dos seguintes pressupostos para realizar essa parte da investigação:

I) A consciência¹⁷, o que usaremos aqui como correspondência ao “espírito” não é a força motriz do empreendedorismo, estas são, antes, as relações concretas que se estabeleceram que possibilitam que se fale em um “espírito empreendedor”;

II) Possivelmente por isso, alguns autores (COSTA, BARROS E CARVALHO, 2011; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) sustentam que tal espírito seja a ideologia do novo espírito do capitalismo. Essa ideologia determinaria tanto as ações quanto o *ethos* das relações sociais, e, assim, seria possível apontar um determinado “comportamento empreendedor” (começaremos a explanação por este ponto);

¹⁷ Faremos essa discussão mais adiante neste capítulo.

III) Essas transformações sociais – inclusive a que tem modificado a morfologia da relação capital-trabalho – precisa ser analisada em seus aspectos materiais e em seus aspectos ideológicos – jurídico, filosófico, político – pois é através da ideologia que indivíduos podem apreender as contradições e enfrentá-las.

2.1 Consciência Social e Ideologia na Sociedade Capitalista

Um espírito do capitalismo, segundo Weber, ou um espírito empreendedor, segundo Schumpeter, seriam consciências engendradas pela forma como os indivíduos se relacionam entre si, e não a força motriz que move a história. Temos com isso que, se há um espírito que representaria a subjetividade de uma época é pelo fato de as relações materiais de produção entre os indivíduos ensejarem tal formação. Na sociedade capitalista, o espírito decorre a partir de “a dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si” (MARX, 2011b, p. 104).

As relações humanas no capitalismo têm em sua base as trocas mercantis que igualam todos os indivíduos a uma unidade comum: o valor. Ademais, “a produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros” (MARX, 2011b, p. 104).

Por outro lado, o livre mercado aparece como a outra ponta dessa relação, pois onde aparentemente haveria um certo voluntarismo nas relações, cujas escolhas individuais determinariam os rumos da produção (inclusive econômica) da vida, há, antes, o capital como valor que valoriza e condiciona essas possibilidades. Conforme Marx (2011b, p. 104, grifos nossos) elucida,

Essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral. Os economistas expressam isso do seguinte modo: cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral. A piada não consiste em que, à medida que cada um persegue seu interesse privado, a totalidade dos interesses privados, e, portanto, o interesse geral, é alcançado. Dessa frase abstrata poderia ser deduzido, ao contrário, que cada um obstaculiza reciprocamente a afirmação do interesse do outro, e que desta *bellum ommium contra omnes*, em lugar de uma afirmação universal, resulta antes uma negação universal. **A moral da história reside, ao contrário, no fato de que o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios.** É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independentes de todos.

Igualmente, ao tratarmos da mediação do Estado nas relações sociais, podemos constatar essa contradição entre o indivíduo e o cidadão. Na sociedade capitalista, como Marx (2010c) destaca, surge a figura de um indivíduo abstrato, isto é, o cidadão, o indivíduo egoísta compatível com a sociedade burguesa. De um lado está o cidadão, a pessoa moral; de outro lado, o membro da sociedade burguesa, o indivíduo egoísta independente. Em contrapartida, o cidadão não deixa de ser, antes, um indivíduo real, dotado de personalidade, em que seu ser-propriadamente-assim se antagoniza com o primeiro, o cidadão, pois o atendimento das necessidades individuais são o oposto das necessidades dos cidadãos, com isso, na sociedade capitalista em sua democracia abstrata, a coisa pública seria o oposto da coisa privada. Se no medievo o indivíduo estava cindido entre o céu e a terra, na sociabilidade capitalista é o Estado quem representa a face transcendental que liga o indivíduo a si próprio, por meio da sociedade.

Estes, o cidadão e o indivíduo real, estão em confronto, pois, cada um deles precisa tirar proveito para si, na sua singularidade egoísta, e o outro, como cidadão e parte da coletividade, encontra-se envolto por princípios abstratos de igualdade formal. Por isso, para Marx (2010c), não é o Estado que mantém a coesão social; é, antes, os indivíduos que mantêm o Estado. De acordo com Lukács (2013, p. 280):

Pela primeira vez, dispõe ser humano e sociedade em relações puramente sociais e que, por essa razão, ela é uma consequência necessária do surgimento e da predominância do capitalismo e, pelas mesmas razões, chega a ser realizada só pela Revolução Francesa. A nova relação simplifica as formações anteriores mais complicadas, “naturalmente” emaranhadas, sendo que, ao mesmo tempo, ela aparece, contudo, na nova estrutura da consciência dos homens de maneira duplicada: como a dualidade de *citoyen* [cidadão] e *homme (bourgeois)* [homem burguês] dentro de cada membro da nova sociedade.

Ou seja, esse indivíduo racionalmente egoísta está duplicado em indivíduo privado e cidadão. O indivíduo privado é o “homem” real; e o cidadão, o virtual. Por que ele é virtual? Porque sua efetivação é meramente formal e instituída pelo Estado, que, na instância política, institui a igualdade entre os desiguais (homem real).

As relações de troca entre os indivíduos se dão dessa maneira em consonância com o estranhamento do trabalho humano. “O trabalhador assalariado só tem permissão de trabalhar para sua própria vida, isto é, *para viver*, desde que trabalhe de graça um determinado tempo para o capitalista” (MARX, 2012, p. 38). O trabalho assalariado¹⁸ não permite que os indivíduos decidam livremente sobre o seu ato de trabalhar. Contraditoriamente à liberdade tão cultuada nos discursos capitalistas inspirados nos valores iluministas, liberdade para um trabalhador,

¹⁸ Trabalho assalariado aqui não se refere apenas a trabalho formal, abrange todos aqueles trabalhadores que precisam vender sua força de trabalho para reproduzir a própria força de trabalho.

portanto, é escolher entre trocar as horas de vida por sustento ou sucumbir. Se há uma liberdade, portanto, no melhor dos casos, consiste em escolher a quem e como vender sua força de trabalho. Não se decide o objeto do trabalho, nem o processo, nem o que será produzido nem o seu destinatário. Logo, a venda da força de trabalho é apenas um meio de garantir a reprodução da vida, seja uma necessidade do estômago ou da imaginação. O trabalho se resume, tão somente, a um meio de ganhar vida (MARX, 2010b).

O indivíduo, ao se estranhar em relação ao objeto de seu trabalho – que se objetiva fora dele e, além dele, tornando-se, desse modo, poderoso e estranho – e ao estranhar-se em relação à própria prática do ato da produção no interior do trabalho, aliena-se de si mesmo. Esse trabalho estranhado limita sua existência ao individualismo, isto é, como um indivíduo racionalmente egoísta¹⁹, sem enxergar-se como natureza (seu próprio corpo) e como parte da humanidade, o indivíduo estranha seus semelhantes, uma vez que já não se vê como tal (MARX, 2008).

Seguindo Marx (2011, p. 105), tal situação ocorre, pois:

O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si. A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder coisificado.

Marx (2011, p. 106) coloca a situação da particularidade moderna como uma forma social de dependência, cuja “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social” corresponde ao atual momento da sociabilidade humana, cuja produção é amplamente socializada.

Na sociedade capitalista, a produção desse “ser-propriadamente-*assim* de suas decisões alternativas” ocorre num processo de estranhamento, de reificação, no qual sociabilidade humana, sua consciência, é influenciada por relações sociais cujos interesses individuais estão em constante contradição com os interesses coletivos, ou seja, o ser social encontrar-se-á, por vezes, em oposição à individualidade do indivíduo de carne e osso enquanto singular da espécie.

Afirmamos que há uma fetichização das relações humanas pois também o trabalho humano é objeto de mercantilização – lembremo-nos, pois, que a mercadoria das mercadorias

¹⁹ Sobre essa discussão, ver Ferraz e Faria (2017).

é a força de trabalho. Dessa maneira, o trabalho concreto – aquele que um indivíduo realiza – desaparece no mercado diante do trabalho abstrato.

Tal processo fetichizado (que coisifica os indivíduos) faz com que o indivíduo volte-se para si mesmo e, devido ao estranhamento de si enquanto gênero humano e conseqüentemente do outro (se ele não se reconhece enquanto gênero também não conseguirá identificar outros membros da espécie), desenvolva uma personalidade (uma subjetividade) cujas escolhas tendem ser a desumanizantes visto que a vida aparece apenas como meio de reproduzir a própria existência individual. A consciência social, por sua vez, corresponde aos interesses contingentes dos indivíduos racionalmente egoístas.

Chegamos em uma outra categoria que nos ajudará a compreender as implicações do trabalho estranhado, corolário do modo capitalista de produção: a ideologia e o papel cumpre nas relações sociais hodiernas.

Possivelmente quando se menciona ideologia, pensa-se logo em falsa consciência. Devemos alertar, contudo, que tal associação se encontra superada, pois referia-se à crítica marxiana ao idealismo alemão em sua gnosiologia, o que levou algumas vertentes marxistas a tratar ciência e ideologia como opostas, uma crítica acurada pode ser vista sobre essa discussão em Vaisman (2010).

Marx e Engels (2007, p. 94, grifos nossos), em sua crítica à esquerda hegeliana, contextualizam que:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. **A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real.** Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.(...) Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; **parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida.**

Ora, se a consciência é um produto social condicionado pelas forças produtivas e as relações entre os indivíduos, se os pores de segunda ordem se colocam como processos de convencimento relativamente afastados da materialidade, isso significa que a consciência sobre a realidade pode ser parcializada. Isto é, não inteiramente refletida pelas condições concretas da vida, o que não quer dizer “fora da realidade”, mentira, ilusão, quer dizer, pois, que a formação da consciência pode ser parcial, uma vez que as contradições inerentes à condições

de vida na sociabilidades capitalistas podem ser ocultadas por meio das criações teóricas dominadas pelas classe hegemônica.

Assim, para Marx, o papel da ideologia consiste em atuar como mediação para que se possa apreender as contradições na produção da vida e, assim, transformá-las. Como pode ser visto também no seguinte trecho (2008, p. 47-48),

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.** Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. **Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção (...) e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.**

Como isso ocorre? Como pode alguém não se aperceber de sua condição de explorado? Conforme Marx e Engels (2007, p. 78, grifos nossos):

Os indivíduos sempre partiram de si mesmos, sempre partem de si mesmos. Suas relações são relações de seu processo real de vida. Como ocorre que suas relações venham a se tornar autônomas em relação a eles? Que os poderes de sua própria vida se tornem superiores a eles? **Em uma palavra: a divisão do trabalho, cujo grau depende sempre do desenvolvimento da força produtiva.**

Ou seja, na medida em que a divisão social do trabalho se amplia e complexifica – em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas –, amplia igualmente a dificuldade para que os indivíduos tomem consciências das contradições sobre as quais suas vidas movem e são movidas.

Com efeito, é tão falso pensar que há uma substância não espacial e não temporal da individualidade humana, que pode ser modificada apenas superficialmente pelas circunstâncias da vida, quanto é errôneo conceber o indivíduo como um simples produto do seu meio (LUKÁCS, 2013, p. 284).

O pensamento do indivíduo sobre si e sua prática cotidiana formam uma unidade indissociável, e é na prática que o ser social apreende o mundo e forma sua consciência, o que nos possibilita compreender por que uma parte significativa da classe trabalhadora não se vê como tal. Não obstante, é diante das contradições entre o ser que pensa que é, nos confrontos reais, por meio das ideologias, que se pode avançar sobre o desvelamento da exploração humana da sociedade das mercadorias. Esse embate é luta de classes.

Tal autoprodução do gênero humano ocorre tanto na esfera do ser social como também na formação das individualidades:

o ser social se expressa na constituição simultânea, recíproca e desigual da genericidade humana e de uma singularidade própria, onde o indivíduo (unidade singular) que compõe esse gênero não é somente um exemplar que compreende a expressão total de seu gênero, ainda que assim também o faça. A unidade singular do gênero humano (o indivíduo) também é uma unidade particularmente histórica (a individualidade) (FERRAZ; FARIA, 2017, p. 6)

Por isso, conforme Marx (2011), a sociedade não se constitui de indivíduos, constitui-se das relações que esses indivíduos têm uns com os outros.

O ser humano só se individualiza pelo processo histórico. Ele aparece originalmente como um ser genérico, ser tribal, animal gregário – ainda que de forma alguma como um *Von politikón* em sentido. A própria troca é um meio essencial dessa individuação. Ela torna o sistema gregário supérfluo e o dissolve. Logo a coisa se altera de tal modo que, como individualizado, ele se relaciona mais consigo mesmo, mas os meios para se pôr como individualizado se converteram em seu meio de se fazer universal e comum. Nessa comunidade é pressuposta a existência objetiva do indivíduo singular como proprietário, digamos, por exemplo, como proprietário de terra, mas pressuposta sob certas condições que o acorrentam à comunidade, ou melhor, que constituem um elo em sua corrente. Na comunidade burguesa, o trabalhador, por exemplo, está presente de modo puramente não objetivo, subjetivo; mas a coisa que se defronta com ele deveio a comunidade verdadeira que ele procura devorar e pela qual ele é devorado. (MARX, 2011b, p. 407).

A individualidade é engendrada com uma construção coletiva que é processada na subjetividade do indivíduo por meio da objetivação, transforma sua realidade e se relaciona com os outros indivíduos. Contudo, na sociedade capitalista, essa produção se dá em contradição, pois,

Como **consciência genérica** o homem confirma sua **vida social** real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si. O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo **particular**, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-**individual** (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a **totalidade**, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida. Pensar e ser são, portanto, certamente **diferentes**, mas [estão] ao mesmo tempo em **unidade** mútua. (MARX, 2008, p. 108, grifos do autor)

Assim, as condições de produção da vida implicam necessariamente a produção de uma dada subjetividade concernente ao seu movimento. Conforme Marx e Engels (2007, p. 68) aclaram:

Dado que essas condições, em cada fase, correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo a história das forças produtivas em desenvolvimento e que foram recebidas por cada nova geração e, desse modo, é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos.

Em outras palavras, nossa consciência é um produto da nossa ação no mundo, isto é, a consciência é um produto social que se constitui a partir do modo como (re)produzimos nossa existência.

2.2 O Legado de Schumpeter e a Elaboração de um “Espírito Empreendedor”

Como expusemos, a objetividade produz uma subjetividade que, numa relação de reciprocidade, modifica o primeiro e se constitui enquanto ser. Sendo assim, o problema inerente de uma entidade fantasmagórica é que não é ela quem move o mundo, na verdade ela é um meio pelo qual mantém-se a sociedade na mesma lógica, a do capital.

Embora a usura não tenha nascido com o capitalismo, é no capitalismo que o afã pelo lucro se torna uma virtude social. Entretanto, dadas as condições materiais que condicionam as possibilidades concretas das duas grandes classes da sociabilidade burguesa, o espírito empreendedor atua contra a classe trabalhadora e a favor da classe capitalista. Fizemos o quadro 2 para facilitar a exposição.

Quadro 2 – As Diferentes Circunstâncias do Espírito Empreendedor nas Classes

	CLASSE CAPITALISTA	CLASSE TRABALHADORA
Finalidade	Lucro	Reproduzir a própria subsistência física e espiritual
Ponto de partida	<ul style="list-style-type: none">· Exploração do trabalho alheio· Propriedade privada dos meios de produção	<ul style="list-style-type: none">· Própria capacidade de trabalho· Pode ou não possuir meios de produção
Forma de renda	<ul style="list-style-type: none">· Mais-valor· Lucros na forma de juros, aluguéis, etc.	<ul style="list-style-type: none">· Renda da força de trabalho
Fonte dos recursos	Expropriação do mais-trabalho direto ou intermediado	<ul style="list-style-type: none">· Provém de sua própria força de trabalho e do lucro sobre as mercadorias.
Pressuposto	<ul style="list-style-type: none">· Meios de produção ou capital	<ul style="list-style-type: none">· Liberdade política para trabalhar· Não possuir os meios de produção suficientes para a acumulação
Implicações do espírito empreendedor	<ul style="list-style-type: none">· Acumulação e concentração das riquezas	<ul style="list-style-type: none">· Apresentar as qualidades objetivas e subjetivas desejáveis para o capital

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Assim, sustentamos que o espírito empreendedor atua como um obstáculo à formação da consciência da classe trabalhadora, na medida em que, por um lado, contribui com a produção e reprodução da vida ao permitir que a força de trabalho seja reproduzida, é necessário estar vivo para haja história. Contudo, por outro lado, o atendimento dessas qualidades requeridas pelo capital se mostra como um asseverador da exploração humana.

As transformações velozes ocorridas nos últimos 40-50 anos modificaram tanto a forma dos capitalistas de acumular, como, reciprocamente, a maneira de vender a força de trabalho, pois “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção – ou seja, as relações de produção –, isto é, o conjunto das relações sociais” (MARX;

ENGELS, 2012, p. 47). Por isso temos sustentado que a prática empreendedora representa uma nova organização social do processo produtivo, como uma força produtiva igualmente propiciada e em harmonia com o desenvolvimento da ciência, como o que tem sido chamada de indústria 4.0. Mas não apenas isso. Parte desse novo arranjo produtivo passa pela redução do Estado para a classe trabalhadora, o mesmo Estado que deveria fomentar o empreendedorismo. Streeck (2018, p. 157) explica o caso europeu da seguinte maneira:

A política neoliberal na Europa atuou para superar o *Welfare State*, com três objetivos: impedir que o Estado atue sobre as injustiças sociais; garantir a expansão do mercado; democracia interna e limitada (poder exterior). Ou “uma democracia domesticada pelos mercados, não mercados domesticados pela democracia” (STREECK, 2018, P. 157).

Foi necessário despolitizar a economia, e a política passou a ser entretenimento, desdemocratizada e ineficiente. O que aconteceu na Europa mais cedo acabou chegando também nas Américas, com uma diferença importante no caso brasileiro, historicamente a maior parte da força trabalho foi (e é) autônoma ou conta-própria (OLIVEIRA, 2015; BARBOSA, 2008; OHLWEILER, 1986; PASTORE; ZYLBERSTAJN; PAGOTTO, 1983); ou, como estamos nomeando, trata-se de um empreendedorismo precarizado.

O surgimento de novas empresas costuma acontecer em momentos de expansão do capital, quando o grande capital não consegue abarcar todas as esferas ou quando as margens de lucro estão mais atraentes em outros segmentos, deixando as taxas de lucros menores para serem exploradas por pequenos capitalistas – pequena burguesia, conforme Marx. Entretanto, após a crise de 1970, esses pequenos negócios não se destinariam apenas às frações da classe burguesa, mas também como uma possibilidade de exploração (imediate ou mediada) da classe trabalhadora.

No estudo de Siqueira e Guimarães (2006, p. 3, grifos nossos), diz-se que o crescimento dos pequenos negócios nos EUA (e depois no Brasil) deveu-se ao “impacto da informática” que fez dos empreendedores “agentes de crescimento econômico”.

Os pequenos negócios, individuais ou mediante parcerias inusitadas²⁰ - terceirização, subcontratação, franchising, cooperativas, empresas comunitárias e incubadoras de empresas - proliferaram nos Estados Unidos e em quase todo o mundo na década de 80. O impacto da informática contribuiu para consolidar a posição dos pequenos empreendedores como agentes do crescimento econômico. (...) São ainda considerados relevantes como fator de estabilidade política e social, ao propiciar a **desconcentração do poder econômico e o fortalecimento da classe média, além de gerar empregos - inclusive para mão-de-obra pouco especializada - e contribuir para uma melhor distribuição da renda, propiciando a mobilidade social.**

²⁰ Parcerias inusitadas = formas de precarização do trabalho.

Ou seja, os pequenos negócios seriam uma alternativa à centralização capitalista acelerada no final da Segunda Grande Guerra até o final de 1970, que foram ajudados pela informática e que contribuem com o crescimento econômico, na medida em que “desconcentração” do poder econômico possibilitaria alguma mobilidade social para a classe média. Contudo, os pequenos negócios não são alternativa ao desenvolvimento capitalista, mas parte dele, e, com isso, exigem-se da força trabalho habilidades e qualidades para atuar em nome do capital, como um encarregado ou gerente.

Não há desconcentração do poder econômico, pelo contrário, após esse período, com o declínio das taxas de extração de mais-valor no mundo, o que se viu foi um movimento de centralização do capital, por meio das fusões, das *holdings* e da compra de empresas falidas. A crise de 2008, cujo estopim foi a bolha imobiliária americana, é bastante ilustrativa, visto que os bancos pequenos foram adquiridos pelos grandes conglomerados financeiros. Além disso, o que os autores chamaram de “fortalecimento da classe média” figurou apenas um padrão de consumo com mais qualidade (afinal, as mercadorias que vão sendo desenvolvidas e com menor valor precisam ser consumidas). Porém a pauperização é crescente desde então, a precarização é ainda mais severa para a “mão-de-obra pouco especializada”, cujos salários encontram-se muitas vezes abaixo do necessário.

Sendo assim, por que apenas após 1970 que o empreendedorismo aparece como solução para um pretense crescimento econômico?

Na verdade, desde o início do século XX já se falava em empreendedorismo. A obra de Schumpeter, “Teoria do desenvolvimento econômico” (*Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*), é de 1911; “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de Weber, é de 1904; *Der moderne Kapitalismus* (algo como “O Capitalismo moderno”), de Sombart, é de 1916.

Ocorre que, no início do século XX, o estágio em que a acumulação do capital se encontrava tão concentrado como hodiernamente. Hayek, por exemplo, defende um Estado neoliberal (com sua nação mundial de microcapitalistas-pobres) desde a década de 1930. Contudo, durante esse período, as necessidades do capital, em oposição à organização dos trabalhadores à época (cuja maior parte dos trabalhadores atuavam nas fábricas das grandes indústrias, diferente de hoje), não fazia sentido falar em prática empreendedora.

Não obstante, Schumpeter (1911/1997), na referida obra, já mencionava o que seria um comportamento empreendedor, quais seriam seus sonhos e que o empreendedor seria o protagonista no desenvolvimento econômico, pois, para ele, empreendedorismo seria, principalmente, um comportamento desejável, um “espírito”; nesse caso, seria um espírito inventor, alguém com desejo de inovar.

Entrementes, a questão sobre a influência de Schumpeter acerca da noção da prática empreendedora e de inovação ganha, no Brasil, relevos marcantes. São diversos os trabalhos que sustentam a tese da “destruição criativa”, isto é, do empreendedor inovador de Schumpeter (ZEN; FRACASSO, 2008; BRASIL; NOGUEIRA; FORTE, 2011; COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011; SANTOS-SILVA; MARTINS; CARVALHO NETO, 2014; FERREIRA; REIS; PINTO, 2017), como podemos perceber a partir da assertiva de Barros e Pereira (2008, p. 977), que, também, se apoiam em Michael Porter, o renomado pesquisador americano da área da estratégia.

A contribuição do empreendedor ao desenvolvimento econômico ocorre fundamentalmente pela **inovação que introduz** e pela **concorrência no mercado**. A inovação de produtos e de processos de produção está no coração da competitividade de um país, conforme destacou Porter.

O excerto acima, em sua dimensão aparente, faz sentido. Não obstante, como já discutimos no capítulo anterior, sabemos o lugar da concorrência, e da inovação como um desdobramento da primeira e igualmente base para um novo patamar de concorrência, na medida em que atua como resposta à queda da taxa de lucro e como movimento inerente ao aumento do lucro.

Não é ordem do acaso que Schumpeter apareça tanto nas pesquisas nacionais quanto nas internacionais (conforme os levantamentos bibliométricos realizado por Ferreira; Pinto e Miranda, 2015 e Bacelar e Teixeira, 2016) como sendo um dos principais nomes da temática do empreendedorismo, ainda que estes estudos, e mesmo o próprio economista austro-húngaro, não expliquem como efetivamente se daria a relação entre desenvolvimento econômico, tecnologia e inovação. Para ratificar nossa posição quando afirmamos que a academia, especialmente a brasileira, desconhece o sistema de pensamento schumpeteriano, na área da administração (diferente das análises na área da economia, por exemplo) não foram encontrados trabalhos que mencionem que Schumpeter em sua obra tardia escreveu sobre a obsolescência da figura do empreendedor inovador, dadas as transformações na sociedade capitalista.

Vale ressaltar que, nos Estados Unidos, a teoria schumpeteriana acabou perdendo força, visto que seus modelos econométricos envolvendo as variáveis não surtiram o efeito esperado. Segundo Sweezy (1962 apud MORICCHI; GONÇALVES, 1994), uma leitura cuidadosa das obras de Schumpeter revela com clareza que seu objetivo nada mais é do que expor inteiramente a anatomia da variação numa sociedade capitalista. Não obstante, como Naudé²¹ (2011) explica, o postulado schumpeteriano pouco influenciou os estudos sobre o desenvolvimento econômico

²¹ Win Naudé é o professor de *Development Economics and Entrepreneurship* da *Maastricht School of Management*.

após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, ainda que Schumpeter almejasse um entendimento mais amplo acerca do movimento da economia (capitalista), sua análise permaneceu circunscrita ao período entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra. Sobretudo, Schumpeter percebeu que a inovação surtia um efeito disruptivo no mercado, mas, como não foi à raiz da economia política, acabou situando a inovação como motor do capitalismo, não percebendo que se tratava de um meio pelo qual o capital sobrevive.

Então, como explicaríamos a permanência de Schumpeter nos estudos sobre a temática do empreendedorismo? Em parte, em razão do afastamento contínuo entre estudos cujo enfoque eram o empreendedor individual e os aspectos econômicos e sociais do negócio (WADHWANI, 2010). Mas, sobretudo, porque o conceito do empreendedor inovador permaneceu sendo utilizado de forma particularizada, sem considerar o contexto. Continuou sendo reproduzido nas pesquisas do empreendedorismo, porém em parte, tão somente aquela que interessava para a massificação da ideologia empreendedora. Em outras palavras, a tese schumpeteriana pode não explicar o desenvolvimento econômico do capital em sua raiz, mas serve como uma luva para legitimar a necessidade do capital nos dias atuais²².

Na tese de Schumpeter (1997, p. 74), o desenvolvimento econômico se daria por saltos, a chamada destruição criadora, em uma espécie de evolucionismo, e assim o sendo, suas causas não podem estar circunscritas às explicações puramente econômicas (tal como postulavam seus colegas neoclássicos),

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

Assim, considerando que o desenvolvimento se daria de forma endógena e como resultado dos meios de produção produzidos, recursos naturais e força de trabalho – como sendo aqueles que mantêm o fluxo circular da economia; enquanto os fatores fundo de conhecimento aplicado na sociedade e meio-ambiente sociocultural seriam os “componentes do desenvolvimento” que induzem os saltos e, portanto, são os fatores primordiais na teoria schumpeteriana (MORICOCCHI; GONÇALVES, 1994).

²² Isso só é possível (essa cisão teoria e prática) por conta do estatuto científico burguês. Recomendamos a leitura do Apêndice A no final deste texto, que introduz essa limitação e característica da ciência burguesa.

A destruição criadora aconteceria quando o empreendedor (empresário) inova, o que, para Schumpeter (1997), implica realização de elementos diferentes no âmbito da economia, podendo acontecer das seguintes maneiras (SCHUMPETER, 1997; MORICOCI; GONÇALVES, 1994, p. 30):

a) introdução de um novo bem não familiar aos consumidores ou então de nova qualidade de um certo bem; b) introdução de um novo método de produção - método ainda não experimentado dentro de certo ramo produtivo, mas que não precisa obrigatoriamente derivar de qualquer descoberta científica; c) abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado em que o produto de determinada indústria nunca tivera acesso antes, independente deste mercado ter ou não existido anteriormente; d) descoberta de uma nova fonte de matéria prima ou de produtos semi-acabados, também, independente desta fonte ter existido ou não anteriormente; e e) reorganização de uma indústria qualquer, como a criação ou a ruptura de uma posição de um monopólio.

Vemos que o que Schumpeter se esforça para formular já existia na economia política clássica, mais fortemente com Marx. Reescrevendo os elementos acima a partir da economia política, teríamos: tecnologias de gestão; controle sobre o processo de trabalho; redução da porosidade do trabalho; diminuição do valor por unidade da mercadoria; centralização do capital e redução do preço e lucro extraordinário.

Partindo desses fatores, ainda em Schumpeter (1997, p. 98-99), o agente para cumprir tal missão seria o empresário/empreendedor inovador.

Antes de tudo, há o sonho e o desejo de fundar um reino privado, e comumente, embora não necessariamente, também uma dinastia. O mundo moderno realmente não conhece nenhuma colocação desse tipo, mas o que pode ser alcançado pelo sucesso industrial ou comercial ainda é, para o homem moderno, a melhor maneira possível de se aproximar da nobreza medieval. (...) Há então o desejo de conquistar: o impulso para lutar, para provar-se superior aos outros, de ter sucesso em nome não de seus frutos, mas do próprio sucesso. Nesse aspecto, a ação econômica torna-se afim do esporte — há competições financeiras, ou melhor, lutas de boxe. O resultado financeiro é uma consideração secundária, ou, pelo menos, avaliada principalmente como índice de sucesso e sinal de vitória, cuja exibição mui freqüentemente é mais importante como fator de altos gastos do que o desejo dos bens de consumo em si mesmos. (...) Finalmente, há a alegria de criar, de fazer as coisas, ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade.

Para Schumpeter (1997, p. 86), por suposto, esse empresário (o empreendedor inovador) não é um sujeito qualquer, “como ser um empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradoura, os empresários não formam uma classe social no sentido técnico, como, por exemplo, o fazem os proprietários de terra, os capitalistas ou os trabalhadores”. E mais à frente comenta, “(...) os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos” (SCHUMPETER, 1997, p. 89-90). Por fim, explana que o que moveria esse empresário (empreendedor inovador) não seria apenas o lucro, mas o desejo de sucesso. Mas em verdade, se há esse “espírito”, ele se forma em relação dialética com o mundo material, com preponderância deste último. Sendo assim, o que parecia um “desejo inato” é mais uma necessidade materialmente posta.

O excerto acima nos parece uma descrição minuciosa do que seria o espírito empreendedor do capital. Primeiro, Schumpeter “confunde” poder econômico com poder político, ou antes, ele se furta de demonstrar como ambos estão imbricados no capitalismo. Segundo, o tal “espírito empreendedor heroico” descreve também a luta intraclasses burguesa. Se tomarmos por referência o momento histórico da teoria schumpeteriana, (isto é, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, em que modelo liberal colapsava e a teoria de Keynes sobre o papel do Estado na recuperação econômica ganhava força, marcando o início do *Welfare State* dos países de capitalismo central), podemos perceber que Schumpeter está diante de uma profunda transformação no mundo, aquela em que o padrão de produção do mais-valor se expandia para o mundo. Naquele momento de “oportunidade”, Schumpeter celebra a figura dos indivíduos que poderiam ascender socialmente (algo que se dá tão somente no modo de produção capitalista) e atribui destaque ao papel da produção diante da crescente financeirização do mercado (o próprio Schumpeter foi banqueiro).

Tanto o é, que outro ponto da teoria schumpeteriana – igualmente pouco aludida nas pesquisas sobre a prática empreendedora realizadas no Brasil – é o papel do crédito nas inovações. Schumpeter (1997) condiciona a realização desses saltos no desenvolvimento econômico à oferta de crédito. Tal é a razão pela qual, para ele, o capitalista é um e o empresário é um outro, assim todo empresário pode ser um capitalista, mas nem todo capitalista pode ser um empresário. Não há, contudo, papel solo no capital, o que há é que o capital se transmuta em diversas formas no seu curso para se reproduzir: capital produtivo, capital comercial, capital financeiro, capital mercadoria, etc.

É inegável que Schumpeter foi leitor de Marx, embora discordasse em diversos pontos do filósofo alemão (MORICOCCHI; GONÇALVES, 1994), entretanto a teoria schumpeteriana explica tão somente (e mesmo assim parcialmente) o modo de produção capitalista, não se referindo, portanto, à produção humana da produção e reprodução das condições de vida, abrangendo apenas como se daria o desenvolvimento da produção especificamente capitalista. Essa constatação é relevante, pois pode levar ao reforço de uma crença replicada tanto pelo senso comum quanto pela academia: que seria o modo de produção capitalista, em seu empenho por criar novidades, o responsável pelas melhorias na qualidade da vida média da população, ou seja, que só seria possível existir tecnologia, medicina, artes, etc. em razão do capitalismo, ou dito de outro modo, por conta do espírito empreendedor.

Condicionar uma ideia de evolução humana à paixão de um sujeito por destaque social é uma prerrogativa tacanha, bem aos moldes da decadência ideológica da burguesia, como assevera Lukács (1959).

Se por um lado é importante reconhecer os avanços na produção do conhecimento,

A tecnologia descobriu as poucas formas fundamentais do movimento, sob as quais transcorre necessariamente, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, toda ação produtiva do corpo humano, exatamente do mesmo modo como a mecânica não deixa que a maior complexidade da maquinaria a faça perder de vista a repetição constante das potências mecânicas simples. **A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho** (MARX, 2013, p. 558-559, grifos nossos).

Por outro lado, é preciso pontuar as contradições dessa produção, pois “(...) ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro” (MARX, 2013, p. 559). Isso porque “(...) a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2013, p. 574).

Assim, precisamos ratificar que não é o capital o responsável pelo desenvolvimento tecnológico – tampouco o indivíduo empreendedor –, é, pois, o trabalho combinado e socializado. A questão, porém, é que esse trabalho está subsumido ao capital, num movimento de subsunção real, e em diversos lugares ao mesmo tempo, a subsunção formal.

Outra teoria acerca do empreendedorismo, que é anterior, mas que parece ser uma descoberta do século XXI, foi a teoria do capital humano, publicada em 1963 na obra “O valor econômico da educação” de Theodore W. Schultz. Tal formulação endossa e reforça o ideário de um “invista em si próprio como um capital que obterás sucesso e retorno financeiro”. Schultz (1973, p. 13) parte do pressuposto de que “os trabalhadores vêm-se tornando capitalistas, no sentido de que têm adquirido muito conhecimento e diversas habilidades que representam valor econômico”. Embora ele condicione o ativo “conhecimento” à mão invisível do mercado, “o valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e da oferta da instrução, considerada como um investimento”.

O autor também explica por que é necessário trocar o termo recursos humanos por capital humano pois, “um conceito de capital restrito a estruturas, equipamentos de produção e inventários pode, imprudentemente, concentrar a atenção em aspectos que não são fundamentais ou críticos para a compreensão do crescimento econômico por longos períodos” (SCHULTZ, 1973, p. 64). Ele está certo quanto ao trabalho humano ser utilizado na sociabilidade capitalista para produzir capital, é o capital variável, mercadoria das mercadorias, portanto, fonte da criação das riquezas, mas subsumido ao capital guiado pelos valores de troca.

O problema é que a teoria de capital humano visa tão somente atender às exigências de novas demandas de qualidades da força de trabalho, não alterando em nada a relação de exploração e opressão. Crescimento econômico é métrica para o capital, considerando sua concentração e acumulação, e, nesse caso, como o conhecimento adquirido não será apropriado pelo trabalhador, seus “investimentos” serão creditados em outra conta.

O resultado da concentração e acumulação da segunda metade do século XX, cujo Estado de Bem-Estar Social foi um importante aliado, chegou ao seu limite. Por isso, como explica Streeck (2018), é necessário “impedir que o Estado atue sobre as injustiças sociais; garantir a expansão do mercado; democracia interna e limitada (poder exterior)”. Com isso, o empreendedorismo tem servido com eficiência para substituir o papel que outrora foi atribuído ao Estado, incluindo diretamente aos indivíduos até mesmo a responsabilidade pelo crescimento econômico.

Se até poucas décadas atrás o Estado agia como mediador para exploração do mais-valor por meio dos direitos arrancados pela classe trabalhadora para recuperar parte do mais-trabalhado apropriado pelos capitalistas, como saúde, educação, previdência, etc., tais conquistas vêm sendo cada vez mais reprimidas politicamente (as contrarreformas, as privatizações, etc.), para que os indivíduos da classe trabalhadora tenham que buscar individualmente meios de garantir a reprodução da sua força de trabalho. Como explica López-Ruiz (2007, p. 30), o empreendedorismo ressurgiu como fenômeno de massa e “passou a ser a atitude de um povo, a atitude que se espera de um povo, como anuncia hoje a vasta literatura de negócio”. É semelhante ao postulado weberiano (embora López-Ruiz também teça críticas), que designa que o espírito do capitalismo opera como mediação entre uma ética do trabalho duro e da prosperidade para, como recompensa, obter lucro (WEBER, 2004). Ressalta-se, porém, que a preponderância não é do espírito.

Observemos o seguinte, os estudos sobre a prática empreendedora tiveram início no Brasil na década de 1990. Não se tratou de uma espontaneidade ou vanguarda da nossa academia, mas de uma agenda intencional pautada pelo capital transnacional com apoio do Estado brasileiro. Tanto o é que, no ano de 1962, Bresser Pereira publicou um artigo intitulado “Desenvolvimento econômico e o empresário”, na *Revista de Administração de Empresa*²³, que deixaria os ideólogos do capital de hoje regozijados.

²³ “A *RAE-Revista de Administração de Empresas*, lançada em 1961 pela FGV EAESP, com publicação ininterrupta desde então, acompanhou e fez parte desse processo, sempre buscando posicionar-se como fonte de leitura crítica e reflexiva.” Disponível < <https://rae.fgv.br/rae-pub>> . Acesso em 19 mar. 2019. A RAE é uma entidade fomentada pelas agências estrangeiras junto com a formação do SEBRAE.

Os empresários²⁴ e o Estado são, portanto, os dois agentes estratégicos do desenvolvimento. O Estado cria as oportunidades, estabelece as condições e os estímulos próprios ao investimento, de acordo com um plano geral de reorganização do sistema produtivo. **Os empresários aproveitam as oportunidades, reorganizando os fatores de produção no nível da empresa.**

Discutir qual dos dois agentes é o mais importante no processo de desenvolvimento é ocioso. Um país que permite que as oportunidades econômicas surjam ao acaso, sem nenhum controle, quando tantos controles nos são hoje oferecidos pelas ciências sociais e particularmente pela economia, está deixando de usar um instrumento precioso na promoção de seu desenvolvimento. Só se desenvolverá se, além de ser dotado de uma riqueza de recursos extraordinária, for auxiliado por uma série de circunstâncias internas e externas favoráveis.

Este foi o caso dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Por outro lado, centralizar todas as decisões nas mãos de um pequeno grupo de líderes políticos e técnicos governamentais, além de outras desvantagens, apresenta dificuldades econômicas sérias, que a própria União Soviética vem, ao que parece, reconhecendo. Assim, nos países socialistas, a tendência parece ser para a formação de um grupo empresarial com uma autonomia de decisão muito maior do que aquela que os modelos teóricos socialistas faziam prever.

Vemos, portanto, que, embora esse problema se coloque em geral em termos ideológicos, tornando impossível qualquer discussão mais serena, **a prática e o bom senso nos levam a concluir que os empresários e o Estado, e não apenas aqueles ou este, são, hoje, os dois agentes por excelência do desenvolvimento econômico.** (BRESSER PEREIRA, 1962, p. 91, grifos nossos)

Ora, antes mesmo do início do golpe civil-militar no Brasil – e sua articulação com o capital internacional –, Bresser Pereira já colocava a figura do empreendedor como essencial ao lado do Estado (que foi o grande fomentador da indústria nacional).

Então, vejamos. Já havia muito antes de 1990, uma série de teorias que preparam uma avenida pela qual a prática empreendedora haveria de passar, como também apontaram Rattner (2004) e López-Ruiz (2007). Teria o espírito empreendedor dormido entre início e o final do século XX? O que o teria despertado do sono? Marx (2014, p. 146) explica:

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação. Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência inclui a existência da oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionados e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade (Marx, 2014, p. 146).

O fato é que a política de fomento ao empreendedorismo após 1970 surgiu entre Reino Unido e Estados Unidos – países onde reina o capital imperialista e cujos governos, naquele momento, atuavam como *Welfare State*. Com o desenvolvimento das forças produtivas surgem outras saídas como meio possível para recuperar as taxas de lucro de antes e, igualmente, como um movimento de reação às conquistas da classe trabalhadora na primeira metade do século. Rattner (2004, s/p) descreveu o processo do seguinte modo:

²⁴ Apenas nas traduções de inglês para português mais recentes aparece a palavra “empreendedor”. Na literatura traduzida na década 1970, *entrepreneur* se traduzia por empresário.

As políticas de apoio às iniciativas de incentivar a criação de pequenas e médias empresas (PMEs). Incubadoras e parques tecnológicos procuram refazer o que foi destruído pelas forças do “mercado”. Preso entre as pressões do capital financeiro, nacional e internacional, para manter as diretrizes da política macroeconômica e as reivindicações das massas deserdadas – os sem terra, sem teto, os desempregados e os excluídos – que cobram acesso aos benefícios do Estado de bem-estar, os governos, mesmo quando constituídos por partidos da “esquerda” ficam sem condições de mudar a política macroeconômica, sob o risco de causar instabilidade política, fuga de capitais e movimentos de sedição no Congresso e nas diversas regiões do país.

Então a primeira coisa a se dizer é que a prática empreendedora foi uma saída para acabar com o Estado de Bem-Estar social e de alguma forma rentabilizar o capital com o desemprego estrutural que se espalhava pelo mundo. Nesse caminho, a junção de neo(novo) à liberal trata-se mais de uma alusão ao resgate do capitalismo de antes do período pós-Guerra que necessariamente alguma mudança estrutural na relação entre capital e trabalho.

Em resumo, o espírito empreendedor não é novo, mas foi desenvolvido no momento oportuno, conforme se altera o processo de valorização do valor. Ele atende bem às necessidades do capital, pois possibilita a acumulação e concentração de riquezas ao explorar diretamente ou de forma mediada a força de trabalho envolvida na prática empreendedora, diga-se de passagem, um contingente crescente. Mas para a classe trabalhadora há uma contradição, pois, por um lado, é necessário apresentar o comportamento desejado pelo capital – ter o espírito empreendedor – para conseguir reproduzir a própria existência, por outro lado, a adesão acrítica de tal prática é um aprofundador da condição de submissão e exploração imanente do modo de produção capitalista.

2.3 O Comportamento Empreendedor

Se existe um espírito empreendedor é porque se espera de seu portador determinadas ações e práticas que sejam correspondentes às necessidades do processo de trabalho, mas principalmente do processo de valorização. Assim, um dos temas mais recorrentes nos estudos sobre empreendedorismo é o comportamento empreendedor. Isto poderia ser explicado como o conjunto de habilidades e competências necessárias para a atividade empreendedora, sendo possível, inclusive, conforme previsto na literatura, aprendê-las, visto que qualquer pessoa, ainda que não nasça com o “dom”, se se esforçar pode desenvolvê-lo.

Esse comportamento empreendedor não é estático – assim como o mercado também não é. Neste caminho, o estudo de Ferreira e seus colaboradores (2011) contemplou as mudanças nas demandas comportamentais dos empreendedores, desde 1983 até 2010, nos anais dos eventos ENANPAD e EGEPE e das revistas RAE e RAC, além da base de dados EBSCO.

Eles notaram que houve um crescimento da quantidade de características demandadas (ao final, foram identificadas 122 características empreendedoras), tomemos suas palavras:

Das dez características mais citadas no perfil tradicional, três tiveram forte ascensão quando se compara ao perfil contemporâneo, sendo que pró-atividade foi a que registrou maior crescimento saindo de 2 citações para 19 no período atual. A característica de inovação subiu de 4 citações para 18, seguida de tolerância ao risco, que foi de 7 para 16 (...). Já as necessidades de controle e realização perderam em importância com a passagem dos anos, caindo de 6 para 2 e de 5 para 3, respectivamente (FERREIRA et al., 2011, p. 12, grifos nossos).

Eles justificam que as características “menor tolerância ao erro e à benevolência” caíram, pois “mercado mais competitivo, cada vez mais, exige trabalho em equipe, capacidade de comunicação e adaptabilidade a mudanças” (FERREIRA et al., 2011, p. 13). Noutra pesquisa acerca da mesma temática, aponta-se que o perfil atual se relaciona mais com competências interpessoais e sociais no tratamento das demandas do ambiente externo, diferente do perfil ensimesmado e autocrático do chefe de antes (FILARDI; BARROS; FISCHMANN, 2014).

É preciso ressaltar, conforme elucidada Ferraz (2017), que o conhecimento científico, nesse caso aquele produzido em temas como recursos humanos (e aqui ombreamos com o intraempreendedorismo, competências profissionais e mesmo comportamento empreendedor), atua para produzir a universalização dos interesses capitalistas particulares como se fossem interesses do gênero humano e naturaliza a reprodução do ser social como um conjunto de relações de dependência entre sujeitos mutuamente indiferentes.

Dessa maneira, ao anunciar quais as características que são necessárias para a atividade empreendedora, poderíamos reescrever conforme seu intuito real: caso você queira continuar vendendo sua força de trabalho para custear sua vida, você precisa agir de tal maneira, pois é isso que eu, o capital, estou precisando agora. Até aqui nenhuma novidade. O problema vem a seguir, ainda que as pessoas se dediquem para que consigam apresentar tais características, isto não garante que elas ingressarão ou permanecerão no mercado, pois tal comportamento é apenas a credencial para entrar no jogo. Ferraz (2017, p. 81) sintetiza

Percebemos assim que as pesquisas e técnicas desenvolvidas nas áreas de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional são as mediações necessárias ao capital para sustentar as relações recíprocas entre a produção de uma determinada subjetividade e o uso da força subjetiva do trabalho no processo de valorização, sobretudo porque, tal subjetividade, ao ser requerida no processo de trabalho, irá de encontro às contradições concretas e que lhes foram sonegadas enquanto se especializavam.

A subjetividade aludida pela autora, nos tempos presentes, encontra-se amplamente difundida como o comportamento desejável – seja para um trabalhador formal, ou para um trabalhador informal –; as qualidades necessárias que a força de trabalho precisa possuir para conseguir vender sua força de trabalho.

Parte desse ideário (de que há um comportamento desejável) é reforçado pela mídia em geral, mais especificamente pela mídia de negócios. Tanto é que o GEM (2017, p. 19) sugere “compartilhamento de experiências e de casos sucesso e insucesso por meio de programas televisões, propagandas, entre outros”.

Nesta rota, pesquisadores como Hisrich, Peters e Shepherd (2014, p. 41) se mostram otimistas sobre o crescimento do prestígio do empreendedorismo, pois, como eles explicam, o apoio da sociedade é essencial para a motivação e sustentação pública, sendo signo de honra e prestígio o “empenho empreendedor”; nele “a mídia desempenha e continuará a desempenhar um papel poderoso e construtivo na revelação do espírito empreendedor nos Estados Unidos e no destaque de casos específicos de sucesso desse espírito em ação”.

Chamamos atenção para a palavra “específicos”. Histórias ou casos de sucesso devem existir e parecer possíveis de serem realizados para que possa inspirar a grande nação empreendedora. Ressaltamos: o empreendedorismo não é produto da mídia. O papel da mídia é contribuir para que não se tome consciência das contradições reais nestas relações de reprodução da vida, destacando apenas os aspectos positivos e/ou omitindo a exploração e desumanização do ser social.

O fato é que, mesmo as “abordagens críticas no empreendedorismo”, conforme Gimenez (2017, p. 258), equivalem a “estudos e análises que abordam o empreendedorismo buscando evidenciar aspectos negativos do fenômeno e suas limitações”. De um modo geral, denunciam o fato de chamar trabalhado precarizado de empreendedorismo, isto é, o problema seria o grau de pauperização em que ocorre a prática empreendedora. Porém, a pergunta a se fazer seria: por que e como chegamos a esse estágio?

Costa, Barros e Martins (2008; 2012) afirmam que falta um tratamento crítico, por parte dos pesquisadores brasileiros, quanto ao empreendedorismo, por desconsiderarem as relações de poder e de dominação que se escondem nos discursos acerca do empreendedorismo, apresentando um comportamento “ingênuo”, segundo eles, por importar conceitos estrangeiros. Tendemos a concordar com a reclamação sobre a importação dos conceitos. O conhecimento produzido aqui é uma Cama de Procusto para explicações (aparentes) elaboradas em outro cenário da produção capitalista mundial. Entretanto, discordamos que se trate de ingenuidade. A produção desses discursos cumpre um papel na reprodução do sistema vigente:

Tais discursos defendem o importante papel desempenhado pelo empreendedor nesse contexto. Argumenta-se que, na atualidade, para que uma sociedade possa potencializar todos os benefícios provenientes de um mercado livre, necessita de um espírito empreendedor. Ou seja, para que um mercado livre seja capaz de produzir mais riqueza precisa de indivíduos

capazes de criar e aproveitar oportunidades, melhorar processos e inventar negócios. (COSTA; BARROS; MARTINS, 2008, p.1013)

Observemos a contradição. Os discursos apologéticos do empreendedorismo, com uma mão acenam para o livre mercado e com a outra exigem políticas públicas de apoio. Ademais, Costa, Barros e Martins (2008) estão preocupados com a forma naturalizada como se aceita o empreendedorismo como único caminho possível para o desenvolvimento socioeconômico e pelo tratamento acríptico dado pela mídia e pelos pesquisadores. Contudo, fazer a crítica implicaria apontar as contradições que engendram a prática empreendedora. Ao se furta de demonstrar as contradições da prática empreendedora, reforça-se o lado do grupo dominante; o que os autores demandam implicaria que os ideólogos do capital facilitassem o exame da relação de opressão e exploração sob a qual os indivíduos que trabalham estão submetidos.

Em outro estudo, Costa, Barros e Martins (2012) escolheram as revistas *Você S/A*, *Exame*, *Carta Capital* e *HSM Management* publicadas, entre 2004 e 2009, para investigar como o mercado de business tem vendido a imagem do empreendedorismo. O resultado indica três objetos discursivos relacionados ao conceito: capitalismo empreendedor; ascensão econômica no livre mercado e herói global. Esses três objetos discursivos já foram tratados por nós quando discutimos outros aspectos da atividade empreendedora, resumamos assim: O capitalismo empreendedor se relaciona com fazer da vida um meio para a reprodução do capital, tomando as metas do capital como suas.

A ascensão econômica no livre mercado, por sua vez, relaciona-se exatamente com os “casos de sucesso” que supramencionamos, é preciso que o empreendedorismo possibilite (ao menos teoricamente) a possibilidade de ter melhores condições para reprodução da vida. Se observarmos com atenção, quem “prende” é o Estado (“Burocracia para tudo” da Endeavor, é um bom exemplo), que atrapalha o empreendedor. Liberdade é, portanto, agir por conta própria, contra tudo e todos. Por outro lado, a tal “ascensão” não é garantida. Sobretudo, os estudos empíricos que analisamos no decorrer desta pesquisa não a corroboram.

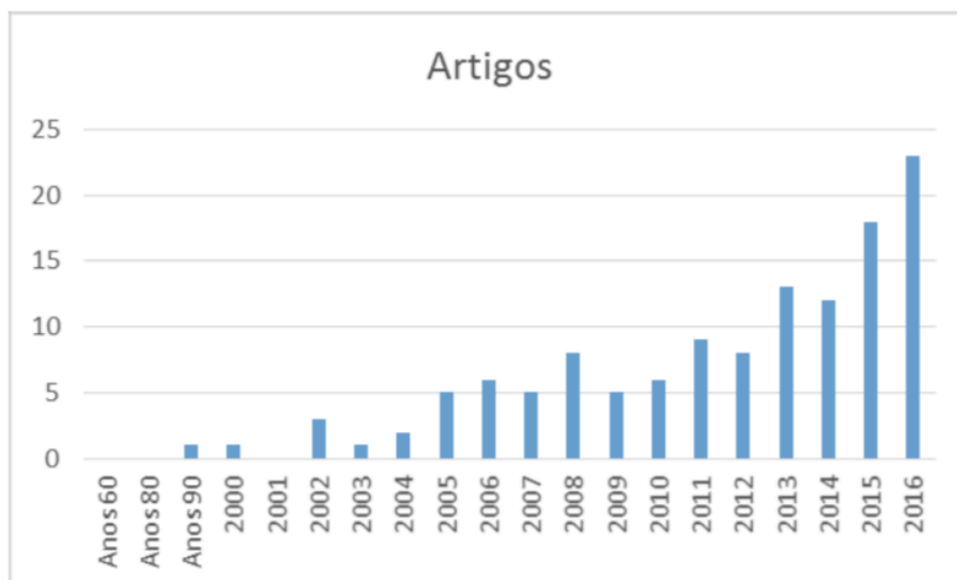
Vale ressaltar que os próprios ideólogos do capital pontuam que apenas alguns casos “específicos” são veiculados, isto é, apenas algumas pessoas “conseguem sucesso”. Assim a ascensão econômica existe, mas apenas para poucos. Conforme o postulado schumpeteriano, que vem sendo reproduzido em diversos textos acerca do empreendedorismo e de apologia ao capitalismo como forma última da sociabilidade humana, a razão de existir da vida humana e objetivo de vida de cada indivíduo resumir-se-ia à ascensão social, a vender e comprar mercadorias com “novos” valores de uso.

Mas, analisemos outro ponto igualmente recomendado pelo GEM (2017, p. 19) que citamos no início desse capítulo: “A aproximação da atividade empreendedora praticada intuitivamente com ambientes escolares, com a universidade, como a academia. (...) A inserção da educação empreendedora desde a escola fundamental.”

Hisrich, Peters e Shepherd (2014, p. 41) afirmam que “a educação empreendedora nunca foi tão importante em termos de cursos e pesquisas acadêmicas” e mencionam a presença de disciplinas em diversas formações distintas, associações, cursos, especializações.

Ademais, a cada ano, vemos mais professores e pesquisadores empenhados em discutir o assunto. Gimenez (2017, p. 74), em seu levantamento sobre a produção científica sobre empreendedorismo que cobriu o período de 1962 até 2016, aponta um crescimento de estudos sobre educação empreendedora, que ele define como “Métodos, conteúdos e práticas de educação para o empreendedorismo, exceto estudos de perfil empreendedor de estudantes.” Demonstrou que nos últimos 4 anos a academia brasileira tem crescentemente dedicado mais estudos ao tema. Esses números referem-se apenas aos artigos científicos publicados, não contando os cursos das escolas de negócios, a mídia e todo o arsenal do mercado sobre o tema.

Figura 1 – Evolução de Artigos Publicados Sobre Educação Empreendedora (1962-2016)



Fonte: Gimenez (2017, p. 74).

Dornelas (2008) relata como os cursos de gestão se modificaram nos últimos anos ao direcionar a capacitação para criação de novos negócios ao invés do anterior, ensino para formar profissionais para atuarem em grandes corporações. Drucker (2002) não deixa dúvidas: as faculdades americanas precisaram ser popularizadas para que a “classe média” pudesse ser

invadida pelo espírito empreendedor, um movimento semelhante ao que tem ocorrido do Brasil recente. Ou seja, durante o início deste século – e acompanhando o movimento vindo do centro para a periferia do capitalismo –, cada vez mais, a educação empreendedora foi criando para um clima de “você pode ser um empresário de sucesso” para franjas da classe trabalhadora frente ao crescente desemprego dos antigos gerentes e supervisores das fábricas. Como explica Streeck (2018, p. 79):

Os múltiplos esforços dos empregadores e dos políticos no sentido de disfarçar, por artifícios retóricos, a diferença entre a mobilidade escolhida pela própria pessoa e a mobilidade forçada, entre trabalho independente e precariedade, entre demitir-se e ser demitido, foram um sucesso numa geração à qual foi ensinado, desde tenra idade, que o mundo é uma meritocracia e o mercado de trabalho, um desafio esportivo equivalente ao ciclismo de montanha ou à maratona.

Para Costa, Barros e Martins (2008), o sistema educacional atua como um complemento do cotidiano empresarial (COSTA; BARROS; MARTINS, 2008). Fica latente aqui a vinculação dos autores à sociabilidade capitalista que resume educação (sistema educacional) à economia de mercado (cotidiano empresarial), pois relações capitalistas demandam por um processo de escolarização igualmente convergente com sua dinâmica. Mas isso é um outro problema, que se relaciona com a “sociedade de mercadorias” que discutimos um pouco antes; educação é apenas meio para mobilidade social, que, por sua vez, representa ter um padrão de consumo de quantidade e superior. E só.

Vale ressaltar que a educação, por si só, não cria um espírito empreendedor, contudo ela desempenha um papel importante na luta de classes (FERRAZ; FERRAZ; BIONDINI, 2018; ANTUNES, 2012; MÉSZÁROS, 2008). Assim, como destaca Mészáros (2008, p. 44), a questão crucial para o capital é “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis pelo sistema”. Isto é, a classe capitalista tem sido responsável, por meio de seu complexo sistema educacional, pela reprodução de valores do capital como sendo os mesmos dos indivíduos particulares, tantos seus meios quanto seus fins, gerando com isso, um conhecimento social, subjetivamente e objetivamente, desumanizado (MÉSZÁROS, 2016).

E para isso, não apenas, mas, principalmente, as instituições formais de educação atuam fazendo com que os indivíduos se adequem às condições de vida vigentes e que assumam as tarefas reprodutivas que lhes foram confiadas. Não dizemos com isso que é a educação formal que sustenta o sistema do capital; não o é, grosso modo são as mediações de segunda ordem (Estado capitalista, propriedade privada, trabalho estranhado), contudo, a educação formal deve atuar para produzir tanta conformação e consenso o quanto for possível.

Como apresenta Lukács (2013, p. 294), a formação tem cunho social, dinâmico, um duplo aspecto:

[Por um lado] a educação do homem é direcionada para formar nele uma prontidão para decisões alternativas de determinado feito; ao dizer isso, não temos em mente educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como a totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. [Por outro lado], a menor das crianças já reage à sua educação, tomada nesse sentido bem amplo, por seu turno, igualmente com decisões alternativas, e a sua educação, a formação de seu caráter, é um processo continuado das interações que se dão entre esses dois complexos.

Não é fortuito o GEM (2017) sugerir educação empreendedora o mais cedo possível, desde o ensino fundamental. Pois em uma sociedade cujo trabalho é socializado, como a sociedade capitalista, o indivíduo, desde criança, recebe uma educação idêntica à da sua comunidade.

Mas tal relação não pode ser simplificada, pois não quer dizer que o indivíduo é sujeito passivo que apenas “recebe” a cartilha da vida e se adequa sem contestação, assim como também não é possível sustentar um superindivíduo autônomo em relação ao cotidiano que pensa acima da realidade em que vive. Ou seja, tanto o que vai do ser-em-si da singularidade para a individualidade existente para si como o que vai da particularidade para a genericidade do indivíduo são processos profundamente entrelaçados, ainda que desiguais e contraditórios. Nesse caminho, ao analisar a crise da educação na sociedade capitalista, Mészáros (2016, p. 277) explica que a educação tem, portanto, duas funções básicas nesse sistema produtivo: i) “a produção das habilidades necessárias para gerir a economia”; ii) “a formação dos quadros, bem como a elaboração dos métodos, do controle político”.

E aqui todo o sistema educacional, formal e informal, público e privado, tem sido invadido por “alguma-coisa-empendedorismo” considerando as modificações do desenvolvimento das forças produtivas que temos destacado ao longo deste trabalho, que não é o responsável pela criação supra-humana do espírito, mas que contribui ativamente para manter o mito.

Das posições políticas mais apologéticas do capitalismo aos reformistas, todos celebram o empreendedorismo. Para os primeiros, basta tirar o Estado da frente que a concorrência vai selecionar os melhores; para os segundos, basta “humanizar” a competição que tudo ficará bem. Esse jogo de soma zero se esquece de que, em uma sociedade erguida sobre as trocas mercantis, para alguém ganhar outras pessoas precisam perder.

No que diz respeito ao segundo grupo, os reformistas, isso pode ser demonstrado usando o recente trabalho de Boava e Macedo (2017, p. 94):

o empreendedor é o ente necessário e suficiente para que haja a implementação de ações empreendedoras em qualquer lugar, e que não há condições, limites ou determinantes extra-humanos que possam impedir tal prática.

Chama atenção que, se ao invés de “empreendedor” colocássemos a categoria marxiana “trabalho”, o sentido da frase se assemelharia ao ato fundante do gênero humano. Como vimos no início desta pesquisa, a capacidade humana de criar algo novo por meio do trabalho é subsumida ao processo de valorização na sociedade capitalista. Assim, inovar (no sentido do processo de trabalho) é algo próprio da generidade humana. Todavia, na particularidade do modo capitalista de produção, tal capacidade fica condicionada à produção do mais-valor. Sobretudo a inovação cumpre uma função na concorrência intracapitalista que, por sua vez, no movimento de contratendência do capital da queda da taxa de lucro, visa baratear a força de trabalho. A questão, porém, é que, quando esse processo se dá avançando cada vez mais sobre a classe trabalhadora. A inovação ganha outros contornos.

Critica-se o lado “mau” do empreendedorismo, que seria uma “espécie de fonte da juventude” do capitalismo, o que garante que o capital siga controlando objetivamente e subjetivamente a sociedade. Boava e Macedo (2017), em sua pseudociência idealista, não percebem que o que estão tratando por causa é na verdade meio, e que, se o empreendedorismo se sustenta, não é por ser a força motriz do capital, como um voluntarismo e brilhantismo individual que movesse o mundo assim como teorizou Schumpeter.

É, pois, por ser corolário do desenvolvimento das forças produtivas, que, diante da necessidade de avanço da valorização do valor, pelo processo produtivo se dar na produção, mas se realizar na circulação, e igualmente pelas contradições do próprio capital – que ao mesmo tempo que concentra o capital, descentraliza a distribuição para aumentar sua abrangência –, que precisou expandir sua capilaridade, pois não basta mercadoria preche de mais-valor (M’); é preciso que ela se converta em D’ para que o ciclo continue se perpetuando.

Eles seguem justificando o lado “bom”: “como o valor/ideal do empreendedorismo é essencialmente liberdade, e por se tratar de um valor absoluto, específico, que não deriva de nenhum outro, ele se torna um referencial identificador de todos e para todos” (BOAVA; MACEDO, 2017, p. 101). Os autores equivalem o empreendedorismo a uma ética, como se fosse um valor transcendente da humanidade nos moldes kantianos. O idealismo patente em buscar uma razão sobre-humana para o gênero humano²⁵ só não é mais descabido que atribuir ao espírito empreendedor tal papel, visto que a primeira pressuposição vem de uma tradição filosófica relevante, embora igualmente idealista, e a segunda – o empreendedorismo como um

²⁵ Que, na verdade, se autoproduz por meio do trabalho, essa explanação pode ser encontrada nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (de 1844) de Karl Marx.

valor absoluto – é indefensável. Sobretudo convém imaginar o que é compreendido por liberdade para estes pesquisadores. Eles poderiam ter conversado com algum músico do cenário alternativo sobre sua “liberdade” antes de cometer tal equívoco. Possivelmente os desdobramentos de seus equívocos ocorrem por tomarem o ato humano de transformar a natureza, ao outro e a si próprio (o trabalho), como se fosse empreendedorismo. Entretanto, desconfiamos que esse passo adiante – de chegar à raiz do problema – não pode ser dado, sob o risco de ruir a tese dos autores.

A fragilidade do argumento de Boava e Macedo (2017, p. 95) é reforçada com as menções rasas e simplificadoras que tecem, além de interpretarem equivocadamente os escritos da filósofa brasileira Marilena Chauí e do marxista estruturalista francês Louis Althusser, discorrendo também sobre uma incapacidade de pesquisadores funcionalistas e marxistas – aparentemente, para os autores, estas seriam as pontas extremas das correntes científicas – de perceber o lado bom do empreendedorismo:

Mas, os debates sobre valores em empreendedorismo são raros e, quando existem, muitas vezes são enviesados por visões de mundo comprometidas, ou seja, os pesquisadores não conseguem livrar-se da visão ideológica de mundo que professam. Por exemplo, um pesquisador marxista pode ver o empreendedorismo como algo terrível, que suprime o coletivo e instala o individualismo; já um pesquisador funcionalista da administração pode vê-lo como gerador de riquezas, que provoca o crescimento econômico. Por isso, torna-se necessário destacar, nesse caso, que ambos os pesquisadores estão certos, contudo estão equivocados quanto ao caminho utilizado. Em outros termos, ao proceder dessa forma, eles esquecem o fenômeno e pesquisam apenas suas manifestações.

A neutralidade científica weberiana aparece como solução para que os lados extremos afastem suas ideologias, assim a ideologia do bom empreendedorismo poderia penetrar pelo cérebro esterilizado do cientista, porém eles não discordam das posições “ambos os pesquisadores estão certos”, mas entendem que o caminho (seria o método?) da investigação estaria errada. E finalmente, seguindo a tradição cartesiana de cindir o objeto, (não obstante a tentativa hermenêutica ou filosófica, como eles pretendem) acreditam ser possível fazer ciência separando as manifestações fenomênicas da sua gênese. Pelo lado dos funcionalistas, podemos afirmar que fizemos uma análise dos trabalhos empíricos realizados por alguns deles e, embora eles não cheguem à essência do problema – visto sua imputação subjetiva e sua ciência gnosiológica –, conseguem mostrar como o fenômeno se manifesta – lembremos que a aparência é uma forma de manifestação da essência.

A perspectiva marxista, por sua vez, não visa à classificação valorativa de bom ou mau, bondoso ou terrível. Em parte, pela historicidade demandada para a compreensão da gênese, em parte, por integrar – e não recusar – a contradição e ao investigar o objeto em sua totalidade, isto é, o objeto é unidade dos diversos, apreendido idealmente a partir do movimento do real

como síntese das suas múltiplas determinações. Os referidos autores têm concordância com o fato de que individualismo contém o “ismo”, cuja semântica delinea limites, para além do significado da palavra, isto é, que representa a racionalidade egoísta de indivíduos indiferentes, mas não percebem que esses mesmos indivíduos são mutuamente dependentes.

Para deixar ainda mais evidente o equívoco na interpretação que fizeram do pensamento marxiano, expomos a citação que eles fizeram de Chauí (2001 apud BOAVA e MACEDO, 2017, p. 100):

Marx afirmava que os valores da moral vigente - liberdade, felicidade, racionalidade, respeito à subjetividade e à humanidade de cada um, etc. - eram hipócritas não em si mesmos (como julgava Nietzsche), mas porque eram irrealizáveis e impossíveis numa sociedade violenta como a nossa, baseada na exploração do trabalho, na desigualdade social e econômica, na exclusão de uma parte da sociedade dos direitos políticos e culturais. A moral burguesa, dizia Marx, pretende ser um racionalismo humanista, mas as condições materiais concretas em que vive a maioria da sociedade impedem a existência plena de um ser humano que realize os valores éticos. Para Marx, portanto, tratava-se de mudar a sociedade para que a ética pudesse concretizar-se.

Para os defensores do bom empreendedorismo, Boava e Macedo (2017, p. 100), o excerto atesta que “Marx só via o valor como econômico”, que, para eles, limita-se, na melhor das hipóteses, à esfera da produção, mas os autores não deixam explícito o que entendem por “econômico” e podem estar usando tal termo como correspondente, por exemplo, a financeiro, o que seria ainda mais grave.

Aqui é possível apontar dois grandes erros. O primeiro é atribuir à filósofa Marilena Chauí tal constatação. Nem o excerto diz isso, tampouco a referida obra²⁶. Uma reflexão mais acurada do tratamento dispensado ao pensamento marxista dado pela pensadora a Marx pode ser vista no outro livro que referenciam no seu artigo, “O que é a ideologia” da Coleção Primeiros Passos, que, mesmo com as limitações da abordagem da categoria ideologia, consegue ser bastante esclarecedor na explanação de outras categorias, como o materialismo histórico, por exemplo. O segundo grande erro é atribuir a Marx uma teoria social que correspondesse única e estritamente “o valor como econômico”. Dois autores que pretendem fazer um estudo “reflexivo e crítico” sério não poderiam reduzir a teoria do valor a uma afirmação tão simplista. Por fim, eles ainda constataam:

o tema extrapola a visão maniqueísta que vê no empreendedorismo uma disputa entre o capital e o trabalho, englobando uma percepção existencial filosófica que enxerga na atividade uma libertação do homem, uma possibilidade de transformar sua potência em atos, em qualquer atividade humana (BOAVA; MACEDO, 2017, p. 106).

²⁶ CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2001.

Ora, eles criticam o maniqueísmo, mas separam o empreendedorismo em bom e mau. Entenda quem puder! Eis a falta que a categoria contradição faz numa pesquisa. Aliás, que liberdade é esta que paira no ar sobre a cabeça das pessoas?

Sobretudo, é preciso que se diga que se trata, sim, da contradição entre capital e trabalho, tal como se dão as relações na sociedade hodierna. E assim sendo, não nos cabe valorar a prática empreendedora, tampouco o empreendedor. Cabe a nós investigar o objeto, permitir que ele fale por si mesmo, para que possamos tomar consciência dos limites e potencialidades, pois, como Marx e Engels (2007) asseguram, os filósofos só interpretaram o mundo, mas é preciso transformá-lo.

Iniciamos esse percurso para discutir comportamento empreendedor como se fosse a materialização do espírito empreendedor; no caminho percebemos que tanto a mídia quanto a educação empreendedora contribuem menos com um efetivo treinamento para ser capitalista (até porque não depende de vontade, mas de condições concretas) e mais como conformação, como acesso parcial às contradições imanentes da reprodução capitalista. Percebemos ainda que tal discurso tem encontrado espaço mesmo entre os reformistas, que entendem o empreendedorismo como um valor ético não vinculado à materialidade. A seguir, vamos expor como a ciência burguesa apresenta a prática empreendedora.

2.4 A Prática Empreendedora Segundo a Ciência burguesa

Discutamos agora como a academia tem explicado a prática empreendedora. Ou seja, apresentaremos um resumo do estado da arte do empreendedorismo em sua aparência.

Acerca dos fundamentos históricos da pesquisa acadêmica em empreendedorismo, Landstrom e Lohrke (2010) apontam três considerações e apontamentos para o futuro:

- 1) A pesquisa acerca da temática é antiga e atraiu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, indicando que há um vasto conhecimento qualificado para extrair e construir pesquisas futuras.
- 2) Houve um aprofundamento das discussões teóricas sobre o empreendedorismo dado seu caráter multidisciplinar, com influência de disciplinas tradicionais como economia, psicologia e sociologia que emprestaram conceitos que precisam ser analisados e adaptados.
- 3) Os pesquisadores do empreendedorismo têm muito a ganhar com uma colaboração mais próxima do conhecimento da história econômica que pode contribuir significativamente para a compreensão do empreendedorismo, cuja conscientização do contexto histórico

e institucional é necessária para que se possa extrair generalizações acuradas sobre o comportamento empreendedor.

Landstrom e Lohrke (2010, p. 8) se baseiam, em maior medida, em Schumpeter quando afirmam que:

*In the last couple of years, however, we can find a stronger attention among entrepreneurship research towards the knowledge that can be found in economic history. This interest has re-emerged in line with the repeated argument in entrepreneurship research that we need to link our knowledge of entrepreneurial behavior on the individual and firm levels of analysis to process of change at more aggregate levels of analysis.*²⁷

Em síntese, os autores exaltam a multidisciplinaridade²⁸ sobre a qual a produção do conhecimento em empreendedorismo foi forjada, visto que tal diversidade de conceito pode contribuir com a compreensão do fenômeno, especialmente no que tange ao comportamento empreendedor, tanto no nível individual como no nível das firmas, e defendem que *"is not possible to understand the entrepreneur as an individual without understanding the institutional and historical context within which the entrepreneurs is operating"*²⁹. (LANDSTROM; LOHRKE, 2010, p. 8). Sobre isso, temos acordo. É preciso compreender o contexto histórico para entender a prática empreendedora. Entretanto, nos diferenciamos dessa abordagem no momento em que os autores buscam mobilizar o conhecimento sistematizado para revitalizar o empreendedorismo, pois, neste estudo, o foco é compreender seu papel como uma consequência e seu efeito como uma força produtiva.

Diferente do longo período de pesquisa sobre empreendedorismo em sua multidisciplinaridade – especialmente relacionado à história econômica – (LANDSTROM; LOHRKE, 2010), nas ciências administrativas esta ainda é uma temática recente, datando, no Brasil, por exemplo, do final da década de 1990³⁰ (ZEN; FRACASSO, 2008; BACELAR; TEIXEIRA, 2016).

²⁷ “Nos últimos dois anos, no entanto, podemos encontrar uma maior atenção entre as pesquisas de empreendedorismo em relação ao conhecimento que pode ser encontrado na história econômica. Esse interesse ressurgiu de acordo com o argumento repetido na pesquisa de empreendedorismo de que precisamos vincular nosso conhecimento do comportamento empreendedor nas análises individuais e nos níveis de firmas ao processo de mudança em níveis mais agregados de análise.”

²⁸ Lembremo-nos que, no Método da Crítica da Economia Política, não há disciplinas, tampouco multidisciplinaridade. Os problemas são investigados em sua realidade e nesta atividade são açambarcados todos os campos do conhecimento que forem necessários.

²⁹ “Não é possível entender o empreendedor como um indivíduo sem entender o contexto institucional e histórico no qual os empreendedores estão operando”.

³⁰ Notadamente quando o fenômeno se expande enquanto uma possibilidade material posta para reprodução da vida pelas camadas médias e inferiores da população, isto é, os/as trabalhadores/as.

De acordo com Bacelar e Teixeira (2016), o primeiro curso de empreendedorismo aconteceu em Harvard, em 1947. Peter Drucker, por sua vez, ofereceu o curso sobre empreendedorismo e inovação na Universidade de Nova Iorque em 1953. Mas, no Brasil, a temática só se intensificou por volta dos anos 90 do século passado. Na Administração, as pesquisas são tão amplas quanto difusas e, como era de se esperar, centram-se, em maior medida, na gestão (BACELAR; TEIXEIRA, 2016). E como vimos, o interesse “repentino” da academia pela temática tem como origem a crise engendrada na década de 1970 (WADHWANI, 2010).

Em seu levantamento bibliométrico acerca da temática do empreendedorismo, Bacelar e Teixeira (2016) encontraram 871 artigos publicados entre 2008 e 2014, em busca realizada em periódicos e nos anais do EnAnpad e do EGEPE. Destes, 444 artigos foram publicados nos periódicos, cujos qualis³¹ variaram entre A2 e B3. 45% dos artigos publicados se concentram em 10 revistas, e 15 delas publicaram ao menos 10 artigos, sendo consideradas pelas autoras, como o “*core*” da temática. Vale salientar que duas revistas são específicas para os pequenos negócios – a Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (REGPE), qualis B1 e a Revista da Micro e Pequena Empresa (RMPE), também qualis B1. Dos 15 periódicos que mais publicaram, 3 têm qualis A2 – Revista de Administração Contemporânea; Revista Administração FEA USP; Revista de Administração Pública – ou seja, são consideradas pesquisas “de excelência”. Esses números demonstraram o volume da produção de conhecimento que o empreendedorismo tem mobilizado no Brasil, assim como o espaço que o mesmo tem encontrado em periódicos chamados de impacto.

No Brasil, de acordo com Bacelar e Teixeira (2016), o primeiro evento científico acerca da temática foi “Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - EGEPE”, que aconteceu no ano 2000. Em 2003, o empreendedorismo tornou-se uma área temática específica no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnAnpad³², já em 2005 ascendeu à condição de tema, “Empreendedorismo e Negócios Inovadores”. Atualmente, a divisão acadêmica “GCT - Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação” contém dez temas³³ sobre inovação, além de aparecer em diversos temas de outras

³¹ O Sistema Qualis surgiu em 1998 com a justificativa de avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para isso utiliza escalas de pontos para avaliar critérios tais como visibilidade, circulação, gestão editorial, quantidade e qualidade dos artigos recebidos. Os critérios são fonte de debate entre pesquisadores.

³² É o maior evento em número de participantes do campo da Administração no Brasil.

³³ Consultado no site da Anpad (2018). Disponível em

<http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=93&cod_edicao_subsecao=1514> Acesso em 09 abr. 2018.

divisões. Em Schumpeter, o empreendedor é o agente da inovação, assim, dada a influência acadêmica do economista, ambas as temáticas aparecem relacionadas.

Ainda sobre o estudo de Bacelar e Teixeira (2016), foram encontrados 1449 pesquisadores/as que publicaram como autor/a ou coautor/a com ao menos 1 trabalho sobre empreendedorismo. Bacelar e Teixeira (2016) destacam um “grupo de elite” composto por 64 autores/as (ou coautores/as) que publicaram, no mínimo, 4 artigos entre 2008 e 2014. Porém chama ainda mais atenção o número de artigos publicados pelos autores mais produtivos, os 5 primeiros produziram respectivamente 26, 25, 25, 20, 20 trabalhos.

Considerando que estes(as) tenham começado a produzir no início da série (2008), encontramos uma média superior a 3 artigos/ano, que, ao analisarmos com base nos critérios da CAPES³⁴ – que postulam que o mínimo a ser produzido por um/a pesquisador/a vinculado a um programa de pesquisa em um triênio seria, no mínimo, 3 artigos A2 –, temos que esses autores produzem 3 vezes além do mínimo.

Por suposto, a temática possibilita maiores chances de publicação para seus pesquisadores, o que possivelmente atrai novos investigadores da temática. Destacamos, ainda em alusão à mesma pesquisa bibliométrica, que, dentre as temáticas com maior incidência, as 5 maiores foram: tipos e perfis de empreendedores (25%); análises teóricas sobre o empreendedorismo (15%); performance (8%), empreendedorismo social (7%) e empreendedorismo corporativo (7%).

Abriremos um espaço para discutir a questão dos empreendedores sociais, por ser uma temática que vem crescendo em adesão no Brasil. Em geral, são pesquisas realizadas pelo grupo dos reformistas ou economistas (humanistas) filantropos (Cf. Marx, 2017). De acordo com Griffiths, Gundry e Kickul (2013), “*instead of focusing solely on financial value creation, social entrepreneurship centers on the creation of social value for disenfranchised members of society*”³⁵, isto é, os empreendedores sociais seriam pessoas que não têm no lucro o motivo para iniciar um negócio, pois estariam focados em atividades que possibilitassem a criação de “justiça social”. Zen e Fracasso (2008, p. 147-148, grifos nossos) afirmam que:

Diversamente das iniciativas capitalistas, para as quais o poder e os lucros pertencem exclusivamente aos acionistas, as iniciativas da economia social se baseiam na

³⁴ CAPES - critérios de avaliação dos docentes em programa *Stricto Sensu*.

³⁵ “Em vez de se concentrar apenas na criação de valor financeiro, o empreendedorismo social centra-se na criação de valor social para os membros da sociedade marginalizados.”

associação de pessoas ou na ação de um indivíduo com capacidade de mobilizar uma grande diversidade de recursos. (...) Os empreendedores sociais, assim como os empreendedores capitalistas, buscam novas oportunidades e também se preocupam com a inovação. **Embora possuam a capacidade de mobilizar recursos para transformar um projeto em realidade, se distinguem claramente por seu interesse pela justiça social.** (...) Contrapondo a lógica de acumulação de riqueza capitalista, os empreendedores sociais não criam uma riqueza para si mesmos, mas geram uma riqueza coletiva para a comunidade em seu entorno.

Tal explicação é tão frágil que mesmo os próprios capitalistas poderiam se opor a ela. Basta ler as entrevistas, biografias e documentos sobre a política de empresas como Nestlé, Walmart, Vale, etc., para observar como esses conglomerados econômicos colocam a “riqueza coletiva” e a “justiça social” como um dos seus pilares de atuação. Por exemplo, no site da Nestlé, está exposto o seguinte:

We believe that our company will be successful in the long term by creating value, both for our shareholders and for society. We call this approach Creating Shared Value (CSV). CSV is principle for how we do business. Our positive impact on society focuses on enabling healthier and happier lives for individuals and families, on helping the development of thriving and resilient communities, and on stewarding the planet's natural resources for future generations, with a particular focus on water. These impact areas are interconnected, and are firmly embedded in our corporate purpose: to enhance quality of life and contribute to a healthier future.³⁶

Ou seja, a propositura do empreendedorismo social e do empreendedorismo (não-social?) é a mesma “justiça social”, portanto, não seria essa a diferença. Dessa maneira, como alerta Paço-Cunha (2016, p. 37):

E mesmo as mais recentes investidas do empreendedorismo, mesmo daquele que quer ser "social", não se coloca fora dessa primeira tendência dado que paga tributo ao ideário gerencial proveniente também das corporações (técnicas de mercado, competição, individualismo, etc.), além - o que é mais importante - de ser uma renovação do ideário do pequeno proprietário em tempos de crise da sociabilidade do capital.

Paiva Jr e Guerra (2010, p. 270) acreditam que os críticos do empreendedorismo têm uma visão limitada e excludente desses empreendedores, o que “fragiliza sua potencialidade no sentido de contribuir para o desenvolvimento local e para a emancipação de grupos sociais periféricos”, pois, se os esforços se voltarem para a apreensão de um empreendedor humanizado – sabe-se lá o que eles querem dizer com isso –, seria possível estimular o desenvolvimento social ao dar novos significados às relações entre os âmbitos público e privado, promovendo, assim, uma cidadania de maior cooperação.

³⁶ <https://www.nestle.com/csv/what-is-csv>. “Acreditamos que nossa empresa terá sucesso no longo prazo, criando valor para nossos acionistas e para a sociedade. Chamamos essa abordagem de criação de valor compartilhado (CVC). O CVC é o princípio de como fazemos negócios. Nosso impacto positivo na sociedade se concentra em possibilitar uma vida mais saudável e feliz para indivíduos e famílias, ajudar o desenvolvimento de comunidades prósperas e resilientes e administrar os recursos naturais do planeta para as gerações futuras, com um foco particular na água. Essas áreas de impacto estão interligadas e estão firmemente incorporadas ao nosso propósito corporativo: melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável.

Colocam o empreendedorismo como uma atividade capaz de emancipar os indivíduos, como se um “novo olhar” fosse suficiente para encerrar todas as relações reificadas a partir da sociedade capitalista. Valendo-nos da licença poética marxiana em O Capital 1, ao metaforicamente explicar o capital como um vampiro que suga sangue (trabalho morto e trabalho vivo), é como se a vítima olhasse nos fundos dos olhos do Drácula e dissesse: “vamos ser amigos?”. O fim dessa história é previsível.

Entretanto, é preciso que se diga, o empreendedorismo social existe. Sobretudo nos países dependentes (emergentes, mais pobres, menos desenvolvidos, estágio de fatores, etc.), sua função tem sido, em maior medida, empregar a força de trabalho das minorias³⁷, Paiva Jr. e Guerra (2010) fizeram menções nesse sentido.

Um interessante estudo acerca dessa função do empreendedorismo social é o de Griffiths, Gundry e Kickul (2013), que investigaram as influências macroeconômicas, incluindo os fatores sociopolíticos, culturais e econômicos, que podem estimular ou impedir o surgimento do empreendedorismo social. Eles constaram empiricamente que as variáveis socioeconômicas respondem por 76% da variância da atividade empreendedora social, especialmente no que se refere à participação da mulher na força de trabalho. Chega-se a defender que o empreendedorismo seria o caminho para que as pessoas que não puderam seguir carreiras tradicionais e/ou que não possuem relações com as elites locais possam ser inseridas e mesmo ascender socialmente. O empreendedorismo possibilitaria a mobilidade social (VALE, 2014). O empreendedorismo social seria uma “oportunidade” para o exército de reserva e para o imenso contingente de trabalhadores cada vez mais pauperizados.

Não pretendíamos exaurir a crítica ao empreendedorismo social, tampouco negar que existam pessoas que se dediquem a causas que visem ao combate às mazelas da sociedade e à transformação social. Entretanto, no final das contas, o empreendedorismo social aparentemente é ainda pior que o outro, pois tem sido um meio de expandir as mazelas sociais por ser uma forma de apropriar-se ainda mais do valor e possibilitar a expansão da acumulação sobre pessoas que antes estavam às margens do processo produtivo.

Voltamos aos estudos bibliométricos, agora no âmbito internacional. Ferreira, Pinto e Miranda (2015) cobriram 30 anos de publicações em oito periódicos líderes na pesquisa sobre

³⁷ Isto é, incluir uma parte da classe de trabalhadora que, por causas diversas (acessibilidade, moral vigente, etc.), ainda não havia sido demandada no processo de produção do valor, mas que tem sido integrada em grande parte por representam uma força de trabalho mais barata.

o empreendedorismo, totalizando 1.414 artigos publicados entre 1981 a 2010. Para os autores, o fato de terem utilizado os periódicos com melhores conceitos e com maior potencial de impacto corrobora para que se possa generalizar a pesquisa no campo. Os estadunidenses foram responsáveis por 44% dos trabalhos (887 artigos), seguidos pelos ingleses (11%) e canadenses (6%), três países que, segundo os autores, têm uma cultura nacional que enfoca o sucesso individual e uma população empreendedora.

Dentre os autores mais citados aparecem Joseph Schumpeter com a obra “The theory of economic development”, edição de 1934, seguido por Shane e Venkataraman (2000) que realizaram uma revisão de literatura da temática; na sequência, Jay Barney, com um trabalho de 1991 sobre a Visão Baseada nos Recursos (*Resource-based View*). Os demais autores mais citados foram Stinchcombe (1965), Kirzner (1973), Porter (1980), Venkataraman (1997), Penrose (1959), Storey (1994) e Low e MacMillan (1988). Os cinco temas mais pesquisados foram: *Entrepreneurial process; Environmental and external determinants of entrepreneurship; Methods, theories and research issues; Value creation and performance e Psychological, cognitive and individual characteristics*³⁸.

Comparando essa pesquisa internacional com a pesquisa nacional (cf. Bacelar e Teixeira, 2016), vê-se que os temas convergem, exceto pelo “empreendedorismo social” no Brasil, que possivelmente se relaciona com o caráter dependente do capitalismo no país. Já o tema "*Environmental and external determinants of entrepreneurship*" tem pouca adesão nos estudos brasileiros.

Sobretudo, ao comparar os temas que aparecem tanto nas pesquisas nacionais quanto nas internacionais, vemos que estes estudos atuais corroboram a tese de Wadhvani (2010, p. 351), quando afirma que:

*Emerging out of this milieu, the scholarship in this area embraced a behavioral and organizational approach to the study of entrepreneurship. (...) However, the broader links between these entrepreneurial behaviors and processes of economic change within industries, societies, and economies was almost completely sidelined.*³⁹

Isto é, com o passar dos anos, os estudos que enfatizavam os aspectos econômicos e sociais foram sendo postos de lado e dando espaço para uma abordagem mais singularizada, relativa ao empreendedor individual, como se viu nas áreas que aparecem nos bibliométricos, nas pesquisas cujo enfoque são o comportamento e o desempenho das organizações. Podemos

³⁸ “Processo empreendedor; ambiente e determinantes externos do empreendedorismo; método, teorias e temas de pesquisa; criação de valor e performance, e; psicologia, cognição e características individuais”.

³⁹ Emergindo desse meio, os estudos nessa área adotam uma abordagem comportamental e organizacional para o estudo do empreendedorismo. (...) No entanto, os vínculos mais amplos entre esses comportamentos empreendedores e os processos de mudança econômica dentro das indústrias, sociedades e economias foram quase completamente postos de lado.

perceber, a partir desses estudos, que a prática empreendedora se relaciona com o grau do desenvolvimento das forças produtivas e tem assumido diferentes papéis tanto na perspectiva horizontal, (as mudanças dentro uma mesma região/país), como também numa perspectiva vertical, que varia junto com o desenvolvimento do capital ao redor do mundo.

Percebemos, até aqui, que os principais pontos investigados pelo empreendedorismo podem ser resumidos em dois grandes temas: a) o comportamento empreendedor – que já discutimos; e b) empreendedorismo como motor do desenvolvimento econômico, que veremos mais adiante.

3 A PRÁTICA EMPREENDEDORA NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

“No evolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas.” (MARX, 2013, p. 808)

Dentre as distintas definições acerca da origem do termo empreendedorismo, mais de uma vez apareceu que este deriva do termo inglês *entrepreneur* (ZEN; FRACASSO, 2008; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014), que, em uma tradução livre, seria “aquele que medeia” ou “intermediário”. Além disso, atribui-se a Marco Polo e à rota comercial com o Extremo Oriente a inspiração para o uso do termo.

O conceito sofreu mudanças no que se refere à sua explicação empírica, seja pelas transformações no modo produção, ou mesmo pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, e, embora Zen e Fracasso (2008, p. 136) reconheçam que “a ação empreendedora está fortemente relacionada ao contexto social e tecnológico no qual o empreendedor se insere”, as autoras não conseguem visualizar que a categoria “empreendedorismo” tem funcionado como um “coringa” na reprodução do capital, sendo relacionado ao papel esperado pela classe dominante em dado cenário. Por isso sintetizamos aqui apenas algumas passagens para demonstrar como isso ocorre.

Dentre o dilúvio de trabalhos elogiosos ao empreendedorismo, Costa, Barros e Carvalho (2011) aparecem como uma das poucas análises críticas, embora possam ser apontadas limitações quanto à inquirição realizada por eles. Por exemplo, eles postulam que o fenômeno “passa a representar”, que é um “novo espírito”, o que leva a interpretar que se trata de novidade. Veremos que não, e, além disso, de certa maneira, isso seria uma manifestação idealista “do espírito”, como se a nova subjetividade destes tempos modificasse as relações de produção, e não o inverso, como temos sustentado.

Zen e Fracasso (2008) discorrem acerca do desenvolvimento histórico, econômico e tecnológico pareado com o empreendedorismo, numa cisão temporal semelhante a Costa, Barros e Carvalho (2011), embora o conteúdo de ambos os trabalhos tenha perspectivas distintas. Assim, combinamos a exposição das duas pesquisas para analisar cada período a partir de três paradigmas tecnológicos como representação do estágio das forças produtivas: I - paradigma industrial (final do século XVIII até $\frac{3}{4}$ do século XIX); II - paradigma fordista (final do século XIX até meados do final do século XX); III - paradigma da TI (últimas décadas do

século XX até a atualidade). Se analisarmos detidamente poderemos perceber que cada um desses marcos temporais – as chamadas revoluções tecnológicas – são igualmente respostas à agudização das crises de expansão do modo de produção de capitalista, eis a inovação cumprindo seu papel no capital.

I - Paradigma industrial (final do século XVIII até ¾ do século XIX)

Costa, Barros e Carvalho (2011) nomearam esse primeiro momento da análise de “período clássico de formação do capitalismo”. Eles assumem a dificuldade em precisar o período do surgimento do capitalismo⁴⁰, mas terminam por indicar os anos entre 1760/80 e 1870/80, pois “se assume a ideia de capitalismo como vinculada a um conjunto de comportamentos individuais e coletivos em relação à produção, à distribuição e ao consumo dos bens” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 184).

Para Zen e Fracasso (2008), por sua vez, nesse período, o termo empreendedor estava atrelado à teoria econômica, na figura do empresário surgido como corolário da Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo. Para as autoras, “o empresário representava, no século XIX, a base da economia capitalista, uma vez que esse empresário-proprietário tinha o papel central nas decisões da firma” (ZEN; FRACASSO, 2008, p. 148). Elas atribuem os aportes teóricos deste período à atividade empresarial, associando-a ao risco e distinguindo-a do investidor, que apoiava financeiramente⁴¹, enquanto o empreendedor individual “assumia os riscos financeiros e psicológicos de iniciar um novo negócio, na expectativa de um retorno compensatório, e, nesse sentido, sua principal motivação era a obtenção de lucro” (ZEN; FRACASSO, 2008, p. 148).

Elas citam ainda Adam Smith e as três diferentes maneiras que este se refere aos empresários (*adventurer, projector, undertaken*) numa brevíssima sintetização: o especulador; o inventor (ou trapaceiro); e o terceiro tipo, o empresário-empendedor que, diferente dos outros dois, é prudente e moderado.

⁴⁰ Em Marx (2013), o surgimento do capitalismo não poderia ser resumido em um período tão demarcado, visto que os germes da sociabilidade capitalista são tão antigos, vide, por exemplo, o capítulo da acumulação primitiva. Para fins didáticos, entretanto, podemos simplificar a sociabilidade capitalista pela existência do modo de produção em que há de um lado trabalho assalariado e, do outro, capitalistas que compram a mercadoria força de trabalho, uma relação que se consolidou por intermédio do Estado moderno, por isso, diz-se que o Estado é capitalista.

⁴¹ Apoio financeiro, na verdade, é empréstimo a juros. Marx (2013, 2014, 2017) aponta que, desde os primeiros movimentos do capital, já havia a figura do rentista, que se desenvolveu com o passar dos anos.

Vale ressaltar que a prática empreendedora não passou despercebida por Karl Marx. Entretanto sua descrição é bem menos gloriosa que a categorização de Smith, exaltada por Zen e Fracasso (2008). Em O Capital 1, no capítulo sobre “A lei geral da acumulação capitalista”, para ilustrar alguns casos reais da classe trabalhadora na Inglaterra, Marx (2013, p. 767, grifos nossos) informa que no condado de Worcestershire:

O solo exige muitas tarefas leves, como a capina, a roçadura, certas operações de adubação, remoção de pedras etc. Esses trabalhos são feitos pelas turmas ou bandos organizados, que residem nos vilarejos abertos. Formam a turma entre 10 e 40 ou 50 pessoas: mulheres, adolescentes de ambos os sexos (de 13 a 18 anos), embora os rapazes geralmente sejam excluídos quando chegam aos 13 anos, e, por fim, crianças de ambos os sexos (entre 6 e 13 anos). **À frente de todos está o gangmaster (chefe de turma), sempre um trabalhador agrícola comum, geralmente um assim chamado mau sujeito, pervertido, inconstante, bêbado, mas dotado de certo espírito empreendedor e savoir-faire.** Ele recruta a turma que trabalha sob suas ordens, não sob as do arrendatário. Com este último ele estabelece um acordo baseado, na maioria das vezes, no pagamento por peça, e seu ganho, que em média não se eleva muito acima do de um trabalhador rural comum, depende quase inteiramente de sua habilidade em fazer com que sua turma ponha em movimento, no menor tempo, a maior quantidade possível de trabalho. Os arrendatários descobriram que as mulheres só trabalham ordenadamente sob ditadura masculina, mas que mulheres e crianças, uma vez em movimento, como já o sabia Fourier, gastam sua energia vital de modo verdadeiramente impetuoso, ao passo que o trabalhador masculino adulto é tão malandro que a economiza o máximo que pode. O chefe de turma se transfere de uma fazenda a outra e, assim, ocupa seu bando de 6 a 8 meses por ano. Ser seu cliente é, por isso, muito mais rentável e seguro para as famílias trabalhadoras do que ser cliente do arrendatário individual, que só ocasionalmente ocupa crianças. Essa circunstância reforça sua influência nas localidades abertas a tal ponto que, na maioria das vezes, é apenas por seu intermédio que crianças podem ser contratadas.

O empreendedor, para Marx, aparece na Inglaterra camponesa – que coexiste com a Inglaterra industrial – como um atravessador, um intermediário entre o arrendatário (o capitalista) e os/as trabalhadores/as (força de trabalho), normalmente crianças, adolescentes, preferencialmente mulheres, por serem menos indolentes que os homens – isto nos lembra o *projector* (trapaceiro / inventor) de Smith.

Em O capital 3, ao discorrer sobre a renda de terrenos para construção, renda de mineração e preço da terra, novamente Marx (2017, p. 835-836, grifos nossos) menciona o espírito empreendedor:

Quando falamos de preço monopólico, referimo-nos em geral a um preço determinado apenas pela ânsia de comprar e pela solvência dos compradores independentemente do preço determinado pelo preço geral de produção, bem como pelo valor dos produtos (...). Devido a esse preço monopólico, cujo excedente acima do valor do produto é determinado exclusivamente pela riqueza e pela paixão de eminentes bebedores de vinho, o viticultor consegue gerar um considerável lucro extra. Esse lucro extra, que aqui emana de um preço monopólico, transforma-se em renda e, desse modo, cai em poder do proprietário fundiário, devido a seu título sobre essa parcela do globo terrestre dotada de atributos especiais. Aqui, portanto, o preço monopólico cria a renda. Ao contrário, a renda geraria o preço monopólico se os cereais fossem vendidos não só acima de seu preço de produção, mas também acima de seu valor, em decorrência da barreira que a propriedade fundiária representa para o investimento

de capital, não gerador de renda, em terras incultas. Que isso seja somente o título de certo número de pessoas sobre a propriedade do globo terrestre – título que lhes capacita a se apropriar de parte do mais-trabalho da sociedade na qualidade de um tributo e, com o desenvolvimento da produção, de dele se apropriar em escala sempre crescente – é algo que permanece encoberto pela circunstância de que a renda capitalizada, isto é, precisamente esse tributo capitalizado, aparece como preço do solo e, por isso, pode ser vendida como qualquer outro artigo comercial. **Portanto, para o comprador, o direito sobre a renda não aparece como algo obtido gratuitamente, sem o trabalho, que constitui o risco e o espírito empreendedor do capital, mas como algo pago em troca de seu equivalente.** Como já observamos, a renda só lhe aparece como juros do capital com o qual ele comprou as terras e, com elas, o direito a receber a renda. Da mesma forma, a um senhor de escravos que tenha comprado um negro, sua propriedade sobre este último não lhe aparece como tendo sido adquirida em virtude da instituição da escravidão como tal, mas sim pela compra e pela venda de mercadoria. Mas a venda não cria o título, ela apenas o transfere. O título precisa existir antes de se poder aliená-lo, mas assim como uma venda não pode criar tal título, tampouco o pode uma série inteira dessas mesmas vendas. O que efetivamente o criou foram as relações de produção. (MARX, 2017, p. 835-836)

O trecho resume a relação entre a propriedade e a renda da terra, em que Marx relaciona diretamente “espírito empreendedor **do capital**” para demonstrar que os compradores não percebem que o título sobre a terra é consequência das relações sociais que antecederam o desenvolvimento das forças produtivas daquele tempo, a partir da expropriação do trabalho humano pretérito, mas como se fosse uma realização ou conquista do seu “proprietário” que, portanto, podem vendê-la, como fariam com qualquer outro produto.

Em outro exemplo em que novamente recorre ao espírito empreendedor, assemelhando-se ao “especulador” de Smith, Marx (2017, p. 298, grifos nossos) explica que:

Se a taxa de lucro diminui, vemos que, de um lado, o capital é tensionado para que o capitalista individual possa comprimir o valor individual de suas distintas mercadorias abaixo de seu valor social médio mediante a utilização de melhores métodos etc. e, desse modo, com um preço de mercado dado, obter um lucro extra; de outro lado, **há um movimento de especulação e um estímulo geral à especulação, mediante apaixonados ensaios de novos métodos de produção, novos investimentos de capital e novas aventuras para garantir um lucro extra** que seja independente da média geral e se eleva acima dessa média (MARX, 2017, p. 298).

Logo a seguir, ao explicar o movimento do capital monetário em sua relação com o crédito, Marx traz o espírito empreendedor como o equivalente ao empresário-empreendedor de Smith arrefecido após uma crise:

Nem todo aumento do capital monetário emprestável é sinal de uma acumulação real de capital ou uma ampliação do processo de reprodução. Isso se revela com maior evidência na fase do ciclo industrial imediatamente posterior à superação de uma crise, quando grandes massas de capital de empréstimo permanecem inativas. **Nesses momentos, quando o processo de produção se encontra restringido (depois da crise de 1847, a produção nos distritos industriais ingleses caiu em 1/3), quando os preços das mercadorias atingem seu nível mais baixo, quando o espírito empreendedor se paralisa, a taxa de juros é baixa, o que, nesse caso, significa apenas o aumento do capital emprestável, justamente como resultado da contração e paralisação do capital industrial.** É evidente que, ao cair o preço das mercadorias, diminuir as transações e contrair-se o capital investido em salários, menos meios de circulação são necessários; que, por outro lado, ao se liquidarem as

dívidas externas, em parte por exportação de ouro e em parte por falências, já não se necessita mais de dinheiro adicional para cumprir a função de dinheiro mundial; e que, finalmente, o volume do negócio de desconto de letras diminui com o número e os montantes dessas próprias letras. Assim, diminui a demanda de capital monetário emprestado, seja para meio de circulação, seja para meio de pagamento (pois ainda não temos o que falar de novos investimentos de capital), com o que esse capital monetário se torna relativamente abundante (MARX, 2017, p. 542).

Faz-se necessário uma digressão para avançar na prática empreendedora desse período do capitalismo (final do séc. XVIII - ¾ do séc. XI). Desde o final do século XVIII, os Estados Unidos já apontavam como uma potência capitalista, ancorados desde sua independência pelos valores burgueses da Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade⁴², sendo, portanto, logo depois da Inglaterra, e, igualmente, em razão das crises produtivas europeias, um país capitalista por excelência. Por isso, em O Capital 1, ao discutir a teoria moderna da colonização, Marx salienta o que se segue:

Depois de contrastar ostensivamente a agricultura capitalista inglesa e seu trabalho “combinado” com a dispersa economia camponesa americana, Wakefield deixa escapar também o reverso da medalha. **A massa do povo americano é descrita como próspera, independente, empreendedora e relativamente culta, ao passo que “o trabalhador agrícola inglês é um farrapo miserável (*miserable wretch*), um *pauper* [...].** Em que país, exceto a América do Norte e algumas colônias novas, os salários pagos ao trabalho livre empregado no campo superam, numa proporção digna de menção, o valor dos meios de subsistência indispensáveis ao trabalhador? [...] Sem dúvida, na Inglaterra os cavalos de lavoura, por serem uma propriedade valiosa, são muito mais bem alimentados do que o lavrador. Mas *never mind*: uma vez mais, a riqueza nacional é idêntica, por sua própria natureza, à miséria do povo. (MARX, 2013, p. 841-842)

O excerto menciona a “independente, culta e empreendedora massa do povo americano” em contraste com o pauperizado lavrador inglês. Não é um cenário deveras distinto de comparações que são efetuadas hoje em dia, quando se compara, por exemplo, a cesta de consumo de um trabalhador brasileiro que atua, por exemplo, em Belo Horizonte e a de algum brasileiro atuando como um lavador de pratos em Miami, como se a virtude estivesse em ir para a parte de cima dos trópicos. Tal espírito empreendedor do povo americano esconde, por sua vez, que o outro lado da prosperidade é a miséria, dadas as contradições do modo capitalista de produção. Como Marx ironizou, *never mind* (deixa para lá), eles precisam ignorar, do contrário teriam que, assim como Dorian Gray, enfrentar sua a imagem carcomida no espelho.

É salutar o trecho da obra Manuscritos Econômico-Filosóficos em que, tratando do processo de estranhamento, Marx (2008, p. 80) apregoa que “o trabalhador se torna tanto mais

⁴² Vide o documento da Independência estadunidense “*We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness*” (Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade.) disponível em < https://www.constitution.org/us_doi.pdf>

pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria mais barata quanto mais mercadorias cria”. Consequência disso, “com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*)”, que culmina com a reificação (objetificação) dos humanos e humanização das coisas e objetos (grosso modo, o fetiche da mercadoria). Por isso, diz-se no excerto que os cavalos (propriedade; meio de produção) são mais bem alimentados que os trabalhadores. Assim, o tal povo americano empreendedor, em síntese e saltando as mediações, só é possível sê-lo, pois existe o lavrador pauperizado inglês. Isso acontece porque o capital não tem nação e nem bandeira; quando o capital avança sobre o globo terrestre, suas contradições expandem conjuntamente (MARX; ENGELS, 2012).

Desse modo, a prática empreendedora, exaltada como o agente de transformações do período em análise, esconde que: i) quem realizou o trabalho concreto foram os/as trabalhadores/as e não os empreendedores / capitalistas; ii) o capital mobilizado por estes tem como gênese a expropriação do trabalho humano pretérito; iii) o movimento de valorização que produz a riqueza é o mesmo que produz a miséria. Essas constatações poderiam ser relacionadas com as relações de produção atuais.

O que os três volumes de *O Capital* nos ensinam é que o espírito empreendedor não é dos indivíduos, é sobretudo o **espírito empreendedor do capital**. Assim, os três tipos elecados por Smith representam apenas as metamorfoses do capital em um ciclo (re)produtivo, e não o comportamento puro das pessoas.

Nesse sentido, quando Smith menciona os três tipos de empresários, a saber, o *adventurer* (especulador); o *projector* (inventor ou trapaceiro) e *undertaken* (o empresário-empendedor), não está falando de três tipos de capitalistas distintos (ou empreendedores, que seja). Ele está apenas demarcando a divisão social da gestão e da posse da exploração do trabalho dentro da classe capitalista. Dito de outro modo: está falando dos capitalistas individuais, e não do capitalismo como uma relação social, uma vez que o que os diferencia é muito mais o capital ao seu alcance e sua capacidade de colocar esse capital em movimento, pois, independentemente da posição em que um dos três personagens atue, sua finalidade é sempre, em última instância, o lucro, como Zen e Fracasso (2008) reconheceram.

Sobre o empresário, Costa, Barros e Carvalho (2011) citam o trabalho de Richard Cantillon, que, segundo eles,

fez um esforço no sentido de tentar identificar quem era o indivíduo empreendedor, vinculando sua representação não em relação à sua função na sociedade, mas a seu posicionamento com respeito ao risco das oscilações de oferta e demanda (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 184).

Mencionam também Jean Baptiste Say, atribuindo a este que “o empreendedor é o empresário, que se posiciona no centro do processo econômico de forma a equilibrá-lo, assumindo o papel de intermediário entre as classes de produtores” e entre estes e os consumidores. Resumem dessa forma: “assim, o empresário de Say é um agente econômico racional e dinâmico que age num universo de certezas” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 185). Ou seja, alguém que teria talento para administrar (para gerir o capital), algo bem semelhante aos termos atuais. Como se sabe, Say foi um economista clássico liberal, que creditava aos empresários a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico de uma nação. Os autores apresentam também o conceito desenvolvido Werner Sombart, que exalta a figura do empresário capitalista e o parafraseiam: “somente alguns podem exercer a função de organizar o processo econômico: aqueles possuídos pela paixão de ganhar dinheiro – afã do lucro – cujo principal motor é o impulso lucrativo, e que têm na ganância seu motivo determinante” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 185).

A partir de Costa, Barros e Carvalho (2011, p. 185), que parafrasearam Sombart, o impulso lucrativo seria a mola propulsora do processo econômico. E nisto, haveria três tipos de empresários: o empresário-inventor; o empresário-comerciante e o empresário-financeiro; “os três tipos, no entanto, misturam-se no dia-a-dia e adquirem maior ou menor importância conforme as atividades capitalistas se vão modificando”. Além disso, segundo os autores, Sombart discorreu acerca da figura mítica do empresário de sucesso – ainda tão presente nos dias atuais – e sobre uma dissociação entre empresário e o dono do capital, caracterizada pelo crescimento das sociedades anônimas, como se fossem papéis distintos.

Mais uma vez a categorização adotada pelos ideólogos do capital tenta manipular os conceitos em seu favor; parece que movidos por uma sanha de manter “o espírito empreendedor”, que aqui explicamos como o resultado do movimento do capital a partir da necessidade concreta do movimento de valorização do valor imposta aos “proprietários de dinheiro” para que possam se manter acumulando. Esse espírito e seus respectivos “três tipos”, portanto, não nascem da natureza dos indivíduos que são empreendedores, mas das relações sociais estabelecidas.

Marx (2011), nos “Grundrisse”, explana que produção, distribuição, troca e consumo são partes distintas de uma mesma totalidade. Alguns anos à frente, em “O Capital 1” e no “n’O Capital 2”, ao discorrer respectivamente acerca dos momentos da produção e da circulação, Marx (2013, 2014) aclara que o mais-valor é criado na produção, mas se realiza na circulação (em toda a sua complexidade). Porém, vale ressaltar que:

O capital industrial⁴³ é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação. Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência inclui a existência da oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade (MARX, 2014, p. 146).

Ou seja, os três empresários de Sombart são uma espécie de Cérbero⁴⁴, mas que, se tomarmos por referência que é o capital industrial o momento preponderante do movimento do capital (visto que é o criador/extrator de mais-valor), a cabeça central e que deveria ser abatida primeiro seria a do empresário-inventor, pois os outros dois (empresário-comerciante e empresário-financeiro, respectivamente, capital mercantil e capital monetário) são dependentes do primeiro. Portanto, podemos inferir que a diferenciação entre empresário (que estaria mais relacionado com o processo produtivo) e dono do capital (que estaria mais relacionado com o capital financeiro) é um desdobramento do desenvolvimento e complexificação das forças produtivas, ou seja, o crescimento do papel dos gestores do capital, do papel do crédito da produção e das próprias artimanhas do capital para seguir abocanhando mais-trabalho.

Antes de prosseguirmos, cabe uma breve observação. Cantillon viveu no século XVIII, e Say entre os séculos XVIII e XIX, enquanto Sombart, do século XIX para o século XX. A importância dessas datas pode ser resumida em dois fatores que estão relacionados. Inicialmente, a economia política depois de Marx – dado o conteúdo avassalador de sua crítica – foi paulatinamente dando lugar à “ciência econômica” que melhor atendia aos interesses produtivos do capital.

Podemos perceber, por exemplo, que, na classificação das escolas do pensamento econômico, surge a escola neoclássica para substituir a precedente. Na primeira, que conta com Adam Smith, David Ricardo, Jean Baptiste Say e Karl Marx como alguns dos principais autores, o foco da análise se dava sobre a esfera da produção e a teoria do valor-trabalho; já na sua sucessora, o foco é deslocado para a esfera da distribuição e a teoria do valor-trabalho é paulatinamente substituída pela teoria do valor-utilidade. Já não se discutia a relação capital-trabalho e o caráter contraditório da produção capitalista, mas, sim, a utilidade das mercadorias e sua capacidade de suprir as necessidades humanas.

⁴³ De modo algum “capital industrial” pode ser reduzido à indústria no sentido que tem sido empregado atualmente. Capital industrial se refere ao capital capaz de extrair mais-valor, isto é, que emprega em sua atividade capital constante e capital variável em busca de, por meio do segundo, conseguir extrair mais trabalho, e isso se dá, em geral, na produção de produtos e/ou serviços.

⁴⁴ Cérbero, na mitologia grega, era um cão de três cabeças que guardava a porta do submundo, o reino dos mortos, que deixa as almas entrar, mas jamais as deixava sair e que devorava os mortais que se aventurassem pelo local.

Em segundo plano, destaca-se que Marx viu surgir alguns desses neoclássicos, que ele chamava de economistas vulgares, pois não se interessavam pela investigação da realidade, mas tão somente em continuar contribuindo com a reprodução do capital. Assim, o horizonte de Sombart é, no melhor das hipóteses, um capitalismo mais desenvolvido.

II - Paradigma fordista (final do século XIX até meados do final do século XX)

O segundo período da análise de Costa, Barros e Carvalho (2011) vai de 1870/80 até 1914/18 e se chama *empreendedor no capitalismo monopolista*, marcado pela expansão do capitalismo⁴⁵ como se pode exemplificar pela consolidação das grandes empresas e dos grandes conglomerados econômicos – decorrentes da produção em massa –; a tendência ao monopólio; a rivalidade entre as potências mundiais e a política protecionista. Este segundo período é marcado principalmente pelo crescimento da necessidade da gestão para o controle da produção e das finanças, além do aumento da concorrência que obrigaria os capitalistas a “inovarem para manter o diferencial competitivo”, isto é, desenvolverem constantemente as forças produtivas para seguir acumulando não obstante à concorrência e à composição orgânica do capital.

Tanto Costa, Barros e Carvalho (2011) quanto Zen e Fracasso (2008) mencionam a importância dos trabalhos de Joseph A. Schumpeter, que relaciona o empreendedor com o desenvolvimento econômico, especialmente em alusão às primeiras décadas dos anos 1900, meados da Primeira Guerra Mundial, quando se intensifica a necessidade do crescimento dos pequenos negócios tanto nos Estados Unidos quanto em países europeus. É nesse período que são apresentadas as ideias da destruição criativa, ainda que, algumas décadas depois, o próprio Schumpeter restrinja o poder de ação dessas inovações.

O período que marca o início do século XX pode ser caracterizado pela mudança no foco do conceito de empreendedor, reduzindo-o às características pessoais do indivíduo e mirando as organizações. Isso ocorreu devido à complexidade do surgimento das grandes corporações e ao surgimento da ciência administrativa para dar conta das mudanças econômicas e sociais decorrentes das vidas socializadas pelo trabalho fabril (assalariado) e igualmente, com maior participação do Estado Burguês na economia, visando à consolidação das empresas, tendo como objetivo um [pretensão] crescimento econômico (ZEN; FRACASSO, 2008; COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

⁴⁵ Tal como pode ser analisado, especialmente, em O Capital - livro 3 de Karl Marx.

Demarcamos, então, nesse período, entre o final do século XIX e o início do século XX, uma mudança no conceito da prática empreendedora, com foco nas características pessoais do indivíduo empreendedor e com o fortalecimento de sua atividade vinculado ao capital produtivo, que desde então se encontrava profundamente relacionada com o capital financeiro, que seria responsável por fomentar a inovação, em um mundo que, naquele momento, parecia ser de oportunidade. Porém, já no período seguinte, demarca-se a divisão da classe capitalista com a complexificação da sociabilidade do capital. Dentre os efeitos desse processo, os ideólogos do empreendedorismo terminam confundindo os ciclos do capital (metamorfozes do capital, conforme O capital 2), com a personificação desses ciclos.

III - Paradigma da tecnologia da informação (últimas décadas do século XX até o atual)

Na terceira fase, acompanhando Costa, Barros e Carvalho (2011), o empreendedor no capitalismo hodierno pode ser explicado em parte pela “política neoliberal⁴⁶” que se alastrou após a crise de 1970 e pode ser caracterizada pelas restrições à regulação estatal da economia⁴⁷; novas regras para os direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações; e, por fim, a subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais⁴⁸, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio.

Para Zen e Fracasso (2008, p. 145), “Nesse contexto, se observa que os modelos contemporâneos são conduzidos por estratégias que permitem a flexibilização⁴⁹ nos processos de produção e que buscam a inserção das empresas em redes formais e informais”. Eles destacam as transformações tecnológicas dos últimos anos, especialmente de Tecnologia da

⁴⁶ Tratamos sobre política neoliberal mais adiante. Por ora, basta indicar que a categoria “neoliberalismo” está para o capitalismo assim como o “empreendedor precarizado” está para a venda da força de trabalho.

⁴⁷ Isso é contraditório. Pois, ao mesmo tempo em que a política neoliberal advoga pelo Estado mínimo, também estabelece metas - tripé macroeconômico - para serem cumpridas. Assim, o que se convencionou chamar de neoliberalismo trata-se de ações políticas cujos exemplos mais emblemáticos foram Inglaterra, Estados Unidos, e Chile, que resultou em um crescimento econômico pífio mesmo para os padrões burgueses. Além disso, não há uma efetiva diminuição do Estado, mas, sim, um redirecionamento do fundo público para atender ao capital financeiro e/ou produtivo.

⁴⁸ Este fenômeno guarda profunda relação com o atual estágio do capital em seu movimento global, caracterizado pelo momento que Marx (2017) chamou "sobre-efeito", que pode ser resumido como um inchaço artificial do capital financeiro que se desloca relativamente do capital produtivo. Recomendamos a leitura de “Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático” de Wolfgang Streeck, que desenvolve uma exposição criteriosa sobre os propósitos e efeitos desse estágio da mediação do Estado capitalista na Zona do Euro.

⁴⁹ Flexibilidade nos processos de produção incorre em precarização do processo de trabalho, como as pesquisas têm apontado.

Informação e Comunicação (TIC), como sendo o elemento essencial para o desenvolvimento econômico.

López-Ruiz (2007) atribui ao neoliberalismo a culpa pela intensificação do empreendedorismo. Contudo, não foi o primeiro que engendrou o segundo, eles são, antes, uma dupla que atua harmoniosamente. Parece-nos equivocado atribuir a responsabilidade da prática empreendedora hodierna apenas ao neoliberalismo, diante da mudança das condições de produção e reprodução da vida no Brasil e no resto do mundo também. Ora, tanto um como outro são, antes, efeitos e não causas do movimento do capital para superar as quedas nas taxas de lucro nos períodos das “crises”. Se o conceito de empreendedor muda é mais porque é um termo “coringa” para o papel desempenhado, e não porque o neoliberalismo o ensinou, isto é, ele não surgiu com o neoliberalismo, embora precisemos reconhecer que formam uma dupla eficiente.

Prosseguiremos abordando a questão da prática empreendedora de 1970 em diante a partir de três fatores que, na realidade, estão imbricados; separaremos aqui tão somente para facilitar a exposição: crise do capital, desenvolvimento tecnológico e mudanças na relação capital-trabalho.

O primeiro fator destaca-se como a crise econômica. O período de prosperidade produtiva mencionado no período anterior não durou muito tempo, após 1970 uma nova crise se alastrou dos países centrais para as periferias em busca de recuperação dos patamares de taxa de mais-valor. Foi o período da “retomada do liberalismo”, ou neoliberalismo, como tem sido nomeado. Há quem diga que é uma escola econômica, que é uma ideologia, que é uma política de governo, que é um novo estágio do capitalismo, mais adiante discutiremos tal ponto com mais profundidade. O importante, neste momento, é situar o papel da prática empreendedora no referido período.

Ressaltamos, em tempo, no que tange à força de trabalho, que o movimento ocorrido nesse período de pós-crise de 1970 foi de que os postos de trabalho do então *Welfare State* foram migrando para os pequenos negócios e *startups*, seja por motivo do desemprego, seja pela ideologia que começava a se consolidar no mundo decorrente das transformações materiais nas relações de produção. Wadhvani (2010, p. 351) nos fornece uma pista importante.

Unlike the earlier research, the recent wave of scholarship has associated entrepreneurship with small businesses and start up. [1980s - today] This inclination was the product of concurrent historical developments, particularly the competitive challenge that large diversified firms in mature industries began to face in the last third of the twentieth century. In contrast, small business researchers were finding that start up and SMEs were an important source of job creation (Birch, 1979) and innovation (Acs, 1984; Acs and Audretsch, 1990) in the economy. The economic vitality (and political legitimacy) of the small business and start up sector -

particularly in high technology industries - was seen in sharp contrast to the antiquated administrative rigidity and sluggish performance of large, professionally managed firms. Policymakers in the Reagan-Thatcher years quickly picked up and administration classes - began to soar in business in both policies and rhetoric. Demand for entrepreneurship education - in terms of small business start up and administration classes - began to soar in business schools as students perceived the shift in career opportunities. Interest in entrepreneurship education and research hence grew out of the broader concern with explaining economic change that had motivated earlier researchers.⁵⁰

Reflitamos brevemente sobre algumas informações expostas no excerto:

- 1) De 1980 em diante, houve a associação entre empreendedorismo e os pequenos negócios e as *startups*. O autor cita inclusive Reagan (EUA) e Thatcher (Reino Unido), dois dos mais conhecidos neoliberais, com sua política de ataque às/aos trabalhadoras/es, privatizações e austeridade econômica, dando-nos uma ideia do surgimento da variação do foco do empreendedor e da adaptação da política para atender os interesses econômicos.
- 2) No caso das economias dos países centrais, as MPEs e as *startups*⁵¹ atuaram no combate ao desemprego e igualmente como agentes de inovação, por serem mais leves e “flexíveis”⁵² que as pesadas grandes empresas.
- 3) Houve uma explícita ação por parte do Estado de difundir e legitimar o empreendedorismo, sendo a educação empreendedora massificada nas escolas de negócios e na academia para fomentar o interesse por parte da sociedade.

Importante ressaltar que os pequenos negócios não são novidades no movimento do capital, que, quando expande, tende a ampliar a concorrência para na sequência centralizar e acumular, conforme lei geral da acumulação capitalista.

⁵⁰ “Ao contrário da pesquisa anterior, a recente onda de bolsas de estudo tem associado o empreendedorismo a pequenas empresas e startups [Década de 1980 - hoje]. Essa tendência foi produto de desenvolvimentos históricos concomitantes, particularmente o desafio competitivo que grandes firmas diversificadas de indústrias maduras começaram a enfrentar no último terço do século XX. Em contrapartida, os pesquisadores das pequenas empresas estavam descobrindo que as startups e as MPEs eram uma importante fonte de criação de empregos (Birch, 1979) e inovação (Acs, 1984; Acs e Audretsch, 1990) na economia. A vitalidade econômica (e legitimidade política) do setor de pequenas empresas e de startups - particularmente nas indústrias de alta tecnologia - foi vista em contraste com a rigidez administrativa antiquada e o desempenho lento das grandes empresas gerenciadas profissionalmente. Os formuladores de políticas nos anos Reagan-Thatcher rapidamente aprenderam e replicaram a lição - começaram a crescer tanto nos negócios, quanto nas políticas e na retórica. A demanda por educação para o empreendedorismo - em termos de pequenas empresas e cursos de administração - começou a subir nas escolas de negócios à medida que os estudantes percebiam a mudança nas oportunidades de carreira. O interesse pela educação e pesquisa sobre empreendedorismo, portanto, surgiu da preocupação mais ampla com a explicação da mudança econômica que havia motivado pesquisadores anteriores.”

⁵¹ O tema das startups será tratado mais à frente. Por ora é preciso salientar que se tratam de empresas voltadas para produtos tecnológicos e de crescimento rápido. Podem se chamar também "negócios de alto impacto"

⁵² Leves e flexíveis apenas quer dizer que o risco da falência é menor, visto que o capital constante e variável empregado não causaria abalo no referido mercado, podendo inclusive ser incorporado aos capitais maiores. Além disso, são mais suscetíveis à exploração do trabalho.

Para se ter uma ideia da rapidez da difusão do empreendedorismo, segundo Fillion (1999), em 1980 já havia, no mundo, 25 campos de pesquisa acerca do empreendedorismo. Apesar da tradição do empreendedorismo histórico-econômico (baseado nos economistas neoclássicos), no Brasil, as pesquisas sobre a temática chegam por volta dos anos 1990 e se consolidam nos anos 2000, momento de baixo crescimento econômico, crise política e estreitamento da relação entre governo Brasileiro e Fundo Monetário Internacional (FMI), uma das principais instituições fomentadoras das políticas neoliberais.

Wadhvani (2010) salienta que na Europa em geral, em especial no Reino Unido, continua-se adotando o empreendedorismo em sua conotação mais econômica e histórica, isto é, a partir de uma perspectiva do desenvolvimento econômico. Nos Estados Unidos, por sua vez, examina-se a relação entre os comportamentos individuais e da firma com o contexto da indústria, das regiões e da economia. Contudo, no Brasil, a temática tende a ser abordada a partir do comportamento do individual do empreendedor, isto é, no nível da firma.

Vemos que, portanto, numa perspectiva global, as práticas empreendedoras são tratadas com profundidades e abordagens diferentes, e isso tem um motivo: as relações materiais em que a prática empreendedora se dá atende às condições particulares das forças produtivas de uma determinada região. Assim, embora o conceito sustente um determinado conjunto de enunciados aqui e alhures, são forçosamente alinhados com a literatura do business como um conceito amplo que abarcaria os indivíduos destemidos e inovadores que abrem empresas de sucesso (bem ao modo de Schumpeter). Logo, os conceitos produzidos pela ciência burguesa escondem o fato de as condições para tal empreitada serem distintas em cada região; além disso, a relação capital-trabalho determinará em grande medida as possibilidades (ou não) de transição entre classes, um trabalhador vir a ser capitalista e vice-versa.

E ainda que o conceito de empreendedorismo seja amplo, considerando a realidade em sua prática produtiva e reprodutiva, ganha diferentes contornos para seguir tentando “enquadrar” toda a força de trabalho no tal espírito empreendedor, desde os camelôs da Rua 25 de Março em São Paulo (JESUS, 2016) aos empreendedores de alto impacto, isto é, às startups (GUIMARÃES; AZAMBUJA, 2010), dos jovens empreendedores do Vale do Silício às vendedoras de marmitta dos bairros periféricos brasileiros. O importante é que a força de trabalho internalize e externalize, em sua atividade laboral, as práticas desejáveis pelo capital de acordo com o papel que venha a desempenhar na divisão social (e internacional) do trabalho.

Retomando nossa divisão para discutir a questão da prática empreendedora de 1970 em diante, temos, como **o segundo fator**, o desenvolvimento tecnológico, que está relacionado com o que tem sido nominado indústria 4.0, ou Quarta Revolução Industrial, ou ainda *Smart*

Factory (DREHER, 2016; COSTA, 2017). De acordo com Schwab (2016), as principais alterações provenientes dessa nova Revolução Industrial consistem na alteração das expectativas dos clientes; produtos mais inteligentes e produtivos; novas formas de colaboração e parcerias; uma transformação do modelo operacional e conversão em modelo digital. Suas bases são a Internet das coisas; serviços (IoT e IoS) e o Big Data (COSTA, 2017).

Nesse contexto, é importante que analisemos a continuidade (relação capitalista) sem perder de vista as discontinuidades (indústria 4.0), e é necessário, igualmente, investigar a particularidade do capitalismo dependente brasileiro em relação ao cenário mundial, especialmente no que tange aos países centrais, pois são eles quem detêm a posse desses conhecimentos objetivados. Entretanto, ao mesmo tempo, os micro e pequenos empreendedores no Brasil não estão isolados da indústria 4.0.

Assim como ocorreu com o revolucionamento das forças produtivas desde a consolidação da sociabilidade capitalista, nesta fase temporal recente não há algum aspecto da (re)produção da relação capital-trabalho que não seja tocado, ou, como dilucida Marx (2011, p. 53, grifos do autor):

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É auto evidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como **relações determinadas desses diferentes momentos entre si**. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, **em sua forma unilateral**, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, i.e., a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.

Ou seja, as mudanças tecnológicas em curso, na medida em que modificam as forças produtivas – desenvolvendo-as para expandir a capacidade de extração do mais-valor –, transformam, no movimento totalizante, a circulação, a distribuição e o consumo.

Assim, fazendo um elo com os empreendedores brasileiros, tem sido crescente o uso de tecnologia digital, principalmente por meio dos *app* dos *smartphones*, seja para comprar ou mesmo para vender. Pode ser o *Whatsapp* para negociar; usar o Uber para fazer alguma entrega; receber seus pagamentos com uma máquina de cartão de crédito; conseguir crédito com esses

recebíveis; pagar o boleto do fornecedor pelo *home banking* ou apenas passar adiante o *post* com alguma frase de efeito sobre a "resiliência do herói empreendedor".

Toda essa tecnologia que aparece como se fosse sem custo para o usuário oculta o fato de os dados coletados serem enviados para algum lugar (BIG DATA), em que há um intermediário sem rosto (IoT) que está sendo comissionado sem necessitar adiantar capital e que, com o mercado na palma da mão, o ciclo de metamorfose do capital pode ser acelerado. Assim, parece que as mudanças tecnológicas iniciadas no final do século XX, e ainda em curso, estão em fase de elaboração e de desenvolvimento. Nela, o empreendedor terá um papel bem menos glorioso que o otimismo schumpeteriano. Os empreendedores desses tempos, a nosso ver, são, em maior medida, força de trabalho capaz de gerar mais-valor de uma maneira diferente da relação capital-trabalho clássica.

Marx (2013, 2014, 2017) exprime magistralmente como o capital é tanto uma relação social quanto um processo de produção da vida, que não se limita à esfera da produção – embora tenha nela seu momento preponderante –, sendo um todo unitário de produção, distribuição, circulação e consumo (MARX, 2011b). Ora, a indústria 4.0 prevê novas formas de relacionar esses quatro momentos utilizando para isso a tecnologia digital como meio de produção robusto para desenvolver as forças produtivas, seja reduzindo o capital adiantado, acelerando o ciclo produtivo ou o tempo de rotação na circulação, descobrindo novas formas de valores de uso. Não obstante, esse futuro “*smart*” se anuncia em contradição com a crescente precarização do trabalho.

O terceiro fator da questão da prática empreendedora são tais mudanças na relação capital-trabalho, pois o processo de valorização do valor encontra seus obstáculos diante das próprias contradições, e, na luta diária contra si mesmo e para si mesmo, o capital se metamorfoseia para continuar vivo e devorando todo o trabalho que conseguir (MARX, 2013; 2015). Dessa maneira, ainda que a compreensão das coisas do mundo seja *post festum*, aparentemente a indústria 4.0⁵³ tem modificado e pretende continuar transformando as relações capitalistas, sem mudar, obviamente, suas bases estruturais: exploração do trabalhador pelos capitalistas, tendo o Estado por intermediário.

Como explica o professor Ricardo Antunes (2018, p. 20):

se no universo do trabalho on-line e digital não para de se expandir em todos os cantos do mundo, é vital recordar também que o primeiro passo para se chegar ao smartphone e a seus assemelhados com a extração de minério, sem o qual os ditos cujos não podem ser produzidos. E as minas de carvão mineral na China e em tantos outros países,

⁵³ O termo foi cunhado na Alemanha e se refere "a visão do que será uma fábrica no futuro" ou *Smart Factory* que "é uma fábrica que faz produtos inteligentes, em equipamentos inteligentes, em cadeias de abastecimento inteligentes" cf. Costa (2017, p. 7).

especialmente no Sul, mostram que o ponto de partida do trabalho digital se encontra no duro ofício realizado pelos mineiros.

O modo de produção capitalista, por mais “*clean*” e tecnológico que possa parecer, não pode dispensar a realização de atividades simples, duras e massacrantes que, diga-se de passagem, os capitalistas não têm intenção ou motivo para modificar, citem-se os cortadores de cana no nordeste brasileiro, as crianças escravizadas nos países africanos e asiáticos ou mesmo os operários da Foxconn na China (PUN; CHAN; SELDEN, 2014). “Não é difícil antecipar que a divisão internacional do trabalho entre Norte e Sul, centro e periferia, tenderá a se aprofundar ainda mais, seguindo um movimento desigual e combinado, atingirá de forma diferenciada a totalidade dos países (...)” (ANTUNES, 2018, p. 38). Em outros termos, a divisão social do trabalho ganha contornos mais evidentes na medida em que o contingente de força de trabalho cresce e é jogado de um lado para outro, dada as modificações das forças produtivas. Como destaca Antunes (2018, p. 25):

Ao tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.

Um adendo ao excerto acima: não se trata de excluir homens e mulheres do mundo produtivo: pelo contrário, trata-se de criar um mundo inteiro de produção, para que possa extrair mais-valor em qualquer atividade humana. A pauperização mencionada existe exatamente por conta disso.

Em outro trecho, Antunes (2018, p. 34) comenta sobre as práticas empreendedoras.

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá leva-lo a ruir face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de **burguês-de-si-próprio** e **proletário-de-si-mesmo**.

O empreendedorismo se apresenta como uma medida paliativa para essa complexa conjuntura, prometendo prosperidade e “sucesso”.

Contudo, a expansão da prática empreendedora no mundo se dá em razão de uma nova etapa dentro do modo produção capitalista que reorganiza produção, distribuição troca e consumo para recuperar as taxas de extração de mais-valor por meio da descentralização da produção, de uma distribuição diferenciada dos meios de produção (em relação às primeiras formas capitalistas), propiciada pelo desenvolvimento das forças produtivas que possibilitaram

a automatização da gestão do processo produtivo e atração do mais-valor gerado pela ampliação do mercado (cada vez mais mundial). O controle desse processo é de propriedade do grande capital, seja por meio do ciclo capital produtivo (forma clássica) ou por meio da atração do lucro (forma financeirizada ou especulativa), modificando, por suposto, troca e consumo em todo mundo; eis o que vemos na aparência da prática empreendedora.

Acerca dessa totalidade, Marx (2011, p. 47-48) explica que a produção:

1) fornece ao consumo o material, o objeto. Um consumo sem objeto não é consumo; portanto, sob esse aspecto, a produção cria, produz o consumo.

2) Mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Ela também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. Primeiro, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela própria produção. Não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores.

3) A produção não apenas fornece a necessidade um material, mas também uma necessidade ao material.

Isso implica a seguinte constatação (MARX, 2011b, p. 47):

A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos.

Se a produção, no estágio atual das forças produtivas, acontece como se o mundo tivesse uma grande fábrica capitalista sem muros, sem horário de saída e sem colegas, apenas concorrentes; a forma de consumir essa produção ocorre em harmonia com essa criação, seus produtos também são dessa forma e mais que isso, cria uma subjetividade (um consumidor) para esse produto.

Pensemos no seguinte exemplo: um *food truck*⁵⁴ de hambúrguer gourmet, destes da moda. O nosso empreendedor adquire o caminhão financiado (pagando juros a um banco público) e usa o capital que tem para adquirir os meios de produção (chapa, exaustor, matéria-prima, logotipo, publicidade digital, etc.) e capital variável (força de trabalho paga por produção

⁵⁴ Caminhão de comida, numa tradução livre. Trata-se uma nova modalidade de trabalhadores que, por não terem capital para abrir e manter uma lanchonete, adaptaram um caminhão com uma cozinha que conjuga algumas vantagens para reduzir custos: não necessita pagar aluguel; não necessita de espaços de um salão, pois utiliza a via pública; pode se mover e ir para os lugares mais movimentados.

ou por diária). A carne, a base do molho, o pão e o bacon são fornecidos por um mesmo conglomerado econômico. As verduras que ele utiliza foram compradas em uma rede de supermercados internacional, que por sua vez compra de diversos produtores menores, e, como compra toda a sua produção, impõe qual o preço que está disposto a pagar. A rede social na qual o empreendedor anuncia utiliza seus dados para vender a outros anunciantes que lhe oferecem frequentemente serviços e produtos relacionados com o hambúrguer gourmet.

Para termos uma ideia do monopólio dos produtos alimentícios, por exemplo, 10 empresas detêm 28 dos 30 produtos nas gôndolas dos supermercados; elas somam 90% do mercado. Os outros 10% são repartidos entre 500 (pequenos) negócios (REPORTER BRASIL, 2015). Além disso, nosso valente empreendedor precisou adquirir uma máquina de cartão de crédito, afinal, quase nenhum cliente usa papel moeda. Por isso, ele precisa deixar mais 5% do valor cobrado para o banco, fora a tarifa de manutenção da conta e a parcela do carro. Os bancos, diferentemente de outros setores, não sofrem com queda da sua lucratividade, vide os balanços publicados anualmente, são capitalistas que, com uma mão, automatizam seus processos e mandam milhares de funcionários para a rua e, por outra mão, sugam o mais-valor produzido pelos micro e pequenos negócios, com seu crédito (e suas máquinas) a preços exorbitantes nas regiões onde o capital é periférico.

Os eletrodomésticos que o empreendedor comprou são montados no Brasil, mas a matéria-prima é importada, o que encarece o preço das peças de reposição. A produção em massa da carne, do pão, do molho exige um consumo em massa. As pessoas, em suas jornadas de trabalho cada vez mais extensas, comem muito fora de casa. A troca e o consumo realizados pelas fatias da classe trabalhadora menos pauperizadas (ou mais enriquecida, que seja) é pequena; produzir hambúrguer da noite para o dia se transforma numa mania nacional – ninguém tem clareza de como isso começa, mas as redes sociais exercem grande influência, fala-se mesmo de *digital influencers* - e é “criado” um consumidor para o produto, que já existia e precisava ser vendido.

Consideremos alguns dos principais ramos de atividade dos empreendedores no Brasil (GEM, 2016): alimentação (compra produtos de monopólio, emprega sua força de trabalho nas atividades e tem poucos funcionários); beleza e estética (compra produtos de monopólio, emprega sua força de trabalho nas atividades e tem poucos funcionários); além de serviços domésticos (o chamado marido de aluguel) e apoio a obras. Nestes dois últimos ramos, também há compra de meios de produção e matéria-prima ao grande capital, contudo, a maior parte do valor é gerada pelo capital variável por meio da atividade desempenhada. Contudo, dado a baixa complexidade desses serviços – pois envolvem pouca tecnologia e trabalho morto que poderia

ser ressuscitado no processo produtivo elevando a taxa de extração do mais-valor –, embora o índice de exploração dessa força de trabalho seja elevada, a massa é pequena, devido ao número reduzido de funcionários e à ausência de um grande descolamento entre valor e preço, dado o preço da força de trabalho dos consumidores.

Nesse caminho, convém falar sobre a distribuição, que, como Marx (2011, p. 50) nos alerta, não se refere à distribuição dos produtos, mas principalmente à distribuição dos meios de produção:

A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas **também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição.**

No excerto, Marx está tecendo a crítica aos lassalianos que acreditavam na distribuição equânime sem necessitar das bases da produção capitalistas, pois o que ocorre é que, se alguém é trabalhador, não lhe cabe a distribuição dos meios de produção, apenas o recebimento do salário. Dito de outro modo, a distribuição do resultado da produção está posta pela produção.

Isso quer dizer que, se existem pequenos negócios (e empreendedores), é porque, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, eles exercem um papel na valorização do valor. Não se trata, portanto, de oportunidades que precisam ser descobertas; tratam-se, antes, de necessidades do ciclo reprodutivo do capital que demanda determinados tipos de produtos cuja forma de consumo está pressuposta desde sua concepção. Marx (2011) apontou que também a distribuição, a troca e o consumo influenciam a produção, adaptando, desenvolvendo, porém sempre com a finalidade de expandir a produção.

Nesse sentido, o que tem sido chamado de empreendedorismo – prática empreendedora em sua realização material – não pode, portanto, ser subestimado como uma “opção” de vida, sonho, espírito. Por sua forma desenvolvida até o momento, indica-se a tendência de se tornar um modo de gestão do capital, que, vale destacar, tende à universalização, a transformar todas as relações sociais à imagem e semelhança. Em outras palavras, não se escolhe o que produzir, no máximo, eliminam-se opções a depender do (pouco) capital disponível e do conhecimento técnico (ou tecnológico) envolvido da operação. No limite, é o capital quem exerce grande influência sobre os negócios que a prática empreendedora poderá atuar.

De acordo com Marx (2017), o movimento do capital em suas crises busca se reinventar e seguir acumulando. Como Carvalho (2018, p. 124) pontuou acertadamente, é nas crises que a agenda do capital ganha mais espaço, “seus teóricos costumam aproveitar-se da distração da população para impor políticas impopulares”, e citando o liberal Milton Friedman numa fala

sobre o furacão Katrina, demonstra como pensa (e age) essa gente, “[o desastre causado pelo furacão é uma] oportunidade para reformar o sistema educacional de Nova Orleans.”, o que resultou na privatização da maior parte do ensino público em apenas um ano e sete meses. Para nós, está ficando evidente que a nova proposta indecorosa do capital para a classe trabalhadora foi essa, mas não apenas isto.

3.1 Empreendedorismo e sua Aparência Como Motor do Crescimento Econômico

A produção nacional acerca do empreendedorismo é fortemente influenciada pela literatura estadunidense. O problema central disso é que a condição para o desenvolvimento da prática da empreendedora é colocada de modo acrítico, tal como se o contexto produtivo de lá se desse como o daqui. Portanto, partimos do pressuposto de que a pesquisa nacional já nasce fragilizada quanto à sua capacidade de apreensão, mesmo em nível gnosiológico.

Um dos indícios dessa replicação é que tanto as temáticas quanto os autores referenciados convergem, notamos isso ao analisar os levantamentos recentes dos estudos estrangeiros (FERREIRA; PINTO; MIRANDA, 2015) e dos estudos brasileiros (BACELAR; TEIXEIRA, 2016). Há, contudo, uma diferença importante entre o *entrepreneurship* e empreendedorismo (para além da delimitação que o sufixo “ismo” representa). Enquanto os estudos do exterior combinam esforços para mapear a gestão das firmas alinhados com competição, economia, mercado (isto é, ambiente externo), no Brasil, o foco se dá, em maior medida, na gestão do negócio e no comportamento desses sujeitos empreendedores (FERREIRA et al., 2011; FERREIRA; PINTO; MIRANDA, 2015; BACELAR; TEIXEIRA, 2016). Ou seja, o foco da temática nos países centrais se destina à inovação, enquanto nos países periféricos, o Brasil particularmente, na gestão do negócio.

Assim, os conceitos são importados, mas apenas parcialmente. Ainda assim, os argumentos que legitimam o empreendedorismo, tanto como política pública quanto como objeto de investigação científica, são os mesmos: combate ao desemprego (VALE, 2014; AUTIO; FU, 2015; GONDIM; ROSA; PIMENTA, 2017) e crescimento econômico (BARROS; PEREIRA, 2008; ZEN; FRACASSO, 2008; SOUZA; LOPEZ JUNIOR, 2011; ISLA, 2015; ALMEIDA; VALADARES; SEDIYAMA, 2017).

Um dos principais manuais de empreendedorismo utilizados no seu ensino no Brasil provém de uma tradução dos estadunidenses Hisrich, Peters e Shepherd (2014). Como costuma ocorrer nestes casos, o modelo estadunidense é adotado como se explicasse todo o continente,

especificamente o empreendedorismo brasileiro. Neste livro, os autores classificam em três os tipos de iniciativas empreendedoras:

1) estilo de vida⁵⁵ – equivalente aos nossos micro e pequenos negócios, caracterizados por negócios em que os proprietários atuam e/ou são ajudados pelos familiares, não tendo funcionários;

2) empresa de fundação – equivalente aos nossos médios negócios, além dos empresários atuarem diretamente na empresa, há também funcionários (força de trabalho);

3) alto potencial – as startups são empresas de crescimento rápido caracterizadas principalmente pela inovação.

Notemos que os autores adicionam mais uma tipologia além da classificação amplamente aceita do GEM (2017) – oportunidade e necessidade –, relacionemo-las com os tipos dos autores acima, sendo o tipo “estilo de vida” mais próximo ao empreendedorismo por necessidade e os outros dois tipos ao empreendedorismo por oportunidade – embora, dentro de oportunidade, haja diferentes gradações de negócios dado o capital que circula e o nível de tecnologia envolvida. E façamos, além disso, duas observações que podem passar despercebidas: i) grandes negócios (o grande capital) não entram na classificação como empreendedor; e ii) os pesquisadores estadunidenses destacam o papel das empresas de alto potencial, cujo debate no Brasil ainda é insipiente.

Sarfati (2013b, p. 27) é categórico: “o trabalhador por conta própria ou o tradicional pequeno empresário (estilo de vida) não pode ser confundido com o empreendedor de alto impacto”, ele explica que a grande diferença está na capacidade que o segundo tem de contribuir com o crescimento econômico. Os órgãos internacionais (Gabinete de estatística da União Europeia - EUROSTAT – e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE) definiram que “empresas de alto potencial são aquelas que apresentam, por um período de 3 anos, um crescimento médio anual de 20% em relação ao número de funcionários, tendo no começo do período de observação 10 ou mais funcionários” (SEBRAE, 2017, p. 7).

Esses negócios de alto impacto representam, no Brasil, uma parte ínfima das empresas; segundo dados do IBGE (2015 apud SEBRAE, 2017, p. 15), são apenas 0,7% das empresas ativas. Mas merecem ser investigados mais profundamente, visto a sua alta capacidade de extração de mais-valor (altos lucros em relação ao quantitativo de força de trabalho) e também por serem objeto de interesse dos grandes capitais (rentistas) e capitalistas (investidores-anjo).

⁵⁵ Chega a ser irônico chamar a massa de trabalhadores precarizados de “estilo de vida”.

Já discutimos o potencial que a tecnologia tem de ressuscitar trabalho morto, por isso esses negócios são tratados diferentemente pelos pesquisadores, governos e capitalistas.

Talvez por isso a classificação estadunidense (estilo de vida, empresa de fundação e alto potencial) ainda não ganhe adesão no país, sendo mais adotada a classificação do GEM, empreendedores por oportunidade e empreendedores por necessidade.

De acordo com o GEM (2017, p. 6), os empreendedores por necessidade são aqueles que “teriam afirmado ter iniciado o negócio por não possuírem outra opção de trabalho e renda”. Estes trabalhadores são tratados nos relatórios governamentais e na academia pelo nome de **conta-própria**, que para o IBGE⁵⁶ (2018, s/p) é a “pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado”. Enquanto os empreendedores por oportunidade seriam “aqueles que afirmaram ter iniciado o negócio, principalmente motivados pela percepção de uma oportunidade no ambiente”. Esses empreendedores, diferente dos conta-própria, geralmente possuem trabalhadores – formalizados ou não – embora os próprios empresários também atuem em seus negócios.

A primeira observação importante a ser feita sobre a conhecida divisão entre oportunidade e necessidade é que os conceitos se baseiam na fala dos entrevistados, isto é, na declaração que eles dão, e não nas condições concretas em que atuam na produção da vida. Portanto, a estrutura sobre o qual foi erguida a noção de necessidade e de oportunidade não pode ser aceita como representação ideal da realidade.

Porém, isso não é despropositado. Na medida em que se cria uma atmosfera de “oportunidade”, ainda que seja uma oportunidade discursiva (e não real), reforça-se o tal espírito empreendedor, como temos mencionado.

A segunda observação, relativa ao falar de necessidade e de oportunidade, implica em que esses indivíduos não estão vendendo sua força de trabalho diretamente a um capitalista e que atuam na (re)produção da própria existência, ao menos, em três possibilidades:

- Vendendo a única mercadoria que possuem, a capacidade de trabalho, prestando serviços de baixa complexidade em maior medida relacionada a trabalhos reprodutivos;
- Em posse de algum dinheiro, adquirem mercadorias, valorizam-nas com o próprio trabalho (e/ou dos membros da família) e as vendem sem apropriação de mais-valor, mas que pode ter alguma margem de lucro (trata-se da esfera da circulação em que parte do

⁵⁶ Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm

mais-valor criado na produção é repartido ao se metamorfosear em capital comercial), classifica-se, portanto, como trabalho improdutivo;

- Por possuírem um (pequeno) capital, conseguem adiantar na forma de capital constante e capital variável; atuam, portanto, criando mais-valor e se apropriando do trabalho não pago dos seus empregados. Trata-se, portanto, de trabalho produtivo. Este terceiro caso, portanto, relaciona-se em maior medida com a classe capitalista, com a concorrência intracapitalista e, portanto, com a inovação.

Por conseguinte, a prática empreendedora de hoje é distinta da que era realizada no capitalismo em seus primeiros momentos “formais”, quando estava mais explícita a diferença entre classe trabalhadora e classe capitalista, pois há empreendedores precarizados, que são os trabalhadores que atuam por conta própria para reproduzir a própria existência, mas há também os empreendedores na classe capitalista, são os pequenos burgueses, que por mobilizam dinheiro no processo produtivo e o valorizam por meio da exploração da força de trabalho.

Continuaremos nossa exposição sobre a prática empreendedora e seus conflitos entre as classes, entretanto, antes de expô-las, ainda precisamos discutir o que está em jogo quando se fala nas justificativas para empreender e, também, onde prática empreendedora e inovação se encontram.

3.1.1 A função do crescimento econômico e da taxa de desemprego

O GEM (2017) busca relacionar a atividade empreendedora com o crescimento econômico, o que faz com que diversas pesquisas (GRIFFITHS; GUNDRY; KICKUL, 2013; NOGAMI; MACHADO, 2011; SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2011; FONTENELE, 2010; STEL; CARREE; THURIK, 2005) usem essa base para mensurá-la com outros indicadores (econômicos, sociais e políticos) visando compreender como ocorre o processo e seus fatores de influência.

Nessa rota, Nogami e Machado (2011, p. 115) chegam mesmo a afirmar o seguinte:

Países que passaram por um aumento da atividade empreendedora puderam presenciar recordes nas taxas de crescimento econômico. Para economias emergentes, como alguns países asiáticos e da América Latina, o empreendedorismo apresenta papel crucial para o crescimento econômico e desenvolvimento social.

Porém, esse resultado não é unívoco. O estudo de Souza e Lopez Junior (2011) buscou analisar qual a relação entre os indicadores do GEM, mais especificamente o *Total Entrepreneurship Activity* (TEA) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e inferiram

que aqueles países considerados como mais empreendedores – com alto índice de TEA – são exatamente os países com IDH mais baixos. Tal constatação, embora não seja definitiva, já levanta algumas preocupações: o que está sendo aceito por crescimento econômico e por desenvolvimento humano?

Mas embora o excerto acima sustente, no início do seu texto, que a atividade empreendedora influencia no crescimento econômico, após sua pesquisa empírica no contexto brasileiro, eles mudam o discurso, Nogami e Machado (2011, p. 126) chegaram à seguinte conclusão:

Pois na análise quantitativa, foi possível concluir que não há relação direta entre crescimento econômico e o empreendedorismo. Pode-se observar que o crescimento econômico influencia positivamente a atividade empreendedora (SCHUMPETER, 1984; FONTENELE, 2010; REYNOLDS, 1999; VAN STEL et. al, 2005; WONG, 2005; CÂMARA, 2003), aumentando o poder de compra das pessoas, facilitando o acesso à financiamentos e gerando novas empresas. Mas, também se pode concluir que a desaceleração e fragilidade de uma economia ocasiona em altas taxas de desemprego, fazendo com que as pessoas busquem outras alternativas de renda, como abrir o próprio negócio (BARROS; PEREIRA, 2008), assim, uma economia ruim também influencia a atividade empreendedora.

Segundo esses autores, é o crescimento econômico que influencia o empreendedorismo, pois estimula o consumo e, quando o crescimento econômico desacelera, a atividade empreendedora é também influenciada, pois as pessoas buscam abrir o próprio negócio para fugir do desemprego. Isto é, a economia crescendo ou encolhendo provoca o empreendedorismo. Vê-se igualmente que o que se plasmou sobre o conceito de empreendedorismo esconde em sua materialização realidades distintas dentro do próprio país – referindo-nos ao Brasil –, mas também se compararmos com a economia de outros países.

Agora, vejamos o estudo de Nogami e Machado (2011), que se apoia, em parte, na investigação de Barros e Pereira (2008, p. 989) e que mediu a correlação entre empreendedorismo e crescimento econômico em municípios do estado brasileiro de Minas Gerais.

Uma interpretação do resultado que revela taxas de crescimento econômico menores nos municípios de maior atividade empreendedora parte da constatação de que o empreendedorismo por necessidade representa metade da atividade empreendedora no Brasil. Ao contrário do empreendedor inovador que fareja uma oportunidade de negócio, o empreendedor por necessidade pouco contribui para o dinamismo da economia local. Obviamente que sua atividade, mesmo quando de baixa produtividade e renda, constitui uma ocupação alternativa ao desemprego. Os resultados da pesquisa têm implicações para as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas.

O crescimento econômico é um indicador para medir se os capitalistas têm conseguido expandir a produção. Ferraz (2010, p. 111) que aponta acerca da relação entre crescimento econômico, combate à pobreza e trabalho decente, que, no caso do Brasil, é possível

Confirmar a tendência à concentração e a centralização do capital, colocando em descrédito a premissa da ONU de que o crescimento econômico – produção e reprodução do capital – é condição determinante para a erradicação da pobreza, ou seja, para a distribuição mais equitativa do capital, via a constituição de um mercado de trabalho pleno de emprego decente.

Assim o sendo, como aceitar prementemente que empreendedorismo gera crescimento e/ou desenvolvimento humano? Ou ainda: em que consiste esse empreendedorismo no cotidiano das pessoas “de carne e osso” que o praticam?

A literatura econômica diferencia crescimento econômico de desenvolvimento econômico. Crescimento econômico é medido, principalmente, pelos cálculos do PIB que é a soma todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. Enquanto desenvolvimento econômico seria amplo e duradouro, considerando no seu cálculo aspectos quantitativos (como o PIB e o PNB, por exemplo), mas também aspectos qualitativos, como qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura (IDH, Coeficiente de Gini, Índice de pobreza humana, etc). Entretanto, ambas as perspectivas partem do modo capitalista de produção.

A abordagem desenvolvimentista busca “reduzir as desigualdades” e limita-se a “reduzir”, “reformular”, “distribuir melhor” e todas demais robinsonadas dos ideólogos do capital de “bom coração”. Ratificamos a insuficiência em “desenvolver” a economia, pois o que gera as desigualdades provém do modo de produzir, de forma que apenas distribuir melhor não altera a condição de exploração, afinal, menos injusto não quer dizer que é justo.

Tanto o é que os ciclos de desenvolvimento das forças produtivas (em suas nuances desenvolvimentistas) foram desdobramento de crises da capacidade de valorizar o valor. O que move a economia capitalista, como já vimos, são os valores de troca, isto é, a possibilidade de mercantilizar todas as coisas do mundo, de modo que, partindo desse pressuposto, qualquer “desenvolvimento” só se dá em conformidade com esses interesses.

Assim, convenhamos: a perspectiva do crescimento do econômico é ainda mais tacaña: aumentar a produção... para quê? Para que a classe capitalista siga acumulando. Nisso o Estado atua como mediador dos interesses da classe dominante buscando garantir, por exemplo, que a produção continuará crescendo (elevação do PIB), pois esse adicional será a fonte da acumulação. Como sabemos, o capital necessita constantemente se expandir, por isso pressupõe a expansão dos mercados. Produz-se mais para que se consiga, com isso, acumular riquezas. Enquanto isso, os ideólogos do capital seguem “explicando” para a classe trabalhadora que, se o PIB não subir, eles perderão o emprego, a inflação vai subir, etc.

Marx (2011b, p. 61) explica a hipocrisia dos economistas que relacionam a produção da riqueza e a riqueza como o motivo da existência do Estado:

O próprio conceito de riqueza nacional se insinua entre os economistas do século XVII – representação que subsiste em parte entre os economistas do século XVIII – de modo que a riqueza é criada unicamente para o Estado, sendo o poder deste último proporcional à riqueza. Essa era ainda uma forma inconscientemente hipócrita em que a própria riqueza e a produção de riqueza proclamavam-se como finalidade dos Estados modernos, e estes eram considerados unicamente como meios para produção de riqueza.

Ocorre que governantes do Estado, em função de sua posição de mediadores do capital, precisam conhecer e detectar ao menos os problemas mais latentes da sociedade civil e que são resultantes da própria dinâmica social do capitalismo. Sendo assim, precisam dispor de meios para apaziguar esses problemas sociais diversos sem se afastar dos interesses burgueses, que, por sua vez, visam manter a lógica do capital. Desse modo, no âmbito da luta de classes, ocasionalmente o Estado necessita atender de forma imediata alguns interesses contingentes da classe trabalhadora. Contudo, pelo fato de o Estado não atender, sempre, de forma imediata, os interesses dos capitalistas e atender, em certas circunstâncias, esses interesses por meio da resolução das demandas dos trabalhadores, é que não se pode considerá-lo como mero *bureau* da burguesia, tratando-se, portanto, de uma esfera bem mais complexa.

Mas há ainda outro indicador que se relaciona com o crescimento econômico (e em suas mediações, também com a acumulação de riqueza) que é a taxa de desemprego, sendo este o outro ponto de justificativa para a existência do empreendedorismo: o combate ao desemprego. Conforme alerta Ferraz (2010, p. 106), “a pauperização dos trabalhadores pode ser confirmada não apenas em virtude das taxas de desemprego, mas também pela “qualidade” do emprego e pelas formas de contrato estabelecidas.” Por isso, tratando especificamente da realidade material dos trabalhadores no Brasil, a autora alerta o que se segue:

Em suma, analisando a população em idade ativa demonstramos que ser um ocupado, no Brasil, não é sinônimo de ser empregado, muito menos de ser um indivíduo cujas condições materiais de produção e reprodução da vida estejam garantidas. Quando muito, a classificação de ocupado, para a grande maioria, apenas permite identificar que estes conseguem manter a reprodução da força de trabalho sendo efetuada. Outrossim, um ocupado pode também figurar nos índices de desemprego, basta ter concretizado alguma ação para encontrar outro comprador para sua força de trabalho. De forma que a compreensão do que é ser um desempregado ou um empregado submetido a condições precárias de trabalho e sub-remuneração exige uma reflexão para além dos índices divulgados pelas agências de pesquisa (...). (FERRAZ, 2010, p. 121).

Sabemos que a relação entre desemprego e empreendedorismo não consiste em uma novidade. O fato novo que estamos buscando ressaltar é que esse estímulo do empreendedorismo e todo o seu arsenal ideológico não apenas precarizam as condições de trabalho e vida desses indivíduos, mas também cumpre um papel na conformação da classe trabalhadora (JESUS, 2016) que passe a entender que a culpa pelo desemprego é sua (FERRAZ, 2016), e, sobretudo, é sua a responsabilidade por ter uma vida melhor. Isso reforça a formação

de uma subjetividade individualista, que isenta e rechaça o Estado. Isenta quando o exime da responsabilidade pela empregabilidade, visto que, como já sinalizado, o índice de empreendedorismo pode ser inversamente proporcional ao do desemprego, ainda que isso não signifique melhores condições de vida aos indivíduos, e rechaça quando aponta que é o Estado que impede o crescimento dos empreendimentos, devido à quantidade de impostos requeridos.

Ademais, além da superexploração e da conformação diante da luta de classes, o empreendedorismo precarizado atua na manutenção dos baixos salários praticados no Brasil, conforme o movimento do exército de reserva explanado por Marx (2013) ao explicar a Inglaterra do século XIX e também por Ferraz (2013; 2015) ao demonstrar que a lógica imanente do capital atua na particularidade brasileira mantendo intactas as bases da valorização do valor e avançando sobre a exploração da força de trabalho.

Para se ter uma ideia das condições de trabalho de um trabalhador às margens do direito do trabalho, os ditos informais, exemplificaremos apontando o cenário do trabalhador “formalizado”, já que mesmo o mercado de trabalho formal do Brasil pode ser caracterizado por atividades de baixa complexidade, cujo rendimento médio real, segundo o IBGE (2018), não ultrapassa 3 salários mínimos – sendo importante ressaltar que o maior quantitativo destes postos são oferecidos pelas Micro e Pequenas Empresas, que são responsáveis por 27% do PIB no Brasil e 52% dos trabalhos com carteira assinada (SEBRAE, 2015). E se é esse o cenário do trabalhador “formalizado”, não é difícil supor que o cenário para a atividade informal é ainda mais penoso.

Antes de prosseguirmos, precisamos destacar brevemente o papel que o Estado cumpre na luta de classe por meio da regulação do trabalho assalariado. Um dos critérios para categorizar “formal ou informal” é o registro na carteira de trabalho, que faz com que a atividade seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cuja proposição consiste em garantir proteção ao trabalhador, que fosse o lado “mais fraco”⁵⁷ da relação mais emblemática do capitalismo: capital-trabalho.

Além disso, “outra consequência negativa é a de incentivar o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo e sem representação sindical” (ANTUNES, 2018, p. 37). Antunes ainda (2018, p. 59) alerta, “*uberização, walmartização, intermitência, pejotização*, esse será o léxico dominante no mundo do trabalho se a resistência

⁵⁷ Ao classificar a classe trabalhadora como o lado mais fraco, que precisa da proteção do Estado, a burocracia estatal cumpre seu papel de conformação na luta de classe, servindo como “juiz de paz”, aquele que produz o valor – o trabalhador – vê-se impotente diante das leis, da ordem, da necessidade de reprodução da própria existência, semelhante à situação apontada por Marx (2012) na França de Luís Bonaparte.

e a confrontação não forem capazes de obstar o vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho”.

Formal ou informal, assim, corresponde à forma como o contrato entre capitalista e trabalhador é estabelecido. Se a compra e venda da força de trabalho possui um registro com fins legais para atender as normas jurídicas do país, ele é formal; se não, ele é informal. Contudo, mesmo esse limite encontra-se tencionado pelas transformações das relações entre capital e trabalho mediadas pelo Estado. Assim, na medida em que a informalidade é ensejada, a relação de troca mercantil da força de trabalho permanece, de um modo geral, há perda de direitos de um grupo em relação ao outro, e nesse caso, consolida-se a precarização das relações trabalhistas.

O entendimento dos limites da "formalidade" da venda da força de trabalho é relevante na medida em que se apresenta, por um lado, como uma necessidade contingente da classe trabalhadora, em busca de melhores condições para reproduzir a própria existência. Os direitos são, portanto, concessões do capital frente à luta de classes. Por outro lado, o direito (do trabalho, inclusive) é forma ideológica de manutenção do modo de produção capitalista (MASCARO, 2016; SARTORI, 2016).

Poderiam nos dizer: ora, tudo bem que a prática empreendedora signifique para os empreendedores precarizados a intensificação da exploração da sua força de trabalho ou mesmo um meio de, por seu intermédio, explorar outras pessoas além si próprio, reduzindo, assim, cada vez mais a participação do fundo público e dos direitos arrancados na luta de classes, mas, mesmo com tudo isso, é uma forma de proporcionar o crescimento econômico, pois, possibilita que essas dezenas de milhões de brasileiros sobrevivam uma vez que não haveria empregos para todos.

Mas falar em crescimento econômico no capitalismo é falar em acumulação e expansão do capital, e não de sobrevivência humana.

Em seu horror à taxa decrescente de lucro, o que importa é o sentimento de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que não tem nenhuma relação com a produção da riqueza como tal – essa barreira peculiar atesta a estreiteza e o caráter meramente histórico e transitório do modo de produção capitalista; atesta que este não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza. (MARX, 2017, p. 282)

Crescimento econômico, na gênese no modo capitalista de produção, se relaciona com aumento da taxa de mais-valor e de lucro, não com produção de riquezas. Tanto o é, que quando necessário, mercadorias são destruídas – grifes da alta costura que queimam as peças das coleções anterior; alimentos que não conseguirão ser vendidos são descartados; guerras que

ensejam uma nova “oportunidade” para produzir tudo novamente. Os limites do modo de produção capitalista podem ser aclarados em dois pontos (MARX, 2017, p. 297-298):

1. No fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises.
2. No fato de que é a apropriação de trabalho não pago e a proporção entre este último e o trabalho objetivado em geral – dito em termos capitalistas, o lucro e sua proporção entre esse lucro e o capital empregado, ou seja, certo nível da taxa de lucro – que decidem se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção, ao atingir determinado grau de expansão, encontra limitações que, sob outros pressupostos, seriam absolutamente insuficientes. Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização de lucros.

Dito isso, segue-se que a participação dos empreendedores do PIB, por exemplo, é uma necessidade do capital para continuar acumulando, e não uma saída para o pleno desenvolvimento humano, e, sendo assim, só pode continuar se expandido nos limites da manutenção das taxas de lucro. Crescimento econômico é tão somente o nome dado à perseguição desse objetivo. Vale ressaltar que:

Sob as condições de acumulação até aqui supostas como as mais favoráveis aos trabalhadores, a relação de subordinação destes ao capital aparece sob formas toleráveis ou, como diz Eden, “tranquilas e liberais”. Ao invés de se tornar mais intensa com o crescimento do capital, essa relação de dependência torna-se apenas mais extensa, quer dizer, a esfera de exploração e dominação do capital não faz mais do que ampliar-se juntamente com as próprias dimensões desse capital e com o número de seus súditos. Do próprio mais-produto crescente desses súditos, crescentemente transformado em capital adicional, refluí para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de modo que podem ampliar o âmbito de seus desfrutes, guarnecer melhor seu fundo de consumo de vestuário, mobília etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. **Mas assim como a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado** (MARX, 2013, p. 694-695, grifos nossos).

Em síntese (MARX, 2013, p. 697, grifos nossos),

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. **Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação de duas grandezas entre si independentes – de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora –, mas antes, em última instância, da relação entre os trabalhos não pago e pago da mesma população trabalhadora.**

Isso porque:

Na realidade, portanto, **a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada.** E não poderia ser

diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 2013, p. 697, grifos nossos).

Em síntese, crescimento econômico (ou desenvolvimento econômico, numa abordagem mais progressista ou keynesiana, que, grosso modo, pretende melhorar a distribuição da riqueza, obviamente sem tocar na propriedade dos meios de extração/atração do mais-valor) é aparência do que seria a expansão da produção para formação da riqueza nacional, pois na sociabilidade capitalista esta não se relaciona com melhores condições de vida e de trabalho, tampouco com a primazia da produção de valores de uso. Ademais, ainda que a perspectiva fosse de uma distribuição dessa produção, também não modificaria a exploração de alguns indivíduos sobre outros.

Portanto, desmistificando a hipótese de que a prática empreendedora contribui com o crescimento econômico, não há evidência de que ela aumente o PIB, apenas que o trabalho realizado por esse contingente da classe trabalhadora obviamente representa uma parte do produto interno bruto nacional, ao menos nos países em que predomina a subsunção formal do trabalho, considerando a composição orgânica do capital e o baixo custo da mercadoria força de trabalho, como é o caso do Brasil.

Nos países centrais, as práticas empreendedoras cumprem outro papel, destinando-se, em maior medida, à subsunção real do trabalho, havendo uma necessidade maior de aplicação das inovações em face da concorrência intracapitalista e, portanto, necessitando mais intensamente do revolucionamento dos meios de produção para manter a acumulação.

3.1.2 Inovação como motor do crescimento econômico

Os defensores do empreendedorismo, em sua tradição teórica do século XX (schumpeterianos), e mesmo a tradição liberal (cf. Say), sustentam que um dos principais atributos da atividade empreendedora consiste na inovação.

Peter Drucker (2002, p. 29) afirma que, a despeito de que seriam os pequenos negócios os responsáveis pela inovação, “os empreendedores consistem na minoria dentre as pequenas empresas. Eles criam algo novo, algo diferente; eles mudam ou transformam valores”. Dornelas (2008, p. 6), contudo, sustenta que “o avanço tecnológico tem sido de tal ordem, que requer um número muito maior de empreendedores”. Hisrich, Peters e Shepherd (2014, p. 38) resumem: “o empreendedorismo é o método mais eficiente para ligar ciência e mercado, criando novas empresas e levando novos produtos e serviços aos mercados”. Sendo assim, de onde viria a

inovação? Dos pequenos ou dos grandes negócios? Dos países centrais ou periféricos? A ciência impulsiona o mercado ou o mercado impulsiona a ciência?

Deixemos de lado as críticas sobre o surgimento de novos empreendedores no que tange à sua contribuição sobre a riqueza social, uma vez que já tratamos do assunto, para que prestemos atenção aos aspectos da ciência, do desenvolvimento tecnológico, da criação de novas empresas e novos produtos e serviços, combinados sob a alcunha de inovação.

Conforme Barros e Pereira (2008, p. 977):

A contribuição do empreendedor ao desenvolvimento econômico ocorre fundamentalmente pela inovação que introduz e pela concorrência no mercado. A inovação de produtos e de processos de produção está no coração da competitividade de um país, conforme destacou Porter (1992). A concorrência leva ao aumento da eficiência econômica (Nickel, Nicolitsas & Dryden, 1997).

Os autores acima, schumpeterianos, creditam ao espírito empreendedor o mérito pelo desenvolvimento das forças produtivas; Ferreira, Pinto e Miranda, (2015, p. 424) também o são e afirmam que:

Desde o trabalho de Schumpeter que associamos o empreendedorismo a um conjunto de fenômenos incluindo a inovação, a competição e flexibilidade em contraste com as grandes empresas, à orientação para pequenos nichos de mercado, às características cognitivas e psicológicas dos empreendedores, à criação de novas empresas, à criação de empregos e, talvez mais genericamente, à atividade econômica e desenvolvimento econômico dos países. No entanto, como é que estes fenômenos e questões definem e delimitam a disciplina é menos certo.

A atividade empreendedora tem desempenhado papéis diferentes nos países centrais e nos países periféricos, dada à divisão internacional do trabalho no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Nesse sentido, o surgimento da inovação não poderia ser o mesmo aqui e alhures.

O principal instrumento mundial de direcionamento e mensuração da inovação – desenvolvimento das forças produtivas – é o “Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação”, uma publicação realizada em conjunto pela OCDE e pelo Eurostat desde 1990, que já está na sua 3ª edição. De acordo com este documento,

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OCDE, 2005, p. 55).

Já as atividades de inovação são

etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam conduzir, à implementação de inovações. Algumas atividades de inovação são em si inovadoras, outras não são atividades novas mas são necessárias para a implementação de inovações. As atividades de inovação também inserem a P&D [pesquisa e desenvolvimento] que não está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma inovação específica. (OCDE, 2005, p. 56).

O documento ainda divide a inovação em quatro tipos: inovação de produto, de processo, de marketing e organizacional (OCDE, 2005). Buscamos comparar tais definições com os elementos que compõem o desenvolvimento das forças produtivas e chegamos ao seguinte resultado, conforme quadro 3:

Quadro 3 – Tipos de Inovação e Seus Respetivos Elementos das Forças Produtivas

Tipo Inovação	Definição no Manual de Oslo	Respetiva Força Produtiva
De produto	é a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica; • Volume e eficácia dos meios de produção.
De processo	é a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau médio de destreza dos trabalhadores; • Grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica; • Organização social do processo produtivo.
De marketing	é a implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização social do processo produtivo
Organizacional	é a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau médio de destreza dos trabalhadores; • Grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica; • Organização social do processo produtivo; • Volume e eficácia dos meios de produção.

Fonte: Elaboração a partir de OCDE, 2005 e Marx, 2013 (2019).

O nível de detalhamento das implicações sobre o processo de inovação nas firmas chega ao ponto de distinguir o que diferencia um tipo de inovação do outro, por exemplo, entre inovação de produto e de processo (OCDE, 2005, p. 64, grifos nossos).

– se a inovação envolve características novas ou substancialmente melhoradas do serviço oferecido **aos consumidores, trate-se de uma inovação de produto**; – se a inovação envolve métodos, equipamentos e/ou habilidades **para o desempenho do serviço novos ou substancialmente melhorados, então é uma inovação de processo**; – se a inovação envolve melhorias substanciais nas características do serviço oferecido e nos métodos, equipamentos e/ou habilidades usados para seu desempenho, ela é uma inovação tanto de produto como de processo.

Reescrevendo o excerto a partir da teoria do valor: se é incrementado o valor de uso, é uma inovação de produto, desenvolvimento das forças produtivas quanto ao grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica e quanto ao volume e eficácia

dos meios de produção. Se, por sua vez, é reduzido o custo da produção (possibilidade de extrair mais valor relativo ou reduzir o valor que é transferido do capital constante ou mesmo os custos indiretos) é inovação de processo, isto é, desenvolvimento das forças produtivas quanto ao grau médio de destreza dos trabalhadores, ao grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica e também às novas formas de organização social do processo produtivo.

Mas há ainda outra implicação no processo de desenvolvimento das forças produtivas que os manuais de inovação não explicitam: trata-se de um processo social e, portanto, do trabalhador coletivo. Conforme Marx (2017, p. 107, grifos nossos) explica:

De toda economia desse tipo, pode-se dizer, em geral, que ela só é possível para o trabalhador combinado e, com frequência, só pode se efetivar em trabalhos efetuados numa escala ainda maior; portanto, ela requer uma combinação ainda maior de trabalhadores diretamente no processo de produção.

Pois,

toda essa economia, que resulta da concentração dos meios de produção e de seu emprego massivo, pressupõe, como condição essencial, a aglutinação e a atuação conjunta dos trabalhadores, ou seja, a combinação social do trabalho. Assim, ela resulta do caráter social do trabalho tanto quanto o mais-valor resulta do mais-trabalho de cada trabalhador, isoladamente considerado. Mesmo os constantes aperfeiçoamentos, que aqui são possíveis e necessários, derivam única e exclusivamente das experiências e das observações sociais que **a produção do trabalhador coletivo** – combinado em grande escala – proporciona e permite.

Apenas para mencionar tal movimento, podemos citar a inovação aberta, o financiamento coletivo de projetos, as comunidades de prática, etc. Disso se segue que:

O característico desse tipo de economia do capital constante, que deriva do desenvolvimento progressivo da indústria, é que a elevação da taxa de lucro em um ramo industrial se deve ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho em outro ramo. Aqui, o que o capitalista recebe é novamente um ganho, que é o produto do trabalho social, não o produto do trabalhador diretamente explorado por ele mesmo. **Aquele desenvolvimento da força produtiva resulta sempre, em última instância, do caráter social do trabalho posto em ação; da divisão do trabalho no interior da sociedade; do desenvolvimento do trabalho intelectual, especialmente da ciência da natureza.** O que o capitalista utiliza aqui são as vantagens do sistema inteiro da divisão social do trabalho. É por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho em seu setor externo, no setor que lhe fornece meios de produção, que o valor do capital constante utilizado pelo capitalista diminui relativamente, ou seja, que a taxa de lucro é aumentada. (MARX, 2017, p. 110)

Com a divisão social do trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas – a inovação de processo e de produto – não se dá de maneira igual em todos os países, como é também um fator de competição entre os capitalistas individuais. O ponto que salientamos é que, no Brasil, diante da composição social média do capital, e da abundância do capital variável, não há necessidade de um progresso técnico que ampliaria o mais-valor relativo, dado o papel que a força de trabalho brasileira exerce no processo de produção global capitalista.

Conforme Albuquerque (1990, p. 102) denota, a “causa central da especificidade do processo de acumulação dos países “subdesenvolvidos” é o seu passado colonial: esses países financiaram o processo de “acumulação primitiva” dos países centrais.” Além disso, tal dilapidação ocasionou a dificuldade da formação de um capital interno mínimo capaz de mobilizar os investimentos produtivos, cujo controle da produção – direto ou indireto – pelas potências imperialistas, dada a divisão internacional do trabalho, tanto subordina a produção dos países periféricos às necessidades dos países centrais, quanto limita estruturalmente a acumulação em razão das deficiências da capacidade local de financiamento, gerando, no longo prazo, debilidade no desenvolvimento econômico e industrial.

1) os países dependentes se defrontam com um patamar tecnológico internacional dado, definido pelos países capitalistas avançados. 2) uma decorrência imediata – os países de acumulação dependente conhecem uma realidade de atraso tecnológico permanente. 3) as forças motrizes do progresso técnico atuarão de uma forma indireta, mediada e mitigada. 4) considerando o progresso técnico, se gesta, se cria, nos países avançados e que apenas se propaga, se difunde, nos países dependentes, o objeto da pesquisa será não mais a lógica de sua criação mas a lógica de sua difusão. (ALBUQUERQUE, 1990, p. 104)

Em uma síntese: o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil se destina a difundir os progressos criados pelos países centrais; lembremos que produção, consumo, distribuição e troca em sua totalidade de reciprocidade têm na produção o momento preponderante, considerando que a difusão do progresso técnico se dá em outros países, o que pode ocorrer é a adaptação local dos processos e produtos, visto que o produto pressupõe seu consumo. O já mencionado exemplo do Uber é ilustrativo nesse caso, pois, ainda que os competidores locais tenham tentado imitar o líder, há um complexo de mediações que determinam o processo de acumulação do capital, entre elas, o crédito.

Chegamos ao segundo ponto de destaque: a produção, e, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas, tem sido afetada pela migração do capital financeiro – que retroalimenta o capital produtivo – visto que as taxas de rentabilidade sobre a especulação, em alguns lugares do mundo, têm sido mais atrativas que as taxas de lucro empregadas no processo produtivo (DOWBOR, 2017). Por outro lado, em relação a tal migração, não se trata de um voluntarismo ou financeirização irrestrita como tem sido aludido, mas de uma tentativa de recuperação das taxas de lucro de patamares de antes de 1970, em razão da queda da taxa de acumulação (PAÇO-CUNHA; GUEDES, 2018), o que pode ser explicado em parte pelo novo arranjo da composição técnica e composição orgânica do capital. A contradição desse movimento está no fato de que a especulação financeira não se dá autonomizada da esfera da produção. Em algum momento, os papéis precisam ser realizados.

Assim o papel do crédito se vincula com o desenvolvimento das forças produtivas ao custear – visando uma parte do mais-valor criado e extraído, na forma de juros –, fomentando as pesquisas e melhoria de máquinas, processos e materiais, como explicam Schumpeter (1934, 1997) e, antes dele, com maior profundidade, Marx (2017). O capital financeiro aparece novamente quando os produtos e serviços já estão prenhes de mais-valor, cumprindo o papel de crediário, cartão de crédito, cheque especial, aluguel da máquina de cartão de crédito⁵⁸, empréstimos ao consumidor, etc., sugando mais parcela do mais-valor, mas agora dos demais trabalhadores que consumiram as mercadorias produzidas. E nesse sentido, no Brasil, mais uma vez, fica evidente que a chamada inovação é uma impossibilidade, dadas as taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro nacional em relação aos países centrais, que não viabilizam o progresso técnico em detrimento do pagamento dos juros.

Como, de um modo geral e em tendência crescente, o capital produtivo tem se autofinanciado (PAÇO-CUNHA, GUEDES, 2018), entra em cena o Estado, que, por meio das pesquisas e das Políticas Públicas (PP), incentiva a prática empreendedora, por ter, como vimos, no empreendedor o agente da inovação, que seria o motor do desenvolvimento econômico.

Entretanto, se nos países centrais a prática se apresentou, desde a implantação da política neoliberal, como uma possibilidade de baratear a inovação e um mero efeito de combater o desemprego estrutural (WADHWANI, 2010), no Brasil, mesmo a segunda opção é operada em circunstâncias perniciosas, a qual chamamos empreendedorismo precarizado. Enfatizamos que, ao analisarmos o fenômeno a partir do processo global da produção capitalista (MARX, 2017), podemos sustentar que o que se convencionou chamar de empreendedorismo engloba basicamente dois diferentes contextos - um nos países centrais e outro nos países de capitalismo dependente e periférico.

Por fim, com o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão do capital no mundo, a prática assume duas formas:

i) Como inovação, levando em conta a concorrência intracapitalista e a necessidade de seguir acumulando capital por meio da redução do valor das mercadorias – do tempo de trabalho necessário – e dos movimentos de concentração e centralização, como já discutimos.

ii) Como novos negócios sem ser necessariamente inovação, visto que seu papel consiste em contribuir com a expansão do capital, que, em momentos de crescimento, quando se apropria dos modos produtivos da vida e os precificam (mercantilizam) primeiro, e os capitalizam em seguida. Quando se precifica, atua-se na redução do valor da força de trabalho,

⁵⁸ Cada vez mais massificada entre os conta-própria e pequenos negócios, informais e autônomos.

ainda que não esteja produzindo mais-valor. Ademais, a abertura desses novos negócios se insere igualmente na esfera da circulação (para completar o ciclo do mais-valor) ou ainda possibilita a realização de atividades laborais (contratação de serviços) sem precisar adiantar capital variável.

Vale ressaltar que o fato de o Brasil não ser considerado, pelos órgãos de fomento nacionais e internacionais, como um país inovador, não quer dizer que a força de trabalho local não “invente”. Ocorre, pois, que as criações não conseguem ser absorvidas *in loco*, as invenções terminam se tornando inovação – isto é, sendo mercantilizadas – pelos capitalistas com mais capital que estão localizados em outras partes do mundo. Eis a centralização atuando e também o caráter dependente do capitalismo. Eis o papel das startups no Brasil e do *Corporate Venture*⁵⁹ (STARTUPI, 2019), grandes capitais “apoando” o ecossistema da inovação.

3.2 O Estado como Mediador da Prática Empreendedora

Entremos agora na discussão sobre o papel do Estado no fomento à prática empreendedora. Discutiremos as políticas públicas, o neoliberalismo e também o SEBRAE.

O Estado é um intermediário importante na manutenção do modo de produção capitalista por atuar tanto como juiz de paz quanto como “gerente” do capital, para destinar os recursos do fundo público para o processo de acumulação, avançando sobre o mais-valor criado pelos trabalhadores. Justifica-se a política econômica e a defesa de um crescimento econômico como se fosse um interesse de todos, quando, na verdade, atende aos interesses do capital.

Tratando especificamente da prática empreendedora, no que tange à legislação, as principais leis datam de 1996 em diante, como pode ser visto no quadro 4. Segundo o SEBRAE (2018, s/p):

O movimento pela valorização das pequenas empresas brasileiras despontou mais fortemente a partir dos anos 80, enquanto que em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, o movimento data da década de 50. No Brasil, o marco inicial foi a inclusão, dos artigos 170 e 179 na Constituição de 1988, instituindo que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam dispensar às microempresas e empresas de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivá-las pela simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias. Nos anos 90, registraram-se dois esforços para regulamentação dos artigos 170 e 179: a Lei do Simples Federal (Lei 9.317, de 1996) e a criação do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841, de 1999).

⁵⁹ *Corporate Ventures* caracteriza o investimento de empresas (geralmente de grande porte) em projetos nascentes, com base em iniciativas internas ou externas, que possuem alto potencial de crescimento e o objetivo de gerar inovações para o negócio da empresa investidora.

Quadro 4 – Leis Relacionadas à Prática Empreendedora

Lei	Efeito
Lei nº 11.598/2007	Cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas.
Lei Complementar nº 123/2006 - (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa)	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.
Lei Complementar nº 128/2008	Cria a figura do Microempreendedor Individual - MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006
Lei Complementar nº 139/2011	Altera o limite de faturamento do MEI para até R\$ 60.000,00 e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

Fonte: SEBRAE (2018, s/p).

Percebemos que a cronologia das leis instituídas pelo Estado brasileiro está alinhada com o movimento da consolidação da prática empreendedora nos países centrais, obviamente começando mais tarde por aqui (GEM, 2000-2017). Apontamos que, nos primeiros anos, era “cobrada” uma postura ativa do Estado de apoio ao empreendedor (GEM 2000-2017); cobrança que trocou de pauta após a aprovação a Lei 123/2006, a Lei Geral da MPE, conhecida por Lei do Simples, quando passou a ser basicamente redução dos tributos e desburocratização.

É curioso, no entanto, que a Lei do Simples, criada para simplificar o acompanhamento e pagamentos dos impostos, ao unificar as cobranças dos impostos federais em um único documento, não venha cumprindo o que promete. De acordo com Paula, Costa e Ferreira (2017, p. 13) “a avaliação que realizamos do Simples indica que o regime simplificado de tributação não gerou ainda o impacto esperado na redução da carga tributária de modo a promover o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.” Ainda segundo os autores:

observa-se que, apesar dos progressos induzidos pelo Simples para as pequenas empresas, a carga tributária continua a ser percebida como um fator negativo e restritivo ao desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Na realidade, há inclusive elementos que permitem um questionamento mais aprofundado do impacto do Simples - em números absolutos, com base nas pesquisas do SEBRAE, 67% dos empresários de micro e pequenas empresas considerou que o impacto da carga tributária após o Simples Nacional aumentou ou manteve-se estável. (PAULA; COSTA; FERREIRA, 2017, p. 13).

Ademais, o SIMPLES se destina às alíquotas dos pequenos negócios cujos faturamentos estejam abaixo R\$ 60 mil. Podemos perceber, por suposto, que a tentativa foi de ampliar aquilo que foi destinado aos MPE – massa de desempregados e conta-própria que abrem um “negócio” para substituir – para os médios e grandes negócios, que, diferente dos primeiros, têm capital e um maior de número de funcionários envolvidos. Assim, a principal política pública, a tributária, que é a causa apontada pelos micros e pequenos empreendedores como a principal dificuldade encontrada por eles na gestão dos seus negócios (SEBRAE, 2015), segue sem efeito

concreto para esta parcela dos empreendedores, que, diga-se de passagem, são os empreendedores precarizados da classe trabalhadora.

As outras pautas registradas pelo GEM (2017) foram política de desenvolvimento das MPE; acompanhar a reforma trabalhista no que tange a novos empreendimentos; políticas públicas para empreendedores das periferias; facilidade de intercâmbio entre empreendedores nacionais e estrangeiros. A política de desenvolvimento das MPE é papel do SEBRAE, que trataremos logo a seguir. O intercâmbio está voltado para os empreendedores de alto impacto. Já, acompanhamento do impacto da reforma trabalhista e criação de novos negócios e empreendedorismo na periferia é explicitamente o desdobramento do que o empreendedorismo é na prática, o meio de vida destinado aos trabalhadores precarizados.

Eis uma das principais contradições destes tempos: redução da proteção social sobre as relações de trabalho (historicamente desempenhada pelo Estado e sindicatos), seguida de maior precarização de trabalho que direciona para o trabalho autônomo (no seu sentido amplo, como independente). Por isso também não se pode simplesmente sugerir que trabalhadores não abram seus negócios, porém também não podemos lhes dizer que isso será uma boa escolha.

3.2.1 O SEBRAE

Passemos agora para o exame do principal agente do Estado brasileiro no fomento à prática empreendedora (GEM, 2000-2017), o SEBRAE. Apresentaremos o processo histórico do seu surgimento valendo-nos da detalhada pesquisa doutoral de Dias (2012) que investigou o processo que originou o SEBRAE chegando até os dias atuais.

O SEBRAE nasceu como Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), em 1972 (período da ditadura empresarial-militar, no governo de Garrastazu Médici (1969-1974)), “como resultado da inclusão gradual das pequenas empresas no debate público, já que a produção ou os serviços realizados por este tipo de empresa tornavam-se cada vez mais estratégicos para o desenvolvimento econômico do país” (DIAS, 2012, p. 112).

Para a autora, o papel do CEBRAE consistia em colocar em prática projetos dirigidos às PME, naquele tempo, não se falava em empreendedorismo, tampouco em políticas públicas nesse sentido, “sua função estava relacionada ao apoio a proprietários de pequenos e médios empreendimentos que deveria ser realizado de forma descentralizada, ou seja, em cooperação com as agências locais habilitadas” (DIAS, 2012, p. 198).

Ainda que a data de criação do CEBRAE marque 1972, há um consenso de que seu início é anterior, ainda no começo dos anos 1960, no então governo Kubistcheck (1956-1960), por meio do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE), um órgão do BNDE, criado a partir de uma proposição direcionada ao presidente por Alberto Guerreiro Ramos, com a justificativa de aumentar a competitividade das MPE tanto no que se refere às grandes empresas quanto às empresas estrangeiras. Vale ressaltar que, nesse período, já existiam a CNI, o SESI e o SENAI.

Sabemos que o ciclo de produção do capital em seus desdobramentos demanda para si as alterações necessárias para continuar se reproduzindo. A complexa transição entre as décadas 1960 e 1970, que marca o período do “Milagre” econômico, representa também alterações dentro da classe trabalhadora. Nesse caminho, no que tange aos motivos que levaram o Estado brasileiro a institucionalizar as ações em prol dos MPE, Dias (2012) destaca algumas possibilidades: o crescimento do setor de serviços; a redução da informalidade; os MPE seriam potenciais consumidores da indústria pesada; e, ainda, uma tentativa de fortalecimento da empresa privada nacional como um contrabalanceamento do poder do Estado.

Além disso:

Os dados apontam, preliminarmente, para um processo através do qual, a partir da década de 60, as políticas públicas voltadas para as PME foram ganhando pouco a pouco maior visibilidade. Isto pode ser verificado quando colocado em evidência um conjunto de ações particulares: criação de órgãos na sociedade política, programas de crédito, programas de consultoria e formação de quadros, que cada vez mais se avolumavam de recursos e número de funcionários. Todo o processo, por sua vez, foi coordenado por agências estrangeiras e nacionais. A criação do CEBRAE, portanto, não parece ser a iniciativa mais fundamental neste conjunto de medidas para o fortalecimento das PME, senão uma delas com significado próprio. (DIAS, 2012, p. 148).

Estiveram envolvidos com o órgão, desde seu início, o então BNDE e o FINEP, entidades que ainda estão vinculadas ao SEBRAE atualmente. Entretanto, chama atenção a ativa participação de agências internacionais, como pode ser visto no quadro 5.

Quadro 5 – Programas, Projetos e Iniciativas Diversas Em Apoio Às PME (1960-1972)

Data	Projeto / Programas do Estado	Agências Financiadores
1960	Criação do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa GEAMPE, pelo BNDE	
1962-1968	Asimow Plan	USAID / Fundação Ford
1963-1965	Rural Industrial Technical Assistance (RITA)	USAID
1965-1974	Criação do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME), pelo BNDE	Fundo Alemão de Desenvolvimento e USAID
1966	Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (FUNDEPRO)	
1967	Criação do Sistema de Informações Gerenciais para as Pequenas e Médias Empresas (SIPEME), pelo BNDE	Fundação Ford

1967	Criação dos Núcleos de Assistência Industrial (NAI) e Núcleos de Assistência Empresarial (NAE), pela SUDENE	
1970	Abertura de crédito pelos Bancos Comerciais para as PME, Capital de Giro (PROGIRO)	Caixa Econômica Federal
1971	Programa Sul-Brasileiro de Treinamento e Assistência Gerencial (PAG), pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	
1972	Plano de Metas para o período de 1972 a 1974, com a diretriz para acumulação de reservas para as PME, pelo MPCG	
1972	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), pelo MPCG	
1972	PROPEME – Programa Especial de Crédito	Recursos federais, do BNDE, do CEBRAE e do Fundo de Apoio ao Contribuinte (FUNAC), da Secretaria de Fazenda

Fonte DIAS (2012, p. 148).

De acordo com Dias (2012, p. 153, grifos nossos), o CEBRAE não foi a iniciativa mais importante, mas uma de um conjunto de atividades que congregaram capital estrangeiro e o Estado brasileiro. Entre eles:

A criação e a expansão de cursos como o de Administração, Economia e outros afins, por sua vez, ganharam fôlego a partir de 1968 e estavam justamente relacionados com a necessidade de se obter especialistas que soubessem lidar com esses modelos prontos vindos do exterior. Neste período, a organização das instituições de educação, especialmente o ensino superior, teve forte participação dos acordos MEC-USAID. **Esses convênios visavam a estabelecer cooperação técnica e financeira para reestruturação da educação brasileira, tendo como escopo principal adequá-la ao tecnicismo e à teoria do capital humano, isto é, à concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico.** Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, foram firmados 12 acordos que alcançaram tanto a educação primária quanto o ensino superior. Os acordos continuaram ao longo do período da ditadura civil-militar, sendo finalizados apenas em 1976. Segundo Emília Viotti da Costa, a estratégia dos convênios entre o ministério e a USAID baseava-se na ideia de universidade como empresa, na valorização da iniciativa privada em detrimento das instituições estatais ou públicas, na ideologia do lucro, na ênfase na formação tecnológica em detrimento da humanística e na “subordinação dos ideais de liberdade de expressão e de cátedra ao ideal de segurança nacional definidos nos termos da guerra fria (...)”. Desta forma, **a “ajuda externa” significava interferir no sistema educacional à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional,** especialmente no que diz respeito aos interesses dos governos e das grandes corporações estadunidenses, incluindo aspectos vinculados à segurança nacional.

Vemos que o projeto que, no futuro, seria voltado à prática empreendedora, já nasceu vinculado aos projetos do capital transnacional. Obviamente tal característica não é onipotente, há também a disputa interna no âmbito do fundo público e do capital dentro do Brasil em todo o processo em que as MPE foram paulatinamente se envolvendo com o ciclo produtivo capitalista.

Dias (2012) ainda menciona a formação de ideólogos do capital responsáveis pela composição de intelectuais orgânicos da burguesia no corpo político nacional. Cita, entre eles, Eugênio Gudim, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, nomes conhecidos da gestão pública brasileira.

É também deste período – e com a mesma intencionalidade – a criação da Escola de Administração de Empresas; Instituto Brasileiro de Administração de Empresas; Instituto Superior de Administração e Vendas; Escritório de Planejamento Econômico e Social (EPEA), precursor do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), um pouco antes já havia sido criado o Instituto Brasileiro de Economia (IBRA) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essas organizações atuavam na formação de futuros cargos inferiores da gestão pública, como também a formação de executivos para empresas públicas e privadas.

Mas, como sabemos, atualmente o SEBRAE é o principal fomentador do empreendedorismo no Brasil. Como isso aconteceu?

O processo que resultou na transformação do CEBRAE em SEBRAE, em 1990, transcorreu a partir de um extraordinário esquema de articulações políticas que resultaram não apenas na privatização da agência, mas também na inclusão definitiva da questão das micro e pequenas empresas na agenda dos governos. (DIAS, 2012, p. 230).

Tal criação teve um desenvolvimento gradual, “mas vinha sendo empreendida desde o final da década de 1970, no lastro das adaptações do capitalismo do país ao modelo implantado no nível internacional” (DIAS, 2012, p. 231). E, sobretudo, além da privatização do CEBRAE para SEBRAE garantir que o órgão não seria encerrado, também a transformou [a agência] numa das organizações mais importantes e poderosas entre aquelas organicamente vinculadas ao projeto político-econômico adotado a partir de então (DIAS, 2012, p. 231).

A conversão do SEBRAE em “serviço social autônomo sem fins lucrativos conferiu-lhe o direito de receber (...) 0,3% sobre a folha de pagamento das empresas” (DIAS, 2012, p. 232), garantindo, embora tenha um caráter semiprivado, um aumento significativo de recursos repassados pelo governo federal. A estimativa é de que em 2010 o SEBRAE tenha auferido uma receita na ordem de R\$ 2,4 bilhões, sendo uns mais cobiçados órgãos do Estado.

No primeiro ano do governo Collor de Melo (1990-1992), o CEBRAE se torna SEBRAE ao ser privatizado, o que modificou em grande medida “a função da agência junto ao bloco de poder” (DIAS, 2012, p. 10). Dessa forma:

o SEBRAE cumpre, nos dias atuais, o papel de produzir consenso na sociedade em torno da importância econômica e social das micro e pequenas empresas, auxilia a formulação de políticas públicas e leis voltadas para esta questão e, por fim, assume a função ética do Estado, através da qual realiza a tarefa educativa dos indivíduos visando ao "universal" (DIAS, 2012, p. 10).

Ou explicado de outro modo, o SEBRAE foi sendo desenvolvido por setores de dentro da burguesia nacional e também por apoio financeiro, técnico e tecnológico das agências internacionais – notadamente as estadunidenses – para cumprir a pauta que lhe deu origem e que, se observarmos com atenção, atende com excelência a agenda do capitalismo atual. Tal ponto pode ser resumido em dois tópicos: garantir que a classe trabalhadora atue como empreendedor (e todas as implicações dessa prática, como temos buscado compreender ao longo desta pesquisa) e que a ideologia capitalista seja aceita como a única possível, a melhor e a mais justa.

Para cumprir essa missão em nome do capital, o SEBRAE atua com um Conselho Nacional Diretor formado por um presidente e dois indicados de órgãos diversos do Estado, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, FINEP, na sua gestão nacional que serve de diretriz para os escritórios regionais.

Mais de 70% da receita do SEBRAE é proveniente das contribuições obrigatórias sobre as empresas de médio e grande porte – alíquota de 0,3% sobre o salário do trabalhador. A agência está presente em todos os estados brasileiros, emprega mais de 4,5 mil funcionários, mais de 12 mil consultores, 336 postos de atendimento próprio e mais 452 em parceria. O SEBRAE “apoiar as empresas com cursos, palestras, treinamentos, promoção de feiras de negócios, publicações e consultoria” (SARFATI, 2013b, p. 33).

É o fundo público – isto é, o mais-trabalhado criado pela classe trabalhadora – quem sustenta a atividade desenvolvida pelo SEBRAE, no limite, a classe custeia a ideologia que lhe prende à sociabilidade capitalista. Entretanto, mesmo com todo esse dinheiro gasto, 60% das novas empresas morrem antes dos 5 anos. E se alguma parte delas se deve a “problemas de gestão”, a grande maioria é por conta da própria dinâmica capitalista na qual as grandes corporações têm vantagens esmagadoras sobre as menores – compras em escala, aporte de capital, influência política etc.

Ou seja, não obstante toda essa estrutura, ao se ampliar o escopo e observar as condições concretas de vida dos indivíduos que são restringidos a empreender, apenas uma camada dos que centralizam a condução de atividades produtivas efetivamente procuram o SEBRAE – normalmente, aqueles com maior escolaridade e que têm algum risco envolvido (pequeno capital) (GEM, 2017).

Não é ordem do acaso as seguintes recomendações do último relatório do GEM (2017, p. 19) – que vem recorrentemente reconhecendo a “importância” dessas práticas difusoras: “investimento em capacitação e mentorias, ou seja, programas governamentais que financiem

ativos de conhecimento, e não somente estruturas; apoiar as instituições que já fomentam o empreendedorismo (SEBRAE, Endeavor, Senac, etc.), integrando-as a um projeto estruturado.”

Em resumo, é fato que o SEBRAE tem projetos conhecidos entre as MPE. Pesquisadores e sociedade em geral, certamente, desempenham atividades formativas básicas de gestão para uma parcela significativa dos 48 milhões de brasileiros envolvidos com prática empreendedora.

Não obstante, se considerarmos que a prática empreendedora é uma luta contra moinhos de ventos e que, sobretudo, é um valor produzido pela classe trabalhadora, deveria e poderia estar sendo utilizada para sua própria pauta política, e não estar a serviço do capital, como tem ocorrido desde sua gestação.

3.2.2 As políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e os capitalismos

O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) mede e analisa a atividade empreendedora e sua influência sobre o desenvolvimento econômico e social em cerca de 100 países no mundo desde 1999, capitaneado pela London Business School, na Inglaterra, e pelo Babson College, nos Estados Unidos, sendo o maior estudo em andamento sobre o empreendedorismo no mundo.

No Brasil, a pesquisa começou no ano 2000 e é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE. Além disso, a partir de 2011, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios, juntou-se como parceiro acadêmico da pesquisa no país e, finalmente, em 2016, a Universidade Federal do Paraná tornou-se, igualmente, parceira acadêmica (GEM, 2017).

Analizamos a série histórica do GEM desde sua primeira edição em 2000 até a última, no ano de 2017 (referente aos dados de 2016), e constatamos que o Brasil participou de todas elas. Obviamente uma pesquisa dessa magnitude e extensão não é livre de propósitos, o fato de o Brasil ter sido investigado em todas as edições também não.

A cada ano mais países foram sendo incluídos no relatório, “decorridos dezoito anos, o número de países participantes da pesquisa continua em ascensão, atingindo a marca de 65 países dos cinco continentes, que representam 70% da população e 83% do PIB mundial” (GEM, 2017, p. 17). É um dado interessante, pois indica que a maior parte do Planeta está “empreendendo” – em condições distintas no que tange à reprodução da vida desses indivíduos, mas, em situação igual, se considerarmos a submissão ao capital –, indica ainda que esta

atividade empreendedora está sendo continuamente monitorada. Mas qual a importância de todo esse esforço?

A complexidade da gestão desses dados vai colocando novos indicadores e itens nas análises do GEM. Por exemplo, a classificação em relação aos indicadores de desenvolvimento socioeconômico do país começou apenas em 2008, quando o levantamento contou com 43 países investigados (em 2007 foram 42, em 2006 foram 42, e em 2005 foram 35), ou seja, já não era mais possível manter todas as particularidades como se fosse uma coisa só, visto que, na divisão internacional do trabalho, cada país⁶⁰ – com seus capitais – teria um papel próprio a desempenhar. Uns detêm o trabalho intelectual, outros o trabalho manual, alguns produzem, outros compram, alguns trabalhadores são explorados, e outros são superexplorados.

Esta classificação separa os países de acordo com a atividade produtiva predominante e os separa em três grupos, conforme quadro 6:

Quadro 6 – Classificação dos países quanto à predominância da atividade produtiva

	ESTÁGIO MOVIDO POR FATORES DE PRODUÇÃO / <i>FACTOR-DRIVEN</i>	ESTÁGIO MOVIDO PELA EFICIÊNCIA OU CIÊNCIA / <i>EFFICIENCY-DRIVEN</i>	ESTÁGIO MOVIDO PELA INOVAÇÃO / <i>INNOVATION-DRIVEN</i>
ECONOMIA	Baseada na extração e comercialização de recursos naturais, <i>commodities</i> e produtos de baixo valor agregado.	Baseada na produção industrial em escala.	Baseada na inovação, com altos investimentos em tecnologia.
TIPOS DE EMPRESAS	Grande parte das empresas são manufatureiras e pequenas de serviço.	Concentração industrial.	Atividades intensivas em conhecimento.
CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL / RENDA	Fortemente concentrado.	Concentrado, seriam os países “emergentes”.	Menos concentrado.

Adaptado de Schwab (2009 apud GEM, 2017); Sarfati (2013b, p. 19) e Julien (2010).

Tais diferenças nas atividades produtivas (em sua totalidade) aparecem silenciosas no relatório GEM (2017) que admite e demonstra tais diferenças, sem, contudo, mencionar uma única linha sobre as limitações que a divisão internacional do trabalho, da produção e da acumulação, impõe às condições de competição e de reprodução da vida. Ao revés, nos moldes gnosiológicos do fazer científico, imputa-se uma classificação weberiana de “economias distintas”, a partir dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico do país. Deduzimos, assim, que as diferenças quanto ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e referente ao papel desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho são impossíveis de serem

⁶⁰ Países serão aludidos aqui como representação da composição média dos capitais.

escondidas, mas não são inquiridas, e mais, tornam-se uma meta que deve ser perseguida pelos países mais “atrasados”.

Observemos os três objetivos do GEM declarados no relatório

Medir diferenças no nível de atividade empreendedora entre os países, identificando os diferentes tipos e fases do empreendedorismo; **descobrir os fatores que determinam, em cada país, seu nível** de atividade empreendedora; **identificar as políticas públicas que podem favorecer** a atividade empreendedora local (GEM, 2017, p. 109, grifos nossos).

Caberia aos Estados, portanto, por meio de Políticas Públicas, desenvolverem estratégias que possibilitassem o surgimento e consolidação do empreendedorismo nos moldes schumpeterianos, isto é, especificamente às práticas empreendedoras que visam à inovação – o desenvolvimento das forças produtivas, como discutimos anteriormente – conforme os argumentos de Stel, Carre e Thurik (2005), Barros e Pereira (2008) e Sarfati (2013b).

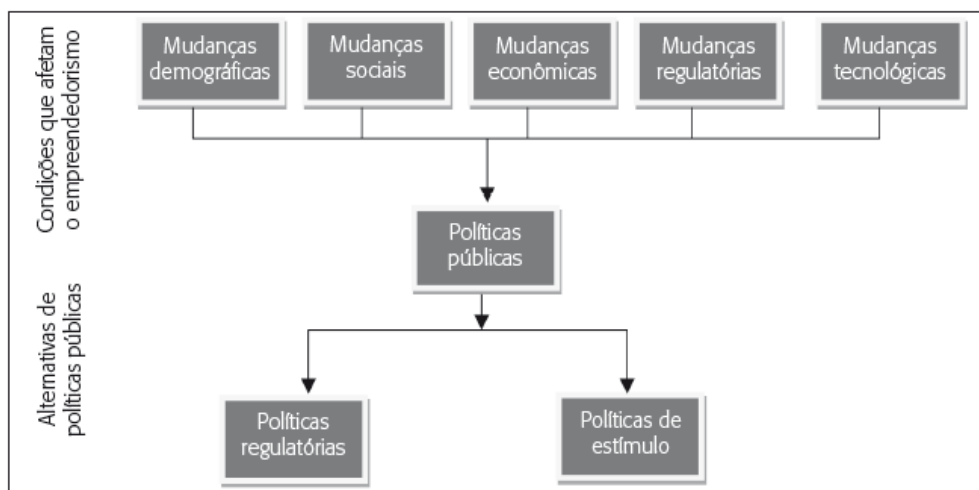
Pois, como resume Sarfati (2013a, p. 29): “à medida que o país ganha estabilidade econômica e infraestrutura, passa a se notar uma relação positiva entre crescimento econômico e atividade empreendedora”. Para este pesquisador,

A hipótese fundamental é que economias no estágio de inovação tendem a desenvolver mais políticas de empreendedorismo do que países no estágio de eficiência. Da mesma forma, países no estágio de inovação tendem a usar menos instrumentos de políticas de MPMEs do que países em estágio de eficiência, quase sempre para incentivar grupos, setores ou regiões em específico. (SARFATI, 2013a, p. 26)

Entre os fatores essenciais para uma possível transição do estágio de fatores para o estágio movido pela ciência, que deveriam ser institucionalizados estariam: liberdade econômica; uso da internet; combate à corrupção; e investimentos no desenvolvimento humano. Enquanto a transição para o último estágio – economia de inovação – seria o crescimento da educação superior; acesso a tecnologias de ponta; P&D; investidores para capital de risco (*venture capital*); e um ambiente que propicie a inovação (SARFATI, 2013a, 2013b).

O argumento central é o de que “a história econômica recente revela que a atividade empreendedora cresce e ganha projeção quando se desenvolve dentro de condições ambientais determinantes” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 15). Sarfati (2013b) coloca a questão da seguinte maneira, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Condições que afetariam a atividade empreendedora e opções de política pública



Fonte: Sarfati (2013b, p. 30).

As “condições ambientais determinantes” seriam a ação intencional do Estado agindo com e sobre as forças produtivas para a manutenção da prática empreendedora, seja para regular (mediar a relação capital-trabalho), ou para estimular (acesso ao fundo público, política tributária, etc.).

As PP regulatórias, segundo Sarfati (2013a), referem-se a normas, leis e direitos trabalhista e social (previdência); tributário; de propriedade intelectual; empresarial (falência, abertura e fechamento de empresas); de crédito e de financiamento. Barros e Pereira (2008, p. 989-990) tendem a concordar; eles mencionam que as

Políticas econômicas que visam à redução da carga tributária e da taxa de juros, e a melhoria no ambiente de negócios, ao favorecer o empreendedorismo, poderão ter impacto social substantivo numa economia que tem sido fraca na geração de emprego.

Ou seja, são as políticas de conciliação de classes e de acesso ao fundo público.

As PPs de estímulo, por sua vez, destinam-se a fomentar o empreendedorismo, como por exemplo, “promoção de cultura e educação empreendedora, Desenvolvimento de indústria de incubadoras e *venture-capital*, Programas de promoção à inovação (P&D), programas de fomento à internacionalização” (SARFATI, 2013b, p. 30). E antes que alguém possa nos dizer que tal movimento seria uma relação ganha-ganha, os índices de desigualdade socioeconômica no mundo (intra e entre países) não corroboram com tal constatação.

Com tais PPs, busca-se difundir a ideia do empreendedorismo como a salvação das crises que assolam o modo de produção capitalista, especialmente após 1970, quando as políticas de governo se tornam neoliberais e a precarização do trabalho se torna empreendedorismo. E assim a prática empreendedora aparece como em “O retrato de Dorian Gray”, um belo rapaz cheio de saúde e oportunidades, em contrapartida, sua constituição verdadeira que aparece no reflexo do espelho é fétida, carcomida e putrefata.

Os ideólogos do capital chegam a afirmar que “capital e trabalho devem andar juntos, mantendo um ao outro” (DAMIÃO; SANTOS; OLIVEIRA, 2013), mas, por outro lado, reclamam que

a valorização do empreendedorismo, um tanto que indiscriminado, é uma forma ideológica do Estado em não cumprir com os seus princípios constitucionais e ainda, permitir que o sistema capitalista se aproprie nas principais empresas da condição frágil dos empreendimentos pulverizados e sem capacidade competitiva. (DAMIÃO; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p. 205)

Para esses autores, o que falta para que o empreendedorismo funcione é que “antes de se formalizar empreendimentos, deve-se ter um processo de formação e qualificação adequada a às novas configurações do mundo globalizado” (DAMIÃO; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p. 205). Como se fosse apenas uma questão de boa vontade e de educação iluminista, daí a “educação empreendedora” resolveria os problemas de tributação e crédito? Certamente que não.

Discutamos alguns dos resultados de pesquisas que combinam tipo de empreendedorismo com estágio do desenvolvimento econômico, isto é, com a predominância da atividade produtiva e a distribuição da riqueza.

Fontenele (2010) combinou renda *per capita*, variáveis micro e macroeconômicas, definidas pelo *Global Competitiveness Index* [GCI], e as TEA dos países pesquisados pelo GEM e constatou que, em países ricos, a renda *per capita* não influencia a taxa de empreendedorismo. Supõe, com isso, que a justificativa para empreendedores nesses locais é a inovação. Nos países pobres (que Fontenele chama de “menos ricos”), por sua vez, quanto menor é a renda *per capita*, maiores são os índices de negócios conta-própria, isto é, empreendedorismo precarizado.

Islam (2015), em sua pesquisa, partiu de estudos anteriores que indicavam haver uma relação negativa entre gastos governamentais e atividade empreendedora; ele seguiu essa lacuna para explorar empiricamente a suposição de imperfeições do mercado de crédito, constatando uma relação negativa entre gasto total do governo e a atividade empreendedora, porém, o empreendedor, nesse caso, são os negócios de alto impacto. Islam (2015, p. 118) explica: “*We find that when social and public good spending is increased at the cost of private subsidies, there is an increase in entrepreneurial activity. This result is not surprising given the rationale for government intervention under credit market imperfections*⁶¹”.

⁶¹ “Descobrimos que, quando os gastos sociais e públicos são aumentados às custas dos subsídios privados, há um aumento na atividade empreendedora. Este resultado não é surpreendente, dada a justificativa para a intervenção do governo sob imperfeições do mercado de crédito.”

Isto é, para esse tipo de empreendimento, os gastos do governo contribuem positivamente. Tal resultado pouco surpreende, pois, enquanto os grandes capitais dispõem dos ostentosos centros de P&D, essas empresas de alto impacto dependem da pesquisa científica para “inovar”, o que na maioria dos casos é realizada com dinheiro público, seja dos órgãos de fomento, ou nas Universidades, etc. Essa inovação geralmente tem que um potencial de escala e quase sempre são absorvidas pelas grandes corporações. Já as demais sucumbem (vide a taxa de mortalidade desses negócios) e resultam de transferência de conhecimento das universidades, os *spin-offs* acadêmicos, das incubadoras, dos órgãos de fomento do Governo, etc. Ou seja: o Estado financia as *startups*, e o produto de sua pesquisa será explorado pela grande indústria.

Dessa maneira, a intencionalidade por trás do fomento às *startups*, educação empreendedora, incubadoras, empresas de alto impacto, etc. consiste em socializar os custos do progresso técnico, que, por sua vez, representa o desenvolvimento das forças produtivas que são apropriadas privadamente pelos capitalistas. Lembremos que uma tecnologia incrementada em um setor migra para outros e que a inovação é uma obra do trabalhador coletivo. Então um seletor – porém maior que o número de capitalistas – grupo de inventores criam novos valores de uso, técnicas de controle, novos materiais e tecnologias enquanto o grande Capital, acumulado e concentrado, consegue sugar para si essas capacidades ampliadas de valorizar o valor, a um custo muito menor que faria se conduzisse sozinho o processo, tal como explicam Ferraz, Martoni e Chamberlai (2012) em seu ensaio sobre o Modelo da Hélice-Tríplice.

Dados os poucos estudos que relacionam satisfatoriamente desenvolvimento econômico e empreendedorismo em países de capitalismo dependente, Naudé (2011, p. 38) pondera que “*even if entrepreneurship is not a binding constraint on economic development and structural change in all of the poorest countries, it may improve our understanding of the truly binding constraints*”⁶². Ainda que não haja uma relação direta entre desenvolvimento econômico e empreendedorismo, seria necessário investigar ainda mais para esclarecer o impacto das instituições sobre a natureza e o papel que o empreendedorismo poderia desempenhar na inovação, pois, considerando a instabilidade das instituições e o poder de ação dos agentes, o impacto pode ser considerável, ou seja, um postulado muito semelhante ao de Schumpeter.

Stel, Carree e Thurik (2005), ao testarem a hipótese de que o TEA (Cf. GEM, 2017) contribui com o crescimento econômico de forma diferente de acordo com o grau de

⁶² “Mesmo que o empreendedorismo não seja uma restrição obrigatória ao desenvolvimento econômico e à mudança estrutural em todos os países mais pobres, isso pode melhorar nossa compreensão sobre as restrições realmente vinculantes.”

desenvolvimento dos países, concluíram que, em países centrais, o empreendedorismo afeta positivamente o crescimento econômico, enquanto nos países periféricos o efeito é inverso. De forma alguma eles estariam advogando pelo fim do empreendedorismo nos países periféricos, contudo eles se furtam de fazer isso e concluem que tal resultado é apenas um indicativo de que as políticas públicas precisariam ser revistas; assim como Naudé (2011) que defende a importância de estreitar a relação entre empreendedorismo, inovação e desenvolvimento econômico, não por haver alguma evidência, mas porque, talvez, seja um caminho para o crescimento econômico nos países menos desenvolvidos.

O que eles não podem relevar sobre o auspicioso estímulo à prática empreendedora em países dependentes é que não será o voluntarismo de uma “nação inovadora empreendedora”, ou seja lá o nome que eles quiserem dar, que conduzirá a classe trabalhadora para um “país melhor e mais justo” (OCDE, 2018). Falar em desenvolvimento econômico implica falar em desigualdade de oportunidades de trabalho e de condições de vida. Enquanto a finalidade última for a acumulação e concentração de capitais, não há possibilidade de desenvolvimento humano, e isso serve para o Brasil ou para a Suíça.

3.3 Neoliberalismo e Prática Empreendedora como Expressões do Capitalismo Atual

Nós já sabemos que o ciclo reprodutivo do capital precisou derrubar os muros da fábrica e se espalhar em cada casa da classe trabalhadora sob a alcunha de empreendedorismo. Mas agora precisamos investigar como o Estado entra nisso. É necessário desdobrar essa relação dentro do processo global da produção capitalista (MARX, 2017), por estar claro para nós que as pistas sobre a conformação da classe trabalhadora – e da luta de classe – passam necessariamente pela particularidade e pela totalidade das condições objetivas de trabalhadores (e capitalistas) nas contradições e na historicidade do desenvolvimento do capital no Brasil. Mais especificamente, discutiremos o neoliberalismo que tem sido associado como uma forma de governo alinhada com a expansão da prática empreendedora no mundo.

Dentre as “organizações sem fins lucrativos” relacionadas com a prática empreendedora no mundo, uma das principais é a Endeavor. Este grupo – de origem estadunidense – fomenta uma campanha chamada “Burocracia Para Tudo” e tem como público-alvo os negócios de alto impacto. Para eles, a burocracia do Estado brasileiro atrapalha o desempenho dos empreendedores. O GEM (2000-2016) também faz a mesma denúncia, mas, além disso, aponta

uma agenda que deveria ser abraçada pelo governo. São estas as recomendações⁶³ (GEM, 2017, p. 19):

- Reforma do Sistema Tributário Nacional (STN), buscando fundamentalmente sua simplificação e benefícios para as empresas novas que teriam uma carência no pagamento de tributos por um determinado período de tempo, ou até que comecem a gerar lucros efetivos, inclusive desoneração da folha de pagamentos para empreendedores nascentes.
- Desburocratização efetiva. Simplificação dos processos burocráticos e desoneração para quem quer produzir. Startups poderiam se formalizar, tal como MEI, e acessar com mais facilidade o mercado e demais programas para apoio a esse tipo de empreendimento.
- Política de desenvolvimento para os pequenos negócios. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em vigor deve ser consolidada em planos de governo com foco no desenvolvimento e relacionada a um novo ambiente de atuação das empresas no âmbito da tributação, trabalhista e do licenciamento. É preciso desonerar e simplificar a vida dos empreendedores para que eles possam crescer e empregar mais.
- Acompanhamento dos efeitos da reforma trabalhista no contexto de criação de novos empreendimentos.
- Políticas públicas para o empreendedorismo devem ser estimuladas e desenvolvidas em periferias.
- Promover intercâmbio e programas para receber empreendedores interessados em se instalar no Brasil.

Sobre o STN, considerando as MPE, a carga tributária é apontada como a principal causa do fechamento dessas empresas, e, se o ciclo global do capital conta com a existência desses negócios, é necessário que eles “sobrevivam”, pelo menos até o momento de centralização dos capitais, isto é, quando as empresas fecharem deve ser porque foram compradas por outras (pela ação da concorrência), e não pelo represamento do mais-valor pelo fundo público.

A desburocratização aludida já está em curso com a sanção de Lei Complementar 167/2019, que ficou conhecida como Lei das Startups, que visa simplificar a abertura e fechamento de pequenas empresas tidas como inovadoras. Prevê-se a abertura dessas empresas

⁶³ Guardem-nas, pois voltaremos a elas no tópico seguinte.

integralmente pelo meio digital, inclusive a geração do CNPJ, assim como a criação de uma conta bancária de Pessoa Jurídica (afinal, o capital financeiro não poderia ficar fora). Prevê-se ainda a comunicação automática dos registros de marcas ou de patentes no INPI (pois, como sabemos, o grande capital precisa saber o que os pequenos estão fazendo). Contudo, a receita bruta da Startup está limitada a R\$ 81.000,00 por ano. Ultrapassado esse limite, deverá ser providenciada a alteração do registro na Junta Comercial.

A Lei das Startups utilizou as categorias de inovação do Manual de Oslo, classificando os empreendimentos em: a) Startups incrementais, que seriam aquelas que visam ao aperfeiçoamento de sistemas, métodos ou modelos de serviços ou produtos já existentes; b) Startups disruptivas, cujos negócios estão relacionados a produto ou serviço totalmente novo. E como a empresa não gerou lucro, poderá encerrá-la digitalmente, assim como a abriu. Há também um regime próprio de tributos, o Inova Simples. No fim das contas, o Estado controla a inovação mais diretamente.

Acerca do acompanhamento da contrarreforma trabalhista, trata-se principalmente de acompanhar o movimento da superpopulação relativa e controlar possíveis focos de insurgência das massas exploradas. A mesma crítica que fizemos ao empreendedorismo social serve para PP de PP de empreendedorismo na periferia, e, por fim, facilitar a vinda de empreendedores estrangeiros para o Brasil consiste em facilitar a expansão do capital.

Marx e Engels (2010, p. 40) aclaram que “o entendimento político é entendimento político justamente porque pensa dentro dos limites da política”. Nesse sentido, ao analisarmos a agenda supramencionada, vemos que a disputa pelo fundo público em sua versão hodierna, o neoliberalismo, segue reduzindo o Estado para a classe trabalhadora enquanto o expande para a classe capitalista.

Ao discutir sobre a luta de classes na Alemanha, Marx e Engels (2010, p. 62-63, grifos nossos) comentam que:

Os pequeno-burgueses democráticos, longe de querer revolucionar toda a sociedade em favor dos proletários revolucionários, almejam uma mudança das condições sociais que torne a atual sociedade o mais suportável e confortável possível para eles. **Por isso, eles exigem sobretudo a diminuição dos gastos estatais mediante a limitação da burocracia e o deslocamento do montante principal dos impostos para os grandes proprietários de terra e os burgueses.** Eles exigem, ademais, que seja suprimida a pressão do grande capital sobre o pequeno mediante instituições públicas de crédito e leis contra a usura, que possibilitariam a eles e aos agricultores obter adiantamentos em condições favoráveis do Estado em vez de pedi-los dos capitalistas; além disso, exigem a implantação das relações de propriedade burguesas no campo mediante a eliminação completa do feudalismo. (MARX; ENGELS, 2010, p. 62-63).

Porém,

Para conseguir realizar isso tudo, eles necessitam de uma constituição [*Verfassung*] nacional democrática, seja de cunho constitucional [*konstitutionell*] ou republicano, que dê a maioria a eles e a seus aliados, os agricultores; necessitam ainda de uma constituição [*Verfassung*] comunal democrática que lhes dê o controle direto da propriedade comunal e transfira para eles uma série de funções que, no momento, são exercidas pelos burocratas. (MARX; ENGELS, 2010, p. 63).

O grande capital opera por meio da classe trabalhadora, nesse caso, os empreendedores precarizados, para exercer pressão política sobre o Estado, garantindo que sua pauta seja tida como sendo a pauta dos primeiros, embora tal projeto político aparente contribuir com melhores condições de sobrevivência dos MPE, no seu movimento concreto, atende aos interesses dos capitalistas, em consonância com a nova organização social do processo produtivo, a prática empreendedora. Do início ao cabo, GEM e Endeavor são apenas cavaleiros do capital para monitorar o desempenho de empreendedores e governos.

A disputa pelo fundo público no Brasil neste século é um bom exemplo de como isso acontece. Usaremos o período do breve crescimento econômico que a economista Laura Carvalho (2018) chamou de “o Milagrinho brasileiro”, passando pelo início da “crise” e a “agenda FIESP”, até a intensificação do governo neoliberal, para essa demonstração.

O período do “Milagrinho”, a partir de 2003, teve três pilares como sua base de atuação: o programa de transferência de renda Bolsa Família; a expansão da oferta de crédito ao consumidor; e, por fim, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. O Bolsa Família, embora tenha sido uma ação importante no combate aos índices de desigualdade (GINI) e na redução ao número de trabalhadores em condições de miserabilidade, abarca um valor que corresponde a apenas 0,5 do PIB, além de não ter qualquer relação com enfrentamento dos problemas estruturais das condições de vida e de trabalho da população.

Para Carvalho (2018, p. 23), “o processo de redução das desigualdades no Brasil durante esse período explica-se, essencialmente, por mudanças na base da pirâmide, resultado em boa parte das políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo”. E nunca é demais lembrar que distribuição dos frutos da produção (renda, salários, juros, etc.) é tão eficiente quanto enxugar gelo, tanto o é, que esse índice de igualdade já está sendo revertido. Distribuição dos meios de produção é diferente de distribuição de produtos, e a distribuição dos meios de produção está condicionada pela produção.

Carvalho (2018) explica ainda que a transferência de renda aumentou quantitativamente e qualitativamente a cesta de consumo das classes trabalhadoras, especialmente nos setores de baixa produtividade (serviços, em geral), como decorrência da política de valorização do salário mínimo, contribuindo também com a queda da desigualdade. Porém,

(...) ainda que os salários tenham ficado menos concentrados nos anos 2000 graças ao crescimento acelerado dos rendimentos dos trabalhadores da base da pirâmide – fruto da valorização do salário mínimo e do crescimento de setores muito intensivos em mão de obra menos qualificação -, a renda do capital cresceu ainda mais e se manteve concentrada na mão dos mais ricos. (CARVALHO, 2018, p. 50).

Percebamos o problema posto. A forma como a distribuição aconteceu – repartindo a renda entre trabalhadores – em certa medida favorece a pauta política do capital que encontrou apoio nas camadas menos empobrecidas da classe trabalhadora – os empreendedores, por exemplo –, pois “os 40% dos intermediários reduziram sua participação na renda de 34% para 32% naqueles anos”, aquela classe que os sociólogos chamam de classe média⁶⁴, porém, “esse miolo da distribuição de renda no Brasil tem padrão de vida muito inferior à classe média de países ricos. (...) Em termos comparados, nossa classe média é, na verdade, pobre” (CARVALHO, 2018, p. 50-51). Primeiro, essa fatia média de rendimentos equivale a três salários mínimos, é ainda menor que o mínimo calculado pelo DIEESE e cerca de 80% menor que a renda do miolo da França, por exemplo.

Isso ocorre pelo caráter dependente da produção e reprodução capitalista. Não é raro ouvir dos bondosos reformistas que na Europa as pessoas são mais educadas, vivem melhor, que lá não existe miséria, etc. O que eles têm de bondade, falta de conhecimento sobre o ciclo do global do capital. Uma das possibilidades de compreender o caráter dependente, numa perspectiva marxiana, e, portanto, materialista histórica, pode ser encontrado em Marini (2000, p. 112-113, grifos nossos) que elucida:

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes [requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais], a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, **o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.** É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista.

Marini (2000) chama essa característica da relação entre capital e trabalho nos países dependentes de superexploração. É possível delinear dois momentos distintos dessa relação de capitalismo dependente antes e após 1970. Até 1970, o caráter da dependência pode ser caracterizado por três condições (MARINI, 2000):

⁶⁴ Discutiremos este conceito no capítulo sobre classes. Por ora, basta pontuar que classe média é uma camada da classe trabalhadora com um padrão de consumo com produtos de melhor qualidade.

- 1) A produção local se destinava ao consumo de fora, isto é, a força de trabalho, no Brasil, por exemplo, não consumia o que produzia. O consumo da classe trabalhadora estava abaixo do mínimo necessário, o que caracteriza a superexploração do trabalho, visando à compensação do capital que se perdia na troca mediante a competição global, face à tecnologização dos países centrais.
- 2) O preço-salário é muito menor que os demais trabalhadores dos países centrais, mantidos mediante o contingente do exército de reserva, os direitos são considerados benefícios e acessíveis apenas há alguns ramos produtivos (mesmo esses são menores que os dos países centrais), extração do mais-valor absoluto.
- 3) A tecnologia (desenvolvimento das forças produtivas) que chega aos países dependentes é antiga e com preços superestimados. Isso ocorre, pois, os países centrais, ao desenvolverem e adotarem uma nova tecnologia antes de extrair todo o valor (trabalho morto) contido no maquinário, vendem essas máquinas para os países dependentes acima do seu valor tanto para garantir o valor cristalizado como capital fixo como também para auferir lucro e, além disso, manter seus produtos com custos mais baixos.

O contexto de hoje foi o que começou em 1970. Nos últimos 40 anos, dada à crise de acumulação, o procedimento do grande capital em relação às periferias tem se modificado. O que estamos buscando remeter é que se faz imprescindível compreender a luta de classes considerando sua totalidade, e para isso deve-se ter em vista que, em sua particularidade brasileira, as condições em que as contradições se dão podem (e costumam) se manifestar qualitativamente diferente que nos países centrais. Com isso, a explicação da dialética da dependência da superexploração do trabalho e da troca desigual no ciclo do capital subordinado são categorias importantes para reproduzir idealmente o movimento que a prática empreendedora tem desempenhado na conformação da classe trabalhadora. Portanto, a exploração (países imperialistas ou centrais) não concorre com a superexploração, pois ambos os movimentos precisam ocorrer para o capitalismo funcione, por isso a necessidade de enfrentar o problema em sua totalidade.

Então, voltando para os salários baixos da nossa fatia intermediária da classe trabalhadora em comparação com a dos franceses, ressalta-se que se trata de uma condição pressuposta pelo movimento do capital global, portanto, comparar salário de trabalhador brasileiro com trabalhador francês é insuficiente para dar conta dos problemas da desigualdade.

O segundo ponto sobre a distribuição dos rendimentos no Milagrinho é que, se a classe trabalhadora dividiu a miséria entre si, os mais ricos (entre eles a classe capitalista) sequer

prestaram atenção, naquele momento, pois seus rendimentos subiram de 25% para 28%, em detrimento da renda dos mais pobres, que subiu de 11% para 12%. Façamos as contas, a fatia com rendimento médio da população brasileira perdeu 2% (do pouco que ganham), os mais pobres ganharam 1% e os mais ricos ganharam 3% (do muito que ganham). Ainda que o objetivo fosse dividir renda, isso não teria sido alcançado. Mas isso não é o problema maior. O abalo na economia mundial que aconteceu mais à frente fez com que os mais ricos olhassem para a repartição da “riqueza”, isto é, no fundo público.

Durante o período de crescimento econômico, o Milagrinho, o investimento público foi o principal motor do crescimento econômico do mercado interno (CARVALHO, 2018). Um dos meios para isso foi o PAC que “engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal” (CARVALHO, 2018, p. 29), atuando principal nos setores de energia; infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento) e infraestrutura logística (rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos). Isso foi possível, pois, como se explica na sequência:

A redução das economias exigidas do setor público e o próprio crescimento maior das receitas, fruto do maior crescimento econômico, abriram um espaço fiscal maior, que foi ocupado sobretudo por investimentos públicos. Enquanto o resultado primário caiu de 3,7% para 2,6% do PIB entre 2005 e 2010, a taxa de investimentos do governo federal aumentou 1,1%. (CARVALHO, 2018, p. 31).

Além disso, “quanto ao crescimento do PIB, diferente do que se costuma argumentar, o componente que mais cresceu não foi o consumo das famílias, e sim o investimento” (CARVALHO, 2018, p. 32).

O tripé do desenvolvimento do Milagrinho (Bolsa-Família, PAC e crédito ao consumidor), no final das contas, custeadas com o fundo público – que diga-se de passagem é resultado do mais-trabalho produzido pelos trabalhadores – foi gasto para aumentar a capacidade de explorar dos capitalistas (o investimento cresceu mais que o consumo das famílias); o PAC atendeu às necessidades de produção do capital, atuando em grandes negócios relacionados com melhorias nas redes de transporte e energia, enquanto uma parte menor atendeu à infraestrutura (saneamento e esgoto) ainda tão deficiente; por fim, o crédito culminou com o endividamento das famílias proletárias, por um lado, enquanto os bancos bateram recorde de lucro, por outro. Na disputa pela riqueza criada na prosperidade do Milagrinho, os capitalistas levaram a parte do leão.

Especificamente sobre a prática empreendedora:

As micro e pequenas empresas subiram sua participação no valor total desembolsado de 15,4% em 2007 para 23,8% em 2014. O número de operação de desembolso envolvendo micro e pequenas empresas passou de 81% para mais de 89% do total. O desembolso com operações de incentivo à inovação cresceu de 563 milhões de reais

em 2009 para mais de 6 bilhões em 2015. O BNDES também foi um ator-chave para o desenvolvimento do setor de energia eólica no Brasil – desenhando sua estratégia e seu financiamento. (CARVALHO, 2018, p. 80).

À primeira vista, a agenda de cobrança do GEM sobre o governo surtiu efeito. Entretanto, desde quando os empreendedores precarizados deste país desenvolvem energia eólica? O BNDES não atua com pequenos negócios, mesmo os editais do FINEP são voltados apenas para as empresas de alto crescimento (talvez entre essas tenha alguma empresa de energia eólica), mas estas representam menos de 1% das empresas do país, 0,7% para sermos precisos. Então com a cifra mencionada por Carvalho (de 15,4% para 23,8%) de valor desembolsado, se mantivermos apenas os casos diretamente relacionadas com os 48 milhões de indivíduos do empreendedorismo precarizado caracterizado pelo GEM, o valor cai consideravelmente. E se dividirmos esses números *per capita*, em comparação ao valor destinado via PAC, por exemplo, para as poderosas empresas de estradas e aeroportos contabilizaremos que o que o governo destinou à classe trabalhadora é, no melhor dos cenários, o mínimo para que ela não sucumba.

Sobretudo, a situação da disputa do fundo público se intensificou com a crise mundial de 2008 (a conhecida “marolinha”). Uma série de medidas foram tomadas pelo governo (que teriam ação temporária), entre elas: a redução do depósito compulsório dos bancos; a abertura de uma nova linha de crédito no BNDES, uma linha de curto prazo; os bancos federais (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) expandiram as linhas com taxas subsidiadas. Iniciou-se uma política de desoneração tributária e lançou-se, em março de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida⁶⁵ (CARVALHO, 2018, p. 32).

Todas as medidas, nesse caso, são destinadas para classe capitalista. Contudo, o que era para ser temporário acabou se tornando corriqueiro, a crise mundial de acumulação se expandiu e chegou à frágil economia brasileira a crédito. Surge então a Agenda Fiesp que se apresentou como solução por meio de uma proposta de desenvolvimento industrial voltado para as exportações, dentre as medidas pleiteadas estavam: redução de juros; desvalorização do real; contenção de gastos e investimentos públicos; uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla; além de expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia.

⁶⁵ Apenas para mencionar, quem mais ganhou com MCMV foram as construtoras. A classe trabalhadora trocou o aluguel pela obrigação de uma prestação de 30% da renda durante os próximos anos, período em que não poderá perder o emprego, senão o banco fica com a casa. Sugerimos a leitura de “Sobre a questão da moradia” de Engels, para investigar como se dá essa questão na sociedade capitalista.

O primeiro ponto a destacar é que, neste momento da disputa pelo fundo público, vê-se claramente que o intuito consistia em reduzir a destinação do fundo público para a classe trabalhadora, entretanto, os capitalistas também o disputam entre si. Para se ter uma ideia da dimensão da situação do capitalismo brasileiro, das crises medidas pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), a atual, que começou em 2015, é a mais longa e ainda não acabou. A maior já registrada foi entre 1981-1984, depois entre 1889-1992; o período foi mais curto, mas a queda foi mais longa (CARVALHO, 2018, p. 143).

Ainda sobre esse ponto da disputa do fundo público, as renúncias tributárias em 2010 foram de R\$ 140 bilhões, em 2014 chegaram a R\$ 250 bilhões e estima-se que em 2018 tenham fechado em torno dos R\$ 458 bilhões. Essas renúncias se destinam, em grande medida, às indústrias nacionais (redução de IPI da linha branca de eletrodomésticos, de veículos, etc) (CHAVES, BIONIDINI, FERRAZ, 2018), ou seja, para compensar as perdas dos capitalistas. Para Carvalho (2018, p. 73):

Quando as empresas buscam reduzir seu grau de endividamento, desonerações tributárias servem apenas para recomposição de uma parte dos lucros perdidos, não sendo capazes de estimular novos investimentos. Já fica claro também por que a redução na taxa de juros e a oferta maior de crédito via BNDES mostraram-se inócuas nesse momento.

Lembremos que lucro é uma das formas do mais-valor, além da renda (aluguéis, por exemplo), juros e impostos. Com a queda na arrecadação do Estado e o aumento das despesas – principalmente pelos subsídios do MCMV⁶⁶ e do BNDES –, veio o déficit primário (CARVALHO, 2018) que acende a luz “vermelha” para o capital financeiro/especulativo, pois compromete a capacidade de pagamento da dívida pública, uma fonte importantíssima do capital no seu estágio atual de desenvolvimento. E aqui chegamos a outra questão.

O segundo ponto a destacar, e que passa pela disputa intraclasses capitalista, é que a agenda do capital nacional consistia em retornar à condição de antes de 1970, como se a roda da história possibilitasse tal sandice. Eles só se esqueceram de combinar com o grande capital, principalmente os relacionados ao capital financeiro e especuladores.

A crise de 2008 modificou o fluxo do capital no mundo buscando locais que pudessem elevar as taxas de lucro.

Entre 2010 e 2013, os países emergentes receberam quase a metade dos fluxos de capitais globais. Antes da crise, entre 2002 e 2008, essa parcela não chegava a 20%. Esse aumento se deveu à expansão monetária nos países ricos. Na América Latina, em particular, quase a metade da entrada líquida de capital era de caráter especulativo, de curto prazo, sendo o México e o Brasil os principais destinos (CARVALHO, 2018, p. 60).

⁶⁶ Para se ter uma ideia, os recursos do MCMV passaram de 0,1% para 0,4% do PIB, 101 bilhões, de 2011 a 2014.

Tal movimento pode ser compreendido a partir do fenômeno que tem sido chamado de neoliberalismo, sobre o qual discorreremos a seguir.

Uma tese robusta sobre as mudanças do ciclo produtivo e sua relação com o capital financeiro pode ser encontrada em Streeck (2018, p. 85), que resume o atual momento do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas da seguinte maneira: “Atualmente, é quase impossível distinguir o que é Estado e o que é mercado e se os Estados nacionalizaram os bancos ou os bancos privatizaram o Estado.” O autor esclarece:

Já era não possível confiar num crescimento permanentemente elevado enquanto fórmula da paz democrático-capitalista. Desistir de lucros para manter o pleno emprego ou conceber – com elevados custos – a produção e os produtos de forma a garantir emprego seguro, com salários elevados e pouco díspares, teria exigido das empresas, e daqueles que dependiam de seus lucros, sacrifícios que pareciam cada vez mais inaceitáveis. Uma vez que não se podia confiar no Estado, que caía quase por todo lado em mãos mais ou menos socialdemocratas, a única solução que restou foi a fuga para o mercado: a libertação da economia capitalista dos controles burocrático-políticos e corporativistas dos anos da reconstrução e o restabelecimento de margens de lucro adequadas, por meio de mercados livres, bem como a desregulamentação, em vez da política estatal, associada ao risco de obrigações sociais. (STREECK, 2018, p. 75).

Carvalho (2018, p. 123-124) cita os franceses Christian Laval e Pierre Dardot, que o “neoliberalismo não seria uma doutrina econômica, e sim um instrumento de desativação do jogo democrático. Já dizia Margareth Thatcher: “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma”. Contudo tanto os pesquisadores franceses quanto Laura Carvalho não percebem que o neoliberalismo não foi um instrumento criado para acabar com a democracia burguesa, embora ele também possa servir para isso, nos casos em que for necessário.

O termo “neoliberalismo” foi criado na década de 1930, antes mesmo do *Welfare State*, pelo liberal Hayek, mas foi abandonado, pois naquele momento parecia “radical demais”, até para os capitalistas, de maneira que falar em neoliberalismo era malvisto. Não obstante, depois da última crise, em 1970, a ideia “radical” se acomodou com eficiência nas necessidades do capital.

Diferente do que se sustenta pelos ideólogos do capital, “o neoliberalismo necessita de um estado forte que trave as exigências sociais, em especial, sindicais de interferência no jogo livre das forças de mercado” (STREECK, 2018, P. 103, grifos do autor). Para que isso aconteça, “vende-se a ideia de que a falta de liberdade deriva da submissão a um sujeito para o qual a sociedade não deve nada: o Estado” (CARVALHO, 2018, p. 124). A autora ainda complementa, “o neoliberalismo é uma doutrina que promete a liberdade de escolha, mas é vendida sempre sob o slogan da falta de alternativas”.

Como isso acontece? Cita-se, como exemplo, a aprovação da PEC 55 no Brasil, que ficou conhecida como “teto dos gastos”. Segundo Carvalho (2018, p. 121), “em um governo transparente, a PEC do “teto dos gastos” deveria chamar-se PEC da “desvinculação de recursos”. A autora resumiu da seguinte maneira: “Tratava-se de um projeto de longo prazo de desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro” (CARVALHO, 2018, p. 121).

Não temos acordo acerca de que tenha existido um Estado de bem-estar social brasileiro, as políticas públicas das últimas décadas, sendo otimistas, reduziram momentaneamente o avanço sobre a exploração da força trabalho, devolvendo um pouco mais daquilo que Oliveira (2015) chama de antivalor, contudo, dados os índices de qualidade de vida do país e o caráter dependente da nossa economia, como já mencionado, não é possível sustentar que o *Welfare State* passou por aqui. Reconhecemos, contudo, as conquistas da nossa valente classe trabalhadora e com elas suas contradições, como o Serviço Único de Saúde (SUS), o ensino público, a seguridade social, todos esses fatores sendo atacados nos últimos anos.

Como democracia e neoliberalismo se encontram ou se repelem?

Democracia é uma forma de governo em que há participação popular, diretamente ou por meio de seus representantes. Enquanto neoliberalismo seria o conteúdo da forma de governo, isto é, a forma como o governo executa suas funções. A questão é que a política neoliberal⁶⁷, em sua sanha pelo fundo público, costuma vir carregada por medidas impopulares que, em menor ou maior grau, a depender do país, ensejam insurgências, ao mesmo tempo em que são provocadas por crises econômicas, o que intensifica a luta de classes. Assim, as políticas neoliberais em suas vertentes mais radicais costumam ser acompanhadas de redução nos dispositivos democráticos, como foi o caso do Chile a partir da década de 1970 com o governo de Augusto Pinochet e como tem ocorrido no Brasil mais recentemente.

Mas isso não quer dizer que neoliberalismo signifique o fim da democracia burguesa, o Governo Brasileiro tem implantado medidas do pacote neoliberal desde a redemocratização e aproveitou a crise econômica e política da última década para intensificar essas políticas enquanto na outra mão reduzia a agenda democrática (CARVALHO, 2018), dada à impopularidade das medidas.

A relação entre neoliberalismo e democracia (mesmo a burguesa) é bem mais profunda. Como as políticas fiscais tendem a limitar a ação do governo no que tange à decisão sobre o

⁶⁷ Conjunto de regras neoliberais: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação (flexibilização de leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual. Conforme “Consenso de Washington”, a partir da publicação de John Williamson de 1989 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

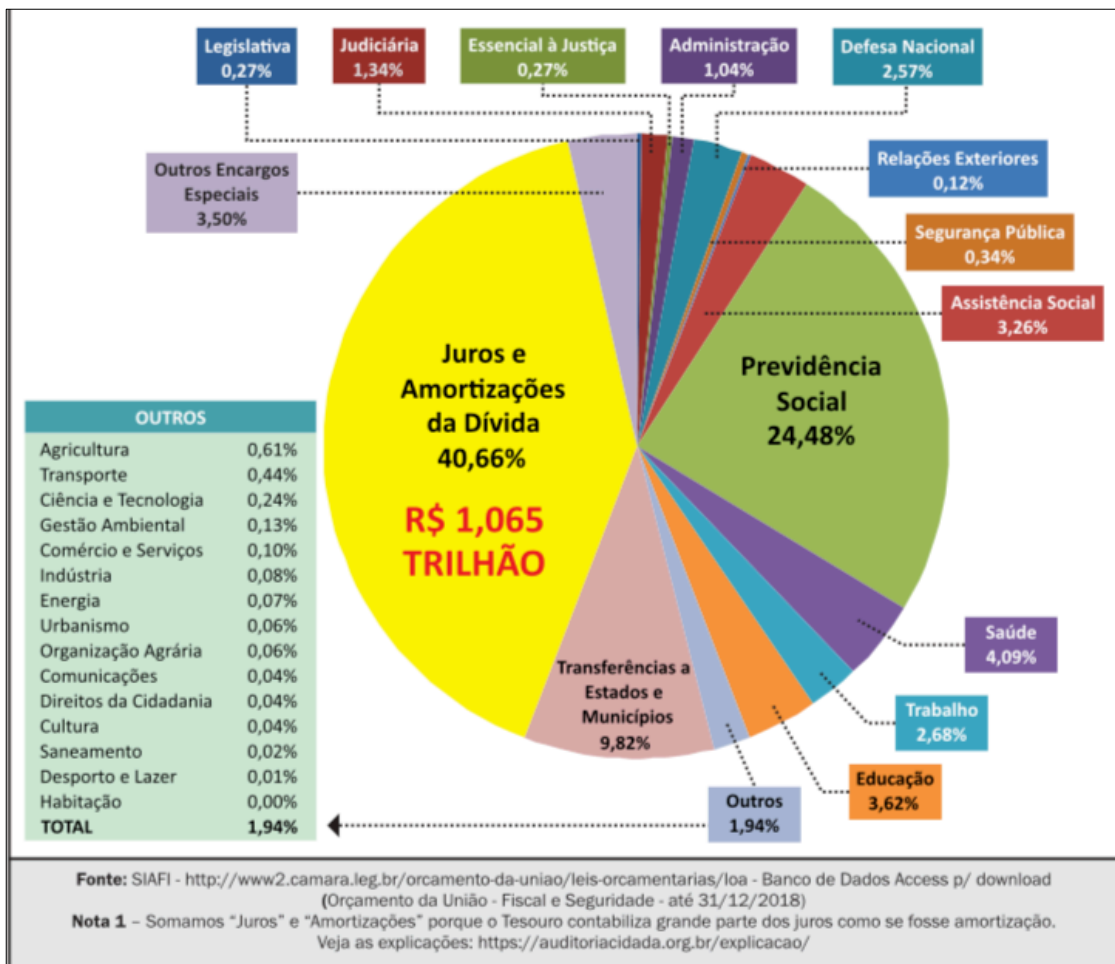
orçamento, no final das contas a decisão sobre os rumos do fundo público não será dos governantes eleitos, mas do capital e suas diversas formas que controlam desde a dívida pública à distribuição das mercadorias no mundo. E antes que afirmem que sempre foi o capital quem exerceu maior controle sobre o fundo público, quando essa disputa se dá entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional, com greves, protestos, reuniões, etc., o Estado entrava como juiz de paz para selar o acordo.

Não obstante, com o orçamento travado pela disciplina fiscal, que ao seu turno está profundamente vinculada com a dívida pública (que no Brasil corresponde a quase metade do PIB), a possibilidade de acordo é muito menor. E se isso parecia oportuno, pois seria hipoteticamente uma possibilidade de transformação social, na verdade é o contrário, reduz as possibilidades de embate, pois, ao sentar para negociar, apenas se ouvirá: “Está na Lei, nada podemos fazer. É a lei da responsabilidade.” Os capitalistas que se valem dos lucros da produção nacional sequer precisam ceder para continuar acumulando. Assim, a democracia burguesia em sua vertente neoliberal reduz a capacidade de mediação dos Estados nacionais, na medida em que indiretamente coloca os interesses dos capitais transnacionais como os “interesses da nação”.

Por exemplo, no Brasil, com a PEC do teto dos gatos, sob a alegação de que despesas obrigatórias engessavam o orçamento, a emenda alterou o mínimo destinado a essas áreas para o valor vigente quando da implementação da regra, a ser ajustado apenas pela inflação do ano anterior, facilitando, assim, que o fundo público possa ser mais facilmente arrastado da classe trabalhadora para a classe capitalista.

Conforme figura 3, vemos que gastos com educação e saúde, por exemplo, correspondiam, respectivamente, a apenas 3,62% e 4,09% do orçamento. Com a PEC, esses valores (que já eram mínimos se compararmos com os 40,66% da dívida pública) ficarão congelados por 20 anos, independente do crescimento do PIB.

Figura 3 – Orçamento Federal Executado em 2018 (R\$ 2.621 Trilhões)



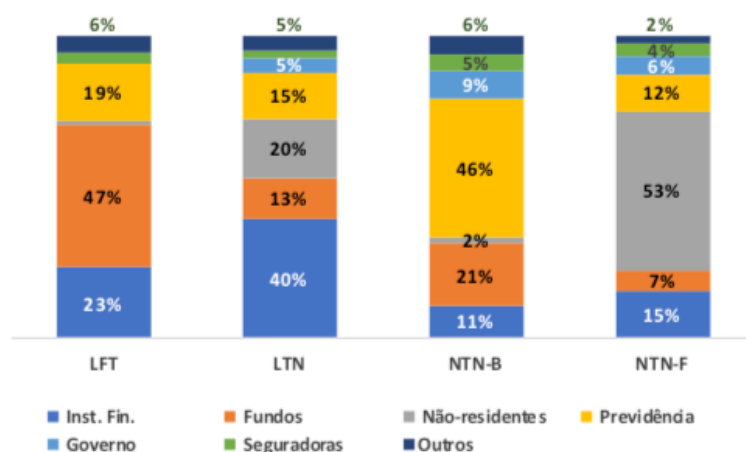
Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (2019).

Mas, quem seriam os indivíduos interessados nos 40,66% da dívida pública? O Relatório Anual da Dívida Pública Federal (2018) indica que, conforme figura 4, que Letra Financeira do Tesouro (LFT - um título pós-fixado) e a Letras do Tesouro Nacional (LNT – um título pré-fixado), ambas com base na taxa SELIC⁶⁸, concentram a maior parte da dívida. Já a NTN-B é um título do Tesouro Direto que também é conhecido como o Tesouro IPCA+ com juros semestrais, enquanto a NTN-F tem a taxa pré-fixada.

Considerando assim a LFT e a LTN, os maiores credores do Estado brasileiro são os Fundos e as Instituições Financeiras.

Figura 4 – Composição dos investidores na Dívida Pública da União no Brasil em 2018

⁶⁸ Não teremos como discutir neste momento, nos resta pontuar que a formação da taxa SELIC e seu efeito pós e pré-fixados, são elaborados para que o investidor sempre ganhe mais.



Fonte: Tesouro Nacional e Selic (2018, p. 25).

O neoliberalismo, portanto, pode ou não repelir a democracia (burguesia), mas sua implantação reduz a capacidade de luta pelo fundo público, pois reduz a mediação do Estado no conflito das classes na mesma medida em que possibilita que o capital financeiro sugue para si o fundo público, o que explica, igualmente, os conflitos intraclasses capitalistas e todo o imbróglio que temos presenciado nas Câmaras.

Não é ordem do acaso que o Estado apareça como ineficaz para os problemas sociais, pois seu raio de ação tem sido realmente encurtado. Assim, os projetos burgueses encontram na política neoliberal o meio de afastar a classe trabalhadora da disputa pelo fundo público. Ou, como explica Streeck (2018, p. 102), “a resignação política das camadas desfavorecidas protege o capitalismo contra a democracia e estabiliza a transição neoliberal que lhe dá origem”. Ao menos até agora.

A tese de Streeck (2018, p. 45) é a de que a saída encontrada para o capitalismo após anos 1970 não representou uma solução para a “crise”, apenas um adiamento dos problemas (como sempre ocorre no modo de produção capitalista), ou “compra de tempo com ajuda de dinheiro” cujos Bancos Centrais e seu poder sobre o dinheiro foram e são sujeitos decisivos nesse processo. O que se conseguiu fazer foi apaziguar os “conflitos sociais potencialmente destabilizadores”, atuando da seguinte maneira: “primeiro, por meio da inflação; depois, pelo endividamento do Estado; a seguir, pela expansão dos mercados de crédito privados; e, por fim, atualmente, pela compra de dívidas de Estados e bancos pelos bancos centrais”.

Para Streeck (2018), esse tripé decorreu de três crises que se reforçaram mutuamente, sendo que a dimensão e a interconexão entre elas variaram de país para país; são elas: a crise bancária (excesso de crédito e inadimplência); a crise fiscal, resultante dos déficits dos orçamentos públicos ao longo de décadas e o crescente endividamento e a crise da economia,

marcada pelo desemprego estrutural e a estagnação do crescimento econômico. Conforme ele explica:

Os três métodos utilizados sucessivamente para criar ilusões de crescimento e de prosperidade – inflação, endividamento público e endividamento privado – só funcionaram durante algum tempo. Depois, tiveram de ser abandonados, porque começaram a impedir o processo de acumulação, em vez de promovê-lo. Entretanto, a revolução neoliberal seguiu seu curso e determinou as condições das tentativas seguintes de reparação da fórmula capitalista. (STREECK, 2018, p. 90).

A sustentação ideológica que tem sido feita pode ser resumida em uma frase infeliz que se espalhou durante os debates da PEC 55 no Brasil: “a constituição não cabe no orçamento”. Decorre de uma teoria dos liberais para acabarem com o Estado de bem-estar, a chamada *common poll*, que preconiza que os recursos públicos tendem a ser consumidos mais rapidamente que se fossem privados, e por isso os Estados que enveredaram pelo *Welfare State* estavam tão endividados – sendo esse um dos argumentos sobre o déficit primário do Brasil.

Entretanto, no estudo de Streeck (2018), há diversos elementos que sustentam que o endividamento dos Estados não se deve da “devolução” do antivalor para a classe trabalhadora, mas da crescente financeirização do Estado como o banco dos bancos, a exemplo da bolha imobiliária americana de 2008. Cabe ressaltar que o fundo público é mais-trabalho criado pela classe trabalhadora, embora seja a classe burguesa que se aproprie dela; às vezes de forma imediata (BNDES e subsídios), às vezes de forma mediada (FIES e MCMV, por exemplo).

Aqui precisamos estabelecer uma mediação importante entre a economia global, a economia local e o objeto desta tese, a prática empreendedora: todos esses elementos são unidades do diverso, juntos ajudam a explicar o momento do capital hodiernamente. De acordo com Streeck (2018, p. 107):

É possível uma imunização do mercado a correções democráticas por meio de uma redução neoliberal dos cidadãos ou da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970; a reeducação é obtida por uma doutrinação pública permanente por parte da teoria da economia convencional.

Assim, o capital, em tempos de medidas neoliberalistas e “bancocracia”, assim como novas facetas do fascismo, buscam afastar a classe trabalhadora das decisões políticas, cada vez mais exógenas. Por isso, o Estado aparece hoje para parte significativa do mundo como ineficaz, oneroso e injusto, de modo que a agenda neoliberal encontra respaldo nas necessidades imediatas das maiorias que engrossam o coro de “menos Estado”, não percebendo, contudo, que é menos Estado para a classe trabalhadora e mais Estado para o capital.

A prática empreendedora é um desdobramento para transmutar a agenda política, pressuposta pela produção, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, que compõe o pacote do remédio neoliberal, podendo ser sintetizado como o movimento do capital

diante das crises que ele mesmo criou e que tem encontrado cada vez mais dificuldade de conviver. Sobretudo, os termos **empreendedorismo** e **neoliberalismo** representam uma estratégia de ocultação da luta de classes, na medida em que evanescem os interesses e o corolário das suas práticas no mundo concreto. Por isso que, talvez, pudéssemos falar apenas de **capitalismo**, por congregar o movimento em sua totalidade e denotar as contradições desse momento do desenvolvimento das forças produtivas.

Demonstra-se simplificada como se dá o processo de valorização do valor do capital em tempos de “neoliberalistas” e “empreendedores”, por exemplo, a produção de automóveis. Os capitalistas imperialistas apenas vendem a tecnologia e o maquinário, cabendo aos demais capitalistas dependentes fabricarem efetivamente o veículo. Com efeito, embora o mais-valor continue sendo gerado na produção, cada vez mais, por meio da circulação, os capitalistas imperiais têm conseguido atrair para si uma grande massa de mais-valor.

Ou na indústria de eletrodomésticos, tem-se:

Os empresários efetivamente produtivos – ao contrário dos intermediários – trabalham em geral com margens relativamente pequenas. Um fogão pode ser comprado a prazo por 840 reais e à vista por 420 reais, já incluído o imposto de 40% e o lucro da loja, mas terá saído da fábrica a pouco mais de 200 reais. O produtor aqui recebe pouco⁶⁹ e terá dificuldades para expandir as atividades, porque o grosso do lucro vai para intermediários que, em vez de serem prestadores de bons serviços comerciais, transformam-se em financiadores, vendedores de crédito. São atividades bancárias não assumidas como tais. Na prática, são atravessadores financeiros (DOWBOR, 2017, p. 203).

Esses atravessadores financeiros representam o capital transnacional, que acumula mediante a especulação e intermediação na esfera da circulação. Diferentemente do que se acredita, o capital monetário cada vez menos atua como capital produtivo – cujos capitalistas tem se autofinanciado – e quando podem, estes mesmos capitalistas voltam ao mercado agora visando ao capital financeiro para, por meio do crédito ao consumidor, recuperar as taxas de lucro d’antes, como se, no exemplo do fogão acima, o mesmo grupo econômico produzisse, vendesse e abrisse o crediário.

Ora, o capital produtivo, dado o grande avanço das forças produtivas a partir de 1970, em suas contradições, por um lado aumentou a produtividade, mas por outro lado não conseguiu manter as taxas de extração de mais-valor – dada a nova configuração da composição técnica e orgânica do capital. A principal saída é avançar sobre a pauperização pelo mundo e em paralelo “inovar” para seguir competindo, concentrando e centralizando.

⁶⁹ Ganhar menos não quer dizer ganhar pouco. Assim, se os comerciantes tirarem um preço final da mercadoria muito grande em relação ao preço final do capitalista, não quer dizer que ele “recebeu pouco”, apenas que ele ganhou menos do que o comerciante, não que foi pouco.

Nessa nova configuração da dependência, algumas regiões do mundo produzem mais-valor às custas da intensificação e expansão da superexploração por meio da extração do mais-valor absoluto, enquanto em outras regiões, nos países centrais, a exploração segue se valendo da extração do mais-valor relativo e taxas de lucro proveniente da atração do mais-valor – que foi produzido em outro lugar, mais que na esfera da circulação quando precisa se realizar – o mais-valor segue açambarcado pelo grande capital transnacional.

Nisso, superado o *welfare state*, a coisa pública é tida por falida, enquanto o privado é eficiente e a prática empreendedora é defendida como o caminho possível e desejável destes tempos de trabalho e produção “flexível”, isto é, de superexploração.

4 DA INOVAÇÃO À PRECARIZAÇÃO: PRÁTICA EMPREENDEDORA NO CAPITALISMO BRASILEIRO

“Uma nação de especuladores da Bolsa não pode ser saqueada da mesma maneira que uma nação de vaqueiros.” (MARX, 2011b).

Um dos esforços que fizemos no capítulo em que discutimos as formas aparentes da prática empreendedora consistiu em demonstrar que seu movimento é distinto nos países centrais em relação aos países periféricos, e isso se dá em razão das condições materiais de vida e da sua posição da divisão internacional do trabalho. Contudo, a questão principal que engendra essas diferenças e como elas atuam na (re)produção do capital como modo de produção.

Onde se aludem “níveis”, “fatores determinantes” e “políticas públicas”, não está em pauta sequer um desenvolvimento socioeconômico⁷⁰. O que está em jogo é o desenvolvimento das forças produtivas que propicia que os grandes capitais continuem centralizando e acumulando, pois, em sua dinâmica contraditória, atuam num continuum entre empreendedorismo precarizado e empreendedorismo de alto impacto, voltado para as inovações.

O primeiro movimento atua, de maneira mais mediada, no processo de acumulação, enquanto o segundo tem maior papel no desenvolvimento das forças produtivas. Em ambos os casos, no entanto, é fomentado o mesmo “espírito empreendedor”. Isto fica ainda mais evidente na medida em que se estabelecem comparativos entre os “empreendedorismos” em condições de reprodução de vida tão desiguais ao redor do mundo.

4.1 O Brasil do Trabalhador Precarizado: breve história recente

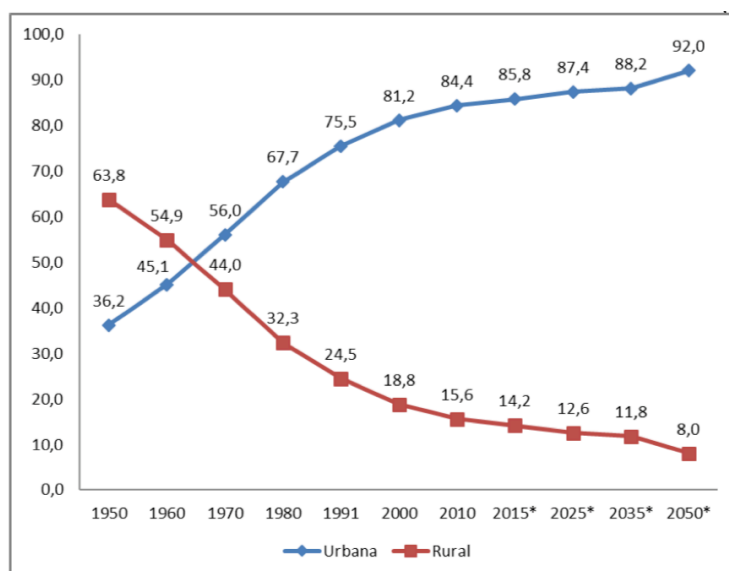
Nesse tópico, buscamos apontar sumariamente como ocorreu a formação do mercado de trabalho no Brasil para destacar que, desde os primeiros momentos das relações capitalistas, a força de trabalho nacional ocupou poucos postos de trabalho com direitos assegurados, com imenso contingente do exército de reserva e, de um modo geral, em uma condição de superexploração do trabalho (MARINI, 2000).

⁷⁰ Já fizemos a crítica à noção de desenvolvimento econômico para a burguesia.

Começamos pelo êxodo rural decorrente do processo de industrialização iniciado por volta de 1930, mas acelerado na década de 1960, quando o processo de urbanização do país se consolida. Em 1940, havia 19.596.617 trabalhadores rurais contra 9.441.232 urbanos; em 1970, eram 27.538.863 rurais, enquanto já havia 38.323.259 trabalhadores urbanos, de acordo com o senso agropecuário (CUPERTINO, 1978, p. 70). Em 2009, eram apenas 4.059.507 trabalhadores rurais (DIEESE, 2014), 4,25% da população economicamente ativa do país (IPEA, 2012), que hoje já ultrapassa 105 milhões de pessoas (IBGE, 2019).

Em suma, o êxodo rural colocou uma imensa quantidade de pessoas nas cidades enquanto os postos de trabalho não cresciam na mesma velocidade. O movimento da urbanização e do êxodo pode ser visto na figura 5.

Figura 5 – Evolução da população brasileira por local de residência 1950-2050



Fonte: DIEESE (2014, p. 3)

* projeção DIEESE com base em IBGE 2013.

A população migrou para os grandes centros em busca de oportunidade para vender sua força de trabalho, visto que as fábricas que surgiam ofereciam uma alternativa ao desemprego, à seca que assolava o Nordeste e aos trabalhadores do Brasil de um modo geral. Ressaltamos que, desde o processo de urbanização e industrialização, já havia um contingente considerável de “informais” e conta-própria, como podemos observar na tabela 2, que se refere ao Censo Demográfico de 1970, que, diferente do Censo Agropecuário, indicava a existência de 16.466.866 pessoas ocupadas. Entre esses, mesmo nos setores considerados “formalizados”, 19% da força de trabalho era autônoma, isso sem contar os desempregados e os conta-própria.

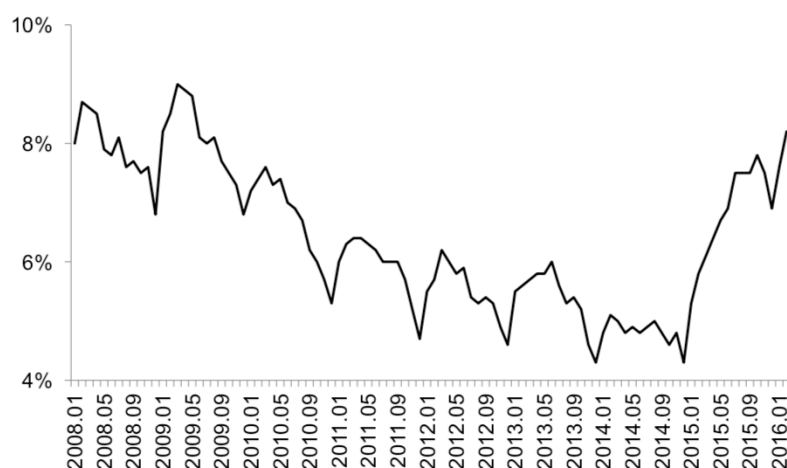
Agora acompanhemos o movimento da taxa de desempregados para o mesmo período analisado acima, conforme tabela 2 e, num movimento mais recente, a evolução da taxa de desemprego entre 2008 e 2016.

Tabela 2 – Evolução do Percentual dos Índices de Desemprego (em milhões)

	1940	1970	2018
Força de trabalho	29.037	65.862	93.002
Desempregados	14.279	36.304	12.195
Percentual	49%	55%	13%

Fonte: Adaptado de Cupertino (1978) e IBGE (2019).

Figura 6 – Evolução da taxa de desemprego (2008-2016)



Fonte: Marquetti (2016, s/p).

A taxa de desemprego é elevada, não obstante, a situação é ainda mais grave, pois a força de trabalho está na ativa não significa que esteja em condições de trabalho dignas ou minimamente humana, como discutimos anteriormente.

Observemos também o ramo de atividades no emblemático período da década de 1970 (vide tabela 3). A indústria concentrava 27,8% dos postos de trabalho, seguida pela prestação de serviços com 16,2%. Cupertino (1978, p. 74) ainda menciona em seu estudo, “o carácter extremamente primitivo do comércio praticado entre nós”, dada às condições em que esses negócios atuam, além disso, estabelecimentos, como os restaurantes, por exemplo, não empregam mais de 3 pessoas, sendo que ao menos um deles é um familiar.

Além disso, destaca-se que:

Os estabelecimentos que empregavam 80% do total de 628.595, com mais de 44% do pessoal ocupado e quase 22% de sua receita. (...) basta dizer que o varejo de produtos alimentícios, bebidas e estimulantes representava mais de 60% do total de estabelecimentos e quase 35% do pessoal ocupado sendo que menos de 18% dos assalariados, quase 70% do grupo familiar. (CUPERTINO, 1978, p. 74).

Tabela 3 – População ocupada nas cidades por condição e ramos da atividade (em %) em 1970

	EMPREGADORES	EMPREGADOS	AUTÔNOMOS E NÃO-REMUNERADOS	TOTAL
Atividades industriais	0,6	27,8	4,1	32,5
Comércio de mercadorias	0,5	7,5	5,9	13,9
Prestação de serviços	0,2	16,2	5,9	22,3
Transporte, comunicações e armazenagem	-	6,0	1,6	7,6
Atividades sociais*	-	8,6	-	8,6
Administração Pública	0	7,1	0	7,1
Outras Atividades	-	5,9	1,4	7,3
Total	1,4	79,1	19,3	100

Fonte: Adaptado de Cupertino (1978, p. 72).

*Atividades sociais: “foram incluídas pessoas que prestam serviço assistenciais em entidades religiosas e filantrópicas” - Cf. Cupertino (1978, p. 71).

Desde a década de 1980 já se menciona empreendedorismo no Brasil. Em um artigo em que discutia desenvolvimento econômico, Bresser Pereira creditou ao espírito empreendedor schumpeteriano o processo de industrialização que ocorreu no país.

Uma revolução industrial em moldes capitalistas, aliás, só pode ser realizada desde que surja um grupo de homens com espírito empresarial, com capacidade de inovação, com possibilidades de comandar o processo de investimento e com disposição para arriscar. No século XX, o Brasil foi um dos poucos países onde surgiu uma classe de empresários industriais capitalistas, já que poucos países de economia basicamente capitalista realizaram sua revolução industrial, promoveram a arrancada de seu desenvolvimento neste século. Os empresários brasileiros, ou melhor, os empresários paulistas, segundo pesquisa que realizamos, eram em geral imigrantes. Apenas 16% dos empresários tinha origem em famílias brasileiras, em que pais e avós eram brasileiros. Eram também em sua grande maioria originários da classe média. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 54).

Eis a constatação que o reconhecido autor brasileiro se furta de fazer: esses indivíduos são provenientes da Europa – onde o capitalismo já estava num estágio mais desenvolvido –, vieram para o Brasil (fugindo da guerra) com auxílio financeiro do Estado brasileiro para imigrar, já chegando aqui com uma condição diferenciada dos ex-escravos e ex-camposinos. Eles se localizaram, ao chegar aqui, nas regiões cuja indústria e comércio já estavam mais desenvolvidas, mas o que fez com que eles fossem os “privilegiados” da classe de empresários foi o espírito empreendedor? Nem o espectro que rondava a Europa foi tão poderoso.

A realidade, em sua crueza cotidiana, não oferece muitas possibilidades concretas de escolha para a maior parte da classe trabalhadora. Tem sido dessa maneira desde que o Brasil – para falarmos apenas da singularidade – tem emergindo no capitalismo hipertardio e

dependente. Desde que foi abandonada a escravidão – dada sua inviabilidade econômica e pressão do capitalismo imperialista –, considerando o primeiro processo de industrialização ainda na década de 1930, passando pela industrialização das substituições das importações na década de 1950 e, finalmente, pela industrialização do capital monopolista (estrangeiro) na década de 1960-1970, toda a história recente do Brasil pode ser caracterizado pela presença de um substancial contingente de trabalhadores informais, de contas-própria, de meeiros, cujas condições de vida são de pauperização e de pouco prestígio social (OHLWEILER, 1986; OLIVEIRA, 2015). Essa população nos dias de hoje são os empreendedores precarizados.

No caso dos pequenos e médios negócios, a situação é mais complexa, visto que os limites entre trabalho e capital ficam ainda mais obnubilados. A década de 1930 representou um momento importante para esse tipo de empreendimento, pois o capitalismo dependente em curso ainda se assemelhava ao capitalismo de concorrência, em que não havia uma concentração de capital grande o suficiente para (re)produzir o capital e acumular, seja pela escassez de tecnologia ou de mercado consumidor. Então, dado o processo de apoio à industrialização capitaneado pelo Estado, com o capital proveniente do latifúndio, foi possível surgir uma média burguesia nacional, que repartia uma fração do lucro com os latifundiários e coronéis, em troca de capital financeiro. Esta situação que se arrastou – com altos e baixos pela incidência das duas Grandes Guerras mundiais – até 1950. Nesse período, com a substituição das importações, é registrado o aparecimento de uma série de indústrias, inclusive algumas pequenas, que orbitavam as grandes indústrias, produzindo peças, serviços e materiais complementares (OHLWEILER, 1986).

Apenas em 1960, após o golpe civil-militar – que decorreu da crise econômica e produtiva nacional e internacional – o grande capital, representado pelo capital estrangeiro, incluiu o Brasil como integrante do capitalismo, este, como possibilidade de ampliar a expropriação. Era necessário, por um lado, garantir que as iniciativas locais e regionais não representassem qualquer ameaça para a hegemonia dos impérios (especialmente dos Estados Unidos), mas também garantir que quem exploraria a força de trabalho da continental população brasileira fossem eles. Ademais, o cenário internacional, no que tange ao capital produtivo e capital financeiro, já estava centralizado, logo, era necessário buscar outros mercados. É nesse período de capital monopolista, o capital estrangeiro se estabelece no país (e não sai mais). De 1970 em diante, o que se pode ver é o estabelecimento de uma burguesia industrial, uma média burguesia, digamos, enquanto o grande capital passa por aqui e extrai o mais-trabalho dos trabalhadores originados de *terras brasilis*.

Tem-se, desde 1970, no Brasil, com os processos de desindustrialização (CNI, 2019), uma redução dos postos formais de trabalho decorrentes, em grande medida, da redução nas taxas de crescimento da economia (PIB) desde o final da década, sobretudo em 1980, como desdobramento da crise mundial do Petróleo de 1973. Desde tal período, os postos de trabalho de profissionais liberais, professores universitários e funcionários públicos, que na sociedade capitalista representam as camadas menos pauperizadas da classe trabalhadora, embora continuem gozando de certo prestígio social, passam, cada vez mais, a serem pauperizados: controle da jornada de trabalho, controle do trabalho por indicadores, alta concorrência, arrocho salarial, etc. No caso dos profissionais liberais, inclusive, surge a necessidade de se vincular a um plano de saúde (grande capital, geralmente), seu trabalho cada vez mais dependerá de algum “acordo” unilateral com o capital.

Desde esse período, a burguesia nacional (intermediária / médio capital), geralmente os industriários, tem sido cada vez menor em decorrência da grande capacidade de extração de mais-trabalho do capital estrangeiro. Não resta para os pequenos burgueses nacionais (exatamente por serem pequenos) outra saída senão se “espelhar” nos “grandes exemplos” para serem também grandes, isto é, acreditam que é uma questão de “espírito empreendedor” de se comportar tal qual seus gurus para que também viam grandes capitalistas. Haja *coaching* para tanto romantismo. Esses empresários e seus capitais de diversos tamanhos ocupam e extraem do Estado, via fundo público, incentivos, projetos ou adquirem parte da coisa pública para explorarem privadamente e também atuam diretamente ou por meio de seus representantes no Governo por meio da criação de leis e políticas públicas que lhe beneficiem para superexplorar a força de trabalho empobrecida.

Esta primeira exposição não tem outra intenção que não seja demonstrar que a prática empreendedora no Brasil chegou junto com o capitalismo e que as condições em que as relações capitalistas se desenvolveram no país encontrou respaldo e espaço para se fazer consolidar.

4.2 O Brasil Empreendedor (Precarizado) em Comparação com Outros Países

Estamos buscando salientar que a particularidade do capitalismo brasileiro foi e é propícia para a consolidação da prática empreendedora em seu processo de (re)produção. Para isso, apresentaremos a seguir alguns dados que ajudam a delinear como o processo de trabalho e de valorização tem ocorrido no país.

Comparando a prática empreendedora no Brasil em relação aos grupos de países a partir da classificação do GEM (2016), – isto é, agrupados de acordo com a divisão internacional do

trabalho e da concentração de capitais –, vemos que o país apresenta um número que supera em 10 % o estágio eficiência, que corresponde às economias mais atrasadas, e tem mais que o dobro da participação média dos países considerados inovação, tal a situação da prática empreendedora brasileira.

Tabela 4 – Taxa de Empreendedorismo segundo estágio (em %)

Impulsionados por	Iniciais	Nascentes	Novos	Estabelecidos	Total
Fatores	16,8	10,0	7,3	11,2	26,8
Eficiência	14,2	8,0	6,5	8,6	22,2
Inovação	9,1	5,5	3,7	6,7	15,4
BRASIL	19,6	6,2	14,0	16,9	36,0

Fonte (GEM, 2017).

Interessante notar que, quanto mais “desenvolvido” o país, menor a taxa de empreendedorismo. Parece pouco lógico que o aumento dessa taxa seja a solução para a melhoria das condições para produção de riquezas (se a intenção fosse, por exemplo, o horizonte reformista do desenvolvimento).

“Em 2010, as economias impulsionadas por fatores apresentam maiores taxas TEA, em média, seguidas pelas economias impulsionadas por eficiência. As menores taxas médias são encontradas no grupo de países impulsionados pela inovação.” O GEM (2010), no terceiro relatório desde que iniciaram a subclassificação pela posição socioeconômica do país em relação à divisão internacional do trabalho, sem, porém, tornar explícito que se trata da ampliação do empreendedorismo precarizado, em que as massas de trabalhadores não conseguem vender sua força de trabalho e precisam encontrar um meio para reproduzir a própria existência. Ademais, com a reprodução mundial, esses mesmos empreendedores precarizados são a força de trabalho a ser apropriada pelo capital.

Como exemplo disso, no Brasil, há quase 4 milhões de autônomos trabalhando com as empresas por aplicativos Uber e Ifood (GARVAS, 2019), e, em 2018, cerca de 18 milhões de brasileiro usaram aplicativos regularmente para ganhar dinheiro (OLIVEIRA et al., 2019). Esses trabalhadores são considerados como empreendedores e cedem “gentilmente” parte significativa dos seus rendimentos para o “aplicativo”, isto é, para o capitalista que faz a gestão do sistema e conecta clientes e prestadores de serviços. Assim, a taxa de empreendedorismo cresce aqui, mas a parte do mais-trabalho do trabalhador (uberizado) precarizado vai para o grande capital que controla a operação de outro lugar.

No que diz respeito às disparidades de taxas de empreendedorismo *versus* condições materiais de trabalho (nível socioeconômico), não se trata apenas de se o país é desenvolvido,

subdesenvolvido, emergente, etc. (ou qualquer categoria inalcançável que sirva de meta para manter os trabalhadores no prumo do capital), trata-se da preponderância no ciclo do capital em seu movimento de produção e reprodução.

À guisa de exemplo, em sua pesquisa empírica de Nogami e Machado (2011) investigaram os quatro países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China –, correlacionando IDH, PIB e TEA e perceberam que a China apresenta resultados díspares em comparação com os outros três países. Ora, não é de hoje que a China desponta como uma potência econômica mundial, com sua produção que atende boa parte do planeta e coloca em xeque a supremacia estadunidense. Portanto, essa classificação econômica só serve para mensurar como a centralização do capital condiciona o processo de trabalho e de valorização em cada local.

Trazendo outro exemplo, o estudo empírico de Fontenele (2010), com os dados do GEM de 2007, aponta uma correlação estatística negativa entre atividade empreendedora total e a renda *per capita* nos países periféricos, enquanto que nos países centrais, quanto maior a atividade empreendedora total, maior a renda *per capita*. A renda *per capita* em países periféricos ou centrais não se deve diretamente à prática empreendedora, mas ao volume de acúmulo de capital. Mas Fontenele (2010, p. 1104) apenas pondera que “esses dados revelam as diferenças do tipo de empreendedorismo que ocorrem entre os países”, sem chegar a problematizar a questão.

Em síntese, esta divisão, sustentada por ideólogos do capital nos países centrais e reproduzida pelos ideólogos nos países periféricos, atende a uma necessidade do capital de manter uma “cenoura meritocrática” para os demais países, “se você se esforçar muito e seguir os 10 passos para o sucesso se tornará uma potência mundial”. Até o momento, nenhum caso efetivo foi registrado.

Analisamos a série histórica do GEM entre os anos 2000 até 2016. Os principais dados apontam que tanto o “crescimento econômico” quanto a estagnação impulsionariam o empreendedorismo, semelhante ao que encontramos na revisão da literatura. O que sabemos, não tem lastro material.

No entanto, essa constatação demonstra que a prática empreendedora tem se tornado, a cada ano, uma realidade posta para a classe trabalhadora, que, segundo os ideólogos do capital (incluindo os elaboradores do GEM), devem empreender, pois é bom para a economia, ainda que não haja evidências que a prática empreendedora melhore a vida da classe trabalhadora; no máximo, ela poderia melhorar sua cesta de consumo individual. Por exemplo, em toda a série do GEM, não há um único apontamento empírico que relacione prática empreendedora e

redução das desigualdades. Podemos observar que tal prática, na verdade, aprofunda a situação de desigualdade já existente em cada região.

Um retrato do empreendedorismo do Brasil, conforme a série do GEM (2000 a 2016), pode ser resumido nos seguintes pontos:

- O Brasil aparentemente é um país estratégico para o capital. Esteve em todas as edições e mantém-se entre as nações mais “empreendedoras” do mundo (como se tal posição representasse algo louvável). No primeiro relatório em 2000, com apenas 20 países, o país ocupou o 1º lugar, ainda que tenha sido mencionada a presença do agronegócio na economia brasileira como algo negativo. Contudo, nas edições seguintes, com a adição de novos países, a posição oscilou entre 5º ao 17º no geral, e entre o 6º e 10º no grupo eficiência.
- Em 2002, o relatório indicou que o brasileiro não sabia identificar e gerir novos negócios, mas no ano 2006 a retórica mudou, eles afirmaram que o brasileiro reconhece sim boas oportunidades, principalmente visando a maior independência profissional e aumento da renda pessoal. Isto é, foi intensificado o trabalho de formação empreendedora sobre a “grande nação empreendedora brasileira”.
- No GEM de 2007, foi apontado (já havia aparecido algumas vezes antes) que as microempresas atuam na informalidade; segundo eles, isto ocorria em razão dos custos elevados, do tempo para abertura da empresa e dos tributos e impostos altos. É interessante notar que a Lei do MEI (Microempreendedor individual) foi criada no ano seguinte, em 2008.
- No relatório de 2005, foi mencionada a criação de um programa de apoio no FINEP (ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia) voltado para criação de empresas de alto crescimento. Foi a primeira menção ao apoio governamental a esse tipo de negócio, desde a primeira edição se aponta a burocracia estatal como empecilho.
- Os relatórios são recorrentes quanto à reclamação sobre o crédito. Afirmam que as taxas são altas, mas, pasmem, atribuem parte da culpa aos empreendedores brasileiros que seriam despreparados para atender às exigências dos credores.
- Nos últimos relatórios, têm sido apontados como fatores de estímulo para a atividade empreendedora: a) as normas culturais e sociais (ideologia do empreendedorismo); b) acesso ao mercado (eles não deixam claro o que entendem por acesso ao mercado, mencionam apenas que é crescente o acesso à informação, mas, nos parece, que

estejam se referindo à uberização do trabalho⁷¹); e c) políticas governamentais, quando reconhecem a importância do Simples Nacional, da Lei do MEI e Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e a existência do SEBRAE.

- Mas se as políticas governamentais aparecem hoje como um ponto positivo, foram constantemente (e ainda são) o ponto nevrálgico do GEM. Seja para indicar a necessidade de redução das taxas e complexidade da carga tributária, seja para redução da burocracia, para reclamar das altas taxas de juros praticada, ou ainda para apontar que é necessário maior capacitação e educação da população.
- Embora o Brasil esteja entre os principais empreendedores do mundo, não pode ser considerado um empreendedorismo inovador⁷², pois os novos negócios não apresentam novidades nem nos produtos e serviços, nem nos processos, e possuem grande concorrência.

Comparando todos os 66 países participantes da edição de 2016, o Brasil só perde em números relativos de prática empreendedora (TEE⁷³) para Burkina Faso e Camarões (ambos impulsionados por fatores), Tailândia e Líbano (os dois impulsionados por eficiência) e não perde para nenhum dos países no estágio inovação. Vale ressaltar que, nesse último grupo, a maior taxa no estágio inovação é 16,7% no Canadá, 16,2% na Estônia, 14,6% na Austrália e nos EUA 12,6%, ou seja, seríamos mais “empreendedores” que as nações reconhecidamente mais empreendedoras do mundo.

4.3 As Principais Funções da Prática Empreendedora na (Re)produção do Capital

Lembremos que, no processo de valorização, deve haver uma proporção quantitativa entre capital constante e capital variável, isto é, a massa dos meios de produção deve ser suficiente para absorver a força de trabalho disponível, numa relação de dependência recíproca (MARX, 2014). Considerando que temos discutido sobre uma mudança gradual na composição

⁷¹ Resumindo muito sumariamente: como não há postos de trabalhos formais e por outro lado a circulação de produtos e serviços produzidos em todo mundo é intensa, hoje é possível encontrar atividades laborais (precarizadas) com maior facilidade que na década de 1970, por exemplo. Isso não quer, contudo, que as condições de trabalho sejam melhores. Se em 1970 o conta-própria vendia tapioca nas ruas, em 2019 vende Herbalife de porta em porta.

⁷² Isto nos parece a tendência desta década. Há uma séria de iniciativas governamentais e de instituições com participação estrangeira fomentando o empreendedorismo inovador, sendo este uma frente de investigação a ser realizada no futuro.

⁷³ TEE: Taxa de Empreendedorismo Estabelecido: os proprietários que administram um negócio capaz de gratificar-se monetariamente por mais de 42 meses (3,5 anos).

orgânica do capital (esfera produtiva) e que esse desequilíbrio entre meios de produção e força de trabalho empurra as taxas de acumulação para baixo (gerando as crises, como a que explodiu em 1970, ainda sem sinal de fim), a geração desse exército de reserva decorrente tem atuado na reprodução ampliada do capital para recompor as quedas nas taxas. Vale lembrar que o capital é uma relação social e que o trabalho deve ser considerado como trabalho social, ou seja, como trabalhador coletivo que é totalidade dos vários trabalhadores parciais e unilaterais combinados (MARX, 2013).

Nesse contexto, a prática empreendedora⁷⁴ cumpre duas funções principais:

a) Como força produtiva para geração das inovações que o capital necessita para continuar se reproduzindo. Eis o papel das *startups*, das políticas públicas de fomento à ciência e de todo o arsenal ideológico sobre a formação de um espírito empreendedor schumpeteriano.

b) Na esfera da circulação para redução dos custos fortuitos de realização do mais-valor, mediante o trabalho improdutivo, que, além disso, na reprodução da força de trabalho, pois na pauperiza os indivíduos com o rebaixamento do valor da venda da sua força de trabalho.

Para entender como essas funções principais da prática empreendedora atuam na (re)produção capitalista, precisamos discutir trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, começando pelo primeiro.

Se o processo de “trabalho é uma condição natural eterna da existência humana”, (MARX, 1978, p. 29) é considerado **trabalho produtivo** aquele que produz valores de uso para si e para os outros; já no modo de produção capitalista, passa a ser trabalho produtivo aquele cujo processo de trabalho que gera, além de valores de uso, valor (de troca), isto é, trabalho produtivo será aquele que produzir mais-valor.

O que torna um trabalho produtivo é, pois, sua capacidade de produzir mais-valor e não a natureza do trabalho desenvolvido, isto é, como o capitalista faz uso da mercadoria que comprou (MARX, 1978). Assim sendo, um chefe de cozinha, por exemplo, pode ter seu trabalho considerado como improdutivo, caso seu processo de trabalho seja destinado ao próprio sustento e dos seus familiares, pois não há trabalho excedente (mais-valor) gerado para outra pessoa. Contudo, se esse mesmo chefe de cozinha for contratado por alguma rede de restaurantes em troca da venda de sua força de trabalho (pode ser por salário mensal, produtividade, contrato de prestação de serviço, etc.), realiza trabalho produtivo, pois deve trabalhar, além do seu tempo necessário, um tempo adicional para o capitalista.

⁷⁴ A tendência do capitalismo 4.0, considerando a capacidade de controle e gestão sobre os meios de produção, tem sido a de mercantilização do trabalho reprodutivo/improdutivo, como se pode acompanhar nos casos de uberização do trabalho.

O ponto central da **reprodução** do capital é que ela precisa ser realizada na esfera da circulação para que possa voltar para esfera da produção. Assim, o capital não pode prescindir de **trabalhos improdutivos**, que são aquelas atividades que, embora não tenham a capacidade de gerar mais-valor, são necessárias para que se possa realizar o mais-valor transmutado em mercadoria, como é o caso do comércio.

Marx (2017, p. 310) esclarece: “a forma modificada de uma parte desse capital de circulação, que se encontra constantemente no mercado, em processo de transmutação, e se encontra permanentemente inserido na esfera da circulação”. Tal é a forma que o mais-valor assume de capital comercial, por atuar na circulação, que, por sua vez, não produz valor e nem mais-valor, mas que é imprescindível para a reprodução, pois é quando a mercadoria (M’) se converte novamente em dinheiro (D’) e pode seguir o curso da acumulação.

Uma dúvida que surge ao discutir o trabalho improdutivo no capital comercial é que, não produzindo mais-valor, seriam os trabalhadores comerciais explorados? Vejamos.

Ele trabalha tanto quanto qualquer outro, mas o conteúdo do seu trabalho não cria valor nem produto. Ele mesmo pertence aos *faux frais* [gastos fortuitos] da produção. Sua utilidade não consiste em transformar uma função improdutiva em produtiva, ou um trabalho improdutivo em produtivo. Seria um milagre se uma transformação assim pudesse ser operada mediante tal transposição de funções. **Sua utilidade consiste, antes, no fato de que uma parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade é reservada a essa função improdutiva** (MARX, 2014, p. 212, grifos nossos).

Para o capitalista comercial, embora não haja produção de mais-valor pela expropriação dos seus empregados, é possível se apropriar de uma fatia maior do lucro (parte do mais-valor gerado na esfera produtiva) mediante um trabalho não pago, pois, assim como os trabalhadores produtivos, a força de trabalho do comércio – que é improdutiva - precisa destinar uma parte de sua jornada ao trabalho excedente. Ou seja, gera-se lucro para o capitalista comercial não porque se gere mais-valor, mas porque se ajuda a reduzir os custos da realização desse mais-valor. Afinal, o nobre capitalista comercial teria dificuldade para vender toda a mercadoria sozinho.

Mas há ainda uma terceira categoria importante, o **trabalho reprodutivo** que se desdobra em duas relações: i) como reprodução da força de trabalho que já está no mercado; ii) como reprodução das novas forças de trabalho: a prole⁷⁵.

Assim como o capital necessita constantemente reproduzir para continuar vivo, também a força de trabalho precisa ser reproduzida, pelo caráter biológico do corpo humano em suas

⁷⁵ No que tange ao trabalho reprodutivo da prole, isto implica que, no valor da força de trabalho ativa, está previsto também o valor para o sustento dos filhos e filhas, ao mesmo até que esses também possam vender sua força de trabalho e contribuir.

necessidades metabólicas vitais (alimento, repouso, segurança, higiene) e sociais. Mais ainda, como vimos, o capital exige que a mercadoria força de trabalho, de acordo com sua atividade na divisão social do trabalho, tenha determinadas qualidades como formação, tempo disponível, rede de relacionamentos, etc. Assim, existe um **trabalho necessário** pressuposto para a reprodução da mercadoria força de trabalho, um mínimo suficiente para que ele possa se apresentar como mercadoria a ser vendida. Para isso, necessita comer, vestir, morar, estar “esteticamente atraente para o cargo”, ou seja, necessita que haja tempo e dinheiro em quantidades mínimas suficientes para tal composição. O trabalhador para vender sua força de trabalho deve conservá-la com meios de subsistência que correspondem, portanto, à reprodução de sua força de trabalho (MARX, 1978).

Desse modo, o trabalho reprodutivo consiste em uma parte do trabalho social necessário para a reprodução da sociedade, nesse caso com predominância dos valores de uso, que, por sua vez, serão utilizadas no processo de novos valores de uso, portanto, o consumo dos trabalhadores, na perspectiva da valorização do valor, é trabalho improdutivo. Contudo, é imprescindível para a reprodução ampliada (MARX, 2014, 2017).

Agora vejamos como o trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo ocorrem no que concerne à prática empreendedora na particularidade do capitalismo brasileiro.

Partimos do pressuposto de que, no Brasil, a prática empreendedora se caracteriza como empreendedorismo precarizado, isso significa dizer que os MPE realizam, em maior medida, trabalho improdutivo. Examinemos.

Há, no Brasil, 6.700.828 empresas registradas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sendo que 99% delas (6.634.119) são cadastradas como micro e pequenas empresas. Os critérios de classificação são os seguintes⁷⁶:

- a) Micro e pequenas empresas - até 49 empregados se o ramo de atuação for comércio ou serviço e até 99 se for indústria ou construção;
- b) médias empresas - entre 50 a 99 empregados, se comércio ou serviço, e de 100 a 499 empregados na indústria e construção;
- c) As grandes empresas - mais de 100 empregados no comércio ou serviço e se for indústria ou construção, mais de 500 empregados.

⁷⁶ Chama atenção o fato de o quantitativo de postos de força de trabalho ter que ser distinto entre comércio/serviço e indústria. Possivelmente em razão das distintas massas e taxas de extração de mais-valor.

A maior parte desses negócios (MPE) está no setor de comércio (48,5%) e serviços⁷⁷ (38,3%), i.e., na esfera da circulação. Ou seja, 99% dessas empresas têm até 49 funcionários, sendo que 43% estão no comércio; 32% em serviços e apenas 25% na indústria. Por isso, o SEBRAE (2015, p. 33) defende que:

Embora o capitalismo moderno se caracterize por forte tendência à concentração em grandes empresas, o lugar de micro e pequenas empresas está garantido em atividades como Serviços e Comércio, em que economias de escala não sejam tão relevantes como ocorre nas atividades Industriais. Para isso, as ações do SEBRAE se fazem cada vez mais necessárias.

A tendência à concentração (e à acumulação) relatada é imanente ao modo de produção capitalista e não característica do estágio atual das forças produtivas; mas, a menção ao “lugar garantido” das MPE merece destaque, pois, da forma como o SEBRAE ressaltou, se fossem atividades com potencial lucrativo, estariam com o grande capital, do modo que ao tomarmos por horizonte a totalidade do processo de valorização do valor, produção, circulação, distribuição e consumo, é possível perceber que os MPE estão cumprindo uma tarefa no ciclo do capital.

A questão é que esses comércios e serviços são, em sua maioria trabalhos reprodutivos, exercidos por meio de trabalho improdutivo, em que os empreendedores precarizados encontram o meio para garantir a sua subsistência e vendem/prestam serviço para outros trabalhadores. Esses, sim, muitas vezes são produtivos, pois, dadas as jornadas de trabalho, tendem, por exemplo, a se alimentar na rua por não ter tempo para cozinhar em casa ou se deslocar entre trabalho/casa; preferem transferir uma parte da sua renda para uma diarista que gastar algumas horas com a higiene; contratam um buffet de festas infantil, pois não pode passar o final de semana enrolando brigadeiro; ao final do dia, pedem o jantar pelo iFood, dado o cansaço do dia de trabalho, refeição que será entregue por um empreendedor (precarizado) em uma bicicleta (alugada).

A prática empreendedora une trabalho produtivo e improdutivo pela necessidade da reprodução da força de trabalho, mas, além disso, como consumo também é produção, parte significativa dessas mercadorias comercializadas ou mesmo a matéria-prima adquirida é produzida pelo grande capital (esfera da produção) e que precisa ser realizada na esfera da circulação, sendo complementar e cíclico o movimento entre trabalho produtivo e improdutivo.

⁷⁷ Serviços: “atividades de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, serviços prestados principalmente às famílias, serviços de informação e comunicação, atividades imobiliárias, serviços profissionais, administrativos e complementares, serviços de manutenção e reparação e outras atividades de serviços” (SEBRAE, 2015, p. 8).

Para ilustrar essa relação, utilizaremos o caso de um salão de beleza de um bairro periférico especializado em cabelos crespos.

Nossa heroína empreendedora foi demitida do salão *SPA Hair Studio* da zona sul da cidade, então, ao invés de continuar trabalhando como empregada em outro salão, investiu o FGTS⁷⁸ nos equipamentos, contratou algumas cabeleireiras e manicures, sem formalizar o contrato, remunerando-as pela produção, pois seria financeiramente inviável assinar as carteiras de trabalho. Não obstante o pequeno capital da empreendedora e a condição de ausência de direitos das suas funcionárias, os produtos que são utilizados para a atividade do salão são de uma poderosa indústria cosmética internacional “engajada na luta contra o preconceito”.

Conforme Marx (2017, p. 216) dilucida:

as “necessidades sociais”, isto é, aquilo que regula o princípio da demanda, encontram-se essencialmente condicionadas pela relação das diversas classes entre si e por sua respectiva posição econômica, ou seja, em primeiro lugar, pela proporção entre o mais-valor total e o salário; em segundo lugar, pela proporção entre as diversas partes nas quais se decompõe o mais-valor (lucro, juros, renda fundiária, impostos etc.). De modo que aqui novamente se demonstra que não se pode explicar absolutamente nada a partir da relação entre a oferta e a demanda, antes de estar desenvolvida a base sobre a qual opera essa relação.

Isso para dizer que mesmo a escolha pelo salão de beleza especializado em cabelos crespos está, desde seu nascimento, delimitada pela produção capitalista além, é claro, de todo o movimento de empreendedorismo precarizado que temos buscado investigar, valendo-se, inclusive, das pautas de luta da classe trabalhadora. Assim, exatamente por não ser uma escolha (nem a dos capitalistas é uma escolha), as necessidades desses empreendedores atendem, cada vez mais, os desígnios da acumulação. Marx (2017, p. 284, grifos nossos) explica tal processo da seguinte maneira:

Essa capacidade [de consumo] não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso de acumulação, de aumento do capital e da produção de mais-valor em escala ampliada. **Essa é uma lei da produção capitalista, lei dada pelas constantes revoluções nos próprios métodos de produção, pela constante desvalorização do capital existente acarretada por essas revoluções, pela luta concorrencial generalizada e a necessidade de melhorar a produção e ampliar sua escala, apenas como meio de autoconservação e sob pena de sucumbir.** Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos produtores, tornem-se cada vez mais incontroláveis. A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo.

⁷⁸ Fundo de garantia por tempo de serviço.

Trouxemos a explicação sobre demanda e consumo, tão erroneamente explicada pelos economistas vulgares, para demonstrar que a força produtiva da prática empreendedora é consumo, embora seja também produção.

Ao considerar o movimento do capital que prescindir do capital adiantado para valorização do valor (D-M- meios de produção e força de trabalho), nossa empreendedora tanto dispõe de um pequeno capital investido em capital constante (ponto comercial, cadeiras, lavatórios, secadores, etc.), como também de capital variável (as cabelereiras e as manicures contratadas – independente da existência de direitos). Mas ela também trabalha no salão, então sua força de trabalho é, por um lado, fonte de sua renda, proletária-de-si-mesma, como diria Antunes (2018). Mas, ao mesmo tempo, ela explora a força de trabalho de suas funcionárias, seja conseguindo extrair mais-valor (quando há criação de valor ao adicionar novos valores de uso à mercadoria) ou mesmo quando repassa parte do lucro proveniente da exploração. Isso ocorre, pois:

O capital se mostra cada vez mais como um poder social, cujo funcionário é o capitalista, e que já não guarda nenhuma relação com o que o trabalho de um indivíduo isolado possa criar – mas se apresenta como um poder social estranhado, autonomizado, que se opõe à sociedade como uma coisa, e como poder do capitalista através dessa coisa. A contradição entre o poder social geral em que se converte o capital e o poder privado dos capitalistas individuais sobre essas condições sociais de produção desenvolve-se de maneira cada vez mais gritante e implica a dissolução dessa relação, na medida em que implica ao mesmo tempo a transformação das condições de produção em gerais, coletivas, sociais. Essa transformação está dada pelo desenvolvimento das forças produtivas sob a produção capitalista e pela maneira como se opera esse desenvolvimento. (MARX, 2017, p. 303)

O que se vê é que os contornos que separavam mais claramente trabalhadores e capitalistas encontram-se mais opacos, o que não quer dizer que a luta de classes arrefeceu, apenas que ela é mais difícil de ser percebida. O novo estágio da relação capital-trabalho, em sua contradição imanente, dificulta a identificação de quem é o inimigo. Por outro lado, grupos e pessoas seguem acumulando mais-valor em escalas cada vez mais ampliadas, visto que a extração do mais-trabalho pode ser feita diretamente de uma maneira descentralizada, uma vez que o controle do trabalho pode ser exercido ao alcance da mão da força de trabalho, como no caso do Uber, por exemplo.

Seguindo essa trilha, os pequenos negócios, atuando na bolha de mais-valor deixada pelo grande capital – em seu movimento contrarrestante –, colocam-se no mercado na posição de capitalistas, isto é, tentam com o seu pequeno capital extrair lucro (que lembremos, é uma das formas que o mais-valor assume, mas não é igual a mais-valor) ou mesmo extrair mais-valor.

Contudo, um momento é a produção (P...M'-D'-M...P), outro momento distinto é a reprodução quando o ciclo se dá adicionado do mais-valor gerado no interior do processo de produção e realizado na troca, que serve tanto para a renda do capitalista como, quando excedente, para ser utilizado a fim de acumular e assim alcançar os níveis necessários para ampliação da produção (MARX, 2014, p. 158), por isso:

O caráter inteiro da produção capitalista é determinado pela valorização do valor de capital adiantado, ou seja, em primeira instância, pela produção do máximo possível de mais-valor; em segundo lugar, porém (cf. Livro I, cap. 22), pela produção de capital, isto é, pela transformação de mais-valor em capital. A acumulação ou produção em escala ampliada, que aparece como meio para a produção sempre aumentada de mais-valor e, por conseguinte, para o enriquecimento do capitalista, como objetivo pessoal deste último, e que está incluída na tendência geral da produção capitalista, torna-se, por meio de seu desenvolvimento, como mostramos no Livro I[i], uma necessidade para cada capitalista individual. O aumento constante de seu capital passa a ser uma condição para a conservação desse mesmo capital.

Temos que, no caso da nossa empreendedora do salão, não é o fato de seu capital ser “pequeno” que compromete a sua acumulação, uma vez que a taxa de extração do mais-valor é calculada sobre a capacidade de sugar trabalho não pago seja por meio das jornadas de trabalho excedentes (mais-valor absoluto) ou por meio do desenvolvimento das forças produtivas (mais-valor relativo e principal pelo tempo de rotação do seu capital). Ela não consegue acumular porque a taxa e massa de extração do mais-valor é insuficiente manter sua renda e manter a reprodução do capital (acumular).

No final das contas, a força de trabalho extraída da manicure foi transfundida para o bolso do capitalista que vendeu o produto de beleza, ao reduzir os custos da esfera da circulação do capital comercial da proprietária do salão, que poderá seguir comprando da indústria de beleza internacional, mas apenas a quantidade suficiente para a própria renda, visto que não consegue superar a reprodução simples, que, por sua vez, depende da concorrência intracapitalista.

A intermediária, a empreendedora, além de empregar trabalhadores em condições de crescente pauperização⁷⁹, “sonha”, conforme o GEM (2017), em viajar pelo Brasil, dando-nos uma ideia de seus rendimentos e também do exíguo tempo de vida para além da jornada de trabalho. A empreendedora, neste caso uma pequena burguesa (e não o empreendedorismo precarizado que estamos buscando delinear), pode até ter tem uma cesta de consumo mais elaborada para sua reprodução que a de suas funcionárias, contudo, mesmo ela também está em processo de pauperização, visto a centralização do capital e a concorrência intracapitalista. Em

⁷⁹ Pauperização implica processo de empobrecimento a cada ciclo produtivo.

pouco tempo, se ela não apresentar algum “diferencial competitivo” como os administradores costumam falar, isto é, se ela não inovar, será comprada por algum capitalista maior.

Esse exemplo explica a reprodução simples, em que a empreendedora tinha empregados, meios de produção e conseguia extrair algum mais-valor do seu processo de produtivo. Contudo, diante do ciclo do capital, não basta produzir, é preciso reproduzir para que a acumulação aconteça. Marx, desde os Manuscritos Econômico-Filosóficos (de 1844), já havia atinado para a concorrência de forças desproporcionais entre pequenos e grandes que faz do primeiro o equivalente a um trabalhador. Para ele:

O pequeno capitalista tem, portanto, à escolha: 1) ou esgotar seu capital porque já não pode mais viver dos juros; portanto, deixar de ser capitalista; ou 2) montar ele próprio um negócio e vender mais barato a mercadoria, compra-la mais caro que o capitalista mais rico e pagar um salário elevado; portanto, arruinar-se, dado que o preço de mercado já é muito baixo devido à pressuposta elevada concorrência. Se, ao contrário, o grande capitalista quer derrubar o pequeno, tem perante este último todas as vantagens que o capitalista, como capitalista, tem perante o trabalhador. Os ganhos menores são-lhe compensados pela maior quantidade do seu capital⁸⁰, e ele pode mesmo suportar perdas momentâneas por um tempo suficiente até que o capitalista menor fique arruinado e ele se veja livre dessa concorrência. Assim, ele acumula os ganhos do pequeno capitalista. (MARX, 2010b, p. 50).

Sobretudo é preciso salientar que nossa empreendedora do caso do salão pertence a uma parte ínfima dos empreendedores no Brasil, seriam os pequenos burgueses. A despeito desses intermediários, no caso dos empreendedores precarizados, os meios de produção que possuem (quando possuem) servem apenas para garantir precariamente a própria existência. É sobre esse grupo que trataremos agora.

O retrato do empreendedor brasileiro corrobora com a nossa exposição quanto a trabalhos improdutivos, reprodutivos e precarizados, conforme o estudo de Nogami e Machado (2011, p.121-122) e a partir dos dados do GEM de 2009. Tem-se que:

- 84% dos empreendedores só lançam produtos já conhecidos no mercado;
- 65% têm muitos concorrentes;
- 98% utilizam tecnologias disponíveis há mais de um ano;
- 85% não possuem expectativa de exportar seus produtos;
- 45% abrem suas empresas para gerarem o próprio emprego, sem expectativa de gerarem novos empregos dentro de cinco anos;
- 78,3% não esperam gerar mais do que cinco empregados (normalmente de familiares);
- 60% desenvolvem atividades orientadas aos consumidores finais em atividades de prestação de serviços pessoais, de baixa qualificação.

⁸⁰ Em seus estudos mais desenvolvidos, em *O Capital*, especialmente no Livro II, Marx aponta que a vantagem do grande capitalista não é pela quantidade de capital, i.e., que não é uma questão de grandeza, mas do ciclo de rotação que envolve tanto a produção quanto a circulação do valor.

Não obstante, o GEM (2017) usa as classificações de empreendedor por necessidade e por oportunidade; segundo eles, no Brasil, apenas no ano de 2002 havia mais empreendedor por necessidade que por oportunidade, um quadro que se inverteu e se manteve em ascensão desde então, sendo achatado apenas recentemente, após a crise de 2008, quando em 2015 a proporção fica mais equilibrada.

Afinal, o que é oportunidade de fato? Pois a caracterização acima reforça a crítica de que a maioria dos empreendedores no Brasil são empreendedores precarizados, são classe trabalhadora.

Ademais, tal situação é também resultado do fato dos capitalistas locais não necessitarem tão diretamente de inovação em seus processos produtivos, em razão da imensa superpopulação relativa, a abundância de força de trabalho barata, ainda é mais vantagem para o capitalista a extração de mais-valor absoluto com o prolongamento do tempo de trabalho excedente, sendo esse um dos aspectos da dependência do capitalismo brasileiro.

Ainda sobre as evidências do empreendedorismo precarizado, isto, como corolário da prática empreendedora, o GEM (2017) apresenta, sem qualquer modéstia, “os sonhos da população brasileira entre 18 e 64 anos”, divididos entre aqueles que já empreendem e aqueles que desejam fazê-lo. Os entrevistados poderiam apontar mais de um “sonho”, um fato auspicioso, visto que, dadas suas condições materiais, talvez, o “espírito empreendedor” sequer aparecesse, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Os “sonhos” da população brasileira entre 18 e 64 anos (em %)

Mentalidade	% da população	
	% de não empreendedores	% de empreendedores
Viajar pelo Brasil	48,8	47,5
Comprar a casa própria	47,1	45,8
Comprar um automóvel	38,4	32,9
Ter seu próprio negócio	34,5	31,7
Viajar para o exterior	28,6	29,2
Ter um diploma de ensino superior	28,8	24,1
Ter plano de saúde	31,2	22,6
Fazer carreira numa empresa	22,7	19,5
Casar ou constituir uma nova família	14,9	12,9
Comprar um computador/tablet/smartphone	8,1	4,8
Outro	9,9	10,6
Nenhum	3,2	3,3

Fonte: GEM (2017, p. 84).

Vemos que quase metade dos respondentes não possui propriedades tidas como básicas para a “classe média nacional”, como imóvel (47%) e veículo (38%). 34% deles acredita que ter o próprio negócio será um meio possível para a realização de tais sonhos, mas 29% ainda não tem ensino superior. Trata-se de um quadro que se mostra alinhado a estratos médios da

população empreendedora brasileira (GEM, 2017). Chama atenção o fato de 8% desses indivíduos declararem que o seu sonho é adquirir um computador, tablet ou smartphone, o que demonstra tanto o baixo poder de compra como os desígnios da indústria 4.0 agindo sobre a subjetividade desses indivíduos.

Adentremos na análise sobre o tempo dos negócios desenvolvidos por esses empreendedores precarizados.

Segundo o GEM (2016), entre os empreendedores nascentes (aqueles que possuem empreendimentos que ainda não os remuneraram por mais de três meses), os negócios que estão surgindo estão no segmento de restaurantes (14,4%), comércio de vestuários (8,7%), serviços de comida preparada (7%), manutenção de veículos (6,8%) e cabeleireiros (5,1%). Observem, todos os trabalhos são relacionados com a reprodução da força de trabalho.

De acordo com o GEM (2016, p. 59):

Isso [as áreas desses negócios] pode ocorrer em virtude do baixo investimento inicial necessário, da alta capilaridade deste tipo de negócio e ainda da flexibilidade de horários que o mesmo pode permitir. Apesar de se mostrar **um setor preferencial dos empreendedores**, existem dificuldades associadas a este tipo de negócio, especialmente no primeiro ano de funcionamento, e também relacionado a um cenário não lucrativo vivenciado pelo setor em 2016.

Ou seja, os motivos para a escolha do negócio são: o que é possível fazer sem capital, que não prescinda de conhecimentos especializados e que tenham um público nas proximidades que consumam. Na verdade, como temos visto, o motivo real para a escolha seria: a necessidade de continuar vivo, não conseguir vender a força de trabalho e não saber realizar outra atividade.

Passemos para outro elemento de análise da prática empreendedora, o setor da atividade desses negócios. A tabela 6 apresenta os setores de atividade econômica de alguns países selecionados pelo GEM para a edição de 2016, a partir da Taxa de Empreendedores Estabelecidos. O setor extrativo corresponde ao primeiro setor, enquanto a indústria de transformação são as pequenas fábricas; serviços orientados para negócios abarcam produção de atividades de serviço para outros capitalistas (pequenos e médios, em geral), enquanto serviços orientados para o consumidor corresponde à produção de serviços para a classe trabalhadora.

Tabela 6 – Distribuição percentual dos empreendedores estabelecidos (TEE) segundo o setor da atividade econômica - Países selecionados - 2016

Países selecionados	% de empreendedores estabelecidos				Total
	Setor extrativo	Indústria de transformação	Serviços orientados para negócio	Serviços orientados para o consumidor	
Brasil	2,0	42,0	4,5	51,4	100,0
África do Sul	1,7	37,8	3,6	57,0	100,0
Alemanha	4,3	33,5	24,8	37,5	100,0
China	1,0	36,4	14,5	48,1	100,0
Estados Unidos	5,6	28,1	35,1	31,2	100,0
Índia	1,4	16,1	4,2	78,3	100,0
México	2,1	18,8	2,8	76,3	100,0
Rússia	11,2	40,3	14,9	33,7	100,0

Fonte: GEM (2016, p. 58)

Observemos que nos países classificados como movidos por inovação – Estados Unidos, Alemanha –, a maior parte dos negócios ou atendem outros capitalistas ou se destinam à indústria de transformação. Exceção desse grupo é apenas o México, cuja produção concentra 76% nos serviços para o consumidor⁸¹. O Brasil concentra 93% dos negócios em indústria de transformação e serviços orientados para o consumidor. Abramos os ramos desses negócios para compreendê-los melhor, como pode ser visto na tabela 7.

Tabela 7 – Atividades dos Empreendedores, segundo tempo do negócio

Atividades dos empreendedores					
Nascentes		Novos		Estabelecidos	
Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	14,4	Serviços especializados para construção	9,6	Serviços especializados para construção	14,4
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	8,7	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	9,4	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	13,3
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	7,0	Serviços domésticos	9,4	Serviços domésticos	6,0
Manutenção e reparação de veículos automotores	6,8	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	8,1	Obras de acabamento	5,6
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	5,1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	7,0	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4,4
Serviços ambulantes de alimentação	4,8	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	6,8	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	4,3
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	3,3			Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	3,8
Outras Atividades	49,9	Outras Atividades	49,7	Outras Atividades	48,2

(GEM, 2016, p. 60)

⁸¹ Seria um caso muito interessante de ser explorado em outras pesquisas.

Ao tratamos dos empreendedores estabelecidos (TEE), 14,4% dos negócios são atividades da indústria de transformação, no caso “serviços especializados para construção⁸²”, isto é, são serviços que orbitam sobre a grande construção civil que, no Brasil, tem sido fomentada pela burguesia nacional (médio capital) e pelo Estado (subsídios do fundo público via BNDES, Minha Casa Minha Vida, etc.). A segunda atividade da lista é cabeleireiros, com 13,3% das empresas, produção de serviços para a classe trabalhadora, cujos produtos utilizados nos serviços (cadeiras, shampoos, tintas, tesouras, etc.) provêm do grande capital.

Especificamente sobre os cabeleireiros:

Até o fim do primeiro semestre de 2016 já havia 400 mil CNPJs de MEI, micro e pequenas empresas cadastrados nesta atividade. O negócio tem impactado positivamente a economia brasileira e o mercado se mostra em crescimento constante, alavancado especialmente pela transformação do papel da mulher. **Não obstante, o setor apresenta um alto grau de mortalidade e de informalidade.** (GEM, 2016, p. 60, grifos nossos)

Um dos grandes beneficiados pelo processo de trabalho desses MPE (que precisam trabalhar para conseguir adquirir os meios de consumo para continuar trabalhando) é a indústria da beleza (farmacêutica). Seus grandes conglomerados econômicos comemoram o sucesso das vendas, conforme título da notícia: “Setor de higiene, perfumaria e cosméticos faturou R\$ 101 bi em 2014: Brasil é o terceiro maior mercado consumidor de produtos ligados à beleza. Nem mesmo a alta do dólar desanima os empresários do segmento” (GLOBO.COM, 2014⁸³). A matéria ainda informa que “em média, 80% das matérias-primas usadas nos cosméticos fabricados no Brasil são importadas, mas o preço mais salgado de alguns produtos não desanimou o mercado, que cresce em média 10% ao ano”.

Somando o primeiro segmento com o segundo, 28% dos negócios realizados pelos/as empreendedores/as no Brasil se relacionam com o grande capital, o primeiro para baratear o custo da produção e o segundo para acelerar a circulação e a troca do capital, na medida em que os produtos podem ser comprados em varejo por milhares de cabelereiros/as, no terceiro maior consumidor do mundo.

Assim, embora Siqueira e Guimarães (2006) tenham advogado corretamente pela necessidade de estudos mais realistas acerca do empreendedorismo no Brasil, a academia vem reiteradamente reproduzindo as falácias do empreendedorismo, como se essa fosse a tábua de

⁸² Esta divisão compreende a execução de partes de edifícios ou obras de infraestrutura, tais como: a preparação do terreno para construção, a instalação de materiais e equipamentos necessários ao funcionamento do imóvel e as obras de acabamento. CNAE 43.1 Demolição e preparação do terreno. 43.2 Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções. 43.3 Obras de acabamento. 43.9 Outros serviços especializados para construção. Disponível em <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?divisao=43&tipo=cnae&versao=9&view=divisao>>. Acesso em 14 mar. 2019.

⁸³ Disponível em <<http://glo.bo/1xVr2gu>> Acesso em 14 mar. 2019.

salvação da economia, enquanto o que a realidade nos mostra é que se trata do aprofundamento da miséria. O relatório do GEM, mesmo com todo o seu reconhecimento internacional por ser o principal estudo sobre a prática empreendedora no mundo, também padece da mesma parcialidade. Sobretudo, é vital para o capital que seja assim. Revelar as condições de vida e de trabalho com “estudos mais realistas” demandaria a exposição das contradições subjacentes à prática empreendedora.

Tratemos agora da relação entre faturamento e PIB. Podemos observar na tabela 8 a distribuição de faturamento e número de empregados nos negócios estabelecidos: 70% deles não têm empregados e, destes, 40% faturam até R\$ 12 mil por ano. Isto é, 70% desses empreendedores são trabalhadores, pois não investem dinheiro na forma de capital e são empreendedores precarizados, pois seu faturamento médio mensal é de aproximadamente um salário mínimo.

A pequena burguesia (como nossa empreendedora do exemplo do salão) corresponde a 1,2% desses empreendedores, fatura anualmente entre R\$ 100 e 240 mil e tem entre 2 a 6 funcionários, ou seja, no máximo R\$ 20 mil de faturamento por mês. Vemos que mesmo essa fração de classe tem um rendimento muito pequeno se compararmos com os vultosos faturamentos de outros segmentos e tamanhos de capitais.

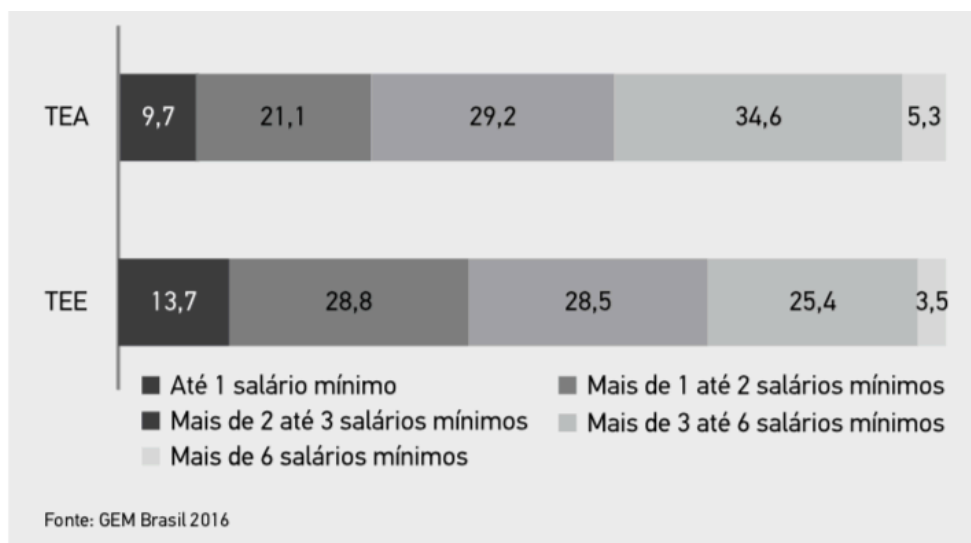
Tabela 8 – Faturamento Anual e número de empregados dos empreendedores estabelecidos

Faturamento	% dos em- preen- dedores iniciais	Número de empregados ¹				
		Não informa- ram o número de em- pregados	Não têm emprega- dos	1	De 2 a 6	De 7 a 10
Não informaram faturamento	2,9	0,2	1,3	0,3	1,1	0,0
Até R\$ 12.000,00	50,2	1,1	39,7	5,9	3,4	0,0
De R\$ 12.000,01 a R\$ 24.000,00	28,8	0,3	19,9	5,6	2,7	0,3
De R\$ 24.000,01 a R\$ 36.000,00	7,7	0,0	4,9	1,8	1,1	0,0
De R\$ 36.000,01 a R\$ 48.000,00	4,0	0,0	2,2	0,4	1,4	0,0
De R\$ 48.000,01 a R\$ 60.000,00	3,2	0,0	1,4	0,9	0,9	0,0
De R\$ 60.000,01 a R\$ 100.000,00	2,0	0,0	0,6	0,6	0,4	0,4
De R\$ 100.000,01 a R\$ 240.000,00	1,2	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0
Acima de R\$ 240.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	1,6	70,1	15,4	12,2	0,7

Fonte: GEM (2016, p. 71).

Como se é possível supor, com tal faturamento, os rendimentos são igualmente baixos, como pode ser visto na figura 7. Tratando dos empreendedores estabelecidos, 71% têm uma renda familiar de até 3 salários mínimos.

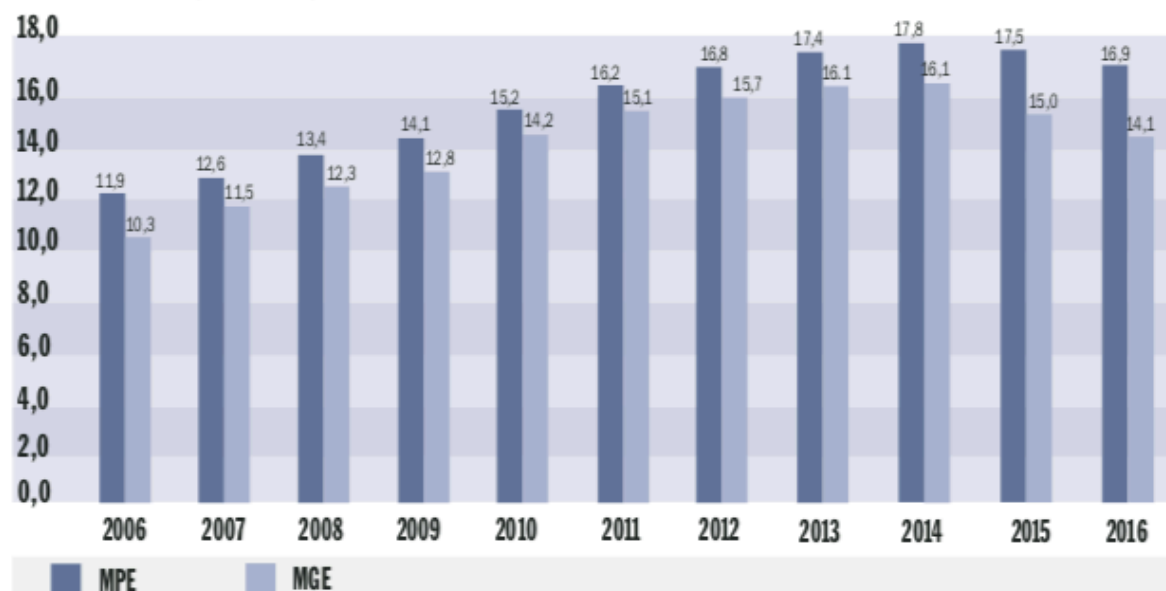
Figura 7 – Renda familiar dos empreendedores



Fonte: GEM (2016, p. 49)

Ao compararmos a quantidade e renda dos trabalhadores que atuam nas empresas do país, temos o seguinte quadro, conforme figura 8, que demonstra que a força de trabalho que atua nas MPE é superior ao número de empregados nas empresas de médio e grande porte.

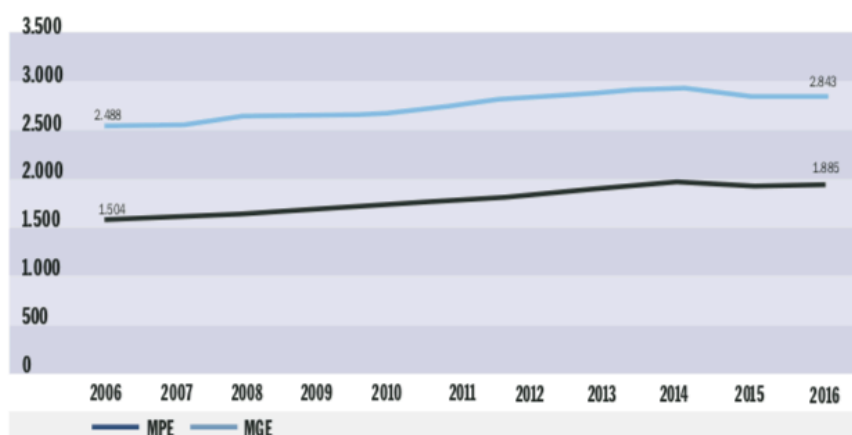
Figura 8 – Evolução do número de empregos por porte (2006-2016, em milhões)



Fonte: MTE. Rais. Elaborado por DIEESE (2018).

Isso também pode ser corroborado pelos salários pagos por essas empresas, vide figura 9. A renda dos empregados das MPE é 33% inferior aos salários pagos nas MGE.

Figura 9 – Evolução da renda média real dos empregados por porte da empresa (2006-2016, em milhões)



Fonte: MTE. Rais. Elaborado por DIEESE (2018).

Nota 1: Refere-se à remuneração média real em dezembro dos vínculos ativos em 31/12, a preços do INPC/IGBE em dez/2016.

Nota 2: Setores: indústria, construção, comércio e serviços.

“Os dados analisados indicaram que as taxas de entrada e saída do mercado decrescem com o tamanho das empresas. As maiores taxas foram observadas na faixa de 0 a 4 pessoas ocupadas (18,5% e 13,1%, respectivamente). Já as menores taxas ocorreram na faixa de empresas com 100 e mais pessoas ocupadas (1,6% e 1,2%, respectivamente)” (SEBRAE, 2017, p. 30). Porém, de acordo com o SEBRAE (2015), as MPE adicionaram a maior parte do crescimento do PIB nas últimas décadas, conforme tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição percentual do valor adicionado das Micro e Pequenas Empresas

% DO VALOR ADICIONADO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	ANO		
	1985	2001	2011
SERVIÇOS	5,87%	8,3%	10,0%
COMÉRCIO	5,9%	6,8%	9,1%
INDÚSTRIA	9,3%	8,1%	7,8%
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	21,0%	23,2%	27,0%

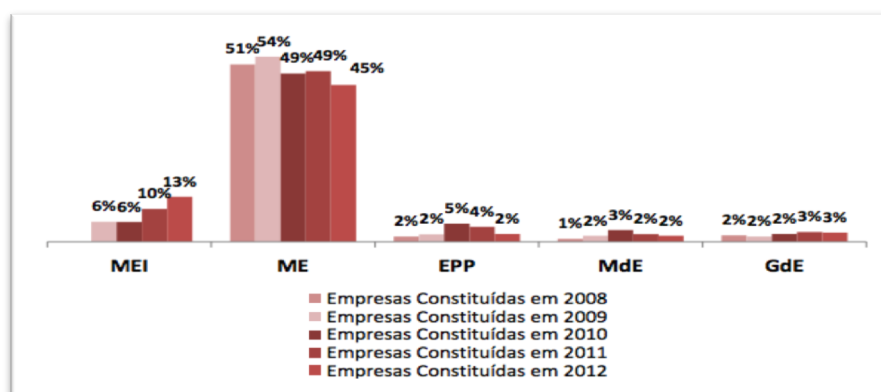
Fonte: SEBRAE e FGV, a partir de dados do IBGE.

Os dados levantados pela FGV, SEBRAE e IBGE corroboram sobre a importância da participação dos micros e pequenos negócios no PIB, seja pela quantidade trabalhadores envolvidos nessas empresas ou pela produção (ou circulação) das mercadorias, sendo um dos motivos pelo qual os ideólogos do capital reforçam a importância dos micro e pequenos negócios. Porém nós já sabemos que isso ocorre dada a dupla função da prática empreendedora,

seja para acelerar e reduzir os custos da circulação, seja se apropriar do desenvolvimento das forças produtivas criadas na forma de inovação.

O movimento de centralização do capital também explica a alta taxa de mortalidade das pequenas empresas. Na figura 10, apresentamos as taxas de mortalidades por porte. Tratamos os pequenos negócios, no caso em tela, como microempresas ⁸⁴ (não costumam ter empregados), adequando-se à classificação estatal/SEBRAE.

Figura 10 – Taxa de mortalidade de empresas de anos por porte



Fonte: SEBRAE (2015, p. 16).

Observemos, no caso dos MEI, que a mortalidade é inferior aos pequenos (microempreendedores) e a causa principal, ao tomarmos o modo de produção capitalista, é que, por trás do CNPJ do MEI, há um trabalhador por conta-própria que não tem outra alternativa para subsistir. É o caso do empreendedor precarizado que realiza alguma atividade de baixa complexidade⁸⁵; quando encerram as atividades é porque não conseguem sequer reproduzir a própria força de trabalho com a atividade.

De acordo com o GEM (2017, p. 89), as barreiras que impedem que as pequenas empresas sobrevivam e prosperem seriam: “políticas governamentais; apoio financeiro; educação e capacitação; características da força de trabalho e normas culturais e sociais”. Diante desse cenário de intensa concorrência com os grandes capitais, o fato de ter pouco (ou

⁸⁴ Seguindo a classificação do SEBRAE, os MEI seriam os conta-própria, os microempreendedores seriam os empreendedores por oportunidade mais comuns no país, enquanto as empresas de pequeno porte (EPP), as médias (MdE) e as grandes (GdE) seriam aqueles que detêm algum capital.

⁸⁵ As 10 atividades com maiores registros no MEI são: comércio de vestuário e acessórios; barbeiro, cabeleireiro, manicure/pedicure; pedreiro; cozinheiro (marmitaria, salgados, doceria); lanchonete; depilador, esteticista, maquiador; promotor de eventos; eletricitista; vendedor ambulante de produtos alimentícios (churrasqueiro, pipoqueiro, sorveteiro); panfleteiro, promotor de vendas. Conforme Central do MEI disponível em <https://centraldomei.com/top-10-cnaes-mais-utilizados-pelo-microempreendedor-individual-mei/> Acesso em 21 jun. 2018.

nenhum) capital para adiantar na forma de meios de produção e força de trabalho, atrelada à baixa produtividade – que seria o meio capaz de elevar a extração do mais-valor relativo – decorrente da precária inovação existente, faz com que os pequenos negócios sucumbam.

O maior vilão, segundo organizações como a Endeavor⁸⁶ na campanha intitulada “Burocracia Para Tudo⁸⁷” seria o Estado, pois “a burocracia que o empreendedor vive todos os dias é um dos maiores obstáculos para o crescimento no Brasil”. Atribui-se, então, à burocracia estatal a culpa pelo atraso que a formalização faz ao empreendedor e ao crescimento econômico, a despeito da existência de MPE (formais ou não) e de não haver uma relação significativa entre tal tipo de empreendedorismo e o desenvolvimento econômico, pelo contrário. E dentre os motivos que culminariam com a sobrevivência são pontuados: a) situação antes da abertura, quanto a tipo de ocupação do empresário, experiência no ramo, motivação para o negócio; b) planejamento e gestão do negócio; c) capacitação dos donos em gestão empresarial (SEBRAE, 2015).

A literatura empreendedora atribui ao próprio empreendedor a culpa pelo fracasso, tal como ocorre na produção acadêmica nacional acerca da temática, que se centra no nível do indivíduo e afasta a análise ambiental, pois, se assim o fizesse, teria que revelar que as condições para competir no capitalismo dependente brasileiro não credenciam os indivíduos da classe trabalhadora, sequer, a entrar na briga. Ou seja, se o empreendedor não prosperar, a culpa será, em primeiro lugar, do Estado que tanto burocratiza a exploração da força de trabalho quanto leva o lucro na forma de imposto; e em segundo lugar, do próprio empreendedor que não se preparou para a “batalha”. Como se é possível supor, o capitalismo aparece como solução para os problemas, não como o que ele realmente é, sua origem.

Há um trecho no livro 2 de O capital em que Marx (2014) menciona que o caráter devastador do capital não está na produção, mas na reprodução, que é o que mantém a valorização do valor operando. Antes disso, ainda em O capital livro 1, explicando sobre a reprodução simples, ele explica que

Se a produção tem forma capitalista, também o tem a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza. Por conseguinte, a máscara econômica do capitalista só se adere a um homem pelo fato de que seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, a quantia adiantada de £100 se transforma este ano em capital e produz um mais-valor de £20, ela terá de repetir a mesma operação no ano seguinte, e assim por diante. Como incremento periódico do valor do capital, ou fruto periódico do capital em

⁸⁶ “É uma organização global sem fins lucrativos com a missão de multiplicar o poder de transformação dos empreendedores”. Seja lá o isso signifique.

⁸⁷ Disponível em <http://burocraciaparatudo.com.br/>

processamento, o mais-valor assume a forma de uma renda [*Revenue*] proveniente do capital. Se essa renda serve ao capitalista apenas como fundo de consumo ou é gasta com a mesma periodicidade com que é obtida, então ocorre, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a reprodução simples. Ora, embora esta não seja mais do que a repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que ele ostentava quando transcorria de maneira isolada. (MARX, 2013, p. 642).

Ou seja, é insuficiente, para a perpetuação do modo de produção capitalista, que se gere mais-valor, é necessário, pois, que sejam continuamente desenvolvidos meios de manter-se produzindo mais-valor em ciclos cada vez mais velozes e menos custosos (MARX, 2014). Grosso modo, o período de produção (que pode, inclusive, ser maior que o período do trabalho) tende a ser acelerado pelo revolucionamento das forças produtivas e entra aí a inovação, tornando as máquinas mais velozes, a matéria-prima mais adaptável, automatizando, etc. Mas o ciclo do capital não se encerra com o período da produção, ainda haverá o momento da circulação, em que a mercadoria preche de mais-valor é levada ao mercado para ser realizada (MARX, 2014). Isso porque as condições que permitem a produção devem também permitir sua reprodução.

“Cabe considerar, agora, o processo de circulação (que, em sua totalidade, é uma forma do processo de reprodução) dos capitais individuais como componentes do capital social total, ou seja, o processo de circulação desse capital social total” (MARX, 2014, p. 452). Com a realização do mais-valor na esfera da circulação e o retorno de D' para o reinício do processo produtivo, o capital se complexifica, pois na reprodução simples do capital – improdutiva, da perspectiva do capital social – todo o mais-valor gerado é consumido pelo capitalista em bens consumo para si e sua família. Já na reprodução ampliada – produtiva, da perspectiva do capital social –, tem-se a acumulação, uma vez que parte do mais valor é empregada para aquisição de mais capital variável e constante, de modo a aumentar a escala existente de produção (MARX, 2014).

Assim, a reprodução simples trata do capitalista individual, em seu produzir e produzir novamente, enquanto na reprodução ampliada investiga-se o capital social com o movimento geral de rotação de suas frações autonomizadas (MARX, 2014). É a partir da perspectiva do capital social que Marx afirma que o capital monetário é *primum mobile immotum*, a causa inicial dos movimentos, por converter o entesouramento gerado por ciclos de apropriação de dinheiro (por meio da extração de mais-valor), em possibilidade de ampliação da produção já existente. Eis também o papel do crédito na expansão da produção.

Fizemos esse incursão para demonstrar que a questão central da prática empreendedora no Brasil se dá diante da complexidade dos movimentos de produção e de reprodução do capital

no mundo, cuja produção não pode parar de crescer e, sobretudo, a reprodução. Assim, é necessário manter inovando para seguir acumulando, mas, por outro lado, é necessário igualmente que a esfera da circulação seja capaz de realizar toda essa mercadoria.

Ademais, a expansão do capitalismo atual com sua política de estado forte com cara de novo (neoliberalismo) amplia a demanda por esse empreendedorismo precarizado, enquanto por outro lado contribui para uma significativa redução na planta industrial⁸⁸, aumento da exploração (mais-valor absoluto) da força de trabalho (contrarreforma trabalhista) e mais conflitos intraclasses capitalistas pelo fundo público do Estado (PEC do Teto dos gastos). Por isso, não é viável/possível a consolidação dos empreendedores inovadores (embora nossa força de trabalho também crie invenções apropriadas pelos capitalistas como inovação). Ou posto de outra perspectiva, é pelo mesmo motivo que os capitalistas brasileiros não têm como competir mundialmente.

⁸⁸ Segundo a CNI, o nível de industrialização do Brasil é o menor em 47 anos. Disponível em <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/> Acesso em 05 abr. 2019.

5 AS CLASSES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: EMPREENDEDORAS E EMPREENDEDORES DO MUNDO, CONECTAI-VOS?

Neste capítulo adentraremos na discussão da luta de classes. Isso porque, como ressaltam Marx e Engels (2007, p. 31) “a indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento”. Tratem-se de alguns elementos que nos permitem discutir acerca do que constitui uma classe.

Ferraz e Mena-Barreto (2012, p. 193), baseados no estudo de Hirano (1975), elencam as seguintes categorias como necessárias para compreender o movimento que possibilitam a explicação das classes (em geral, mas também especificamente) no capitalismo:

- 1) a estruturação econômica
- 2) os conflitos que se desenvolvem no campo político de acordo com distintos interesses contingentes e necessários das classes e
- 3) a consciência desses interesses, que são tantos constituintes quanto constituídos pelos e nos embates entre as classes.

Paço-Cunha (2016, p. 148), em seu estudo sobre a importância da administração política na formação dos graduandos em administração, elenca quatro critérios baseados no estudo de Iasi (2007):

- 1) classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade dos meios de produção;
- 2) pela posição no interior de certas relações sociais de produção;
- 3) pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe;
- 4) pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social.

Comparando as duas abordagens (de Hirano e de Iasi), estudadas por Ferraz e Mena-Barreto e Paço-Cunha, vemos que há certa convergência entre as condições sustentadas. Tais condições, na perspectiva de Cupertino (1978, p. 28), foram sintetizadas da seguinte maneira:

O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura sócio-econômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantêm com os outros grupos da mesma índole. (...) Esses grupos são classes sociais e essas relações são as relações de classe. Só quando se toma a relação com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural da sociedade e à explicação sociológica e histórica.

As mesmas foram pormenorizadas em cinco elementos:

- 1) Em cada modo de produção dado, as classes sociais que lhe correspondem decorrem diretamente do modo preciso de combinação dos produtores diretos com as condições materiais de produção, ou seja, do modo de distribuição dos meios de produção (...);
- 2) As classes sociais decorrem, portanto, diretamente, da esfera da produção material, da produção no seu sentido mais estreito (em oposição à produção

no sentido amplo, que incluir a circulação e, mesmo, o consumo); 3) Assim, o conceito de classes sociais se refere em cada modo de produção historicamente determinado, aos grandes grupos de pessoas que se distinguem pelas funções que exercem no processo imediato da produção social, funções determinadas pelo modo de distribuição dos meios de produção; 4) Pelo lugar que ocupam no processo da produção material – esfera decisiva e determinante de toda a atividade social durante um longo período da história do desenvolvimento das forças produtivas sociais – e como decorrência do antagonismo resultante de suas funções nesse processo, esses grandes grupos sociais, por intermédio de sua luta recíproca, desempenham o papel de “motor da história”. Nisto reside a essência dos conceitos de classe e luta de classes; 5) Ainda que possa ser acoimada de imprecisão, a utilização do conceito de classe aos modos de produção anteriores ao capitalismo se justifica na medida em que, de qualquer maneira, ele se aplica, de forma perfeitamente análoga, às diversas formas de união dos produtores diretos às suas condições de trabalho, e, em geral, à função exercida na produção. (CUPERTINO, 1978, p. 34-35).

As três definições apresentadas foram alinhadas lado a lado para facilitar nossa leitura e análise, conforme pode ser visto no quadro 7.

Quadro 7 – Fatores Básicos do que Constituem as Classes, por Hirano, Iasi e Cupertino

Hirano	Iasi	Cupertino
1) a estruturação econômica	1) Classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade , ou não propriedade dos meios de produção;	1) Em cada modo de produção dado, as classes sociais que lhe correspondem decorrem diretamente do modo preciso de combinação dos produtores diretos com as condições materiais de produção , ou seja, do modo de distribuição dos meios de produção (...);
2) os conflitos que se desenvolvem no campo político de acordo com distintos interesses contingentes e necessários das classes e	2) pela posição no interior de certas relações sociais de produção;	2) As classes sociais decorrem, portanto, diretamente, da esfera da produção material, da produção no seu sentido mais estreito (em oposição à produção no sentido amplo, que incluir a circulação e, mesmo, o consumo).
3) a consciência desses interesses, que são tanto constituintes quanto constituídos pelos e nos embates entre as classes.	3) pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe;	3) Assim, o conceito de classes sociais se refere em cada modo de produção historicamente determinado, aos grandes grupos de pessoas que se distinguem pelas funções que exercem no processo imediato da produção social, funções determinadas pelo modo de distribuição dos meios de produção.
	4) pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social.	4) Pelo lugar que ocupam no processo da produção material – esfera decisiva e determinante de toda a atividade social durante um longo período da história do desenvolvimento das forças produtivas sociais – e como decorrência do antagonismo resultante de suas funções nesse processo, esses grandes grupos sociais, por intermédio de sua luta recíproca, desempenham o papel de “motor da história” . Nisto reside a essência dos conceitos de classe e luta de classes.

Fonte: Hirano (1975); Cupertino (1978) e Iasi (2007).

Há ainda outra interpretação sobre o que definiria os elementos constitutivos de uma classe, exposta por Poulantzas (1975), e aqui resumidas como as esferas econômica, política e ideológica, com preponderância da primeira. Ainda que haja influência de um certo estruturalismo positivista neste texto, os elementos elencados não se afastam essencialmente dos que foram expostos pelos demais autores no que tange às classes. Façamos algumas reflexões.

Todas as quatro perspectivas concordam no que se refere à preponderância da posição dos indivíduos diante do modo de produção, o que Hirano chamou de “estruturação econômica”, Iasi de “posição diante da propriedade” e de “posição no interior de certas relações sociais” e mais os itens 1, 2 e 3 de Cupertino. O outro ponto que destacamos é sobre a questão política, que aparece em Hirano no item 2, ao mencionar os conflitos decorrentes das necessidades contingentes das classes; em Iasi no item 4, ao mencionar ação das classes diante das lutas e em Cupertino no item 4, também mencionando os embates como força motriz da noção de classe e, portanto, de luta de classes. O item 5 de Cupertino trata sobre o conceito de classe nos diversos modos de produção, um tema que foge do debate que estamos fazendo no momento.

Apenas Hirano e Iasi mencionam a consciência enquanto elemento identificador da classe. Sobre isso, Paço-Cunha (2016, p. 49, grifos do autor) formula a seguinte crítica, a partir da leitura de Iasi:

podemos reter, o que não é inteiramente claro ao autor, que a consciência que orienta as escolhas tanto quanto as próprias escolhas (itens 3 e 4) podem ser contraditórias ao **ser da classe** (itens e 2), de modo que o indivíduo pode pensar e agir na direção da mera reprodução das relações de classe. Para Iasi, o critério decisivo não é **ser da classe** mas o modo como, nos momentos decisivos da vida social, os indivíduos agem contraditória ou não contraditoriamente aos interesses da sua própria classe.

A formação da consciência, a subjetividade – ou espírito, se preferirem – decorre como um ato do ser social que emerge das próprias contradições e demandas na vida cotidiana, Marx (2008) nos lembra que a sociedade apenas se coloca missões que pode resolver. Assim a questão da consciência da classe enquanto tal só pode se dar mediante uma necessidade humana que engendre, entre as possibilidades de escolhas postas, uma revolução social que só será possível de ser levada a cabo pela classe trabalhadora. Neste sentido, não nos parece acertado supor que a existência de uma consciência que se vincule a uma classe ou a outra, visto que, como sabemos, e Marx e Engels (2007; 2012) nos lembram, as ideias de um tempo são ideias da classe dominante.

Assim, se tomarmos por horizonte o ser da classe a partir de sua consciência, teríamos apenas uma classe, a capitalista. Isso não quer dizer que não haja alguma consciência de classes

já presente nos membros da classe trabalhadora, contudo a existência de grupos organizados pelos seus membros não representa por si só que a consciência social desses indivíduos seja potencialmente revolucionária⁸⁹.

Além do mais, é completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundície obtemos apenas um único resultado: que **esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida [aufgehoben].** É evidente, além disso, que “espectros”, “nexos”, “ser superior”, “conceito”, “escrúpulo” são a mera expressão espiritual, idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos dentro dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ele ligada. (MARX; ENGELS, 2007, p. 36, grifos nossos).

Marx (2017, p. 146, grifos nossos) aclara que:

A grande indústria aglomera num local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide seus interesses. Mas a manutenção do salário, o interesse comum que eles têm contra o patrão, reúne-as em mesmo pensamento de resistência – *coalização*. A coalização, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre eles a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizações, inicialmente isoladas, agrupam-se, e em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais importante para elas que a manutenção do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que operários sacrificarem boa parte do salário em defesa das associações que, para esses economistas, só existem em defesa do salário. **Nessa luta – verdadeira guerra civil – reúnem e desenvolvem-se todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação assume um caráter político.** As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para a massa uma situação comum, interesses comuns. **Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma.** Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe por si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. **Mas a luta entre classes é uma luta política.**

O trecho supramencionado coloca a luta política como prática formadora dessa consciência, que só pode, portanto, se constituir, no âmbito das lutas cuja ocorrência depende das necessidades contingentes de indivíduos em situações semelhantes. Neste caso, contudo, faz pouca diferença qual função dentro do processo produtivo o sujeito realiza (se é operário, vendedor ou enfermeiro); a pauta poderia ser, por exemplo, a contrarreforma da previdência, como atualmente está em curso e disputa no Brasil.

Entretanto, o fato de o **ser da classe** atuar (ou se eximir da luta alienando ao Estado capitalista a responsabilidade pela própria sorte) contra os próprios interesses é algo que tanto representa um esforço da classe dominante de manter as aparências dos seus próprios interesses

⁸⁹ Voltaremos a essa questão mais adiante.

como se fossem os de todos, assim como é também um desafio para os grupos de trabalhadores que, por sua posição ou experiências individuais, já vislumbram a necessidade de outra sociabilidade humana. Em outras palavras, é uma missão hercúlea do nosso tempo. Por isso, Lukács (2012, p. 146, grifos do autor) destaca, “importa saber até que ponto a classe em questão realiza **conscientemente** ou **inconscientemente** as tarefas que lhe são impostas pela história”.

Tratemos as classes a partir das obras de Marx e Engels. Partamos da obra *O Capital* Livro III, capítulo 52, onde há apenas duas páginas (incompletas) cujo título é “As Classes”, único momento em que Marx tentou expor sistematicamente uma teoria das classes, mas que não chegou a concluir. O trecho é o seguinte (MARX, 2017, p. 947-948, grifos nossos):

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista.

É na Inglaterra, sem dúvida, que a sociedade moderna está desenvolvida ao máximo, do modo mais clássico. Porém, nem mesmo esse país a divisão de classes se mostra com toda nitidez. Também lá suas linhas de demarcação aparecem encobertas por graus intermediários e de transição (embora incomparavelmente menos no campo do que nas cidades). Mas isso é indiferente para nossa análise. **Vimos que a tendência constante e a lei do desenvolvimento do modo de produção capitalista consistem em separar cada vez mais do trabalho os meios de produção, bem como concentrar cada vez mais em grandes grupos os meios de produção dispersos, isto é, transformar o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital. A essa tendência corresponde, por sua vez, a autonomização da propriedade fundiária em relação ao capital e ao trabalho ou a transformação de toda a propriedade da terra em propriedade fundiária correspondente ao modo de produção capitalista.**

A próxima pergunta a ser respondida é esta: o que vem a ser uma classe? E é claro que isso decorre da resposta a esta outra pergunta: o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra constituam as três grandes classes sociais?

A resposta se encontra, à primeira vista, na identidade entre rendimentos e as fontes de rendimento. Trata-se de três grandes grupos sociais, cujas partes integrantes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda da terra, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária.

Sob esta óptica, no entanto, médicos e funcionários públicos, por exemplo, também constituiriam duas classes, porquanto pertencem a dois grupos sociais distintos, nos quais os rendimentos dos membros de cada um deles provêm da mesma fonte. O mesmo valeria para a fragmentação infinita dos interesses e das posições em que a divisão do trabalho social separa tanto os trabalhadores quanto os capitalistas e os proprietários fundiários - estes últimos, por exemplo, em viticultores, agricultores, donos de bosques, donos de minas, donos de pescueiros.

[Aqui se interrompe o manuscrito]

Como costuma acontecer com a forma de exposição marxiana, a aparência surge primeiro, suas características mais gerais, para que depois se pudesse desdobrar nas categorias mais complexas, mediações até a essência da questão.

Do referido texto, podemos extrair as seguintes considerações:

1) Embora à primeira vista possa parecer que é a fonte de renda que delimita as classes, considerando os três grandes grupos sociais apontados – renda da terra (funditários), renda dos salários (trabalhadores) e renda sobre o capital (capitalistas) – não é a renda, mas a posição dentro de uma parcela diante da divisão do trabalho social o que efetivamente separa tais categorias.

Tal constatação foi a mesma aludida por Hirano, Iasi e Cupertino, e embasada por nós a partir da propriedade, basta somente salientar que uma classe será classe na sociedade capitalista diante de seu papel do ciclo de produção e reprodução do capital, cujo elemento determinante é possuir ou não os meios de produção. Porém, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças de produtivas, outros papéis mais ou menos relacionados com essas duas posições de oposição surgem e mesmo coexistem.

Por isso, Marx fala em classes, para além de trabalhadores e capitalistas. Ademais, como se trata de uma posição diante do movimento do capital – que está sempre em movimento –, a noção de outras classes, por suposto, é dinâmica.

2) No segundo parágrafo, mostra-se que nem mesmo nas sociedades em que o capitalismo está mais desenvolvido desaparecem e/ou podem ser identificadas cirurgicamente as classes. Entretanto, o trecho também denota que identificar as frações de classe e classes de transição não é uma tarefa primordial para a compreensão do problema.

Conforme os livros 18 de Brumário de Luis Bonaparte e o As lutas de Classes na França de 1848 a 1850 (ambos sobre o golpe do sobrinho de Napoleão), Marx cita, para além das classes capitalista e trabalhadora, as classes de transição e classes intermediárias. As classes de transição seriam aquelas que restam dos modos de produção anteriores que coexistem com o modo de produção capitalista. Já a categoria “classes intermediárias” não nos permite formular uma exposição universal unívoca, porém, a partir da particularidade do capitalismo brasileiro, considerando o papel exercido pela pequena burguesia, tendemos a categorizá-los como essa classe intermediária.

Vale salientar que, no acontecimento investigado por Marx na França, a classe intermediária levou a mesma sorte dos trabalhadores, sendo cooptada pelas classes dominantes como correia de transmissão ideológica, operando principalmente por meio da política na luta de classes contra os trabalhadores e vilipendiada logo que o ataque se conclui.

3) Interessa-nos particularmente o seguinte trecho

Vimos que a tendência constante e a lei do desenvolvimento do modo de produção capitalista consistem em **separar cada vez mais do trabalho os meios de produção**, bem como **concentrar cada vez mais em grandes grupos os meios de produção dispersos**, isto é, **transformar o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital**. (MARX, 2017, p. 947, grifos nossos).

O que temos é que luta de classes consiste, igualmente, na disputa pela produção, em que capitalistas buscam meios para separar o trabalho (enquanto ato humano) dos meios de produção; por outro lado, para ampliar a produção, é necessária uma distribuição (dos meios de produção) igualmente abrangente, então o capital necessita concentrar meios de produção dispersos, para, com isso, transformar tudo o que puder em meio de extrair mais-valor. Com isso, até mesmo o trabalho improdutivo vai sendo precificado e mercantilizado paulatinamente. O fato é que a forma atual de relação entre capital, Estado e trabalhadores em sua divisão social do trabalho no mundo fragmenta e desafia nossa capacidade de compreender “por onde começar” uma nova sociabilidade. E nesse sentido, o entendimento das classes pode contribuir com a compreensão de táticas e estratégias que possam reacender os embates entre as classes em um enfrentamento mais direto, claro, e por que não, revolucionário.

Foi esta a razão de nos debruçarmos sobre a prática empreendedora. Entendo-a, a princípio, como uma posição ocupada por um grupo no ciclo de produção, cujo direcionamento político aponta para pautas muitas vezes contraditórias com seus interesses e que esses indivíduos submetidos ao empreendedorismo precarizado não se veem como trabalhadores.

Portanto, a primeira noção que precisamos ter em mente é que renda não define classe, e consumo também não. Então, o fato de as condições gerais médias de vida no planeta – acesso a saneamento básico, alimentos, internet, cultura, etc. – ser maior do que as do século passado, por exemplo, não implica em que a exploração seja menor, ou que haja uma distribuição mais igual (menos desigual) das riquezas produzidos. Lembremos que o ciclo da produção envolve circulação, distribuição e troca; que a força de trabalho, como uma mercadoria, também precisa de seus meios de produção (alimento, saúde, sono, entretenimento, etc.), então a existência de todo um aparato das mercadorias é uma condição pressuposta pela sociedade mercantil que nada muda o fato de que trabalhadores precisam continuar vendendo sua força de trabalho.

Há diversos estudos que apontam que, nas últimas décadas, o nível dos salários não cresceu na mesma proporção que o nível do lucro, com algumas exceções em casos particulares de alguns países. Quando mencionamos o que aconteceu no Brasil do Milagrinho, por exemplo, não obstante uma melhoria das camadas mais baixas, as camadas mais altas ganharam ainda mais.

Essa mediatização pode ser explicada em duas perspectivas. Uma delas é a dos países centrais, cujas atividades laborais, dada a divisão social do trabalho, busca por ocupações mais relacionadas com atividades intelectuais, cujo padrão de consumo tende a ser mais elevado, e os salários maiores, levando em conta as qualidades exigidas da força de trabalho. Já nos países

dependentes, como o Brasil, por exemplo, as atividades laborais são mais relacionadas a trabalhos manuais, menos complexos, cujos meios de produção da mercadoria força de trabalho são de cunho mais reprodutivo, alimentos, roupas, pouca educação formal, etc. Assim, grosso modo, aparentemente, haveria mais “classe média” nos países centrais que nos países periféricos. Tal aparência foi reforçada pelo *Welfare State*, enquanto no mesmo período, na América Latina, a ditadura dos Governos Civil-Militares vendia barato seus trabalhadores.

Nesse imbróglio, após 1970, a situação tem se transformado em todo mundo, dadas as mudanças no padrão de acumulação do mais-valor. Com a tendência de perda de direitos, cuja saída encontrada pelo capital foi o empreendedorismo para a classe trabalhadora, as camadas médias tendem a ficar achatadas, pois mesmo as profissões tidas como prestigiosas, como os profissionais liberais, por exemplo, vão sendo incorporadas ao ciclo do capital e à esfera produtiva.

A pequena burguesia é parte necessária da reprodução do capital, tanto por atuar na circulação quanto por ser espantalho do Estado, de modo que sua existência atua formando bolhas de capital em pequenas extrações de mais-trabalho distribuídas em todo o globo (pela difusão dos meios de produção). Apenas o grande capital tem as ferramentas necessárias para atrair para si, concentrar e acumular esse mais-valor, às custas da crescente classe trabalhadora, cada vez mais pauperizada. Esta é uma contradição da pequena burguesia.

Os que aparecem embaixo desejam subir – diante da ilusão de mobilidade social da classe média –, os que estão em cima acreditam que dão as cartas, mas são manobrados pelo Estado e pelo grande capital para explorar a classe trabalhadora em seu nome, mas para isso precisam também se deixar explorar, se quiserem permanecer na função de capataz do capital e espantalho do Estado. Enfim, o capital encontrou uma serventia para a classe intermediária e isso não poderia ser pior para a luta de classes.

Vimos que, grosso modo, podemos separar a prática empreendedora em dois grandes grupos: os que não têm empregados e os que têm empregados. Os primeiros são trabalhadores precarizados, por isso têm aparecido com certa frequência estudos que buscam separar esses empreendedores precarizados – classe trabalhadora; dos pequenos burgueses. Temos visto crescer nas alas reformistas quem celebre empreendedorismo social, empreendedorismo feminino, *spinoffs*, incumbadoras, investidores-anjos, inovação. Negligencia-se, por isso, todo o ciclo de exploração e de miséria produzida por essa atividade, que custa a saúde (e a vida) desses indivíduos, mas principalmente do ser social, isto é, das relações humanas pautadas pelas trocas mercantis.

Há um trecho relatado por Marx sobre o caso da França que nos servirá de apoio para a reflexão.

Os camponeses parceleiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. A expressão última da influência política dos camponeses parceleiros consiste, portanto, no fato de o Poder Executivo submeter a sociedade a si próprio. (MARX, 2011a, p. 142-143).

Hirano fez uma análise do mesmo excerto:

Esta colocação de Marx caracteriza claramente os pequenos camponeses proprietários como (dependendo das circunstâncias históricas definidas) constituindo uma imensa massa difusa, indefinida, desintegrada ou atomizada, **não sendo em vista disso uma classe social para si**. Em contrapartida, se os pequenos proprietários se configurarem tendo como seus elementos constitutivos básicos: a) a oposição do seu modo de vida, de sua cultura aos das outras classes da sociedade; b) isto é, a oposição de seus interesses em relação aos de outras classes; c) organização política, então, eles se constituem em classe. **Estes atributos (não somente da classe de pequenos proprietários, mas da classe social em geral) transformam-nos em grupos sociais efetivos de oposição em termos de lutas de classes. Sem eles formam apenas classes sociais em potencial.** (HIRANO, 1974, p. 106-107, grifos nossos).

A descrição que Marx fez dos camponeses da França (a maior parcela daquela população naqueles idos) explica os empreendedores pequenos burgueses, em seus restaurantes e salões de beleza, assim como sua consciência de classe, em face das condições materiais de sua produção se darem capitalisticamente, por conta de seu isolamento decorrente da competição, diante de seu afastamento do Estado que só “atrapalha”, dado o seu pouco poder de barganha perante fornecedores (o grande capital), mas ao mesmo tempo não tendo um patrão, folha de ponto, mandatário, faz com que esse grupo não exista enquanto classe, mas

apenas como grupo. Sem uma pauta política, o discurso do capital, que encontra respaldo do cotidiano desses indivíduos encontra terreno fértil para crescer.

Mas é no empreendedor precarizado, o maior contingente da força de trabalho brasileira que a prática empreendedora causa um dano ainda maior. Pois na luta de classes, a prática empreendedora é por um lado, meio de vida para subsistência da classe trabalhadora, fugindo do desemprego estrutural, pois o que poderia ser uma possibilidade de resistência e revolta contra o capital, mas por outro lado, sua apropriação no âmbito do ciclo produtivo, e toda natureza de formulação ideológica concernente, oculta as contradições do processo de “empreendedorização” da força de trabalho, servindo ao mesmo tempo como conteúdo ideológico apologético à sociedade capitalista como única possível.

Tudo isso foi possível graças ao desenvolvimento das forças produtivas, voltamos aqui para a inovação, que é também uma das funções principais da prática empreendedora.

A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento – (...); mas onde estaria a ciência natural sem a indústria e o comércio? (MARX; ENGELS, 2007, p. 31)

A ciência burguesa caminha cumprindo seu papel a serviço da sua classe, em sua relação dialética com o ciclo de valorização do valor, por isso não se pode prescindir da “inovação dos empreendedores”. Ratifica-se, assim, como a prática empreendedora é utilizada como elemento desequilibrador na luta de classes.

Por isso é insuficiente reduzir a tática de luta à crítica teórica, pois a prática empreendedora não é uma questão de “escolha”, mas de redução material das possibilidades de escolha, que precisa ser encarada como um condicionamento material do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas. É necessária uma saída real para um problema real.

Ademais:

À medida que a história avança, e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar-se conta do que se passa diante de seus olhos e tornar-se porta-vozes disso. Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto estão no início da luta, eles veem na miséria somente a miséria, não veem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desse momento, a ciência produzida pelo movimento histórico, e associando-se a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária. (MARX, 2017, p. 113).

É sobre esse potencial subversivo da ordem da vigente que trataremos a seguir.

A transição de uma classe-em-si para uma classe-para-si, particularmente no caso concreto da classe dos trabalhadores, compromete-se com a “transformação consciente da sociedade” (LUKÁCS, 2012, p. 176), contudo, isso não se configura numa tarefa de cunho abstrato, cujas bases estão em teorias bem elaboradas. Talvez seja o oposto do formulado

Lukács, a transformação da sociedade mudará a consciência. Mas por onde começar? Quem hoje é a classe trabalhadora?

Pois, “a existência de uma classe dominante torna-se, cada dia mais, um obstáculo para o desenvolvimento da força produtiva industrial e, em igual medida, para o da ciência, da arte e, principalmente, o das formas cultas de relacionamento” (ENGELS, 2015, p. 48), de maneira que:

No momento em que a capacidade de produção do trabalho humano tiver se desenvolvido a esse nível [para cada um conforme a sua necessidade e de cada uma a sua capacidade], desaparecerá todo e qualquer pretexto para a existência da classe dominante. Pois a razão última com a qual se defendeu a diferença de classes sempre foi esta: é necessário haver uma classe que não é obrigada a esfalfar-se com a produção de seu sustento diário para que tenha tempo de prover o trabalho intelectual da sociedade (ENGELS, 2015, p. 48).

A existência de uma classe dominante se mostra como um obstáculo para sociabilidade humana emancipada, por isso Marx a nomeia como pré-história da humanidade, dada a necessidade de exploração do mundo (natural e social) diante da desumanização do modo de produção vigente. Nesse caminho, é preciso estabelecer, de partida, que a classe encarregada dessa tarefa hercúlea é classe dos trabalhadores, e isso não é uma questão de justiça social, moral ou qualquer outro fundamento abstrato da sociedade capitalista. Trata-se de uma questão da natureza do ser social, ou uma questão ontológica, diriam os lukacianos.

Marx (2010a) aponta que apenas uma classe que não componha as instituições sociais que dependem do capital tem o potencial para desfazê-la. Ora, a classe trabalhadora vive do suor do próprio trabalho, e não da extração do mais-valor, é uma classe que não tem nada a perder, visto não possuir posses ou títulos e, contraditoriamente, ser a classe responsável pela manutenção do intercuro com o mundo material ao produzir bens que são transformados em mercadoria pelo capital:

uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a **perda total** da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um **reganho total** do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o **proletariado** (MARX, 2010a, p.156).

O que está em evidência é a possibilidade concreta de emancipar não apenas a classe trabalhadora da condição de exploração e desumanização, mas libertar todas as classes da condição de estranhamento sob a qual o sistema de produção capitalista, e suas personificações, sujeitam os indivíduos, o que demanda condições objetivas e subjetivas.

“Desde que a crise econômica final do capitalismo entrou em cena, o destino da revolução (e com ela o da humanidade) depende da maturidade ideológica do proletariado, da sua consciência de classe” (LUKÁCS, 2012, p. 174). É preciso salientar certo idealismo no

excerto, no entanto, hoje sabemos que a crise econômica apontada por Lukács não era a final e que os enfrentamentos entre trabalhadores e capitalistas nos ensinaram que não é maturidade ideológica que opera a revolução, como as experiências de iniciativa socialistas que ocorreram no século XIX e no século XX. A consciência de classe depende de uma atuação econômica e política enquanto tal. Como fazer isso nos dias de hoje com a classe trabalhadora separada, dispersa, difusa e ao mesmo tempo tão interconectada? Infelizmente não teremos resposta para essa questão, mas é ela que devemos enfrentar para conseguir colocar a luta de classes na ordem do dia.

Cabe mencionar que Marx não discutiu os problemas da transição para o socialismo, exceto algumas partes da Crítica do Programa de Gotha e do Manifesto do Partido Comunista. Assim, diante da condição material do século XIX, não podemos, portanto, encontrar soluções para os problemas que o futuro reservaria, e, como o próprio pensador alemão nos ensina, é a forma mais desenvolvida que explica a mais embrionária, e não o contrário. As condições concretas devem ser tratadas diante do caso concreto.

A burguesia, enquanto classe, passou da classe em si para tornar-se classe para si, ou seja, conscientes de seu papel e potência no final do período feudal. “Não obstante o caráter nada heroico da sociedade burguesa, muito heroísmo havia sido necessário, além da abnegação, do terror, da guerra civil e de batalhas entre povos, para trazê-la ao mundo” (MARX, 2011a, 2011, p. 27).

Na atual sociedade, é a classe trabalhadora que traz consigo o potencial revolucionário, e assim como ocorreu com os capitalistas quando eram classe revolucionária, também as lutas dos trabalhadores são duramente combatidas, vide a caça aos comunistas na Guerra Fria, no Holocausto, na ditadura civil-militar na América Latina e todo o contramovimento da direita no mundo hoje, com a redução do Estado para a classe trabalhadora e criminalização dos movimentos sociais, com as correntes irracionistas ocupando a academia, etc.

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

E prosseguem um trecho mais adiante:

A diferença entre o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe, a contingência das condições de vida para o indivíduo aparecem apenas juntamente com a classe que é, ela mesma, um produto da burguesia. Somente a concorrência e a luta dos indivíduos entre si é que engendram e desenvolvem essa contingência enquanto tal. Por

consequente, na representação, os indivíduos são mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida lhes são contingentes; na realidade eles são, naturalmente, menos livres, porque estão mais submetidos ao poder das coisas (MARX; ENGELS, 2007, p. 65).

A constatação que se chega é que, por mais que seja necessário o trabalho formativo (a educação, em sentido amplo), ou seja, todo o trabalho de base que pode e deve ser feito no âmago da classe trabalhadora por seus membros e grupos que dele se retroalimentam, como os intelectuais orgânicos, por exemplo, a condição de possibilidade de libertação da classe trabalhadora depende primordialmente de sua capacidade de superar as contingências que se apresentam e, com isso, por meio da ideologia, acessar as contradições ocultadas sobre essas mesmas situações contingentes.

De acordo com o já exposto, é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criações dos homens). A dependência *multifacetada*, essa forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, é transformada, por obra dessa revolução comunista, no controle e domínio consciente desses poderes, que, criados pela atuação recíproca dos homens, a eles se impuseram como poderes completamente estranhos e os dominaram. (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Apresenta-se o resumo do envolver da luta de classes por Marx e Engels (2007, p. 41-42, grifos nossos):

1) No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; **uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista**, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe;

2) que as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo **poder social, derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso**; é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou;

3) que em **todas as revoluções anteriores a forma da atividade permaneceu intocada, e tratava-se apenas de instaurar uma outra forma de distribuição dessa atividade**, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, enquanto a revolução comunista volta-se contra a forma da atividade existente até então, suprime o trabalho e supera [*aufhebt*] a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes, pois **essa revolução é realizada pela classe que, na sociedade, não é mais considerada como uma classe, não é reconhecida como tal, sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no interior da sociedade atual**

4) que **tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução**;

que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade.

Fica a seguinte provocação, partindo das ações contrarrestante do capital: estando a classe trabalhadora espalhada trabalhando em suas casas, nas calçadas dos grandes centros, dentro de suas lojas, em seus consultórios e escritórios; estando a classe trabalhadora cada vez mais submetida a uma prática empreendedora precarizada, sendo tal movimento uma ação global (vide as taxas de empreendedorismo no mundo), ou seja, sem bandeira nacional; considerando a precarização do trabalho e das condições de vida médias gerais em ascensão; considerando também a redução do Estado em seu papel de apaziguador da luta, seria a prática empreendedora uma possibilidade concreta para o surgimento de uma consciência revolucionária?

Eis uma resposta guardada para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de chegada desta pesquisa nos levou muito além de onde supúnhamos no ponto de partida. Nesse curso, investigamos como a prática empreendedora se desdobra no ciclo do capital no Brasil e seu engendramento na luta de classes. Nossa suspeita, assim como a de parte significativa de pesquisadores, era a de que o empreendedorismo representaria um obstáculo à consciência de classe. Descobrimos que a prática empreendedora arrefece a luta de classes, mas não apenas; é ideologia, mas não apenas; precariza e pauperiza os/as trabalhadores/as, mas não apenas.

Vimos que a particularidade do capitalismo brasileiro propicia a proliferação da prática empreendedora em condição de precarização. As causas para isso datam do processo de industrialização, iniciado por volta de 1930, passando pelo período da ditadura burgo-militar, até a redemocratização. A prática empreendedora esteve presente desde o início do capitalismo brasileiro, oferecendo um ambiente fértil para que o espírito empreendedor pudesse ser difundido. Desde a década de 1950 – após o processo de urbanização decorrente da industrialização –, esse contingente vem se amontando nos grandes centros sem perspectiva de venda da própria força de trabalho, são os informais, autônomos, meeiros, conta-própria, buscando toda sorte de trabalho que se torne uma opção para fugir da miséria.

Num país com volume tão expressivo de exército de reserva, ser “empreendedor” aparece como uma alternativa moralmente mais aceitável, embora, na prática, a contingência imediata afaste a possibilidade de um horizonte de transformação real, pois a prática empreendedora no Brasil se relaciona, em maior medida, como uma opção, muitas vezes a única, para que um enorme contingente de trabalhadores possa se sustentar. Desse modo, a prática empreendedora é um caminho para aumentar a pauperização da classe trabalhadora e contribuir com o ciclo do capital e também para reduzir o papel do Estado na devolução do mais-valor represado como fundo público.

O que se pode ver atualmente é uma deterioração das condições gerais de subsistência, isto é, pauperização, precarização das relações de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, redução dos salários médios, encurtamento das classes intermediárias, pois “todos” devem empreender – funcionários do governo, médicos, advogados, pequenos produtores agrícolas, dentistas, professores, etc. Já paralelamente há a disseminação do empreendedorismo como caminho para “criar” uma sociedade melhor e mais inovadora.

O capital, em sua reprodução vampiresca, encontra novas maneiras de continuar sugando sangue humano, amplia seus braços por todas as regiões e atividades que por acaso ou sorte ainda não tenham sido tocadas. Nesse movimento, o espírito destes tempos é o espírito empreendedor, do indivíduo onipotente, solitário, valente, que tudo suporta, que recomeça, mas, sobretudo, que não tem muitas opções a não ser se empenhar na missão.

Não estamos com isso fazendo uma apologia ao empreendedorismo, pelo contrário, precisamos combatê-lo dado seu efeito econômico, político e humano. Por outro lado, é preciso que enfrentemos o capital de frente, agarrando-o pela raiz, se quisermos alguma chance, pois acabar com toda a ilusão criada em torno da prática empreendedora não salvará a classe trabalhadora do seu devir dentro da sociedade burguesa. Essa pois, talvez, seja uma contradição primordial para a prática empreendedora: não há reformismo que a salve. De maneira que, na direção e na velocidade em que a produção avança – extraindo mais-valor que é mais-trabalho, que é tempo de vida – acreditamos que em pouco tempo a situação chegará em níveis caóticos, ocorrendo uma nova agudização da crise.

Quanto à classe burguesa, há também entre eles uma disputa interna, afinal a concorrência de todos contra todos exige que sejam sofisticadas as formas de extrair e puxar para si o mais-valor produzido. Eis o papel da inovação. Eis o papel do capital financeiro.

No caso brasileiro, apenas uma parte ínfima dos empreendedores atua na indústria de transformação ou setores de serviço que podem ser considerados produtivos, isto é, que conseguem adicionar valor à mercadoria comercializada, dada a baixa capacidade tecnológica.

Essa parte dos empreendedores atua prestando serviços para outras empresas, a maior parte desses negócios são relacionados à construção civil e manutenção de veículos. São atividades complementares que orbitam sobre os grandes negócios, oferecendo mão de obra barata (terceirização), pois são atividades de baixa complexidade e tecnologia, cujo principal fator produtivo é a força de trabalho. Nesses setores, há um quantitativo considerável de empregados, e, assim, de exploração, eles constituem a classe dos pequenos burgueses. Essa fatia da população emprega o maior contingente da classe trabalhadora, muitos deles sem a mediação do Estado, isto é, sem a formalização do contrato de trabalho.

Nesses casos, a superexploração dos trabalhadores contratados gera um excedente que passa rapidamente pela mão do aprendiz de burguês (o pequeno burguês) e segue para seu destino final: o grande capital, que é quem detém a capacidade tecnológica, produtiva e política de puxar para si aquilo que outros produziram. O pequeno burguês fica com uma parte suficiente para manter o negócio (afinal, a força de trabalho precisa continuar existindo para

baratear o custo da grande empresa), mas insuficiente para que ele acumule e amplie a valorização do valor.

Há ainda as empresas que atuam na indústria de transformação, são as de médio e grande porte, no caso, são os capitalistas brasileiros, que, se considerarmos sua concentração de capital em relação ao restante do mundo, são burgueses de capital médio. Diferente do que as alas progressistas, desenvolvimentistas ou reformistas possam argumentar sobre a falta de **vontade** e de **visão** dos capitalistas nacionais, não se trata, em absoluto, de empenho, foco, etc. Na competição mundial e diante da divisão internacional do trabalho, muito pouco é possível fazer no que tange à disputa do mercado.

Não estamos sustentando com isso que não exista uma burguesia nacional. Estamos salientando que os capitalistas nacionais, principalmente por conta da acumulação primitiva, mas também pelo desenvolvimento das forças produtivas, não têm capacidade para fazer frente ao capital transnacional. Nosso capitalismo foi hipertadio e é, necessariamente, dependente.

Tal contexto, entretanto, discordando de projetos industrializantes e (neo)desenvolvimentistas, não implicam um “etapismo”, que seria necessário, antes, de nos tornarmos capitalistas para que se possa considerar um processo revolucionário. A nossa história de escravismo, violência, capitalismo, violência, etc. tanto forjou relações capitalistas singulares no Brasil, o ornitorrinco, como diria Francisco de Oliveira (2015), assim como, dialeticamente, engendra uma classe trabalhadora particular. Não houve uma transição entre feudalismo e capitalismo como nos moldes europeus, o capitalismo local combina aspectos da produção clássica – da indústria, por exemplo – sem abandonar o campo ou o artesanato. Se o capitalismo brasileiro tem uma natureza própria, seu revolucionamento, no entanto, é condicionado pela união dos trabalhadores do mundo.

Como Marx (2014) alertou, pior que a produção só mesmo a reprodução, de modo que o ciclo reprodutivo em suas metamorfoses busca garantir a valorização do valor nos patamares desejados, e, nessa dinâmica, os países que o GEM chamada de grupos de eficiência e de fatores são o proletariado do mundo, superexplorados e devidamente ameaçados pelo aparato de contenção e violência estatal para que a luta de classes siga abafada.

O Estado intermedeia o estímulo ao empreendedorismo sob a justificativa de combate aos índices de desempregos e assim faz parecer que a produção econômica está em harmonia com os interesses da população. Ora, nada mais característico que colocar os interesses burgueses como se fossem de todos, assim o Estado atua no arrefecimento da luta de classes.

Por isso reforçamos ao longo dessa pesquisa a necessidade de superar o termo neoliberalismo, concordando com o que tem sido sustentado por alguns marxistas. O termo,

além de não ser coerente, pois não se assemelha à escola liberal, visto que depende do Estado, tira o foco do principal: o que está havendo é o velho capitalismo se valendo de artimanhas para obter vantagens na luta de classe. Ademais, as alas progressistas também criticam o neoliberalismo, mas, para defender um retorno à social-democracia, o que para nós é uma alternativa pouco provável, a roda da história não retroage e as condições para produzir hoje são distintas das condições do século passado. Não obstante, vale lembrar o seguinte:

O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele está baseado nessa contradição. Ele está baseado na contradição entre a vida pública e a vida privada, na contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. Sim, frente às consequências decorrentes da natureza associal dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências a lei natural da administração é a impotência. (MARX; ENGELS, 2010, p. 39).

Em suma, não será o Estado que garantirá o combate à desigualdade, o fim da exploração, a geração de riquezas, etc; há apenas uma classe com potencial para isso, a classe trabalhadora.

A conjuntura atual pode ser explicada pelo desenvolvimento das forças produtivas, cuja crise de 1970 trouxe à tona a prática empreendedora (aludida por Schumpeter, embasada por Schultz e pressuposta desde o início do século XX pela Escola de Chicago que acabou se tornando uma “saída” para o desemprego estrutural e suas consequências econômicas e sociais; para desequilibrar a disputa pelo fundo público estatal; também para extrair mais-valor com menos adiantamento de capital fixo e sem necessitar garantir o tempo de trabalho necessário – tudo é excedente.

Essa nova forma de organizar o processo de trabalho, sem alterar as relações capital-trabalho, foi propiciada pelo desenvolvimento das forças produtivas, tanto no que tange à evolução da tecnologia (e da ciência), pelo aumento da produtividade e pela destreza dos trabalhadores, ou seja, a progressão dos meios de produção e das qualidades força de trabalho (cada vez mais manual, visto que a máquina “pensa”, pois é *smart*) garante que a gestão do processo de trabalho ocorra, centralize e acumule, ainda que a distribuição dos meios de trabalho e da força de trabalho esteja descentralizada.

Nessa rota, a ideia de um espírito empreendedor, que, durante os primeiros séculos do capitalismo, esteve vinculada aos indivíduos da classe capitalista, mudou de lado sendo exortada como se fosse possível para os trabalhadores. Obviamente que a explicação dos ideólogos do capital é outra; segundo eles, não há mais patrões e empregados, todos podem ser capitalistas, não há mais contradições. Sobretudo, não haveria luta de classes, pois todos

desejariam a mesma coisa: mobilidade social, prestígio no mercado, menos Estado e mais liberdade.

Tal discurso encontrou respaldo nas condições de vida da classe trabalhadora: desempregada, vilipendiada pelo Estado (que serve à burguesia), tendo que manter intensas jornadas de trabalho (formal, informal, por produção, etc.) para conseguir reproduzir a própria força de trabalho, de modo que o empreendedorismo aparece como um caminho de prosperidade frente às limitadas opções de venda de força de trabalho tradicionais. E com um bônus: sem patrão.

Assim, a prática empreendedora no Brasil atua como superexploração da força de trabalho em que os empreendedores precisam entregar a parte do leão⁹⁰ para o Estado e/ou para o grande capital, que, por sua vez, não pode(m) abrir mão desse miolo da classe trabalhadora, eis a lei geral de acumulação capitalista agindo.

Vimos que a sustentação ideológica do empreendedorismo como único meio possível de vida é reproduzida tanto pela mídia quanto pelas instituições educacionais que defendem o “espírito empreendedor” como a “ética” destes tempos. No Brasil, o principal fomentador é o SEBRAE, que, como vimos, já nasceu para atuar politicamente engajado com o grande capital, para sustentar as pautas do grande capital como se fossem da classe trabalhadora.

Vimos também que o GEM (2017) é o principal relatório de monitoramento mundial da prática empreendedora, cuja função pode ser resumida em duas atividades: i) servir de instrumento de controle e como matéria-prima para ações de expansão da prática empreendedora (em suas diversas esferas, político-econômico-sociais); ii) garantir que todos continuem acreditando que o empreendedorismo é a melhor saída para a (re)produção da vida.

Sustentamos essa segunda afirmação em duas evidências: 1) independente da economia do país estar em crescimento ou em estagnação econômica, continua-se estimulando a prática empreendedora; 2) a classificação dos países em grupos segundo suas características cria uma (falsa) perspectiva de mobilidade (ou de desenvolvimento econômico, como eles chamam), existe até mesmo uma agenda com passos para que os países ascendam de posição e deixem de ser “atrasados”. Não obstante, o que pudemos constatar é que a ideia de desenvolvimento

⁹⁰ Refere-se à fábula “O leão caçador”. “Nesta fábula, o leão saiu para caçar, levando consigo o boi, seu “senescal”, e o lobo, seu “preboste”. Ao matarem um cervo, o leão não quis dividi-lo com ninguém, alegando que lhe pertencia não apenas por tê-lo matado, mas, principalmente, porque era o rei. Em outra ocasião, estava no bosque com alguns companheiros. Capturaram outro cervo, e o leão procedeu da mesma maneira. Afirmou que a maior parte era sua, pois era o rei e a corte o outorgava. Sua também era a segunda parte, porque havia perseguido a caça. Finalmente, a última parte também lhe pertencia, porque era o mais forte. Disponível em <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/140000219_ARQUIVO_OLeao-UsouseSignificadosdeumaAlegoriaemFontesMedievais.pdf>

econômico igualitário não é compatível com o capital. Contudo, ela necessita ser monitorada, pois cumpre uma função na valorização do valor.

Essas disputas pela produção da riqueza, pelo fundo público, por melhores condições de trabalho são todas demonstrações da luta de classe. Talvez a ideia de “luta” remeta a enfrentamentos mais diretos, greves, protestos, assembleias, câmaras, onde a disputa é explícita, entretanto a luta está inevitavelmente em todos os aspectos da nossa vida. Como mencionamos nesta pesquisa, embora a produção – o aspecto econômico – seja preponderante, as relações capitalistas igualmente se dão no consumo, na troca e onde mais o empreendedorismo se desenvolver. A luta, portanto, não poupa os livros que consumimos, os lugares que frequentamos, nossa prática profissional, embora ela só se torne para si quando a levamos para o âmbito da disputa política.

Assim, a luta de classe só pode ser analisada em seu caráter dinâmico, complexo e repleto de mediações, isto é, apenas com a busca pela totalidade, seja no aspecto econômico (a produção capitalista), nas relações e disputas (luta de classe em si) e nos enfrentamentos políticos, que, hoje, são mediados pelo Estado.

A classe trabalhadora no Brasil, no entanto, historicamente não exerce uma relação formalizada de venda de força de trabalho, o que lhe coloca alguns desafios quanto ao reconhecimento das contradições de sua classe. A maior parte da força de trabalho é, desde o processo de industrialização, em meados do século passado, constituído de contas-própria, trabalhadores informais. Esse número tende a ser intensificado com a intensa desindustrialização⁹¹ e com a estagnação econômica. Isto é, a prática empreendedora e sua subjetividade, seu espírito empreendedor, tendem a ser intensificados.

Os empreendedores que formam a pequena burguesia, por sua vez, padecem dos mesmos vícios que seus ídolos. Na melhor das hipóteses, sustentam uma social-democracia como melhor caminho para seguirem atuando como gerente do capital e explorando a classe trabalhadora. A relação entre eles e o grande capital é autodestrutiva, mas eles só poderão perceber isso com um revolucionamento em curso, pois as suas necessidades imediatas e sua pauta política não os colocam como aliados de quem exploram.

Em outras palavras, o capitalismo atual potencializa as qualidades da força de trabalho requeridas pelo capitalismo em seu estágio nascente, o individualismo, a concorrência, a alienação, a reificação, o fetiche da mercadoria, a mercadoria força de trabalho agora pode ser um empreendedor, não apenas um operário. Ser um empreendedor se torna signo de coragem,

⁹¹ É o menor nível de industrialização de produtos de transformação desde 1947, conforme relatório da CNI. Disponível em <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508>.

ousadia, competência e uma possibilidade de mobilidade social, que sabemos que é apenas uma cesta de consumo maior ou de mais qualidade. Tal reprodução e difusão de um espírito empreendedor são possibilitadas pela divisão social do trabalho, reforçada pelos ideólogos do capital, como já mencionamos.

Não será, portanto, uma palestra sobre a condição de empreendedorismo precarizado que mudará o quadro ou a consciência desses indivíduos, embora palestras também tenham sua parcela de contribuição. Será necessário saber como 13 milhões de desempregados e 23 milhões de trabalhadores por conta própria podem reproduzir a própria existência, sendo este um elemento crucial para conseguir levar a luta de classes para a rua.

Acreditamos que não é o capitalismo que esteja em crise, trata-se, pois, do esgotamento do seu padrão de acumulação vigente, sendo tal diferença importante, pois o capital é, sobretudo, uma relação social. Assim, nem se pode afirmar que é a economia que mecanicamente move a luta de classes, bem como não se pode afirmar que é a luta de classes que move a esfera econômica. O enfrentamento da luta de classes é dinâmico e multifacetado, dialético, envolve taxas de lucros, contudo também envolve a decisão de transformar o mundo.

Pudemos apreender nesta pesquisa que a luta de classes e a consciência de classe são engendradas nas contingências, na imediaticidade da vida e também a partir da subjetivação de uma necessidade de superação do que está posto. Viu-se também que a classe que domina os meios de produção produz as ideias do seu tempo; entretanto, por meio da ação no mundo, os indivíduos acessam as contradições entre a produção da vida e o mundo das ideias, sendo esse o papel da ideologia.

Finalmente, cabe-nos ressaltar que os reformistas acreditam que é possível melhorar o capitalismo seja por meio do Estado, seja com menos Estado, seja por um “governo melhor”. Há, por sua vez, os revolucionários: “Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova” (MARX; ENGELS, 2010, p. 63). Nunca foi tão necessário radicalizar a luta de classes.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. **A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária**. São Paulo: Página 7 Artes, 1990.
- ALMEIDA, L. Governo revisa projeções e anuncia PIB menor e inflação maior para este ano. 22 maio. 2019. **Uol Economia**. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/05/22/governo-diminui-perspectiva-pib-inflacao.htm>. Acesso em 24 maio. 2019.
- ALMEIDA, F. M.; VALADARES, J. L.; SEDIYAMA, G. A. S. A Contribuição do Empreendedorismo para o Crescimento Econômico dos Estados Brasileiros. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 6, n. 3, p. 466-494, 2017.
- ALVES, A. J. L. A crítica marxiana da questão de método. **Sapere Aude-Revista de Filosofia**, v. 6, n. 11, p. 31-68, 2015.
- ANTUNES, C. S. **A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas: Autores associados, 2012.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ANPAD. Divisões Acadêmicas/Comitês Científicos/Temas de Interesse. Disponível em http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=93&cod_edicao_subsecao=1514. Acesso em 31 mar. 2018.
- AUTIO, E.; FU, K. Economic and political institutions and entry into formal and informal entrepreneurship. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 32, n. 1, p. 67-94, 2015.
- AYUSO, S. O futuro incerto dos novos autônomos de Cuba. **El País**. 28 mar. 2016. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/27/internacional/1459113296_458260.html. Acesso em 05 abr. 2019.
- BACELAR, S. D.; TEIXEIRA, R. M. Produção Científica sobre Empreendedorismo no Brasil: estudo bibliométrico das publicações em periódicos e eventos entre 2008 e 2014. **IX EGEPE, Passo Fundo, RS. Anais...** Passo Fundo, 2016.
- BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. A. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, 2008.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Apontamentos sobre axiologia, Ideologia e a ética do empreendedorismo. **Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA**. v. 32, n. 2, p. 93, 2017.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

- BRASIL, M. V. O.; NOGUEIRA, C. A. G.; FORTE, S. H. A. C. Schumpeter e o desenvolvimento tecnológico: uma visão aplicada às Pequenas e Médias Empresas (PMEs). **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 38-62, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento econômico e o empresário. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 2, n. 4, p. 79-91, 1962.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O Segundo Consenso de Washington e a Quase-Estagnação da Economia Brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 3, 2003.
- BRITO, L. A tríade “gestão por competências, gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional”: tendências que ficaram. IN: SOBOLL, L. A.; FERRAZ, D. L. S. **Gestão de pessoas: armadilhas da organização do trabalho (org)**. São Paulo: Atlas, 2014.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando?. **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom aos caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- Cómo el “cuentapropismo” está cambiando Cuba. BBC Mundo. 16 ago. 2013. Disponível em https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/08/130729_economia_cuba_reformas_testimonio_s_aa . Acesso em 05 abr. 2019.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, 2011.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Linguagem, relações de poder e o mundo do trabalho: a construção discursiva do conceito de empreendedorismo. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p.995-1018, 2008.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 2, p. 357-375, 2012.
- COSTA, C. Indústria 4.0: o futuro da indústria nacional. **POSGERE-Pós-Graduação em Revista/IFSP-Campus São Paulo**, v. 1, n. 4, p. 5-14, 2017.
- CUPERTINO, F. **Classes e camadas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAMIÃO, D. R. R.; SANTOS, D. F. L.; OLIVEIRA, L. J. A ideologia do empreendedorismo no brasil sob a perspectiva econômica e jurídica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**. v. 13, n. 25, p. 191-207, 2013.
- DESJARDINS, J. \$63 Trillion of World Debt in One Visualization. **Visual Capitalist**. 27 Out. 2017. Disponível em <https://www.visualcapitalist.com/63-trillion-world-debt-one-visualization/>. Acesso em 05 abr. 2019.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. Estudos e Pesquisa, n. 74, DIEESE, 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf> . Acesso em 05 abr. 2019.

DIAS, V. T. Criação e trajetória de uma agência no âmbito do Estado Integral: o caso do SEBRAE. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-industrial**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 1993.

DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Pioneira. 2002.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo, Boitempo, 2015.

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: rediscutindo categorias**. 275 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2010.

_____. A administração de recursos humanos como conhecimento que constitui uma consciência de classe para o capital. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 9, n. 2, p. 65-87, 2016.

_____. **Sentidos e Significados das Reformas**. Palestra proferida no Seminário Reforma Trabalhista e da Previdência Social: Crítica Jurídica e Teoria do Valor em Marx. 2017. Disponível em <<https://youtu.be/WQBSEkzSvdw>> .

_____.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J. M. Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **Revista Eletrônica de Administração**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 1-30, set. 2018. ISSN 1413-2311. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/read/article/view/80474>>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____.; FARIA; J. H. Sequestro da subjetividade: compreendendo a essência da produção e apropriação da subjetividade do trabalhador e da trabalhadora. Colóquio Internacional de Epistemologia e da Sociologia da Ciência da Administração. **Anais Eletrônicos do VI Colóquio de Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, 26 a 28 de abril de 2017. Disponível em <http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2017/04/ANE-8872.pdf> Acesso em Acesso em 15 Maio 2017.

_____.; MARTONI, V. B. M.; CHAMBERLA, D. Modelo Hélice-Tríplice: um mecanismo econômico e ideológico para concretizar os interesses do capital. **Cadernos de Pesquisas Interdisciplinares em Ciência Humanas**. v. 13, n. 103, p. 115-145, 2012.

_____.; BARRETO, J. A. M. A organização dos trabalhadores desempregados como mediação para a consciência de classe. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 61, p. 187-207, 2012.

FERRAZ, J. M.; FERRAZ, D. L.; BIONDINI, B. K. F. A busca de uma “educação além do capital”: e a questão do ensino formal no Brasil. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**. v. 3, n. 5, p. 181-204, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.29404/rtps-v3i5>.

_____.; SALES, J. Em busca da emancipação na gestão do conhecimento. **RPCA. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. v. 11, n. 2, p.108-119, 2017.

FERREIRA, M. P. V.; PINTO, C. F.; MIRANDA, R. M. Três décadas de pesquisa em empreendedorismo: uma revisão dos principais periódicos internacionais de

empreendedorismo. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 21, n. 2, p. 406-436, 2015.

_____.; REIS, N. R.; PINTO, C. F. Schumpeter's (1934) Influence on Entrepreneurship (and Management) Research. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 6, n. 1, p. 4-39, 2017.

FERREIRA, L. F. F.; CAPRA, L. P.; PEREIRA, L. S.; ABREU, M. A. S. S.; SILVEIRA, F. A. Desde os Primórdios até hoje em dia: Será que o Empreendedor ainda faz o que Schumpeter dizia? Evolução das Características Empreendedoras de 1983 a 2010. **XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2011.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo CIESP. Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB. São Paulo: DEPECON, 2015. Disponível em <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>. Acesso em 05 abr. 2019.

FILARDI, F.; BARROS, D. F.; FISCHMANN, A. A. Do homo empreendedor ao empreendedor contemporâneo: evolução das características empreendedoras de 1848 a 2014. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 13, n. 3, 2014.

FILLION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP**, v. 34, n. 2, p. 05-28. 1999.

FONTENELE, R. E. S. Empreendedorismo, competitividade e crescimento econômico: evidências empíricas. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 6, 2010.

GARVA, D. Aplicativos como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 140, n. 45848, 29 abr. 2019. Matéria de capa, p. B4.

GONDIM, M. D.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 70, 2018.

GUIMARÃES, S. M. K.; AZAMBUJA, L. R. Empreendedorismo high-tech no Brasil: condicionantes econômicos, políticos e culturais. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 1, p. 93-121, 2010.

GIMENEZ, F. A. P. **Empreendedorismo**: bibliografia de artigos publicados em periódicos brasileiros. Curitiba: Ed. Do autor (recurso online), 2017. ISBN 978-85-915857-3-1

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2008. Curitiba: IBQP, 2000.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2009. Curitiba: IBQP, 2010.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2010. Curitiba: IBQP, 2011.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2011. Curitiba: IBQP, 2012.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2012. Curitiba: IBQP, 2013.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2013. Curitiba: IBQP, 2014.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2014. Curitiba: IBQP, 2015.

GEM-Brasil. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2015. Curitiba: IBQP, 2016.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. GEM. (2016). **Empreendedorismo no Brasil.(Relatório Executivo).**[Entrepreneurship in Brazil.(Executive Report).], 2017.

GRIFFITHS, M. D.; GUNDRY, L. K.; KICKUL, J. R. The socio-political, economic, and cultural determinants of social entrepreneurship activity: An empirical examination. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 20 n. 2, p.341-357, 2013. <https://doi.org/10.1108/14626001311326761>.

HIRANO, S. **Castas, estamentos e classes sociais:** introdução ao pensamento de Marx e Weber. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9. ed. AMGH Editora, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): séries históricas e estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7. Acesso em: 08 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2017_4tri.pdf. Acesso em: 24 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestre móvel: out-nov.dez/2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio s_continua/Mensal/Quadro Sintetico/2018/pnadc_201812_quadroSintetico.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Mensal/Quadro_Sintetico/2018/pnadc_201812_quadroSintetico.pdf) . Acesso em: 05 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demografia das Empresas 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Evolução e composição do emprego no Brasil: período 1996-2009. Nota técnica. Mercado de trabalho, n. 50. 2012. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3897/1/bmt50_nt02_evolucao.pdf Acesso em 05 abr. 2019.

ISLAM, A. Entrepreneurship and the allocation of government spending under imperfect markets. **World Development**, v. 70, p. 108-121, 2015.

JESUS, N. C. **25 de Março: entre a informalidade, o empreendedorismo e a precarização**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. Saraiva, 2010.

JUSTEN, A.; GURGEL, C. R. M.; FERRAZ, D. L. S.; PAÇO-CUNHA, E. Administração Política: por uma agenda de pesquisa marxista. **Farol Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. v. 04, n. 10, p.664-760, 2017.

KIRZNER, I. **Competition and entrepreneurship**, Chicago, IL: University of Chicago Press, 1973.

LANDSTROM, H. LOHRKE, F. (Org.) **Historical foundations of entrepreneurship research**. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2010.

LOW, M. B.; MACMILLAN, I. C. **Entrepreneurship: Past research and future challenges**. Journal of Management, v. 14, n. 2. 1988.

LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Azougue, 2007.

LUKÁCS, G. **El as alto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Traducción de Wenceslao Roces. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **História e consciência de classe**. 2. ed. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Biblioteca do pensamento moderno)

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARQUETTI, A. **Lucratividade e Distribuição: a origem econômica da crise política**. Slides de palestra. 2016. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Apresentacao%20-%20Adalmir%20Marquetti.pdf> Acesso em 05 abr. 2019.

MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política. Livro I, Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010c.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital: Crítica da economia política. Livro I:** O processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. **O capital: Crítica da economia política. Livro II:** O processo de circulação do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014

_____. **O capital: Crítica da economia política. Livro III:** O processo global de produção capitalista Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017

_____. **Miséria da Filosofia.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha.** Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2012.

MASCARO, A. L. Políticas e geopolíticas do direito. **Megafón.** Buenos Aires: CLACSO, n. 6, mai. 2016.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2.ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MONTANO, J. L. M. O. Cuba: el cuentapropismo como modalidade de empleo no estatal. Sobre sus inconvenientes, violaciones e ilegalidades. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales.** Abr, 2016. ISSN: 2254-7630. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/04/cuentapropismo.html> . Acesso em 05 abr. 2019.

MORICOCCHI, L.; GONÇALVES, J. S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 24, n. 8, p. 27-35, 1994.

NAUDÉ, W. Entrepreneurship is not a binding constraint on growth and development in the poorest countries. **World Development,** v. 39, n. 1, p. 33-44. 2011.

NOGAMI, V. K. C.; MACHADO, H. V. Atividade Empreendedora nos Países do BRIC: uma análise a partir dos relatórios GEM no período de 2000 a 2010. **Revista da Micro e Pequena Empresa,** v. 5, n. 3, p. 114-128, 2011.

NOGUEIRA, M. O.; OLIVEIRA, J. M. Da baleia ao ornitorrinco: contribuições para a compreensão do universo das micro e pequenas empresas brasileiras. IN: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - **Radar Nº 25: tecnologia, produção e comércio exterior.** Brasília: IPEA, 2013. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5241/1/Radar_n25_Da%20Baleia.pdf>. Acesso 11 mai. 2018.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: Departamento Estatístico da Comunidade Européia. **Manual de Oslo:** Proposta de diretrizes para coleta e

interpretação de dados sobre inovação tecnológica, 2005. Disponível em <<https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>> Acesso em 29 set. 2018.

OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: Departamento Estatístico da Comunidade Europeia. **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018**, Éditions OCDE, Paris, 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264290716-pt>. Acesso em 05 abr. 2019.

OHLWEILER, O. A. **Evolução sócio-econômica do Brasil**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, C.; SALOMÃO, K.; FONSECA, M.; FLACH, N. Tudo no Aplicativo. **Revista Exame**. e. 1183, p. 18-29, abr. 2019.

OSTRY, J. D.; LOUNGANI, P. FURCERI, D. Neoliberalism: oversold? **Finance & Development**, v. 53, n/ 2, 2016. Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm> Acesso em 05 abr. 2019.

OXFAM. **Uma economia para os 99%: chegou a hora de promovermos uma economia humana que beneficie todas as pessoas, não apenas algumas**. OFXAM GB: Oxford, 2017. DOI: 10.21201/2017.8616.

PAÇO-CUNHA, E. Ensino da administração política e consciência de classe. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 9, n. 2, p. 33, 2016.

_____.; GUEDES, L. T. Padrão de financiamento do capital fixo e taxa média de lucro (1970-2012): Alemanha, Brasil, Estados Unidos e Japão. **V CBEO, Curitiba Anais...** Curitiba, 2018.

PAIVA JUNIOR, F. G.; GUERRA, J. R. F. O empreendedorismo como marco solidário na esfera do desenvolvimento. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 11, n. 2, 2011.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. S. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira?)**. São Paulo: Pioneira; FIPE, 1983.

PAULA, R. M.; COSTA, D. L.; FERREIRA, M. P. A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2017.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.

POULZANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

PUN, N.; CHAN, J.; SELDEN, M. **Morir por un iPhone (Dying for an iPhone)**. Translated in Spanish by Florencia Olivera; edited by Andrés Ruggeri. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Ediciones Continente S.R.L. ISBN: 978-950-754-501-6, 2014.

RATTNER, H. Empreendedorismo e capitalismo “tardio”. **Revista Espaço Acadêmico**. N.43, 2004.

REPORTER BRASIL. A concentração das empresas nas gôndolas do supermercado. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2015/01/a-concentracao-das-empresas-nas-gondolas-do-supermercado/> Acesso em 18 mar. 2019.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade**. Coimbra: Almedina, 2013.

SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 47, n. 1, 2013a.

_____. Políticas Públicas de Empreendedorismo e de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs): o Brasil em Perspectiva Comparada. IN: GOMES, M. V. P.; ALVES, M. A. A.; FERNANDES, J. R. **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV-EAESP, 2013b.

SARTORI, V. B. Direito, política e reconhecimento: apontamentos sobre Karl Marx e a crítica ao Direito. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 61, 2016.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1934.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWAB, K. **The Fourth Industrial Revolution**. World Economic Forum. Crown Business: New York, 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Marco Aurélio Bedê (Coord.). Brasília: SEBRAE, 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Atuação do Sebrae para Negócios de Alto Impacto**. Brasília: SEBRAE, 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Anuário do trabalho nos pequenos negócios**. 9. ed. São Paulo: DIEESE, 2018.

SILVA, A. D. S.; MARTINS, H. C.; CARVALHO NETO, A. A gestão de Organizações Sociais sob a ótica do empreendedorismo schumpeteriano. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 1, p. 0-0, 2014.

SIQUEIRA, M. M.; GUIMARÃES, L. O. Singularidades do empreendedorismo brasileiro: subsídios para políticas públicas de apoio aos novos negócios. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2006.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. **The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research**. The Academy of Management Review, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SIAFI. Orçamento da União – Fiscal e Seguridade. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/grafico-2018.pdf>. Acesso em 24 maio 2019.

STARTUPI. Corporate Ventures e Scale-ups. 24 maio 2019. **STARTUPI: information, education and matchmaking**. Disponível em <https://startupi.com.br/2019/05/corporate-ventures-e-scale-ups/>. Acesso em 25 maio 2019.

STREECK, W. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

- SOUZA, E. C. L.; LOPEZ JÚNIOR, G. S. L. Empreendedorismo e desenvolvimento: uma relação em aberto. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 3, p. 120-140, 2011.
- STEL, A. V.; CARREE, M.; THURIK, R. The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. **Small business economics**, v. 24, n. 3, p. 311-321, 2005.
- TESOURO NACIONAL. **Dívida Pública Federal: Relatório Anual 208**. Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2019, número 16.
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. Rio de Janeiro. **Verinotio: revista on-line de educação e ciências humanas**, n. 12, 2010.
- VALE, G. M. V. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, 2014.
- ZEN, A. C.; FRACASSO, E. M. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 8, 2008.
- WADHWANI R. D. Historical reasoning and the development of entrepreneurship theory. In LANDSTROM, H. LOHRKE, F. (Org.) **Historical foundations of entrepreneurship research**. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2010. p. 343-362.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. De José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE A - Pressupostos Categóricos ou Método em Marx

“Teremos de falar de metafísica, sem abandonar a economia política”. (MARX, 2017, p. 97, em resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon).

Este capítulo tem por função apresentar ao/a leitor/a o mapa do nosso percurso investigativo. Foi necessário alertar o/a leitor/a sobre a inversão necessária para enfrentar o objeto, por isso fizemos questão de deixar este capítulo na tese, mesmo que no apêndice.

Discorreremos acerca do método da crítica da economia política, demonstrando como a historicidade, as contradições e a totalidade precisam ser mobilizadas para se chegar à essência do objeto. Um/a leitor/a mais acostumado/a com o estatuto científico hegemônico poderá desconfiar do fato de o texto do “método” estar no apêndice, sendo que, nas pesquisas realizadas em qualquer um dos quadrantes de Burrell e Morgan⁹², este capítulo apareceria após a explanação do referencial teórico, visto que seria com isso que se “encontrariam/escolheriam” as categorias analíticas.

Em uma perspectiva materialista histórica, não é o sujeito/pesquisador/a quem determina no plano da mente as categorias do objeto, isto é, não é uma teoria a priori que precisa ser testada, comprovada, negada. É antes, o objeto, que diz quais as categorias que o explicarão (ALVES, 2015). Há uma inversão de sujeito-objeto, para objeto-sujeito. Mas é um pouco mais complexo que isso, pois não é tão somente uma questão de teoria do conhecimento, uma questão epistemológica; é, sobretudo, uma questão da primazia da realidade (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018).

Marx (2017, p. 98) escreve, numa das poucas vezes que discorreu acerca de sua práxis científica:

Os economistas nos explicam como se produz nessas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra. (...) Mas, a partir do momento em que não se persegue o movimento histórico das relações de produção, das quais as categorias são apenas a expressão teórica, a partir do momento em que se quer ver nessas categorias somente ideias, pensamentos espontâneos, independentes das relações reais, a partir de então se é forçado a considerar o movimento da razão pura como a origem desses pensamentos.

No excerto, Marx está criticando Proudhon pela maneira abstrata e mecânica com que tratou dos problemas reais da França na movimentada década de 1840; para o filósofo alemão, o francês tentou "aplicar" a metafísica – com categorias abstratas – organizando por meio da

⁹² Referimo-nos à obra *Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life*. Vermont: Ashgate, 1979.

linguagem o que deveria ter sido visto a partir da realidade vivida. E assim, Marx (2017) resume, que, enquanto os economistas tratam do cotidiano naturalizando as relações, como se todo o passado pudesse ser desprezado na medida em que a sociabilidade burguesa é o ponto alto da vida humana da Terra, por outro lado, os metafísicos – e aqui tomaremos a ousadia de usar essa alcunha para os cientistas sociais hodiernos – não conseguem captar a materialidade aos seus pensamentos. Isso ocorre pois são conceitos concebidos a partir da própria mente, só restando como saída a “razão pura”, a imputação subjetiva do “método”, a oposição entre teoria e prática para dar conta da própria arapuca.

Isso implica que palavras como “sociedade” ou “população”, por exemplo, sejam abstrações que subsomem objetos bem reais, como governo, burguesia, imprensa e os trabalhadores – de carne e osso –, as classes sociais (MARX, 2011b; MARX; ENGELS, 2010).

Avançando um pouco na explanação:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial. Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios. (MARX, 2017, p. 101-102)

Marx está buscando explicar que as categorias que explicam as relações sociais de uma época são engendradas a partir da produção e reprodução da vida, tendo como ato fundante a objetividade sob a qual se dão as condições de vida, e assim, a subjetividade – e a ideia – encontra por ponto de partida – e ponto de retorno – a própria materialidade.

Nessa rota, ao buscar compreender como a prática empreendedora se desenvolveu socialmente até o Brasil do século XXI, tanto na objetividade das relações sociais quanto na prévia ideação dos seres sociais, faz-se necessário compreender quais as múltiplas determinações que o fazem concreto a partir da unidade do diverso (MARX, 2011b). E tal tarefa não pode se dar operando as categorias previamente selecionadas, *a priori* e incontestes, mesmo aquelas dos mais bem-intencionados críticos, visto que apenas o objeto – em seu movimento contraditório e em uma relação da objetividade-subjetividade-objetividade – conseguirá demandar suas categorias.

Não se deve imputar categorias abstratas, ideais, que apenas arruinam a compreensão da essência do objeto – como os metafísicos –, assim como não se deve admitir as categorias de forma naturalizada e atemporal – como os economistas. Deve-se, pois, dar preponderância

ao objeto. E sendo este objeto um produto das relações sociais, são atos decorrentes dos indivíduos que o fizeram e que estão em constante movimento.

Por isso, novamente fazendo menção à querela com Proudhon. Diz Marx:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. (2011, p. 60).

É importante ressaltar essa posição, pois a economia política tem, em maior ou menor grau, desde o século XVII mencionado ideias “empreendedoras” como veículo do capital, e as condições de reprodução da vida contemporâneas aparentemente têm corroborado para que essas ideias se materializem e tornem-se, inclusive, científicas⁹³. Mas Marx (2017, p. 111), olhando para a Inglaterra em seu capitalismo mais amadurecido, já havia notado que:

Quanto mais se evidencia esse caráter antagonico [luta de classes que antagonicamente produz riqueza também produz miséria], mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, embaralham-se em sua própria teoria e formam diferentes escolas.

E prossegue discorrendo sobre as escolas científicas da economia. Menciona os "fatalistas" cuja pena é tão indiferente à miséria dos trabalhadores quanto os burgueses o são com seus operários em suas fábricas; há os fatalistas clássicos (Smith e Ricardo, por exemplo), que acreditam que o sofrimento da classe trabalhadora seria um momento passageiro, como uma dor do parto. E há ainda os fatalistas românticos, que, de ingênuos, para eles, bastava classificar os burgueses por "maus". A escola humanista, por sua vez, “procura, por desencargo de consciência, amenizar um pouco os contrastes reais; deplora sinceramente a infelicidade do proletariado, a concorrência desenfreada dos burgueses entre si” (MARX, 2017, p. 112), mas é a escola filantrópica que nos interessa particularmente, por se assemelhar, ao menos neste primeiro momento, à realidade do Brasil de hoje. A escola filantrópica:

É a escola humanitária aperfeiçoada. **Ela nega a necessidade do antagonismo; quer tornar burgueses todos os homens e realizar a teoria na medida em que esta se distingue da prática e não contém nenhum antagonismo.** É supérfluo dizer que, na teoria, é fácil abstrair das contradições que encontramos a cada passo na realidade. Essa teoria seria então a realidade idealizada. Assim, os filantropos querem conservar as categorias que exprimem as relações burguesas sem o antagonismo que as constitui e é inseparável delas. Imaginam combater seriamente a prática burguesa e são mais burgueses que os outros (MARX, MDF, 2017, p. 112-113, grifo meu).

⁹³ Guardadas as ressalvas que serão feitas à concepção de ciência da burguesia.

Assim, fazendo uma constatação superficial, à medida que um/a trabalhador/a faz uma poupança e abre um negócio, estaria ele/ela, tornando-se um capitalista, pois deixa de viver da venda da própria força de trabalho para viver da exploração da força de trabalho de outras pessoas. E na “sociedade do conhecimento⁹⁴” qualquer um poderia ser seu próprio patrão, não haveria, portanto, contradição entre capitalistas e trabalhadores, haveria, sim, diferentes oportunidades em que caberia a cada pessoa escolher livremente. Tal constatação é repleta de sentidos comuns, mas também de ampla retaguarda científica, como pode ser visto na tese.

Ou seja, a forma como os cientistas tratam da temática do empreendedorismo é a razão pelo qual tratamos o estatuto científico hegemônico por ciência burguesa, pelo fato de serem categorias idealistas, atemporais e que não conseguem superar a aparência do objeto. Isto é, a ciência burguesa é incapaz de tocar o chão da realidade, mas não pode, contudo, ser desprezada, pois também a aparência faz parte do objeto com sua manifestação cotidiana. Assim, partimos da ciência da burguesa sabendo do seu potencial e de sua limitação, para seguir rumo às camadas mais internas do objeto.

Acerca das contradições – que desaparecem no estatuto científico capitalista –, Marx (2017, p. 104) sintetiza explicando que “o que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova”. Ora, ele está falando sobre a coisa em-si, sobre o movimento mesmo do objeto, não de uma negação da negação abstrata ou ideal, o que nos remete a Hegel e ao que Marx explana.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem." (2013, p. 90).

Vemos que a contradição não é jogo linguístico de negação, não é também um juízo de valor – como fez Proudhon, a contradição entre o bom ou mau, o lado positivo e o lado negativo – contradição consiste, por exemplo, no fato de capital e trabalho, que são forças opostas, serem ao mesmo tempo dependentes uma da outra para existir; ou o fato de que o capital, na mesma medida em que tende à concentração e à acumulação, pressupõe a liberdade dos agentes para competir; o fato de ser necessário existir trabalhadores livres para que haja trabalho assalariado e assim mais-valor, etc.

⁹⁴ Diz-se que é a sociedade do conhecimento, pois seria o conhecimento o recurso produtivo mais importante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, diferente da terra, no feudalismo, ou do capital no capitalismo industrial, hoje, com uma "boa ideia" qualquer um poderia se tornar um capitalista, um empresário, alguém de "sucesso", conforme a obra de Peter Drucker.

Da complexidade dessas relações e determinações e suas múltiplas mediações e do seu grau de desenvolvimento surgem as categorias.

(...) as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva essa mesma categoria como uma relação subordinada (...). Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo. (MARX, 2011b, p. 56).

Uma categoria simples tem o potencial de se desenvolver em outras relações mais complexas, que dependerá, portanto, de como as relações de produção entre os indivíduos sucedem. Contudo, não é a semente que explica o fígado formado (célula tronco) ou o carvalho (árvore) ou o cartão de débito (referindo-me à categoria dinheiro), mas sim é a forma última que pode explicar a semente, é, pois, o complexo que explica o simples. Ratifica-se, assim, a crítica que Marx faz aos economistas, que partem do mais complexo para o mais simples.

Contudo, seria necessário refazer o caminho, pois:

as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular (MARX, 2011b, p. 57).

Os economistas partem do concreto e do complexo, abstraem as categorias usando o único meio para isso, a própria capacidade do pensamento, mas finalizam a investigação neste momento. Para Marx, isso é apenas o meio do caminho, é preciso fazer o caminho de retorno ao objeto para que as categorias simples possam novamente compor e explicar as categorias complexas e, assim, compreender a unidade do diverso. É preciso, pois, enfrentar o objeto em sua totalidade. Desse modo,

(...) o movimento das categorias aparece, por conseguinte, como o ato de produção efetivo – que, infelizmente, recebe apenas um estímulo do exterior –, cujo resultado é o mundo efetivo; e isso – que, no entanto, é uma tautologia – é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. **O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental.** O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” (MARX, 2011, p. 55, grifos nossos).

A totalidade do objeto precisa existir não apenas enquanto reflexo na cabeça do/a pesquisador/a, mas o objeto mesmo em sua existência concreta, em sua historicidade e suas contradições.

Alguém poderia questionar: mas ora, como saber se esse é um método com validade e confiabilidade? A resposta é simples – já a realização da pesquisa não –, o critério de validade para o método da crítica da economia política é a prática, é o real. Isso implica ser capaz de reproduzir idealmente o movimento da realidade. E aqui cabem duas observações: a primeira é que, ser a reprodução ideal do movimento do real, significa dizer que o objeto permanece em movimento, isto é, não serão categorias ou definições estáticas, tampouco relativas, mas sim a explicação do seu movimento até aquele determinado momento. A segunda observação é a de que o fenômeno ainda não se encerrou, e por isso não é possível percebê-lo completamente, uma vez que, assim como Marx explica (2013, p. 150),

a reflexão sobre as formas da vida humana, e assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento.

Isto é, encontramos-nos limitadas pelo fato de investigar na mesma época em que o objeto ainda está em progresso, o que não nos impede de apontar seu movimento em seu estágio atual, ainda em curso.

Sobre o caráter *post festum*, Mészáros (2009, p. 222, grifos nossos) assevera que

(...) a forma mais elevada de desenvolvimento abre a possibilidade de explicar as menos elevadas – no interior da estrutura socioeconômica do desenvolvimento mais avançado na história e correspondentemente multifacetada torna-se possível encontrar respostas aos “enigmas” indicados. Mas eles não podem ser elucidados sem uma análise histórica abrangente do desenvolvimento humano que investigue a relação metabólica entre a humanidade e a natureza assim como dos indivíduos entre eles mesmos, em se terreno objetivo de determinação. Isso quer dizer: de um que seja de maneira simultânea **ontologicamente social e abrangentemente histórico. O que implica uma análise da *differentia specifica* que de modo constante traga à lembrança a totalidade do desenvolvimento sócio-histórico levando à fase mais avançada por meio da demonstração de sua gênese abrangente**, enquanto subsuma ou incorpore em seus resultados explicativos também as características definidoras relevantes das fases anteriores.

Relacionando o excerto em consonância com a tese elaborada neste trabalho, não basta apreender o caráter ideológico que a prática empreendedora assumiu hodiernamente, devemos atuar de forma simultânea **ontologicamente social e abrangentemente histórica**, a partir da *differentia specifica* em busca de sua gênese, e descobrimos no final da investigação, que era a inovação. A partir daí, a tese foi inteiramente reestruturada e reescrita em sua versão de exposição; esta, por sua vez, guiada pela recomposição do objeto investigado em seu movimento de retorno, das categorias mais simples e elementares às mais complexas e mediadas.

Essa breve apresentação do método da crítica da economia política não se pretende exaustiva, tampouco epistemológica, sua função aqui consiste em compartilhar com o/a leitor/a

as linhas gerais dos pressupostos categóricos que guiam a pesquisa. Pois, concordamos com Marx, que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada (...) é necessário examinar sua relação recíproca” (2011, p. 60).

Posto de outra forma, só é possível compreender as relações sociais de nosso tempo considerando as categorias que explicam o movimento do capital. E isso não é assunto da economia, nem da administração, muito menos da psicologia ou da filosofia; todas são formas parcelares de destruir o objeto, é assunto da vida própria, no limite, da sobrevivência da vida humana.